UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

REGIANE NITSCH BRESSAN

**A integração sul-americana e a
superação da pobreza: uma
abordagem pela percepção das
elites**

São Paulo
2012

REGIANE NITSCH BRESSAN

**A integração sul-americana e a
superação da pobreza: uma
abordagem pela percepção das
elites**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Integração da
América Latina da Universidade de
São Paulo para obtenção do Título
de Doutor em Integração da
América Latina.

Área de concentração: Práticas
Políticas e Relações Internacionais

Orientadora: Profa Dra Elizabeth
Balbachevsky

São Paulo
2012

Regiane Nitsch Bressan

Título: A integração sul-americana e a superação da pobreza: uma abordagem pela percepção das elites.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Integração da América Latina.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Dedico a José Maria Hucke Nitsch e João Bressan
In Memoriam*

AGRADECIMENTOS

A construção desta tese de doutorado representa uma longa viagem. Alguns momentos foram de entusiasmo, paixão e muito aprendizado. Em outros momentos, enfrentei alguns obstáculos e dificuldades. E durante toda essa trajetória, a ajuda e o apoio de algumas pessoas foram essenciais.

Assim, quero agradecer, em primeiro lugar a Professora Elizabeth Balbachevsky, que mais uma vez confiou na minha disposição pelo doutoramento, aceitando-me como sua orientanda. Agradeço a sua atenção, auxílio e disposição nesses seis anos e meio nos quais me orientou no âmbito do mestrado e doutorado.

À Professora Denilde Oliveira Holzhacker que aceitou ser minha co-orientadora e muito ajudou na metodologia e construção deste trabalho. Com bastante paciência e acreditando na minha capacidade, inseriu-me no mundo da metodologia quantitativa. Sou muito grata por toda sua orientação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo período concedido de bolsa de estudo.

Aos Professores Karina e Marcelo Mariano, com os quais compartilho a imensa vontade pelo estudo da integração regional. Eles me ajudaram em pontos fundamentais deste trabalho, além das conversas virtuais, com suas obras, pesquisas e recursos tecnológicos.

Aos professores do Curso de Metodologia Quantitativa da Universidade Federal de Minas Gerais, que agregaram muito conhecimento, inclusive extra-classe. Aos colegas do curso, essenciais para a discussão e construção dos trabalhos do curso, em especial à Isis Arantes e ao José Nilton de Souza. À amiga de hospedagem que preencheu meus dias pela capital mineira, Daniela Vidigal.

Ao Danilo Freire que também me trouxe bastante luz neste mundo que me era tão obscuro da metodologia quantitativa.

Às amigas Prolanianas, primeiro Suzana Lourenço, pela amizade,

companhia, cumplicidade no âmbito da representação discente e grande ajuda nas fases finais desta tese, depois Margarida Nepomuceno pelo entusiasmo contagiante e paixão imensurável à cultura latino-americana.

Aos colegas do PROLAM que começaram a ler os primeiros esboços desta tese há um ano, e que com muita clareza e maturidade intelectual, provocaram-me bastante reflexão e mais entusiasmo pelo trabalho, Alair Suzeti da Silveira e Paulo Celestino da Costa Filho.

Aos colegas de Pós-Graduação e ex-alunos, José Maria de Souza Júnior e Guilherme Frizzera, que leram alguns capítulos deste trabalho durante sua construção, tecendo considerações relevantes e interessantes.

À amiga e Profa Maria Helena Fernandes Machado pela revisão carinhosa e dedicada deste trabalho, sanando aqueles errinhos e detalhes que sempre nos escapam aos olhos.

À Leiza Brumat, amiga argentina, pelo auxílio no momento final deste trabalho, e por comprovar que as relações entre Brasil e Argentina podem ser cooperativas e muito amistosas.

Aos funcionários do PROLAM, sempre muito gentis e atenciosos, viabilizando com muita presteza todas as exigências burocráticas, William Almeida e Rodrigo Bronze. À Vera Cecília bastante atenciosa e eficiente no contato com minha orientadora do NUPPS.

Aos alunos e colegas das Faculdades Integradas Rio Branco, pelo apoio, carinho e amizade durante todos os anos do doutoramento, em especial a Sérgio Gil, Martha Mercado e Guilherme Casarões.

A todas as minhas amigas pela torcida, carinho e compreensão neste último ano, pela minha ausência em muitas atividades e encontros das turmas: Beatriz, Cintia, Cristiane, Juliana, Priscila e Raquel; Juliana Elisa e Mariana; Amanda, Fernanda, Janaína, Karina, Magna e Malú.

À Marcela, amiga muito especial, pela sua ternura e vibrações sempre positivas nesse último ano.

À grande amiga Miraci, que há anos se dedica com o seu carinho,

talento e eficiência ao bom funcionamento da dinâmica do lar, desejando em todas as despedidas “bom trabalho na tese”.

Às crianças especialíssimas da família, Mariana, Manuela, Gabriel e Guilherme pela energia, beleza, entusiasmo e muita compreensão durante os últimos meses em que a ‘tia’ não estava disponível para brincadeiras e diversão.

Aos meus queridos sogros, Maria Lúcia e Edno pelo apoio, carinho, presteza e também por proverem chocolates em momentos de bastante ansiedade. À Renata e Dinalva pela amizade e torcida.

Aos queridos tio Sérgio e tia Jane pela afabilidade e pelo apreço sempre demonstrado. Aos seus filhos, os primos João Guilherme e Rogério pelo grande carinho, amizade e estima.

Ao meu irmão Wagner, pelo amparo e atenção sempre despendidos ao bom funcionamento dos recursos tecnológicos que falham, algumas vezes, em momentos cruciais. À Anna Kareen, minha cunhada, pelo apreço e apoio.

À amada “mamãe do coração” Alzira, à qual sou muito grata pelo amor, amparo, atenção, compreensão, orientação e boas vibrações neste último ano.

Aos meus amados pais que sempre priorizaram nossa educação com todos os seus esforços. Poderia dizer também que são autores desta obra. Sem a assistência, o apoio e o amor deles, eu não teria chegado até aqui.

Ao Ricardo, meu companheiro, marido, assistente, que esteve ao meu lado em todos os dias da construção deste trabalho, ajudando-me prontamente em tudo que estava ao seu alcance, e sendo bastante compreensivo nos momentos mais tensos. Obrigada pela sua paciência, dedicação, motivação, carinho e amor. Além disso, obrigada por vivenciar comigo esta grande paixão pela América Latina. Você foi essencial para a realização desta tese.

Por fim, agradeço à força divina que se faz presente em todos os meus dias.

Los pueblos de América del Sur están íntimamente unidos
por vínculos de naturaleza e intereses recíprocos.

José Gervasio Artigas (1764-1850)

RESUMO

BRESSAN, Regiane Nitsch. **A integração sul-americana e a superação da pobreza: uma abordagem pela percepção das elites.** 2012. 277f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O estudo das percepções das elites de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Venezuela sobre a integração sul-americana e o apoio à superação da pobreza no contexto regional, consistiram nos principais objetivos deste trabalho. Fundamentando-se na definição de elites da corrente pluralista, foram analisadas as percepções de cinco categorias: governos, partidos políticos, empresários, sindicatos e atores sociais. As teorias de integração regional definem as elites como os principais condutores destes processos. Estes atores são responsáveis por difundir os valores e expectativas positivas da integração regional para toda sociedade, contribuindo ao desenvolvimento dos blocos regionais. Para compor o estudo, foram utilizados dados das entrevistas realizadas com 829 membros das elites sul-americanas, aplicadas em 2008, ademais dados de fontes primárias foram utilizados para enriquecimento da análise. A década de 2000 foi marcada pela ascensão de governos de inclinação “esquerdista”, quando novas lideranças emergiram no papel das elites sul-americanas. Ademais, neste cenário foi identificada a conformação de um regionalismo baseado menos em questões comerciais, privilegiando as dimensões políticas e sociais, que vem sofrendo críticas pelos seus opositores. A partir da análise desta tese, o estudo contemplou quatro objetivos específicos: 1. demonstrar o interesse de cada segmento sobre a integração regional; 2. conhecer o apoio ao combate à pobreza e desigualdade por cada grupo de elite; 3. revelar quais políticas de redução da pobreza obtêm maior sustentação no âmbito regional; 4. apontar as principais divergências nas percepções das elites sobre a conformação destas políticas e sobre o aprofundamento da integração regional. As principais conclusões alcançadas resumem-se em alguns pontos. Os valores e percepções das elites são norteados por crenças político-ideológicas, os quais resultam na discordância entre elas em algumas questões. As elites empresariais se identificaram com a vertente política de ‘direita’, foram as mais propensas a apoiarem as organizações internacionais em detrimento do regionalismo, e também foram as elites menos predispostas na distribuição igualitária das riquezas entre toda população. Em oposição, os sindicatos se identificaram com o prisma político de ‘esquerda’, sendo os mais favoráveis à integração regional, bem como à distribuição de riquezas entre toda população. Por sua vez, as elites partidárias, governamentais e atores sociais demonstraram diferenças de percepção no cerne dos seus próprios segmentos, denotando discordâncias que dificultam ainda mais a consolidação da integração regional e o enfrentamento em conjunto da pobreza no cenário sul-americano.

Palavras-chave: Integração Regional, Pobreza, Elites, América do Sul, Relações Internacionais

ABSTRACT

BRESSAN, Regiane Nitsch. *The South American integration and poverty reduction: an approach by the perception of the elites*. 2012. 277 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The study of the perceptions of the elites in Argentina, Bolivia, Brazil, Chile and Venezuela considering the South American integration and the support to overcome poverty in the regional context, consisted in the main goals of this work. It is grounded by the pluralist conception of elites. The perceptions were analyzed in five categories: governments, political parties, entrepreneurs, labor unions and social actors. The regional integration theories define the elites as the main conductors of these processes. Thus, these actors are responsible for spread out the values and positives expectations of the regional integration all over society, contributing to the development of the regional blocks. To compose this study, data based upon interviews were used, accomplished with 829 members of the South American elites, applied in 2008, further, primary data sources were used to the analysis enrichment. The first decade of 2000s was marked by the rise of the leftist governments, when new leaderships emerged in the role of the South American's elites. Furthermore, in this scenery was identified the conformation of a regionalism based less in commercial matters, privileging the political and social dimensions, which has been suffering critics by the opponents. From the analysis of this thesis, the study addresses four specific goals: 1. to demonstrate the interest of each segment on the regional integration; 2. to know the efforts to combat poverty and inequality by each elite group; 3. To reveal which poverty reduction policies obtain larger support in the regional scope; 4. to evince the main divergences between the elite perceptions and the conformity of these policies to the regional integration improvement. The main conclusions are summarized in some aspects. The values and perceptions of the elites are guided by political and ideological beliefs, which result in disagreement in some matters. The managerial elites identify with right-wing policies, opting for international organizations interest instead of the regionalism, and they also were the less inclined elites in the equitable growth and income distribution. However, labor unions identify with the left-wing policies, being the most favorable to the regional integration, as well as the equitable growth and income distribution. Nevertheless, the political parties, government and social actors demonstrate differences in perceptions of their own interest area, causing disagreements that jeopardize the regional integration improvement and also the equitable growth and poverty reduction in South American.

Keywords: Regional integration, Poverty, Elites, South America, International Relations

RESUMEN

BRESSAN, Regiane Nitsch. **La integración sudamericana y la superación de la pobreza: un abordaje para la percepción de las elites.** 2012. 277 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

El objetivo principal de este trabajo es el estudio de las percepciones de las elites de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile y Venezuela sobre la integración sudamericana y el apoyo a la superación de la pobreza en el contexto regional. Fundamentándose en la definición de la corriente pluralista de las elites, se analizaron las percepciones correspondientes a cinco categorías: gobiernos, partidos políticos, empresarios, sindicatos y actores sociales. Las teorías de integración regional definen a las elites como los principales conductores de estos procesos. Estos actores son los responsables de difundir los valores y expectativas positivas de la integración regional a toda la sociedad, aportando al desarrollo de los bloques regionales. Para realizar el presente estudio, fueron utilizados datos de entrevistas realizadas en 2008 a 829 miembros de elites sudamericanas. Por otro lado, para enriquecer el análisis, se utilizaron fuentes primarias. La década de 2000 fue marcada por el ascenso de gobiernos de inclinación “izquierdista”, cuando nuevos liderazgos emergieron en estas elites sudamericanas. Además, en este escenario se experimentó la conformación de un regionalismo basado menos en cuestiones comerciales, que privilegia las dimensiones políticas y sociales, y es fuertemente criticado por sus opositores. En cuanto a los objetivos específicos de esta investigación, se pueden enumerar cuatro: 1. mostrar el interés de cada segmento en la integración regional; 2. conocer el apoyo al combate contra la pobreza y la desigualdad por cada grupo de elite; 3. identificar las políticas de reducción de la pobreza que logran un mayor apoyo en el ámbito regional; 4. indicar las principales divergencias en las percepciones de las elites en cuanto a la conformación de estas políticas y sobre la profundización de la integración regional. Las principales conclusiones alcanzadas se centran en los siguientes puntos. Primero, los valores y percepciones de las elites son guiados por creencias político-ideológicas, lo que resulta en desacuerdos entre ellas, en algunas cuestiones. Por un lado, las elites empresariales que se identificaron con la vertiente política de la “derecha”, fueron las más propensas a apoyar a las organizaciones internacionales en detrimento del regionalismo, y a su vez fueron las menos predispuestas a la distribución igualitaria de la riqueza entre toda población. En oposición, los sindicatos se identificaron con la izquierda, siendo los más favorables a la integración regional, así como a la distribución de la riqueza entre toda población. Por último, las elites partidarias, gubernamentales y los actores sociales demostraron diferencias de percepción en el interior de sus propios segmentos, denotando discordancias que dificultan aún más la consolidación de la integración regional y el enfrentamiento conjunto de la pobreza en el escenario sudamericano.

Palabras-clave: Integración Regional, Pobreza, Elites, América del Sur, Relaciones Internacionales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. AS ELITES E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	28
1.1. Elites e concepções teóricas	30
1.2. As teorias clássicas de integração regional	43
1.3. Elites, Política Externa e Integração Regional	51
2. AS ELITES E A INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA	68
2.1. As elites na integração sul-americana	70
2.2. Governos	75
2.2.1. Executivo	76
2.2.2. Legislativo	80
2.3. Partidos Políticos	83
2.4. Elites empresariais	87
2.5. Sindicatos	93
2.6. Atores sociais	99
3. A PERCEPÇÃO DAS ELITES SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL	108
3.1. Dados: desenho amostral e metodologia	108
3.1.1. Métodos Quantitativos e Testes Estatísticos	111
3.2. O novo contexto da integração sul-americana	114
3.3. Integração Regional e Organizações Externas	119
4. A PERCEPÇÃO DAS ELITES SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	140
4.1. Relações Internacionais	140
4.2. Globalização	149
4.3. Simpatia dos Países	159
4.3.1. Argentina	159
4.3.2. Bolívia	161
4.3.3. Brasil	163
4.3.4. Chile	165
4.3.5. Venezuela	167
4.3.6. Estados Unidos	168

4.3.7. China	170
5. POBREZA E A PERCEPÇÃO DAS ELITES	177
5.1. Conceituando Pobreza e Desigualdade	178
5.2. Pobreza e Desigualdade na América do Sul	181
5.3. O papel do Estado no combate à pobreza e desigualdade	190
5.4. As Políticas Públicas na superação da pobreza e desigualdade	198
6. A SUPERAÇÃO DA POBREZA NA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	210
6.1. Pobreza e Integração Regional	211
6.2. Superação da Pobreza na Integração Sul-Americana	214
6.3. Correlações: Combate à Pobreza x Apoio à Integração Regional	218
6.4. Governos de esquerda e o enfrentamento aos problemas sociais	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239
ANEXOS	261

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta tese¹ consistiu no estudo das percepções das elites de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Venezuela sobre o processo de integração sul-americano e o apoio ao combate à pobreza, para conhecer quais políticas de superação ao quadro de desigualdades e penúria recebem maior sustentação no âmbito regional e quais são as dificuldades

Baseando-se na corrente teórica Elitista Pluralista, foram consideradas cinco categorias de elites: governos, partidos políticos, empresários, sindicatos e atores sociais. A partir da análise e comparação da percepção destes atores, o trabalho cumpre quatro objetivos específicos: primeiro, revelar e discutir o interesse de cada segmento sobre a integração regional; segundo, identificar o apoio ao combate à pobreza e desigualdade por cada grupo de elite; terceiro, desvelar quais políticas de redução da pobreza obtêm maior sustentação no âmbito regional de integração por cada uma das categorias estudadas; quarto, mostrar as principais diferenças entre as elites para conformação destas políticas no cenário regional.

Segundo a literatura específica, as elites são os atores fundamentais dos processos de integração regional, ao serem seus proponentes e condutores, bem como por terem a capacidade de gerar compromissos no cerne dos projetos regionais. Ademais, as elites são responsáveis por alastrar os valores e expectativas positivas em relação à integração para toda sociedade, fomentando o desenvolvimento e aprofundamento dos processos.

¹ Ao empregar os dados sobre a percepção das elites, esta tese de doutorado se inseriu na Pesquisa “Percepção das Elites Sul-americanas sobre o Impacto das Desigualdades Sociais Na Estabilidade Democrática”, realizada entre 2006 e 2009 e desenvolvida no âmbito do NUPRI (Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, que teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A pesquisa foi coordenada pelos Professores Dr. José Augusto Guilhon de Albuquerque e Dr. Rafael Duarte Villa. A equipe de pesquisa foi composta pela Profa. Dra. Elizabeth Balbachevsky (orientadora), Dra. Denilde Oliveira Holzhacker (coorientadora), Dra. Helena Rosa Vieira Lima, Dra. Maria Christina Battochio, Dr. Sérgio Gil Marques dos Santos, e por diversos grupos de pesquisadores internacionais especialistas no assunto.

As cinco categorias de elites examinadas apresentam valores e interesses distintos, portanto percepções diferentes acerca à temática estudada. Entende-se por percepção um conjunto de ideias e atitudes correlacionadas, estáveis e condizentes com as crenças e ideologias do indivíduo (CONVERSE, 1964). O sistema de crenças também ser interpretado como as visões e impressões advindas do ambiente físico e social no qual o indivíduo está inserido. Neste cenário, são estabelecidas a ordem de prioridades e metas atreladas às suas preferências (HOLSTI, 1962). Por fim, o sistema de crenças pode ser compreendido pela soma das orientações cognitivas e normativas que orientam o indivíduo (PUTNAM, 1976).

As principais justificativas pela definição desta temática calcaram-se em quatro pontos: 1. escassez de estudos científicos a partir da análise empírica das percepções das elites sobre integração regional, 2. inovação na confrontação das duas dimensões: integração sul-americana e pobreza, 3. relevância temática, 4. atualidade do período de análise.

Ainda que exista uma literatura relevante nas Relações Internacionais, incluindo as correntes teóricas de integração regional, prezando pela importância das elites, atores e lideranças domésticas na política internacional, carecem estudos empíricos sobre a atuação destes atores nos projetos de integração regional. Mesmo que alguns estudos sobre integração sul-americana reconheçam o protagonismo dos presidentes e chefes de Estados, não é possível descartar a influência das elites na formação das preferências domésticas e na conformação das ações e decisões presidenciais. Pelo contrário, segundo os fundamentos teóricos adotados neste trabalho, junto aos governos, as elites são essenciais ao desenvolvimento e fortalecimento dos projetos regionais.

Afora análises que incluem esporadicamente e de forma não sistemática, a variável internacional no estudo da pobreza, os estudos das Relações Internacionais, como disciplina científica, não incorporam nas suas linhas centrais, a problemática da pobreza. Entretanto, o tema ganha cada vez mais relevância no cenário internacional e passou a compor a agenda de

prioridades mundiais no marco da Cúpula do Milênio em 2000, quando Estados e Organizações Internacionais se comprometeram a cumprir uma série de metas e objetivos, dentre os quais, a redução da pobreza extrema à metade até 2015.

Historicamente, os países da América do Sul vivenciam situação de pobreza e desigualdade. Contudo, os valores democráticos mostram-se intolerantes à aceitação desta condição. Assim, nas duas últimas décadas, marcadas pela redemocratização na região, discutiram-se intensivamente, a necessidade de reduzir e eliminar a pobreza, alcançando um consenso quanto à urgência da temática no nível discursivo entre os governos, organizações internacionais, grupos sociais e econômicos, além da própria sociedade civil. No escopo estatal, ampliou-se o debate quanto à efetividade das políticas para a superação da pobreza, bem como expandiu a discussão sobre os efeitos negativos provocados pelo sistema político e social latino-americano derivado dos anos 1990.

Nos anos 2000, a luta contra pobreza é identificada constantemente nos discursos dos governos de esquerda que ascenderam ao poder nesta década. Ademais, a temática foi incorporada por estes presidentes aos principais objetivos dos processos de integração regional, como no preâmbulo da ALBA, e nos pontos acordados através do Consenso de Buenos Aires na relação entre Brasil e Argentina. Portanto, a expectativa de alcançar resultados na dimensão regional é importante ao próprio aprofundamento das relações regionais.

O período de estudo cerceou-se aos anos de 2006 a 2010, cuja década foi marcada pela emergência de governos de inclinação “esquerdista”, e novas lideranças compuseram as elites sul-americanas. A partir de 2006, vislumbrou-se a conformação de um regionalismo baseado menos em questões comerciais, privilegiando as dimensões políticas e sociais. Este novo prisma de integração, ainda em investigação pela comunidade científica, demanda maiores pesquisas e análises.

Por sua vez, não foram identificados estudos científicos aprofundados

cuja temática relacione a superação da pobreza da região no âmbito regional. Há estudos que tratam das políticas liberalizantes dos anos 1990, adotadas pelos países sul-americanos e o combate à pobreza, contudo não se trata de uma bibliografia atual e que esteja voltada ao cenário dos anos 2000 e ao modelo da integração que se instala na região.

Reconhecer a importância e o poder das elites, bem como admitir a ocupação desses atores em posições estratégicas dos processos decisórios é essencial para entender a dinâmica da formulação de políticas e a tomada de decisão (REIS, 2000). Portanto, analisar a percepção das elites é central para o entendimento da dinâmica de enfrentamento à pobreza e desigualdade. Da mesma forma, conhecer a compreensão e o interesse destes atores sobre a sul-americana revela o quanto estas questões são sustentadas e apoiadas. Com tudo isso, esta tese pretende trazer inovação, subsidiando e ensejando novos estudos e pesquisas.

A seleção dos cinco países examinados neste estudo - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Venezuela -, deve-se à importância econômica e política que representam para a América do Sul. Segundo dados da CEPAL de 2011, Argentina, Brasil, Chile e Venezuela são os países de maior importância na economia sul-americana. Por sua vez, a Bolívia localiza-se no centro do subcontinente, almejando a integração por razões geográficas. Portanto, a estratégia na escolha destes países pela abordagem comparativa da percepção de suas elites, recai no fato de que Argentina, Brasil e Venezuela são os principais proponentes da integração sul-americana. Por sua vez, a política externa chilena está voltada aos acordos internacionais, apesar da sua importância econômica na região. Por fim, a Bolívia apresenta interesse na integração, mas não goza do mesmo peso político e econômico que os primeiros países, tornando-se a variável de controle nesta análise comparativa. Por fim, todos os países sofrem com a estrutura de desigualdade econômica e social, pobreza e miséria.

Quando a tese investiga a percepção das elites sobre a integração regional, três projetos regionais compõem esta análise, os quais foram instituídos em

períodos distintos na história do regionalismo sul-americano. Ainda que apresentem propósitos e objetivos que refletem o contexto de suas criações, estes blocos fomentam o comércio, a integração econômica, e abrangem constantemente, questões políticas e sociais no cerne de suas agendas.

- **Comunidade Andina**

Criada em 1969, atualmente compreende Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Embora tenha sido criado na concepção do antigo regionalismo, baseado na industrialização nacional e substituição de importações, este projeto logrou intercâmbios comerciais expressivos nas últimas décadas. Ademais, vislumbrou-se um avanço institucional significativo, com a criação do Parlamento Andino e a Corporação Andina de Fomento (CAF).

- **Mercosul**

Criado em 1991, o Mercado Comum do Sul foi firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai no marco do regionalismo aberto, e recentemente, incorporou a Venezuela como membro pleno. Ainda que o bloco constitua uma união aduaneira imperfeita, conseguiu triplicar o comércio intra-bloco, ganhando reconhecimento no comércio mundial, sendo um alvo constante do investimento estrangeiro. Este bloco é um dos mais avançados em termos de integração formal.

- **ALBA**

Redefinido o seu nome para Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos, este projeto situa-se no contexto recente de integração regional, conhecido como regionalismo pós-liberal. Permeado predominantemente por questões políticas, seus principais objetivos baseiam-se em

questões sociais, como a luta contra a pobreza e a exclusão social. Atualmente o bloco abriga Venezuela e Bolívia na América do Sul, além dos países da América Central e Caribe.

As estruturas destes três projetos regionais são fundamentalmente intergovernamentais, ou seja, não há instâncias decisórias acima dos Estados nacionais. Todavia, a concepção de integração regional adotada neste trabalho, transcende o sentido de Estado monolítico e racional. O estudo concebe a integração como um fenômeno de maior complexidade, o qual inclui as demandas e lutas internas das elites, as interações dos atores domésticos dos países participantes, e as próprias intenções governamentais na formulação da política externa. As crenças, os valores, a cultura regional e nacional, e a estrutura doméstica em que estão inseridos, exercem influência relevante nos incentivos, percepções e preferências de todos estes atores. Este conjunto de fatores pode limitar os incentivos decorrentes do mercado internacional, as preferências surgidas da lógica da *realpolitik* - baseada no jogo de poder, privilegiando estímulos e preferências do *softpower*. Portanto, esta análise da integração regional tem como ponto de partida a percepção das elites domésticas que desempenham papel importante na conformação dos projetos regionais.

Perguntas e Hipóteses

Dois conjuntos de perguntas compõem as indagações que conduzem os estudos desta tese:

- 1. Quais são as percepções das elites sobre os processos de integração regional?**
- 2. Percepções distintas dificultam o avanço da integração regional?**
- 3. A integração sul-americana não evolui devido à falta de interesse e apoio das elites?**

Segundo a literatura específica, as elites são os atores mais importantes na construção dos processos de integração regional, sendo responsáveis pela

condução de suas etapas. A compatibilidade de valores entre elas é uma exigência, na medida em que cabem às elites alastrar as expectativas positivas e de ganhos da integração para todas as camadas da população, concretizando o processo regional. O regionalismo somente obtém dinamismo quando as elites apresentam percepção favorável e coesa em relação à integração, internalizando seus benefícios e transferindo sua lealdade ao jogo regional, corroborando para o avanço e aprofundamento do projeto.

A primeira suposição desta tese concerne à ideia de que os projetos sul-americanos encontram obstáculos no seu desenvolvimento e aprofundamento devido às percepções distintas e opostas das elites. A difusão de interesses e expectativas em relação aos acordos regionais provoca a ausência de sustentação destes projetos.

A segunda suposição defende que a falta de coesão, uniformidade e desejo dos diversos segmentos de elites pela integração, provoca maior centralização na tomada de decisões e na condução dos acordos regionais nos poderes presidenciais. Ou seja, quando as elites não expressam apoio e vontade de envolvimento aos projetos regionais, estes terão dificuldade de se desprender da lógica governamental. Por sua vez, quando os presidentes não almejam maior participação e aprofundamento dos blocos regionais, tampouco abrem canais de participação para as demais elites, impedindo sua participação e estagnando o seu envolvimento destes atores desde o seu núcleo central. A partir disso, as elites podem apresentar maior resistência e reações negativas em torno dos projetos de integração.

- 1. As elites percebem a integração regional como instrumento para superação da pobreza e desigualdade?***
- 2. Quais são as políticas de enfrentamento da pobreza de maior sustentação entre as elites no regionalismo?***
- 3. Quais são os entraves para conformação destas políticas no cenário regional?***

Nas últimas décadas, presidentes e representantes dos blocos regionais, incorporaram aos objetivos da integração, a questão dos problemas sociais, como o combate à pobreza e à desigualdade que assola a região. A possibilidade de implantar políticas de superação da pobreza e desigualdade no cenário regional, contribuiria para o êxito dos seus esforços, bem como alavancaria os processos de integração da América do Sul. Ademais, obtendo resultados positivos desta relação, poderia haver mais adesão das sociedades ao próprio regionalismo.

Partindo do pressuposto que as elites identificam a integração regional como elemento para contribuir na luta contra os problemas sociais, as políticas a serem adotadas no arcabouço da integração regional devem ser sustentadas por todas as elites para lograr sucesso. Por outro lado, havendo divergências entre estes atores, principais condutores da integração regional, ainda que haja vontade de superação da pobreza, não haverá êxito na consolidação destas propostas.

Estrutura dos Capítulos

- **Capítulo 1**

Coube ao referencial teórico desta tese comprovar a importância das elites nos projetos de integração regional, como primeira hipótese deste trabalho. Primeiro, o capítulo provocou uma discussão teórica sobre as elites para apresentar a concepção empregada neste estudo, a qual está atrelada à corrente democrática e pluralista. Esta abordagem teórica considera elite um amplo conjunto de atores sociais que participam e influenciam o processo político, representando os interesses dos distintos grupos que compõem a sociedade. Segundo, foram examinadas as teorias de integração regional para subsidiar o estudo e ensejar a discussão principal do capítulo. Terceiro, foi examinada e discutida a importância das elites no cerne das teorias de integração regional e política externa. Por fim, o capítulo apresentou um quadro teórico elencando e comprovando a hipótese do capítulo.

As elites são essenciais processos de integração regional na medida em que são responsáveis por difundir os valores e expectativas positivas em relação a estes projetos. São elas que definem, sustentam e conduzem os processos, gerando os compromissos estabelecidos entre os países, envolvendo e comprometendo suas sociedades. Desta forma, quando as elites estão convencidas dos benefícios e ganhos da integração, repassam suas crenças e garantem novas expectativas às demais camadas sociais. Por sua vez, as teorias de política externa admitem a importância destes atores na tomada de decisão dos Estados. Quanto mais coesas, mais interferem na formulação da política externa. Ademais, constroem coalizões internacionais, influenciando nas dimensões domésticas e externas de outros países.

- **Capítulo 2**

O propósito do segundo capítulo foi apresentar e debater os interesses e atuação dos cinco grupos de elites nos projetos regionais sul-americanos. A hipótese lançada nesta parte entende que as percepções das elites são condizentes com seus propósitos, valores, canais de influência e capacidade de coalizões e participação nos processos regionais. Embora os presidentes estejam, muitas vezes, na condução dos projetos regionais, estes se desenvolvem a partir de múltiplos interesses das diversas elites que reagem e atuam favorecendo ou se opondo à conformação do regionalismo.

As elites governamentais detêm maior poder para definir e guiar a integração regional. Embora detenham maior capacidade nas decisões e deliberações, estas sofrem influência dos atores domésticos os quais constroem e definem a preferência nacional. Por sua vez, no cerne das elites partidárias, os assuntos ligados à política externa aparecem com menos intensidade. Contudo, os partidos políticos compõem canais para a defesa dos interesses de outros atores, sejam eles empresários, sindicatos, atores sociais e a sociedade civil em geral. Com objetivos pragmáticos, os empresários logram maior intervenção e articulação nas estruturas regionais, conseguindo participar ativamente na defesa de seus propósitos. Por intermédio de alianças

regionais, elites sindicais atuaram de forma propositiva no âmago da integração regional, para garantir os direitos trabalhistas e a harmonização das legislações dos trabalhadores dos países envolvidos. Por fim, formadas por atores heterogêneos, as elites sociais lutam por mais espaço nos projetos de integração, constituindo redes regionais e atuando em conjunto com outras elites quando lhes convêm. O argumento deste capítulo comprova que no desenrolar dos projetos regionais, a partir de suas percepções, as elites intentaram influenciar, participar e defender seus valores no cerne destes projetos, reagindo de forma colaborativa ou resistente, atuando de maneira integrativa ou desintegradora.

• Capítulo 3

A partir deste capítulo, foram analisados os dados empíricos sobre a percepção das elites para sustentar a primeira hipótese. Nesta parte, o trabalho buscou conhecer, analisar e discutir a visão e interesse destes atores especificamente sobre os projetos regionais sul-americanos. Logo no início do capítulo, foi explicada a metodologia empregada na coleta de dados, bem como expostos os testes estatísticos aplicados no trabalho com os dados. Para corroborar esta análise, foi realizada uma pesquisa refinada em falas e discursos das elites dos cinco países estudados, consolidando os argumentos e as conclusões obtidas.

Antes de iniciar o exame dos dados, o trabalho apresentou o novo cenário do regionalismo sul-americano. Os governos considerados neopopulistas emergiram apoiados nas insatisfações da população com políticas econômicas dos anos 1990. No plano regional, estes atores passaram a enfatizar as questões políticas e sociais baseadas em um discurso político-ideológico, em detrimento dos assuntos comerciais e econômicos, provocando mudanças nas estruturas do regionalismo sul-americano.

Sintetizando os resultados alcançados, as percepções das elites sindicais e partidárias mostraram-se as mais inclinadas pela integração regional, em oposição aos empresários, os quais apoiaram as organizações externas. Por

sua vez, no escopo das elites governamentais existe uma clara divisão de percepções. A predileção dos governos da Argentina e Venezuela foi pela integração regional; enquanto isso, as elites do governo chileno preferiram as organizações externas; já os governos do Brasil e da Bolívia revelaram percepções distintas no âmago de seus governos. Fatores econômicos, políticos e estratégicos indicam estas divergências de opiniões, dificultando o desenvolvimento e fortalecimento dos blocos regionais pelos seus principais responsáveis.

- **Capítulo 4**

Dando continuidade ao estudo das percepções das elites, três questões sobre as relações internacionais foram exploradas: 1. A opinião sobre o principal objetivo das relações internacionais de seu país; 2. A visão dos atores sobre a globalização, 3. A impressão de simpatia dos países da região, Estados Unidos e China.

O primeiro item denotou difusão de percepções entre os entrevistados. Em resumo, as elites governamentais mostraram-se inclinadas por políticas externas distintas. Os governos do Chile e Bolívia preferiram a aproximação com os países desenvolvidos, e os governos da Argentina e Venezuela apostaram na aproximação com a América Latina; por sua vez, o governo brasileiro indicou divisão interna de percepção, querendo mais exercer a liderança de países emergentes. As elites sindicais não apresentaram a mesma conformidade de opinião como foi demonstrada no capítulo anterior, enquanto os empresários foram unânimes quanto à aproximação aos países desenvolvidos.

O segundo item comprovou que as elites têm um entendimento diferente quanto ao advento da globalização. A maioria acredita na necessidade de se adaptar ao fenômeno, contudo, alguns grupos, como os sindicatos e parte dos atores sociais ressaltaram os aspectos negativos do processo global. Por outro lado, os empresários mostraram-se predispostos por maior participação neste

fenômeno. Os governos e partidos políticos não apresentaram coesão em suas percepções, dificultando a conformação de uma política comum que trate a integração regional como instrumento para inserção internacional ou para enfrentar as adversidades provocadas pela globalização.

Por último, as elites evidenciaram muita simpatia pelo Brasil e Chile, com menos intensidade demonstraram simpatia pela Bolívia e Argentina, e expressaram ser nada simpáticos pela Venezuela e pelos Estados Unidos. Portanto, os dados acusam a dificuldade no aprofundamento da integração que se conforma atualmente, dado que a Venezuela está na liderança de propostas regionais relevantes como a ALBA, e mais recentemente ingressou no Mercosul como membro pleno. Por outro lado, os países que mais detiveram apreciação pelas elites, Brasil e Chile, possuem prioridades além das regionais na pauta de suas políticas externas. Portanto, os dados apresentados nestes dois últimos capítulos comprovaram as hipóteses apresentadas neste trabalho.

• Capítulo 5

Os dados apresentados neste capítulo corroboraram para a investigação da segunda hipótese definida por este trabalho. O início do capítulo expôs um panorama sobre miséria e distribuição de renda na América do Sul. Na sequência, foram discutidos os conceitos de pobreza e desigualdade. Em seguida, foram examinados os dados sobre as percepções das elites quanto à temática.

Existe uma preocupação das elites em relação aos problemas sociais que seus países enfrentam, todavia, algumas delas não acreditam na extinção da miséria e tampouco foram unânimes no apoio às políticas de distribuição de renda, denotando apoio parcial à aplicação desse tipo de política.

No que concerne às atividades governamentais, houve divisão no apoio entre políticas de distribuição de riqueza e promoção ao crescimento econômico. A primeira foi a predileção das elites sindicais, e a segunda dos empresários. As demais elites mostraram-se divididas em sua escolha. No entanto, elas foram coesas ao definirem a melhora dos índices educacionais e

a erradicação da pobreza como os principais objetivos do governo. Quanto à responsabilidade do Estado na promoção de riquezas, a maioria das elites acredita que esta tarefa deve ser compartilhada com a iniciativa privada.

Por fim, três políticas para redução da desigualdade ganharam apoio consensual: aumentar a eficiência dos serviços públicos, a expansão dos gastos sociais e o aumento do intercâmbio comercial. Todavia, outras políticas não tiveram a mesma sustentação, podendo encontrar obstáculo de implantação no ambiente regional, entre elas financiar o desenvolvimento econômico, abrir a economia para o investimento estrangeiro e a redução da intervenção estatal na economia. Os resultados apresentados neste capítulo foram confrontados com as questões de integração regional no capítulo 6, para sustentar as hipóteses estabelecidas.

• Capítulo 6

No último capítulo, foram apresentados resultados que colaboram para o desfecho deste trabalho. Primeiro, foram apresentados dados que discutem a relação entre as políticas de enfrentamento à pobreza no marco da integração regional, comprovando que as elites percebem o regionalismo como ferramenta a esta finalidade. Ademais, os atores que mais querem erradicar a pobreza são os mais predispostos pelos projetos regionais. Contudo, as elites esbarram em outras questões que dificultam a possibilidade de materialização destas políticas no cenário regional.

A principal questão é de matéria político-ideológica, a qual permeia a definição de valores e percepções das elites, afastando muitas delas dos aspectos vigentes na integração regional desta última década. Dividindo as elites em três grupos quanto ao seu apoio às instituições internacionais, o grupo de elites defensor da ALBA, considerou-se de esquerda ou extrema esquerda; o grupo predisposto ao Mercosul e à Comunidade Andina pertencem ao viés de centro-esquerda e centro; por fim, as elites propensas pelas organizações externas se consideram de centro com deslocamento à direita, em algumas categorias de elites. A partir dos resultados desta correlação

positiva, o capítulo realiza as considerações fundamentais para a conclusão da tese.

Material e Métodos

Para a construção empírica desta tese, foram utilizados dados produzidos em 2008, pela pesquisa “Percepção das elites sul-americanas sobre o impacto das desigualdades sociais na estabilidade democrática”, desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Os dados coletados nessa pesquisa sistematizaram indicadores sobre percepções, atitudes e valores de amostras das elites de seis países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México e Venezuela. Foram entrevistados 829 membros das elites governamentais, partidárias, empresariais, sindicais, intelectuais e ligadas aos movimentos sociais nesses países. Alguns testes estatísticos foram empregados na análise destes dados. No capítulo 3, antes da apresentação dos dados, descreveu-se a metodologia quantitativa desenvolvida.

No intuito de enriquecer esta análise empírica, foram utilizadas outras fontes primárias, como recortes de notícias de periódicos e jornais dos cinco países, e trechos de falas e discursos das elites estudadas para argumentação e melhor compreensão dos dados. Estes dados foram obtidos pela pesquisa realizada em jornais e agências de notícias relevantes, compreendendo o período de 2006 a 2010. Portanto agregou-se ao estudo empírico o método qualitativo.

A construção do referencial teórico baseou-se, prioritariamente, em fontes secundárias. Nas discussões provenientes dos resultados dos dados, também foram incorporados informações e conteúdos de artigos científicos recentes, proporcionando atualidade às conclusões da tese.

As tabelas de todos os gráficos estão nos anexos deste trabalho.

1. AS ELITES E OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Introdução

O principal objetivo deste capítulo é provocar uma discussão teórica sobre o papel das elites na integração regional. Assim, o primeiro propósito é a construção do referencial teórico sobre elites, para apresentar e explicar o conceito empregado nesta tese definido pela abordagem Pluralista. Em seguida, são analisadas as teorias clássicas de integração regional para evidenciar o objetivo principal do capítulo: a discussão teórica da relevância das elites nos processos de integração regional. Visto que a política externa envolve as políticas do Estado para a integração regional, por conseguinte o estudo indaga a importância e influência das elites na política externa, contribuindo à estrutura teórica norteadora da tese.

Para a compreensão do termo elite da corrente Elitista Pluralista que permeia esta tese, o primeiro item do capítulo consiste na revisão teórica sobre elites e suas definições, contrastando as concepções dentre as teorias pluralista, elitista e neoelitista. Nessa parte, são analisados os teóricos clássicos da Teoria das Elites - Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michells. Em seguida, são abordados os estudos de Charles Wright Mills, da obra "A elite do Poder". Na sequência, sucintamente, são analisados estudos dos teóricos Elitistas Pluralistas das escolas americana e europeia, Harold Lasswell, James Burnham, Giovanni Sartori, Joseph Schumpeter, Seymour Martin Lipset, Raymond Aron, e mais enfaticamente, Robert Dahl, crítico da teoria clássica e principal teórico pluralista. A revisão se encerra ao versar sobre os neoelitistas, especificamente Peter Bachrach, o qual complementa os estudos dos teóricos anteriores.

O segundo item constitui o estudo das teorias clássicas de integração regional, discutindo os principais conceitos teóricos e pensamentos das

correntes funcionalista a partir do seu precursor David Mitrany, e neofuncionalista, Karl Deutsch, Amitai Etzioni, e com mais detalhes o legado de Ernst Haas. Em seguida, é avaliada a visão de autores contemporâneos, inseridos na abordagem comunitária de relações internacionais, cujos fundamentos também são aplicados aos estudos de integração regional, como o institucionalista Robert Keohane e o teórico da abordagem intergovernamental, Andrew Moravcsik. Além de oferecer base para o entendimento da integração regional a ser discutida na tese, essa revisão literária prepara para a discussão seguinte, o papel das elites nos projetos regionais.

Portanto, o terceiro item do capítulo busca identificar e elucidar como cada teórico interpreta e relaciona a função e a importância das elites na integração regional. Com exceção de Robert Keohane, todos os demais teóricos contribuem para o estudo dessa relação, inclusive o teórico Matthew Gabel, o qual investigou e comprovou a relevância das elites europeias, como mobilizadoras da opinião pública em prol dos valores da integração.

Nesse contexto, o trabalho investiga também a importância das elites na formulação da política externa, uma vez que esse tema abarca as políticas estatais de integração regional. Portanto, é explorada a influência desses atores na formulação da política externa a partir da literatura especializada.

O modelo teórico de Robert Putnam do jogo de dois níveis discute a interferência dos atores domésticos na arena externa, a partir do momento em que os representantes governamentais atuam na esfera internacional defendendo os interesses internos. Os autores Helen Milner e Andrew Moravcsik confirmam e desenvolvem esse pensamento, ao assumirem o entrelaçamento dos dois planos e a estrutura da preferência doméstica como um dos fatores determinantes para a consecução dos acordos internacionais. Por sua vez, James Rosenau, Philip Converse e, com mais atualidade, Brian Rathbun explicam como a orientação política define as percepções das elites sobre as políticas internacionais, direcionando-as para visão e atuação semelhantes nas duas esferas.

Reconhecer a importância, a influência e atuação das elites na Política Externa e Integração Regional, corrobora para a relevância do estudo da percepção das mesmas sobre o tema. Sua percepção é proveniente de valores compartilhados, que quando materializados tornam-se interesses e a partir disso, as elites definem suas estratégias de influência e ação para consecução de seus objetivos.

1.1. Elites e concepções teóricas

A definição clássica de “elite” fundamenta-se na existência de uma minoria detentora do poder, em contraposição a uma maioria subordinada à primeira. Proveniente dessa definição, a Teoria das Elites Políticas defende o termo como um grupo restrito de pessoas dentro de uma sociedade, com capacidade de poder e de decisão sobre o restante dessa sociedade por intermédio do Estado. Ao extremo, as Elites controlam o Estado, e por ele impõem suas decisões à sociedade. Dessa forma, os poderes econômico, político e ideológico compõem o poder das elites, cujas decisões são válidas a todos, mesmo que elas tenham que recorrer ao uso da força, em última estância (BOBBIO, 1992).

Precursor da concepção clássica, Gaetano Mosca (1939) defendeu que em todas as sociedades, das mais primitivas às mais desenvolvidas, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira classe (classe política ou dirigente), menos numerosa, goza de vantagens exclusivas, detém as funções públicas e o poder; já a segunda classe (massas), seria conduzida pela primeira, fornecendo-lhe sustentação, condição essencial para a vitalidade do organismo político. A classe dos governantes, no intuito de garantir o controle sobre os recursos de poder, apresentaria organização suficiente para se impor sobre a maioria; esta última, portadora de múltiplos interesses, não conseguiria se organizar para deter a dominação dos governantes (MOSCA, 1939).

A organização presente na classe dos governantes seria interpretada

como o estabelecimento de um conjunto de interesses comuns. Tais interesses induziriam a coligação entre os membros da classe política, formando um grupo homogêneo e solidário contra a classe mais numerosa (a dos governados), a qual é dividida, desarticulada, dispersa e desagregada. A classe mais numerosa seria dirigida pelo aparelho ou máquina estatal, da qual se serve a classe política como instrumento de realização de seus próprios fins. Com base nesta característica, a teoria da classe política também é conhecida como teoria da minoria organizada (BOBBIO, 1992).

Dessa forma, segundo Mosca (1939), o controle da autoridade política seria sempre revezado por grupos minoritários dominantes, não cabendo às massas qualquer controle político. Por fim, a sociedade ideal seria aquela capaz de evitar o despotismo – predomínio de uma única força social -, permitindo competição entre as diferentes minorias organizadas, almejantes de poder.

Contemporâneo de Mosca, Vilfredo Pareto (1935) ressaltou no estudo da Teoria das Elites, que nem sempre as minorias pertencentes ao grupo dominante, apresentam vocação para a atividade política. Geralmente, os indivíduos ascendem à classe dominante através da hereditariedade, o que não é benéfico para o controle do poder. Portanto, para o autor, seria indispensável a “circulação das elites”, facilitando a renovação das minorias e fomentando o movimento político.

Baseando-se nos estudos de Mosca, o autor também refinou o termo “elite” ao enunciar que, em toda sociedade, há uma classe “superior” detentora do poder político e econômico – a aristocracia (PARETO, 1935). Esta, segundo Pareto, arrosta momentos de exaltação e decadência na história da sociedade, sempre enfrentando a classe insurgente. O autor definiu as diferentes classes de elites, dividindo-as em grupos. As elites políticas são aquelas que usam a força (leões) e aquelas que utilizam a astúcia (raposas). Já as elites econômicas seriam divididas entre os especuladores e banqueiros. Por fim, as elites intelectuais seriam divididas entre os homens de fé e os homens da ciência.

Inspirado nos autores anteriores, o teórico alemão, Roberto Michels (2001), focou seus estudos na análise da concentração de poder nas mãos de uma minoria dentro das organizações. Segundo ele, os líderes de uma organização partidária, após ascenderem na liderança, tendem para tomada de decisões egoístas, garantindo-se a liderança, mas distanciando-se daqueles interesses iniciais e das reivindicações do partido. Dessa forma, surgem as oligarquias partidárias, voltadas exclusivamente a seus interesses egoístas, bastante criticadas pelo autor.

Os trabalhos desses autores compõem a Teoria Clássica das Elites, e a partir deles, os cientistas políticos contemporâneos aprofundaram e consolidaram esses estudos, na tentativa de responder algumas questões fundamentais, como identificar e definir as minorias dominantes e conjugá-las com o exercício da democracia.

Difundindo os estudos das elites, James Burnham (1941) sustentou como inevitável a condição de dominação pelas elites. Cada sociedade será sempre dominada por um grupo de poder (*ruling class*).

Onde existe tal grupo de controle, um grupo que em antítese com o resto da sociedade tem, em maior medida, o controle do acesso aos instrumentos de produção e um tratamento preferencial na distribuição dos produtos destes instrumentos, podemos falar deste grupo como de um grupo socialmente dominante ou da *ruling class* desta sociedade (BURNHAM, 1941, p. 53-4).

Harold Lasswell (1950), contemporâneo de Pareto, desenvolveu novas investigações a partir da concepção clássica. Para ele, as elites seriam aqueles atores que tomam a maior parte de todo o poder possível frente ao restante da sociedade que comporia a massa populacional. Em obra posterior, escrita em parceria com Kaplan (1998), o autor distinguiu a “verdadeira elite”, formada por aqueles que têm o poder maior em uma sociedade, da “elite média”, constituída por aqueles que têm um poder inferior, e da “massa”, constituída por aqueles que têm um poder menor.

Da mesma forma que os autores clássicos, Laswell reforçou que os membros da elite são muito menos numerosos em relação à composição das massas. Assim como afirmou a possibilidade da coexistência entre elites e governo democrático: "a democraticidade de uma estrutura social não depende do fato de existir ou não existir uma elite, mas das relações que decorrem entre elite e massa, do modo como a elite é recrutada e do modo como exerce seu poder" (LASSWELL, 1950, p. 218).

O autor refinou a análise sobre as formas de domínio dos vários tipos de elites. Por exemplo, as elites de funcionários exercem seu domínio de forma burocrática; as elites de nobres exercem seu domínio de forma aristocrática; as elites de especialistas exercem seu domínio sob forma tecnocrata. A partir do desenvolvimento dessa análise, o teórico britânico Harold Lasswell, foi uma das mais fortes influências para posterior formação do pluralismo americano no estudo das elites, o qual contestou a corrente elitista monista.

O principal autor da corrente elitista monista, defensora de uma unicidade dentro o corpo de elites, foi Charles Wright Mills (1975), o qual lançou a obra "A elite do poder", cujo objetivo foi analisar a minoria que exercia o poder na sociedade norte-americana do século XX. Nesse trabalho, o autor reconheceu a minoria poderosa que exercia domínio sobre a sociedade norte-americana, esta última totalmente desprovida de poder. Para Mills, a elite política norte-americana controlaria os postos estratégicos de comando da estrutura social. "As hierarquias do Estado, empresas e exército constituem os meios do poder (...), e em sua cúpula, estão os pontos de comando da sociedade moderna" (MILLS, 1975, p. 14). Portanto, a Organização Militar, a Máquina Estatal e as Grandes Companhias compunham a base do poderio nacional norte-americano. Os três grupos, além de relacionados, superaram a fragmentação, com centralização organizacional no seu interior.

Em primeiro lugar, situava-se a instituição militar, que obteve maior importância no século XX, ao ser alvo crescente de investimentos públicos e estar em expansão. Na sua Cúpula, estaria a elite dos soldados-estadistas. Segundo, a ordem política, que antes era descentralizada pelas partições

estaduais, tornou-se uma organização centralizada e executiva, congregando poderes, além de penetrar nas reentrâncias da estrutura social. No seu topo estariam as principais autoridades estatais e os políticos mais poderosos. Em terceiro, a ordem econômica, antes difundida em múltiplas empresas de pequeno porte, foi dominada por empresas gigantes, administrativa e politicamente correlacionadas, controlando as grandes decisões econômicas do país. Na ordem econômica, estariam à frente, os homens mais ricos e os principais executivos das grandes corporações. Por fim, as lideranças dessas três ordens institucionais formariam a elite do poder dos Estados Unidos, um seleto grupo que partilha decisões de abrangência nacional (MILLS, 1975).

A partir da conceituação desses grupos, Mills (1975) definiu o conceito de elite política: um grupo denominado “altas rodas”, que ocuparia o topo das instituições de poder e seria capaz de tomar decisões que afetariam todo o país. Ademais, esse grupo “tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio – bem como todos os modos de vida a que estes levam” (MILLS, 1975, p. 16).

Para compreender a “elite do poder”, o autor aponta três características compartilhadas entre si: unidade psicológica ao fazerem uso dos mesmos valores; comunhão de interesses, consolidando um agrupamento de interesses coerentes; e unidade institucional, fomentando a coordenação na base da elite do poder. Portanto, esta seria constituída por um grupo homogêneo, coeso em seus valores, detentor de poder, cujas decisões seriam capazes de afetar a “sociedade de massas”.

A definição do termo “sociedade de massas”, elaborado pelo autor, seria a grande maioria de pessoas passiva em relação à elite do poder. Nessa sociedade, haveria um pequeno número de lideranças para um grande número de seguidores apáticos, os quais estavam afastados do controle político e democrático da “elite de poder”. Para Mills (1975), a existência dessa massa de cidadãos passivos seria uma das causas fundamentais do autoritarismo na sociedade dos Estados Unidos. Tal situação, somente poderia ser remediada com maior participação da sociedade de massas, permitindo o retorno da

verdadeira democracia. Ou seja, assim como defendeu Lasswell, seria possível a coexistência entre elites e democracia, desde que houvesse a participação da sociedade de massas no sistema político.

Condizente com a ideia de que as elites são internamente homogêneas, unificadas, autônomas e formam um estrato exclusivo da sociedade, Robert Putnam desenvolve na obra *“The Comparative Study of Political Elites”* (1976), três aspectos metodológicos para distinguir as elites políticas em uma sociedade:

1. A posição ocupada por elas: as instituições formais e os órgãos governamentais são ocupados por aqueles que detêm o poder.

2. Impacto de suas decisões: o impacto das decisões no cotidiano social e político de uma sociedade, determina quem são os principais tomadores de decisões em uma estrutura social.

3. Posição e reputação social: as elites são provenientes de famílias tradicionais e de prestígio. Além disso, elas são qualificadas, instruídas e mais educadas que o restante da população, sendo esta condição fundamental, principalmente nos países em desenvolvimento.

Putnam (1976) resgatou a proposição de James Burnham (1941), na qual grupo dominante deve se alternar, da mesma forma que defendia o clássico Pareto (1935), ao propor a “circulação das elites”. Para Putnam, a rotação elevada entre as elites está associada aos períodos de crise; ao mesmo tempo em que o grau elevado de rotatividade entre elites provocaria inovação e flexibilidade em termos de política, afetaria o nível de experiência, especialização e eficácia desses atores.

Ampliando a discussão da rotação das elites, implantada por James Burnham e Harold Lasswell, e defendida por Robert Putnam, autores como Robert Dahl consolidaram esse princípio pela abordagem pluralista, instituindo a corrente Elitista Pluralista. A abordagem pluralista critica a unicidade das elites, proposição fundamental para teóricos do elitismo monista.

A conceituação e o desenvolvimento teórico dos elitistas monistas foram

importantes para consolidar e ampliar os estudos das elites a partir da definição clássica. No entanto, o termo elite adotado por esta tese não compreende essa abordagem, já que as elites são compreendidas por vários segmentos e naturezas. A exposição dos teóricos anteriores visou situar o conceito empregado, ensejando os estudos de Robert Dahl adotados e defendidos nesse trabalho.

Dahl criticou Wright Mills bem como os autores clássicos, ao se posicionar contra o modelo de elite dirigente, ou seja, uma elite homogênea. Com isso, o autor propôs a corrente conhecida como Elitismo Democrático, Pluralismo Elitista ou, simplesmente, Pluralismo.

Portanto, o termo elite adotado por este trabalho e empregado no Projeto Geral atrelado a esta tese, baseia-se no Pluralismo, o qual considera um conjunto amplo de atores sociais que participam e influenciam o processo político. Assim, a identificação do grau de participação e influência das elites nos processos políticos consistem em um ponto chave para o debate da literatura democrática e formulação de políticas públicas.

Primeiramente, o pluralismo conjugou a ideia central do elitismo clássico – o comando da política pelas minorias – com a democracia e a pluralidade das elites. Para os teóricos pluralistas, a maior ameaça às elites não advém das minorias, mas sim das massas políticas. A melhor forma de estabelecer esse regime seria através do descaso político da maioria das pessoas em uma sociedade, ao invés do seu engajamento direto na vida política. Essencialmente, a democracia deveria permitir a participação dos cidadãos através das eleições competitivas, deixando o poder político para as lideranças políticas escolhidas. A soberania popular seria reduzida, e as elites políticas seriam as proponentes dos candidatos e das alternativas políticas ofertadas ao eleitor (SCHUMPETER, 1961).

Entretanto, a maior crítica aos autores clássicos pelos pluralistas recai na defesa da existência do pluralismo entre as elites. Para eles, nas sociedades complexas, elites diversificadas e organizadas competiriam entre si pelo poder político, e, dessa forma impediriam que apenas um grupo fosse

detentor do poder político. Assim, nas democracias modernas, os recursos de poder mais relevantes estão dispersos. O poder político, a popularidade, a riqueza e o controle do conhecimento estariam distribuídos entre diferentes atores, constituindo a heterogeneidade das elites, fundamental nas democracias contemporâneas. Ademais, as elites deveriam ser autônomas e livres para associações e coligações. Ao mesmo tempo, o cidadão comum encontra diferentes canais para mobilizar a defesa dos seus interesses. Portanto, o pilar da democracia seria a existência de uma pluralidade de elites diante do poder estatal (ARON, 1987).

Por sua vez, o Estado seria interpretado como uma arena, através da qual os diversos grupos sociais autônomos utilizariam seus recursos para atender seus interesses. Embora tivessem influência nessa arena, os políticos dependeriam diretamente dos eleitores para ascender ao poder, portanto, competiriam entre si para obtenção de votos, evitando o despotismo político.

Uma contribuição de Robert Dahl foi o estudo de que a “elite de poder”, defendida nos estudos de Wright Mills, não explicaria a estrutura política dos Estados Unidos. No caso, para o autor o modelo pluralista esclareceria melhor tal estrutura, como faz ao analisar a estrutura política da cidade de *New Haven* nos Estados Unidos (1784 a 1960), através da obra “*Who Governs?*” (1961).

O objetivo principal de Robert Dahl é entender como o sistema democrático funciona em meio à desigualdade social. “Em um sistema político em que quase todos os adultos podem votar mas o conhecimento, a riqueza, a posição social, o acesso aos cargos e outros recursos são desigualmente distribuídos, quem realmente governa?” (DAHL, 1961, p. 1). Ampliando seu questionamento, o autor elabora outras questões no intuito de desenvolver seus estudos e questionar o conceito de “elite de poder” (DAHL, 1961, p. 7):

- As desigualdades de recursos são “cumulativas” ou dispersas? Ou seja, quem tem mais recursos em uma determinada área terá também mais recursos em outra?

- A forma pela qual os recursos políticos são distribuídos leva à oligarquia (domínio de uma elite coesa) ou ao pluralismo (diversas minorias em competição)?
- Como as decisões políticas importantes são tomadas?
- Que tipo de pessoas exerce maior influência sobre as decisões?
- As mesmas pessoas tomam diferentes tipos de decisões?
- Os líderes são provenientes de que estrato da sociedade?
- Os líderes tendem a ser coerentes com suas políticas e formar um grupo dirigente ou tendem à divisão, conflito e negociação?
- As lideranças atendem mais aos interesses daquela maioria de quem provem a maior parte dos votos, ou atendem às minorias que possuem mais riqueza e *status*?

Como mencionado, Dahl busca respostas às suas indagações através da análise do desenvolvimento político da cidade de *New Haven*. Segundo ele, foi possível constatar historicamente que a estrutura política da cidade passou de um padrão oligárquico de liderança para um padrão pluralístico (DAHL, 1961, p. 43). No primeiro período (1784-1842), as elites eram formadas por um grupo que detinha a riqueza, o status social e liderança religiosa; padrão, designado pelo autor, de desigualdades cumulativas. Entre 1842 e 1900, novos empresários e homens de negócios ascenderam pelo seu próprio esforço. A partir de então, ascenderam às elites, “ex-plebeus” procedentes de famílias obreiras e da classe média baixa de origem imigrante.

Essas transformações, advindas também da expressão crescente da complexidade social, econômica e étnica, refletiram profundas alterações na estrutura da sociedade, onde os recursos políticos foram fragmentados e dispersados. Entretanto, tal modificação não significou situação de igualdade social, como propunham os teóricos da democracia (DAHL, 1961). A situação de desigualdade permaneceu de outra forma, não havia mais um único grupo que controlava todos os recursos simultaneamente; esse grupo dominante foi substituído por diversos grupos detentores de diferentes recursos sociais

(riqueza, cultura, influência, prestígio, saber). Essa nova estrutura política pluralista apresenta um sistema de poderes desiguais e dispersos, como acontece entre as elites na sociedade latino-americana, estudadas nesse trabalho.

Assim, em uma sociedade de estrutura pluralista, não há uma relação linear entre recursos socioeconômicos e influência política. O acesso a bens econômicos poderia ser um importante recurso político em dada situação, mas menos importante em outra. O tamanho da influência política não estaria diretamente correlacionado ao acúmulo de recursos econômicos. A influência política dependeria de uma complexidade de recursos conjugados (DAHL, 1961).

A cidade de *New Haven*, analisada por Dahl, apresentava um sistema político plural que permitia a participação de vários grupos no processo decisório; nessa cidade, a influência política era dispersa e desigual, e os padrões de lideranças eram múltiplos. Portanto, eram muitos líderes influentes cativos de seus eleitores.

Essa abordagem inovadora, explicitada por Robert Dahl é de profunda importância para a compreensão da análise das elites estudadas nesse trabalho. São atores de procedências diferentes, com recursos distintos, e que apresentarão opiniões e interesses diversos sobre as mesmas questões, embora todos façam parte das elites.

Durante sua pesquisa, Dahl reconheceu que em toda sociedade há uma minoria politicamente ativa, melhor preparada para a atividade política, diante de uma massa despolitizada. Portanto, o autor distinguiu tais grupos, chamando-os de “estrato político” – aqueles diretamente engajados na atividade política -, e “estrato apolítico” - formado por pessoas desinteressadas por essa atividade. Ainda que sejam grupos antagônicos, os líderes políticos, em uma democracia, necessitam cativar seus eleitores vindos do “estrato apolítico”. Portanto, embora o primeiro grupo seja mais influente, já que organiza uma demanda política, por enfrentar um ambiente competitivo, deve levar em consideração o desejo e interesse do estrato apolítico - massa de

eleitores. Assim, as eleições competitivas consistem nas ações dos políticos dependentes dos votos dos eleitores (DAHL, 1961).

De forma geral, esses dois grupos consistem nos principais atores na arena política, contudo a estrutura política não poderia ser simplificada nesses dois grupos. Os eleitores não exprimem o único compromisso das lideranças políticas, essas lideranças estão vinculadas também aos *sub-líderes*. Esse último grupo seria o séquito político dos líderes maiores, que os apóia em troca de cargos, prestígio, remuneração financeira e poder. Por sua vez, a lealdade de tais *sub-líderes* depende da manutenção desses compromissos. Portanto, na democracia representativa, as lideranças enfrentam o desafio de atender concomitantemente os interesses dos dois grupos, dos *sub-líderes* e massa de eleitores. Para atender aos desejos do primeiro grupo, as lideranças praticam a “política encoberta”; para servir à massa de eleitores, atuam a “política aberta”. Quando os interesses são contraditórios, o líder político enfrenta um dilema, suprir a demanda dos *sub-líderes* em detrimento do apoio de eleitores confiáveis. Qualquer uma dessas escolhas poderia ocasionar a derrota eleitoral, impondo, algumas vezes o encerramento da carreira política dessa liderança. Assim, em uma estrutura política pluralista, poucas pessoas têm influência direta sobre as decisões políticas, mas muitas pessoas exercem influência indireta nas decisões das lideranças, já que dependem dos eleitores para ascenderem e se manterem nos cargos políticos pretendidos (DAHL, 1961).

Segundo Giovanni Sartori (1982), na obra *“Partidos e Sistemas Partidários”*, o estudo das elites também consiste em analisar a influência desses atores nos processos políticos, junto aos efeitos da participação da sociedade no funcionamento das instituições democráticas. Tais efeitos não estariam restritos à relação entre sociedade e Estado, pois abrangem também implicações no funcionamento das instituições domésticas, nas decisões e ações do Estado.

Outros teóricos contribuem para os estudos do Elitismo Pluralista, como Seymour Martin Lipset, através da obra *“Political Man”* (1960), e Raymond Aron

(1987). Os principais pontos defendidos pelos teóricos dessa ampla corrente são:

- Aceitar a política como uma atividade controlada por minorias.
- Conjuguar a democracia com os princípios fundamentais da Teoria das elites. A democracia é entendida como um regime de eleições livres e competitivas, no qual diversas elites competem entre si para conquistar o voto dos governados.
- Compreender as elites como lideranças dos grupos sociais organizados e autônomos, além de serem livres para formular seus objetivos e estratégias sem interferência dos governos e Estado.
- Rejeitar a visão idealizada de democracia, onde há o exercício direto do poder pelo povo, para aceitar uma visão realista desse princípio. O governo democrático é entendido como a expressão da competição entre pluralidade de minorias dirigentes.
- As democracias contemporâneas não são dominadas por uma única elite coesa e concentradora de poder. Os sistemas políticos são caracterizados por uma pluralidade de grupos que almejam o poder (PERISSIONOTTO, 2009).

Portanto, esse conjunto de conceitos do Elitismo Pluralista permeia o significado do termo empregado nessa tese - elites compostas por segmentos independentes as quais apresentam diferentes formas de poder – econômico, político, intelectual etc. Embora os teóricos pluralistas defendam que esse padrão conceitual de elites seja coexistente com o regime democrático, esse argumento sofreu críticas, ao cercear os próprios preceitos democráticos.

Os teóricos pluralistas restringem às eleições o funcionamento da democracia na sociedade, sendo bastante criticado pelos *neo-elitistas*. Os teóricos do *neo-elitismo* reconhecem como pertinentes as críticas dos pluralistas à elite monista, mas apontam os argumentos dos pluralistas sobre exercício do poder e regime democrático como limitados. Para os *neo-elitistas*, vetar importantes temas na agenda política e impedir a tomada de decisões,

significa também exercício de poder. Ou seja, as elites são capazes de obstruir certas decisões políticas que afetem seus interesses, reduzindo a agenda política a um conjunto de “questões seguras”.

Ademais, defendem a ampliação do sistema democrático. Os *neo-elitistas* admitem a impossibilidade da participação direta de todo o povo nas decisões governamentais, reconhecendo as minorias politicamente ativas como um fato político nas sociedades contemporâneas. Entretanto, defendem que o princípio democrático não deve ser reduzido à competição eleitoral entre tais minorias, como propõem os estudiosos pluralistas.

Para os *neo-elitistas*, a questão democrática não se restringe à seleção das elites, mas se refere também à “difusão do poder” (BACHRACH, 1980). O poder político não se limitaria às instituições governamentais, estaria fragmentado em um conjunto de atividades que gera decisões para toda sociedade. Portanto, toda decisão coletiva seria uma decisão política.

Assim, aos *neo-elitistas* a democratização política deveria estar presente nos locais de trabalho, nas grandes corporações econômicas, nos ambientes escolares, na família, na vida social como um todo. Com isso, o homem comum poderia participar das decisões que afetam diretamente o seu cotidiano. Somente assim, o cidadão atribuiria grande importância à participação em decisões que lhe afetam. Portanto, o objetivo principal seria uma sociedade democrática, de participação ampla dos cidadãos, e não simplesmente um governo democrático (BACHRACH, 1980).

Os teóricos clássicos e os pluralistas são críticos ao cidadão comum, justamente porque nas democracias contemporâneas não é incentivada e permitida participação direta nas resoluções que afetam o cidadão comum. Quando tal participação fosse restringida, a maior parte da população ficaria alheia e sem interesse na política. O cidadão comum não participaria da política porque lhe seria indiferente, mas seria indiferente porque não lhe permitiriam participar.

Ao contrário da teoria pluralista, os *neo-elitistas* valorizam a participação do cidadão comum em relação aos assuntos de seu interesse, o que permitiria

maior controle inclusive sobre as elites políticas. A passividade política das maiorias, exaltada pelos elitistas clássicos e pluralistas, é entendida pelos *neo-elitistas* como uma das maiores causas do enfraquecimento das democracias contemporâneas (PERISSIONOTTO, 2009).

Embora essa crítica dos *neo-elistas* apresente fundamento, o funcionamento do regime democrático na América Latina está bastante próximo à ideia pregada pelos Pluralistas, onde a participação da população nas decisões governamentais tende a se resumir nas eleições. O'Donnell (1991) explicou o funcionamento da democracia na América Latina, ao propor o termo *democracia delegativa*, o qual consiste na baixa definição e institucionalização das práticas democráticas, pouca transparência no exercício das regras do jogo eleitoral e alta capacidade discricionária do chefe do Executivo associada à alta exclusão das massas. Tais características marcam o regime democrático na América Latina.

Como o objetivo central desse capítulo é o estudo teórico da variável independente da tese - as elites - não cabe nesse momento, um debate sobre a democracia na região, embora seja uma discussão merecida e bastante complexa. Ainda assim, o tema da democracia ocorrerá de forma transversal algumas vezes neste trabalho.

Antes de apresentar e discutir o papel das elites nos projetos integrativos, o trabalho delinea as teorias clássicas de integração regional, ensejando a discussão principal e contribuindo para a compreensão desse tema nos próximos capítulos da tese. Ainda que as teorias clássicas apresentem deficiências na explicação dos processos de integração na América Latina, constituem os princípios para o entendimento apurado dessa temática.

1.2. As teorias clássicas de integração regional

As primeiras explicações teóricas sobre os processos de integração

surgiram na década de 1950, adotando como fundamento as características estruturais do sistema internacional daquele momento. Seriam eles, os valores advindos das forças ideológicas antagônicas da Guerra Fria e as relações de poder provenientes da bipolaridade internacional (VAZ, 2002). Desse modo, no primeiro processo de integração regional, a integração da Europa, os estímulos integrativos surgiram da necessidade de se criar uma unidade baseada na identidade de valores e de interesses, cuja finalidade seria enfrentar as forças da Guerra Fria, União Soviética e Estados Unidos.

Embora as condições fossem as mesmas, os argumentos sobre integração eram divididos em duas linhas. O primeiro consistia na explicação de que o esquema regional obteria coesão através dos valores e crenças em comum, e do consenso quanto à estrutura da própria integração. O segundo apostava na conquista da coesão através de mecanismos coercitivos e ameaças quanto ao uso da força (VAZ, 2002).

Para um dos primeiros estudiosos da integração europeia, Karl Deutsch (1982), os Estados buscam a integração política como medida de proteção à anarquia ou aos conflitos bélicos, e a evolução deste processo resulta em “comunidades de segurança” - terminologia utilizada para descrever a estrutura das relações entre os Estados em determinada região (BRAILLARD, 1990).

Seguindo esta linha baseada na manutenção da paz, o autor definiu integração como um conjunto de instituições e práticas, capazes de assegurar mudanças pacíficas em uma comunidade política, cuja ocorrência de conflitos seja mínima (DEUTSCH, 1982). O objetivo final deste processo integrativo seria a unificação política, e, para isso, a integração passaria por algumas fases. A primeira seria a ligação funcional, quando fosse instituído o livre comércio entre os países envolvidos; em seguida, com o aumento das transações comerciais, seriam geradas redes de relacionamento dentro do processo que, por conseguinte, fomentariam a associação social, ou seja, os valores internalizados seriam difundidos, criando-se valores comuns. A sequência seria a formação de uma comunidade, que apresentasse um padrão de comportamento dos indivíduos e também, de uma identidade ideológica

comum, passo anterior à fusão política dos Estados envolvidos. Portanto, Deutsch (1982) defendia a compatibilidade dos valores mais relevantes entre as elites participantes dentro do processo decisório político, como fator essencial para a amalgamação política. No intuito de explorar as particularidades deste argumento, o subitem posterior, apresenta minuciosamente a importância das elites para essa amalgamação política.

Contemporâneo de Deutsch, Amitai Etzioni (1968) partiu do segundo argumento, ao utilizar o termo comunidade política para o estudo da integração regional ou seja, comunidade política se caracterizaria por uma unidade social que possui três mecanismos de integração autônomos: poder de coerção suficiente para equilibrar o poder de coação de qualquer um dos seus membros; centro de decisão capaz de repartir os bens para toda a comunidade; e um centro principal de lealdade política da grande maioria dos cidadãos. Sintetizando, comunidade política é constituída por um Estado, por uma unidade administrativo-econômica e por um centro de lealdade.

O nível de integração política dado por esses mecanismos é o que distingue as comunidades políticas dos demais sistemas existentes. Para o autor, o processo de integração ou unificação respeita alguns estágios: o primeiro da pré-unificação, quando as elites internas propõem esse processo; o segundo é o poder integrativo, quando é forçada a formação de uma identidade (valores) entre a sociedade, sendo as elites responsáveis por essa tarefa; a terceira, quando o processo identifica a atuação das forças integracionistas sobre diversos setores; e, por fim, o último estágio, quando a comunidade política detém e supera as unidades constitutivas iniciais, com apoio e participação das elites políticas (ETZIONI, 1968).

Durante as primeiras décadas do desenvolvimento da integração na Europa, muitos estudos sobre integração regional, foram orientados pela corrente funcional, que julga como o melhor meio para integração e paz, a cooperação em determinadas atividades funcionais, de natureza técnica e econômica, e não através da formação de novas estruturas institucionais de caráter político. As organizações internacionais funcionais seriam mais

apropriadas que as nações para cumprirem certas tarefas, cujos resultados positivos colocariam, de certa forma, em dúvida o controle estatal. Para os teóricos funcionalistas, uma cooperação baseada nas necessidades funcionais, implicaria, em longo prazo, uma verdadeira unificação de natureza política (VAZ, 2002).

David Mitrany (1948), o precursor dos estudos de integração regional, instituindo a corrente teórica funcionalista, supunha que o processo chegaria a um determinado momento em que fosse automática a transposição de experiências bem sucedidas de cooperação de uma zona para a outra. A ideia funcionalista, introduzida pelo autor, entendia como positivo o enfraquecimento do poder estatal pelo crescimento do comércio internacional e pela crescente interdependência das nações.

Assim, intensificou-se o debate sobre a supranacionalidade no âmbito do processo integração regional. A supranacionalidade se define pela autonomia relativa das instituições intergovernamentais e cessão de soberania das partes envolvidas. Os representantes de vários dos Estados participantes são persuadidos a transferir suas expectativas e lealdades para um novo centro, que exerce jurisdição sobre os Estados-membros. Inversamente, uma organização intergovernamental depende dos Estados participantes, não consistindo em autoridade acima dos Estados soberanos. Deste modo, as negociações visam um mínimo comum entre os Estados.

Empregando os conceitos anteriores, os neofuncionalistas defendem que os níveis altos de interdependência estabelecem o ritmo de um processo contínuo de cooperação que leva à integração política. O caráter de supranacionalidade é entendido como meio mais efetivo para resolver problemas comuns. O processo de integração inicia-se pelas questões técnicas e menos contraditórias, conduzindo para redefinição do grupo em torno da unidade regional. Quando preparado, tal grupo aprofundaria o processo de integração, através da pressão de determinados grupos de interesse da opinião pública, e da socialização da elite. Por fim, a integração tornar-se-ia autossustentada, já que os passos iniciais da integração demandam mais

integração (BRAILLARD, 1990).

Desenvolvendo e incorporando os estudos da geração anterior, a corrente teórica neofuncional confirmou a importância das elites na integração regional, proporcionando grande contribuição teórica à tese.

Segundo Ernst Haas (1963), as elites desempenham papel indispensável no desenvolvimento de qualquer processo integrativo. Dentro da sua concepção, o autor defende tanto a ampliação vertical das elites em cada unidade política, diminuindo a rígida estratificação social, quanto os contatos horizontais entre elites de todas as unidades políticas.

Dentro dessa linha, o processo de integração regional é compreendido como um processo quando os atores políticos de uma sociedade desviassem as suas expectativas de benefícios e interesses próprios do Estado nacional para uma instituição de maior escala. Ou seja, o processo de integração regional se sucederia com a transferência de lealdade dos atores políticos para um centro de poder mais amplo, resultado de certo grau de satisfação das elites com o novo centro político (HAAS, 1963).

O decurso da transferência de lealdade ocorreria de forma gradual, partindo de uma elite específica interessada na integração para os demais grupos, caracterizando-se como *spillover*. Esse fenômeno, conceito fundamental para teoria neofuncionalista, consiste no transbordamento do processo para a sociedade, a partir de um núcleo funcional. Esse núcleo, constituído pelos governos e burocracias especializadas, amplia o processo de integração ao passar para as elites dominantes e representantes políticos uma percepção positiva da integração (HAAS, 1963).

Do seu ponto de partida, a iniciativa burocrático-estatal, o processo de *spillover* espalha-se em direção à sociedade, gerando uma dinâmica de reações, demandas e respostas. O seu alastramento mobiliza grupos de interesses distintos, que buscam formas autônomas e satisfatórias para intervir e participar do processo integrativo.

Face ao aumento de interesse nos grupos organizados, o *spillover*,

segundo os neofuncionalistas, pressionaria pela criação de uma burocracia, preferencialmente de caráter supranacional. Tal burocracia estaria voltada para administrar as questões referentes à integração, ganhando uma dinâmica própria, e tornando-se cada vez menos dependente da vontade política dos governos. Por conseguinte, seria provocado o declínio do papel do Estado frente às instituições centrais (HAAS, 1963).

O fenômeno conhecido como *spillover* ganha dinamismo quando o seu núcleo funcional - constituído por governos, burocracias especializadas e elites as quais iniciam as negociações da integração regional - atrai apoio e amplia o processo, ao provocar nos representantes políticos e nas elites a percepção positiva do processo. Por conseguinte, esses atores, ao perceberem a superação dos benefícios face aos custos integracionistas, tentariam influenciar as instituições centrais a favor do processo. Em seguida os grupos, antes indiferentes e contrários ao processo, passariam a defendê-lo, gerando mais expectativas e demandas favoráveis à integração. Finalmente, o processo seria consagrado quando os governos fossem capazes de garantir a continuidade dos benefícios para todos os interessados que formam a base do processo (HAAS, 1963).

Haas expôs quatro motivações básicas para a regionalização, que coincidiram com os estímulos para formação da integração europeia:

- a. promoção da segurança em determinada região, com defesa conjunta contra uma ameaça comum;
- b. promoção da cooperação para o desenvolvimento econômico e maximização do bem-estar geral;
- c. meio de controle de uma nação mais forte sobre as políticas de seus aliados menores;
- d. desejo comum de constituir a unificação das comunidades nacionais, em uma entidade mais ampla, com capacidade supranacional (HAAS, 1963).

A inovação relevante de Haas, ao desvelar essas quatro motivações,

demonstrou que aos demais processos de integração regional cabiam outros objetivos e interesses, como acontecem nos blocos estudados neste trabalho. Os projetos de integração da América Latina resultaram de propósitos econômicos e cooperativos no marco do regionalismo aberto.

Entretanto a experiência empírica, inclusive dos próprios processos de integração da América Latina, limitou-se ao intergovernamentalismo, não atendendo à supranacionalidade, e tampouco comprovando premissas importantes dessas teorias percursoras da integração regional, como a automaticidade do processo de *spillover* de Haas, a consecução das etapas de integração propostas por Etzioni e a difusão intensa de valores conforme dito por Deutsch. Por outro lado, essas concepções apresentaram as primeiras definições desse tema, auxiliaram no entendimento da formação e da dinâmica interna dos blocos, bem como corroboraram para análises posteriores.

Portanto, face à restrição das teorias clássicas e com o crescimento do regionalismo em outros continentes, como nas Américas e Ásia, e das organizações multilaterais, novas concepções surgiram para explicar essas organizações, principalmente correntes teóricas dentro da grande abordagem comunitária das Relações Internacionais. Não obstante, são teorias que não concebem a cessão de soberania dos países envolvidos na integração, opondo-se ao modelo supranacional, defendido pelos teóricos anteriores, sendo também limitadas para explicar o aprofundamento da integração, como acontece atualmente na União Europeia.

Dentro da abordagem comunitária e bastante utilizada no estudo da integração regional, a teoria institucionalista analisa a relação entre as instituições internacionais e as políticas estatais. Esta corrente teórica defende que as instituições internacionais podem influenciar as ações dos Estados, bem como estimulá-los no sentido da cooperação internacional entre os atores racionais, ao reduzir incertezas e os custos de transação, criando condições para os Estados colaborarem em benefício mútuo, reforçando a reciprocidade (FAWCETT; HURRELL, 1995).

Essa abordagem entende que, nos processos de integração regional,

diversas comunidades participam devido à formação de um quadro institucional de interesse dos participantes, mas cada qual manteria certo grau de autonomia. Criam-se normas, regras e instituições porque elas facilitam os Estados na resolução de questões comuns, proporcionando e ampliando o bem-estar coletivo (KEOHANE, 1989).

A teoria institucionalista defende que, não somente as instituições influenciam o comportamento dos Estados, mas também caminho inverso, as instituições e seu desenvolvimento são resultados do comportamento desses. Para Robert Keohane (1989), os Estados criam as organizações para alcançar determinados objetivos específicos. Ao se confrontarem com dilemas de coordenação e colaboração nas situações de interdependência, os Estados sentem a necessidade de instituições internacionais que lhes permitam atingir objetivos por meio de ação coletiva limitada.

Apesar da objetividade nos seus argumentos e da sua aplicabilidade abrangente, a teoria institucionalista interpreta de forma coerente os blocos regionais na América Latina principalmente, ao enfatizar a interdependência e a cooperação como forças motrizes das instituições. Contudo, tal estudo não se aprofundou no entendimento do dinamismo interno desses processos, tampouco examinou o papel dos fatores domésticos na integração regional.

Por sua vez, a concepção liberal intergovernamentalista (MORAVCSIK, 1991) defende o fenômeno da integração regional como um regime intergovernamental, criado para administrar a interdependência econômica, utilizando como forma de controle a coordenação política, negociada entre seus participantes. Sob essa abordagem, o Estado continua sendo o ator central, cujas decisões e preferências são influenciadas pelas pressões organizadas das coalizões internas formadas pelas elites.

Embora constitua uma análise voltada ao estudo da política externa e da formação da preferência dos Estados, a abordagem de Moravcsik (1991) é aplicável ao exame dos blocos da América Latina, pois não pressupõe a supranacionalidade, ao mesmo tempo em que admite a interdependência, a cooperação e os ganhos recíprocos. Além disso, auxilia a investigação desse

trabalho, ao defender e discutir como os atores domésticos exercem influência na política externa dos seus respectivos Estados, a ser explorada na próxima parte desse capítulo.

1.3. Elites, Política Externa e Integração Regional

Retomando o estudo das elites, após o panorama sobre as teorias de integração regional, foram levantadas algumas questões no intuito de corroborar a investigação e análise das percepções das elites sobre esses processos regionais.

Embora o estudo desta tese explore especificamente a **percepção** das elites, entender o papel desses atores na integração regional, conhecer sua influência e relevância na formulação da política externa, bem como depreender como são formados seus interesses, ajudam a desvelar e examinar os resultados a serem discutidos neste trabalho, além de proporcionarem subsídio à justificativa desta tese. Quanto maior for a influência exercida pelas elites, maior é a importância de conhecer a percepção desses atores sobre a integração regional.

Assim, as questões elaboradas buscam respostas teóricas para embasar o exame e a discussão dos dados apresentados nos próximos capítulos.

- *Qual é a importância e o papel das elites nos processos de integração regional?*
- *Qual a influência desses atores na formulação da política externa?*
- *Como atuam na defesa dos seus interesses no plano externo?*
- *Qual o grau de influência desses atores?*
- *Quais são os valores que delimitam seus interesses?*

Não somente teorias de integração regional foram utilizadas para responder essas perguntas. Análises teóricas de política externa ajudam a entender o papel desses atores, dado que um tema circunda o outro, e

colaboram para a compreensão do relacionamento entre o plano doméstico e o plano externo.

Uma ampla literatura reconhece o entrelaçamento entre política doméstica e política internacional dos Estados (ROSENAU, 1969; PUTNAM, 2010). O desenvolvimento dos estudos na área de política comparada e relações internacionais admitem constantemente o entrelaçamento entre o plano externo e interno. Da mesma forma, aumentaram estudos empíricos que evidenciam a relação intensa entre as atitudes das elites no plano doméstico e na política externa (RATHBUN, 2007).

Essa parte do trabalho preconiza a importância das elites na construção e desenvolvimento dos processos de integração regional, apresentando também as concepções teóricas que estudam a participação dos atores internos na formulação da política externa, pois concomitante ao Poder Executivo e aos arranjos institucionais, uma série de atores, partidos políticos, empresários, atores sociais, grupos de interesse e legisladores atuam e influenciam a formulação da política externa (PUTNAM, 2010).

Desde o primeiro estudo teórico sobre processos de integração regional, realizado por David Mitrany (1948), as elites políticas detêm relevância nessas instituições internacionais. Karl Deutsch (1986) colocou como condição fundamental para a evolução desses processos, o aumento das elites políticas, interessadas no desenvolvimento das comunidades de segurança.

As condições essenciais para o desenvolvimento de uma comunidade unificada, quando perseguidas, conduziriam o grupo de territórios rumo à unificação exitosa e coesa. Entre as principais condicionantes estão o aumento das elites políticas, a compatibilidade mútua dos principais valores entre tais elites, o aumento das capacidades políticas e administrativas, a mobilidade das pessoas entre as elites e a grande possibilidade de previsão recíproca de comportamento. Por fim, a coesão entre os membros de uma integração seria verificada quando esses tivessem condições de enfrentar tensões e pressões, resistindo a rupturas. Quanto maior fosse a pressão na qual poderia sobreviver um esquema integrado, maior seria seu grau de coesão.

O mesmo autor, ao estudar a formação dessas comunidades de segurança, analisou a formação da opinião pública dentro de tais comunidades, onde as elites ocupam papel relevante. Nos seus estudos, seria essencial o compartilhamento de valores dentro toda a comunidade, o qual deveria ser iniciado pelas elites. A formação da opinião pública seria como cascata, constituída por cinco níveis: as elites econômicas e sociais ocupam o início; o segundo nível é composto pelas elites políticas e governamentais que é seguido pelas redes de comunicação de massa, as quais transmitem e difundem as mensagens originadas nos outros níveis; o quarto nível é composto de “líderes de opinião”, representando uma pequena parcela da população; e, por fim encontra-se a massa. Nesse esquema, cada nível funciona como filtro de informação cujo resultado, diferença entre o primeiro e o último nível, é o grau de estruturação e sofisticação das opiniões e percepções. Esse modelo demonstrou também que os níveis não são homogêneos e no seu interior localizam-se interesses discordantes. Portanto, nas sociedades democráticas, existem diversos grupos com capacidades distintas e canais específicos de influência no sistema político e na integração regional (DEUTSCH, 1986).

Da mesma forma, para Amitai Etzioni (1968) as elites políticas são os principais atores de uma comunidade política. O teórico, ao propor os estágios da evolução de uma integração, responsabilizou as elites por conduzir as etapas de integração.

Portanto, funcionalistas e neofuncionalistas enfatizaram o papel dos partidos políticos, dos grupos de interesse e das elites políticas, como atores fundamentais para apoiar ou se opor ao processo de integração. Esse argumento foi desenvolvido nos estudos de Ernst Haas (1963). Para o autor, a democracia interna seria um requisito prévio para a integração regional, da mesma forma que os vínculos internacionais estreitos entre partidos políticos, associações profissionais, sindicatos laborais, organizações religiosas e outras instituições semelhantes, seriam essenciais para a integração regional mais ampla (HAAS, 1963). As condições relacionadas à democracia e ao pluralismo

na moderna sociedade ocidental aparecem como elemento crucial no processo de integração regional defendido pelo autor.

Geralmente quando uma elite política relevante adota e realiza uma prática relacionada à integração assumindo sua defesa, mesmo que inicialmente limitada a círculos filosóficos ou literários, a integração adquire um impulso próprio de desenvolvimento. A materialização dos valores compartilhados consiste nos interesses comuns, a serem sempre perseguidos pelas elites. A integração prospera quando seus dirigentes ao perseguirem esses valores materializados, não dão grande importância à integração em si mesma, mas a concebem simplesmente, como um meio para alcançar outros fins desejados mais diretamente.

Entretanto, algumas expectativas iniciais das elites devem ser satisfeitas para se alcançar o objetivo de integração regional. Inclusive, os atores componentes do núcleo funcional deveriam “persuadir” as elites vacilantes para se identificarem com a união, solucionar motivos que possam ocasionar divisão entre elas, fortalecer e fomentar as aspirações comuns, velando para que processo de integração se desenvolva sem desapontar as expectativas e os compromissos iniciais (HAAS, 1966).

No decurso do *spillover*, elites diversas ocupam as primeiras camadas responsáveis pelo alastramento da integração para as camadas inferiores, atingindo, por fim, a camada da sociedade em geral, ou das massas. Portanto, os estudos de Ernst Haas aproximam-se com a concepção Elitista Pluralista. Ainda assim, a concepção *neo-elitista* também pode ser associada a esse mesmo autor, o qual defende a existência das elites concomitante a participação da base da sociedade, ou seja, das massas, no processo final de *spillover*.

Em resumo, os teóricos neofuncionalistas defendem como condição, ao aprofundamento do processo de integração, o envolvimento e o interesse constantes de determinados grupos, principalmente, das elites nessa seara. Portanto, essas definições clássicas corroboram a importância do objeto de estudo dessa tese, sendo o ponto de partida para análise de relação dessas

duas variáveis.

Além dos teóricos funcionalista e neofuncionalistas que apontam a relevância das elites na integração regional, Matthew Gabel, através de sua avaliação empírica, analisou o papel desses atores no processo de negociação da integração europeia (1998). Primeiro, sua análise constatou que quando as elites alcançaram consenso em uma questão política, o apoio e a consciência política de toda sociedade, em torno do projeto comum europeu, aumentaram significativamente. Assim, a análise de Gabel (2007) focou nos efeitos possíveis dos interesses e do consenso entre elites sobre a integração regional. Quando as elites enviaram mensagens consistentes e positivas sobre a integração, a sociedade expressou atitudes favoráveis pela integração. Diferente disso, a população exposta a um conjunto heterogêneo de mensagens das elites, não demonstrou apoio maciço ao projeto integrativo. Mais que isso, o apoio à integração diminuiu na medida em que o consenso entre as elites enfraqueceu. Portanto, mensagens desfavoráveis sobre a integração europeia, reduziram o apoio público para a integração regional - premissa para o êxito desse processo defendida pelo neofuncionalismo.

Por sua vez, as elites formadas no cerne da integração obtiveram maior apoio público durante o seu desenrolar. *A priori*, os cidadãos continuarão apoiando ou se opondo ao processo de integração conforme seus valores políticos e cognitivos. Caberia às novas elites formadas no seio da integração, convencer a opinião pública dos aspectos positivos da integração, transformando os impactos econômicos desse projeto (GABEL, 1998).

A estratégia do estudo de Gabel (2007) foi importante para entender a representação e os efeitos da comunicação das elites nas democracias contemporâneas. Segundo o estudo do autor, o efeito do consenso entre as elites sobre as opiniões das massas é, em princípio, aplicável ao amplo conjunto de políticas nas instituições em que configuram a competição entre elites. Dessa forma, a variação nas instituições políticas é resultado das opiniões, concordâncias e divergências das elites através das suas diferentes formas de comunicação.

Os cidadãos seguem conselhos de algumas elites como os políticos, os jornalistas e os dirigentes sociais, os quais proporcionam aos cidadãos informações de como a política pode influenciar o cotidiano e o bem-estar da população. Os cidadãos acessam essas informações através da comunicação dos grupos de interesses, pela qual esses grupos condensam assuntos complicados em mensagens simples para o entendimento de qualquer cidadão. Ao usar esses atalhos de informação, os cidadãos menos informados podem adotar atitudes políticas que refletem os seus interesses. (GABEL, 2007). Por esse motivo, alguns estudiosos afirmam que a dependência das informações das elites torna irrelevante a opinião pública. Se os cidadãos simplesmente ecoarem os pareceres da elite esclarecida, a opinião pública se torna sem sentido para a formulação de políticas, já que é endógena às opiniões das elites que formulam a política.

De bastante valia ao debate teórico dessa tese, os resultados da investigação empírica de Gabel (2007), identificaram os efeitos das opiniões das elites na formação da opinião pública, e demonstram a influência da opinião e do consenso entre as elites no fortalecimento e na formulação das políticas da integração europeia.

Mostrada a importância das elites na formação e para progresso da integração regional, e comprovado que o consenso e apoio das elites são essenciais para fomentar os processos de integração, a discussão deste capítulo segue com a análise de alguns teóricos de relações internacionais os quais expõem a importância dos atores domésticos, entre eles as elites, para a formulação da política externa, da qual dependem os próprios blocos regionais.

Os teóricos analisados a seguir apresentam concepções que se interagem e se complementam na investigação desse objeto. Embora por diferentes prismas, são análises coerentes que ajudam entender os atores domésticos, as preferências nacionais e sua relação com a política externa.

Gabriel Almond (1950) apresentou um esquema explicando a multiplicidade de influências no processo de tomada de decisão na política externa. De forma semelhante ao esquema de Ernst Haas, o centro é formado

pela liderança composta das elites governamentais e burocráticas, as quais atuam diretamente nas negociações e tomam decisões. Ao redor desse núcleo, o outro círculo é formado pelas elites envolvidas na política externa e formadoras de opinião. No círculo seguinte está o público interessado, mas que não é ativo a essas questões. Por fim, na parte de fora está a massa alheia às questões internacionais, exceto em momentos em que os assuntos internacionais causem muita repercussão. No caso dos processos de integração em estudo, o círculo central é constituído pelos órgãos governamentais nacionais, responsáveis pela instituição dos projetos; ao redor deles, estão as elites econômicas, partidos políticos e grupos sociais diretamente envolvidos e afetados pela integração (VIGEVANI; MARIANO, 1999).

Para Andrew Moravcsik (1994), da Teoria Liberal Intergovernamentalista, os Estados agem racionalmente baseados na preferência nacional ao combinar seus interesses, as pressões externas e internas advindas, inclusive das elites interessadas. As pressões nacionais incidem sobre a formulação da política externa conforme o processo histórico da relação Estado/Sociedade. O papel relevante às elites por essa concepção recai na influência que exercem sobre os tomadores de decisão dos Estados. Ao mesmo tempo, esses atores atuam e se organizam no âmbito da integração regional, defendendo interesses próprios perante seus governos (VIGEVANI; VEIGA, 1996).

Robert Putnam (2010) avançou nos seus estudos, ao propor um novo modelo teórico que discute a conexão entre o plano interno e internacional perante a atuação do Estado Nacional. A proposta teórica do “jogo de dois níveis” defende que os representantes governamentais atuam atendendo às demandas das duas esferas. Assim, como as influências recíprocas entre questões domésticas e internacionais são abundantes, as análises dos jogos de dois níveis tentam responder e investigar essa ligação.

Diferente das teorias estado-cêntricas, a abordagem do jogo de dois níveis reconhece que os interesses domésticos formados pelos grupos de interesses e elites influenciam as negociações internacionais. O estudo de

Robert Putnam demonstrado no trabalho “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis” (2010) defende a influência do plano doméstico na política externa. Ou seja, o autor comprova o vínculo entre política interna e política externa, explicitando de que forma uma influencia a outra.

No jogo de dois níveis, os governos e representantes responsáveis pela política externa agem simultaneamente em dois níveis: no plano externo e no plano interno junto aos seus interlocutores domésticos, com os quais negociam os interesses nacionais. No plano doméstico, o tabuleiro é formado pelos parlamentares, agências internas, elites, grupos de interesse e assessores políticos do próprio governo. O tabuleiro internacional é constituído pelas contrapartes estrangeiras, diplomatas e outros assessores internacionais, onde se concentram os demais países com os quais há alguma relação e interesse.

Para atender ambos os lados, os protagonistas desse jogo devem encontrar soluções interessantes para ambos. No plano nacional, as elites e os grupos domésticos defendem seus interesses, pressionando o governo por políticas que lhes correspondam, por sua vez os políticos ao almejar o poder, constituem coalizões entre elites e grupos de interesse. No nível internacional, os governos buscam satisfazer as pressões domésticas, minimizando as consequências adversas das negociações externas. Nenhum dos tabuleiros deve ser menosprezado pelos tomadores de decisão, pois a interdependência persiste nas relações entre Estados, e cada liderança política atua simultaneamente em ambos os tabuleiros (PUTNAM, 2010).

Nessa lógica, a cooperação estatal depende da estrutura dos ganhos domésticos de cada parte (*win-set*), sendo esses fundamentais para ratificação interna do acordo. Quando os interesses internos são diversos e dissipados, é possível que a negociação externa contrária às demandas domésticas seja facilitada. Por outro lado, diante de coalizões e instituições domésticas fortalecidas e organizadas, a liderança sofre mais pressão e enfrenta maior dificuldade para ceder no plano internacional.

Como as preferências dos grupos domésticos geralmente são

heterogêneas, bem como as elites são plurais, os acordos do tabuleiro internacional irão atingir desigualmente cada um dos grupos envolvidos, provocando reações diversas. Um programa de recuperação econômica coordenado internacionalmente poderia encontrar resistência doméstica por parte daqueles que discordam com o avanço do acordo (banqueiros), como aqueles que acreditam que o acordo seja limitado (sindicatos). Dessa forma, os representantes governamentais inseridos nessas situações, encaram distintos dilemas e oportunidades estratégicas, e lutam para conciliar os imperativos individuais, domésticos e internacionais.

Por sua vez, os poderes executivos exercem um papel especial na mediação das demandas internas e externas, porque estão expostos a essas esferas e sofrem pressões de ambos os lados. Não necessariamente esses atores apresentam coesão em todas as questões, ademais o próprio negociador-chefe apresenta suas perspectivas e interesses políticos independentes, que podem divergir dos grupos e elites os quais representa.

Além dos dois tabuleiros em que atuam os representantes governamentais, o país é influenciado por mudança nos tabuleiros dos demais países, que podem favorecer ou dificultar a congruência de suas negociações. Portanto, os jogos de dois níveis trazem o desafio dos governos atenderem às demandas domésticas, sem afetar as externas, e vice-versa.

Os estudos de Robert Putnam aduzem concordância com o legado do teórico de James Rosenau (1969), o qual fundamentava que as políticas externa e doméstica não são distintas, nem separadas. A política externa, sendo proposital e ordenada, é configurada pelo sistema político doméstico e, em última instância, sofre pela penetração de agentes de outros sistemas - elites externas que atuam diretamente através de ações conjuntas com os membros da sociedade, tanto na distribuição de seus valores, como na mobilização de apoio para os seus fins. Portanto, Rosenau já havia previsto a influência praticada pelas elites em políticas externas alheias e a sua penetração em políticas domésticas de outros países.

Também coerente com os autores anteriores, Helen Milner (1997) elencou três condições as quais influenciam a consecução de acordos internacionais:

- a) estrutura de preferências domésticas;
- b) instituições políticas domésticas;
- c) distribuição doméstica da informação.

Da mesma forma que James Rosenau, a autora sustentou que os países não são unitários, uniformes e monolíticos. As preferências políticas domésticas configuram-se diversas e conflitantes entre os grupos políticos e sociais, os quais interagem para obtenção do melhor resultado na maximização dos seus interesses. Portanto, o conflito de interesses domésticos afeta diretamente o agente estatal, na formulação da cooperação internacional e no conteúdo dos acordos.

Em alguns acordos regionais, a política doméstica coordenada e coesa, mesmo que simplificada, torna a cooperação entre os países mais difícil, quando contrária a essa política externa (MILNER, 1997). Segundo a autora, os líderes políticos negociam acordos com a intenção de obter aprovação junto aos legisladores, atores políticos, elites e eleitores. Portanto, a ratificação depende de atores internos, os quais nem sempre são favoráveis ao tratado.

Formada pelas posições dos atores Executivo, Legislativo e grupos de interesse, a estrutura de preferências políticas domésticas caracteriza-se pela posição de cada ator, definida através dos seus interesses, e pelas preferências desses sujeitos, definidas a partir de um cálculo político estratégico, baseado inclusive na dimensão internacional. Desta forma, qualquer nova política internacional ou abertura econômica, interferem na elaboração das preferências desses atores. Assim sendo, os custos e benefícios nas relações com determinados países são mensurados na construção da política externa, objetivando neutralizar os impactos negativos e intensificar os ganhos internacionais.

Milner (1997) demonstrou que os acordos regionais podem se deparar

com relevantes obstáculos domésticos devido às divisões internas do governo, da ausência de grupos e elites interessadas na sustentação da integração regional, além das próprias variações nas regras internas para ratificação de acordos. Tal argumento corrobora ao conteúdo teórico anterior. Os atores políticos domésticos ao constituírem coesão contrária ao acordo internacional, ou mesmo quando estão divididos e são ausentes, dificultam o estabelecimento de determinada política externa.

Além da evidente relação entre os atores no plano doméstico e a política externa apontada nessa literatura, Brian Rathbun (2007) mostrou que embora haja dois núcleos de valores e hierarquias, as atitudes das elites são quase idênticas em ambas as esferas. Os estudos de Murray, Cowden, e Russett (1999 *apud* RATHBUN, 2007) confirmaram que as atitudes políticas das elites no plano internacional são definidas pela orientação política. Além disso, Rosenau (1969) comprovou que as elites identificadas como *liberais* segundo o viés político-ideológico, no plano doméstico, demonstram maior apoio para a cooperação internacional.

Anteriormente, Converse (1964) já havia mencionado a interdependência da participação das elites na política externa e doméstica. Esses atores planejam sua ação partindo de valores comuns compartilhados a partir dos prismas ideológicos aos quais pertencem. A partir do contínuo ideológico liberal-conservador, o autor definiu um padrão coeso e estável nas percepções das elites. Por conseguinte, os princípios fundamentais que os movem são manifestados igualmente nas duas esferas. Brian Rathbun (2007) reafirmou essa premissa, ao defender que as políticas domésticas e externas estão entrelaçadas pelos valores fundamentais comuns, fazendo pouco sentido estudá-las em separado, independente do ponto de partida.

O estudo de todos esses autores é bastante amplo nessa temática. Todavia, resumindo o legado teórico deles, existe uma relação valiosa entre a identificação política-ideológica e a atuação e preferências das elites na política externa. Dessa forma, para a exploração e análise dos dados nos próximos capítulos, é importante reconhecer que as percepções das elites variam

conforme seu viés ideológico.

O último autor apresentado nesse capítulo delimitou seus estudos aos processos de integração na América Latina. Baseando-se prioritariamente nos conceitos teóricos de Helen Milner, Marcelo Coutinho (2002) defendeu que as instituições políticas constituem os canais de poder e influência dos atores domésticos. As instituições no seio dos Estados e dos blocos regionais distribuem o poder ao longo do processo de decisão. Portanto, o autor compreende que o arranjo institucional, os interesses e as preferências dos atores, a presença do Estado dominante, a habilidade das lideranças políticas e a interdependência econômica internacional têm efeitos sobre a integração regional na região latino-americana, mediados por condições estruturais objetivas, como o estágio de desenvolvimento e de democratização dos países. Dessa forma, o autor condiciona a atuação dos atores domésticos aos elementos estruturais, embora não descaracterize sua relevância.

Para o autor, o relacionamento institucional principalmente entre o Executivo e o Legislativo nas democracias da região, desempenharia um papel fundamental para a compreensão dos acordos regionais do ponto de vista doméstico.

Mas o trabalho também considera que o sucesso da integração regional varia de acordo com as condições políticas e econômicas domésticas, independente dos seus objetivos e mesmo em situações onde as preferências não se alteram. Ou seja, mesmo que os atores (governos, grupos de interesse, partidos políticos e legisladores) desejem que a integração regional seja bem sucedida porque obtêm ganhos decorrentes disso, é possível que o plano regionalista fracasse porque não encontra as condições necessárias para o seu sucesso (COUTINHO, 2002, p.10).

Coutinho (2002) não descartou a importância de outras variáveis, assinala que elas são variáveis necessárias, porém não suficientes para explicar porque blocos econômicos de países centrais obtêm maior sucesso do que os demais blocos regionais, e porque mesmo dentro de cada um dos hemisférios é possível encontrar mais variação. A possibilidade de variação das preferências das elites acontece conforme a interação estratégica dos

atores e as instituições políticas nas quais estão inseridos, ocasionando a variação nos objetivos dos processos de integração regional nos quais participam.

A apreciação dos argumentos de Coutinho (2002) tem aplicabilidade no debate dos próximos capítulos, ao revelar que percepções de alguns segmentos das elites sobre a integração regional podem ser negativas, a partir do momento em que as estruturas institucionais dos blocos sul-americanos dificultam sua interação.

Considerações do Capítulo 1

Conforme a síntese exposta no Quadro 1, é possível afirmar que as teorias examinadas atribuem papel notório às elites, cada qual apontando especificidades na sua abordagem.

As teorias de integração regional designam importância às elites, como principais atores e difusores dos valores da integração. São os responsáveis por sustentar e encaminhar os processos, além de compactuarem compromissos com os demais países. Ademais, quando as elites apresentam coesão e consenso entre seus interesses, convencem as camadas da população pela integração regional. Cabe também a elas gerar ganhos e novas expectativas às camadas mais baixas do processo.

Os teóricos de política externa reconhecem a influência desses atores na tomada de decisão dos Estados nessa esfera. Quanto maior for a convergência e

Quadro 1.1. Síntese Teórica – Elites na Integração Regional e Política Externa

Autores	Argumentos Teóricos
Funcionalista <i>David Mitrany (1948)</i>	Elites políticas detêm relevância na integração regional.
Neofuncionalistas	
<i>1.Karl Deutsch (1986)</i>	Elites ocupam posição especial na formação da opinião pública. A integração regional prevê o aumento das elites políticas. A compatibilidade mútua dos valores da integração entre as elites é uma exigência ao processo. Deve haver circulação de pessoas entre as elites da integração regional, para difusão dos principais valores.
<i>2.Amitai Etzioni (1968)</i>	As elites são responsáveis por conduzir as etapas de integração propostas pelo autor.
<i>3.Ernst Haas (1963)</i>	Vínculos internacionais estreitos entre as elites seriam essenciais para a integração regional mais ampla. A elite política ao assumir a defesa da integração, impulsiona seu desenvolvimento. Elites ocupam o núcleo funcional e as primeiras camadas do <i>spillover</i> . São responsáveis por alastrar os valores e ganhos da integração às camadas inferiores.
<i>Matthew Gabel (1997)</i>	Quando as elites alcançam consenso na defesa da integração europeia, o apoio e a consciência da sociedade aumentam. Quando os interesses das elites são divergentes e dispersos, o apoio da população ao projeto enfraquece. Novas elites criadas pela integração devem convencer a opinião pública dos aspectos positivos desse projeto.
<i>Gabriel Almond (1950)</i>	O centro é composto pelas lideranças - elites governamentais e burocráticas - responsáveis pela integração. Em volta desse centro estão as elites envolvidas na política externa.
<i>Andrew Moravicsck (1991)</i>	Os Estados agem racionalmente baseados na preferência nacional, formada, também pelas elites interessadas.

	A importância das elites recai na influência que praticam sobre os tomadores de decisão dos Estados. <i>continua</i> <i>continuação</i>
<i>Robert Putnam (2008)</i>	Jogo de dois níveis. No plano doméstico, o tabuleiro é constituído também pelas elites. As elites interferem na formulação da política externa, porque os Estados ao atuarem em dois níveis, agem de acordo os interesses domésticos, sobretudo quando estes são fortes e coesos. No plano nacional, elites e grupos domésticos defendem seus interesses, pressionando o governo por políticas ao seu favor. Já os políticos, almejando o poder, formalizam coalizões entre elites e grupos de interesse. As próprias elites governamentais também detêm interesses próprios e podem divergir dos interesses das demais elites.
<i>Helen Milner (1997)</i>	Entre as condições que influenciam a consecução de acordos internacionais, a estrutura de preferências domésticas é a primeira elencada. Líderes políticos negociam acordos internacionais junto aos legisladores, atores políticos e eleitores. Portanto, a ratificação desses acordos depende de atores políticos domésticos. O conflito de interesses domésticos atinge agente estatal, na formulação da cooperação internacional e no conteúdo dos acordos. Acordos regionais podem encontrar obstáculos domésticos devido às divisões internas do governo, da ausência de grupos e elites interessadas na sustentação da integração regional.
<i>James Rosenau (1969)</i>	Em última instância, as elites influenciam na política externa e doméstica de outros Estados. De acordo com sua orientação política, as elites tendem a apoiar determinadas políticas internacionais. Existe uma uniformidade na opinião das elites segundo a orientação política
<i>Philip Converse (1964)</i>	A partir do contínuo ideológico liberal-conservador, o autor definiu um padrão coeso e estável nas percepções das elites.
<i>Brian Rathbun (2007)</i>	As políticas domésticas e externas estão entrelaçadas pelos valores fundamentais comuns. As elites atuam em ambos cenários, movidas pelos mesmos valores ideológicos. <i>conclusão</i>

Fonte: Elaboração nossa.

a formalização dos seus interesses, mais as elites interferem na formulação da política externa do Estado. Além disso, as elites podem construir coalizões internacionais, a partir do entendimento que podem influenciar nos planos domésticos e externos de outros Estados. Ademais, alguns teóricos apresentados acreditam que os valores político-ideológicos movem as elites igualmente nos dois cenários.

Os fundamentos de tais teorias são condizentes, mormente com os princípios do Elitismo Pluralista, ao entenderem que nos processos de integração, as elites envolvidas são diversas, apresentam múltiplos interesses, podendo inclusive, resultar em divergências. Por outro lado, existe a formação de grupos de interesses convergentes, sendo que posicionamento desses atores é bastante determinado por grupos com os quais se identifica. Atuando nesses grupos, as lideranças catalisam as preferências existentes perante a construção da integração regional.

Todavia, dada à natureza plural das elites, nem sempre esses atores lograrão consenso e articulação para defender seus interesses e exercer influência na formulação da política externa. Pelo contrário, alguns segmentos das elites tensionam valores e objetivos divergentes nessa dinâmica. Da mesma forma, as elites são sensíveis aos acordos internacionais em diferentes maneiras, podendo apresentar razões múltiplas, de acordo com os seus valores, para se oporem a determinadas negociações.

Por outro lado, a coalizão entre as elites pode também acontecer no plano internacional, uma vez que as elites são movidas pelo prisma político-ideológico e formam alianças além das fronteiras, como acontece entre as elites sindicais em diferentes países. Além disso, os estudos apresentados verificaram estabilidade e constância no padrão das percepções das elites, fiéis aos valores fundamentais compartilhados entre elas.

Ainda que a capacidade de sustentar compromissos internacionais não dependa somente das preferências e interesses das elites, mas também da estrutura política e econômica na qual estão inseridas, os acordos regionais são vulneráveis às divisões governamentais, divergências e inexistência de elites que

sustentem o processo. Muito embora, essas mesmas as elites movidas pelos seus valores, com suas percepções, reiteram seus interesses e realizam suas escolhas alterando as estruturas domésticas e externas nas quais se situam, formando uma via de mão dupla.

Conforme visto, o estudo das elites é uma constante na ciência política, sendo incorporada gradativamente nos estudos das relações internacionais. Por sua vez, embora a literatura de integração regional analisada seja referência, carecem estudos amplos que possam ser aplicados aos diferentes processos integrativos e suas variáveis, bem como dedicados a entender participação das elites na Política Externa na região. Assim, no decorrer dos próximos capítulos, as análises empíricas confrontarão esse cenário teórico, servindo para novos parâmetros teóricos sobre o assunto.

À luz da revisão teórica realizada neste primeiro capítulo, conhecer os valores e percepções desses atores, incluindo a orientação política e ideológica, bem como entender as elites como formam coalizões e alianças no plano doméstico e internacional, em busca dos seus interesses, objetivos e ganhos, são fundamentais para compreender a atuação das elites na integração regional.

Ainda que as teorias analisadas enfatizem a participação das elites na integração regional, em especial na integração europeia, no contexto latino-americano a participação desses atores encontra algumas dificuldades. A seguir, será apresentado como o predomínio da política presidencialista no Mercosul determina a integração na região, conflitando pelo maior envolvimento desses atores na dinâmica da integração.

2. AS ELITES E A INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA

Introdução

Com o intuito de ensejar e subsidiar as análises dos dados dos próximos capítulos, o principal objetivo deste capítulo concerne na apreciação da percepção e participação das elites na integração da região sul-americana por meio de uma literatura já existente e fontes primárias, como documentos e notícias. O foco deste estudo baseia-se nas características, preferências, incentivos e capacidade de atuação dos cinco segmentos de elites examinados nesta tese, em relação ao processo de integração da América do Sul.

Além disso, por meio dessa literatura especializada, o trabalho demonstra a relevância desses atores nos projetos sul-americanos, como protagonistas da constante reconstrução e encaminhamento desses processos. Embora a integração regional possa emergir de motivações externas como a inserção econômica no mercado global e a tendência mundial de regionalização, conforme já mencionado no capítulo anterior por Ernst Haas (1963), a criação integração regional não se limita a esses fatores, por transcender a esses incentivos externos e se reconstruir constantemente pelos principais atores domésticos.

Além dos governos, a atuação dos demais atores no regionalismo é entendida como um pressuposto fundamental para que haja a evolução da cooperação para a integração (MARIANO, 2007). Com o retorno da democracia nos países envolvidos, vislumbra-se a ampliação e aprofundamento na relação entre os países e suas elites, favorecendo inclusive, a capacidade dos governos em expandir e fortalecer os objetivos da integração entre elites e sociedade, dinamizando o projeto regionalista. Por sua vez, o próprio desenvolvimento do regionalismo acarreta o maior envolvimento da sociedade civil e grupos de interesse, os quais se articulam no plano regional para consolidar sua capacidade de pressão e influência sobre os respectivos governos, podendo definir novos propósitos e nova identidade ao processo. Dessa forma, constituem agentes

relevantes na esfera decisória e na dinâmica da integração.

A perspectiva desta tese é que a integração regional está se aprofundando em assuntos que vão além aos aspectos comerciais e econômicos, ocasionando maior participação das elites e atores afetados. Ademais, os avanços logrados tendem a influenciar, cada vez mais, as sociedades dos países membros, ampliando o interesse e a mobilização, sobretudo da sociedade civil, pela integração regional. Todavia, não necessariamente, esses atores provocariam o seu aprofundamento. A partir da sua percepção, esses agentes visam defender suas preferências, podendo atuar de forma favorável ou contrária aos projetos regionais.

De forma sucinta, este capítulo identifica os segmentos das elites estudados nesta tese no cerne da integração regional, demonstrando como se articulam no plano regional, quais são os canais que lhes são ofertados para sua mobilização e como se organizam para defender seus interesses dentro dos projetos regionais.

Inicialmente, o trabalho adota o modelo teórico que explica a dinâmica de atuação dos atores estudados na integração regional, fundamentada em quatro dimensões, integrativa, desintegradora, colaborativa e resistente. A partir de sua percepção e propósitos, as elites irão se mobilizar, atuando de forma positiva ou negativa ao avanço do processo.

Além disso, como é explorado nessa análise, às elites são ofertados alguns canais e mecanismos para sua participação nos projetos regionais, os quais ainda são restritos e carecem de poder decisório, embora constituam os primeiros instrumentos para maior envolvimento desses atores. Por sua vez, as elites se mobilizam no plano interno e regional, criando órgãos de representação, alianças, redes, cúpulas sociais e fóruns para ampliação e fortalecimento da sua mobilização e convergência de propósitos.

Por fim, o predomínio da diplomacia presidencial, como será visto mais adiante, não descaracteriza a influência que sofrem as elites governamentais na formação da preferência nacional, como visto no capítulo anterior. Os governos, além de enfrentarem cada vez mais a interferência desses diversos atores

múltiplos, dotados de interesses divergentes, assistem às novas expressões sociais emergentes da última década, que lutam pelo seu espaço também no plano regional.

2.1. As elites na integração sul-americana

Dotado de complexidade, o desenvolvimento da integração regional incorpora, simultaneamente as ordens econômica, política e social dos países membros, bem como, questões e interesses domésticos dos governos e demais elites envolvidas. Dessa forma, valendo-se de grande dinamismo, as regras do jogo nas dimensões política, institucional, econômica e social dos projetos regionais, são estabelecidas e modificadas a partir da interação entre os atores nacionais e regionais, cujas preferências e percepções heterogêneas modelam as características do regionalismo sul-americano (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Embora as lideranças políticas sul-americanas, sobretudo os presidentes, tenham papel relevante na criação dos processos de integração regional, sua evolução é dependente do envolvimento das forças da sociedade – intelectuais, empresários, agricultores, sindicatos patronais, movimentos sociais, partidos políticos entre outros (CERVO, 2011).

Além de serem carregadas de valores e preferências intrínsecas, na integração regional as elites atuam a partir da interação entre seus diferentes segmentos e por intermédio da construção de coalizões regionais, como acontece entre as elites sindicais dos diferentes países da região. Além disso, diferentes segmentos formam alianças, como os atores sociais quando atuam em conjunto aos empresários. Essas coalizões podem acontecer de forma independente do governo, inclusive, afora às políticas externas do Estado. Com isso, as percepções e interesses das elites provocam a definição de posições, de coalizões entre diferentes segmentos ou entre elites de diferentes países, e até ações concretas frente à integração regional. Portanto, entender essa dinâmica é uma condição fundamental para a interpretação mais ampla e completa da integração sul-americana.

Caracterizada pelo seu pluralismo, as elites reagem de diferentes maneiras

aos estímulos provenientes do exterior e do plano doméstico. Os determinantes internos de cada Estado nacional influenciam a formação das preferências dessas elites, tanto em termos ativos, promovendo a ação desses atores, como em termos passivos, obtendo delas respostas.

Diane Tussie e Pablo Trucco (2010) definiram a dinâmica bipolar da atuação desses atores em ativo e reativo. Enquanto uma elite ativa detém a iniciativa, a outra responde a essa ação caracterizando-se como reativa. As alterações positivas advindas do polo ativo são consideradas medidas *integrativas*. Por sua vez, o pólo ativo contrário à integração, pode provocar ações de efeito negativo, denominadas medidas *desintegradoras*.

Quanto ao polo reativo, a percepção e reação da elite que recebe o estímulo podem ser colaborativas quando esse ator adotar uma postura receptiva e positiva; ou podem se caracterizar pela resistência e rejeição, ao recusar a iniciativa da parte ativa, respondendo negativamente. Ambas as formas de reação, sendo ativa ou reativa, são complementares e igualmente importantes na conformação na integração, ainda que o impacto de cada uma gere diferenças fundamentais na constituição da integração.

Figura 2.1. Atuação dos atores na dinâmica da integração regional

Fonte: Adaptado de TUSSIE; TRUCCO, 2010.

No caso das políticas ativas domésticas favoráveis à integração, melhor será quanto maior for o respaldo interno. Geralmente, essas políticas não apresentam resistência dos atores internos, pois não são entendidas como ameaças externas e resultam, em sua maioria, em negociações junto aos governos em prol da integração.

Embora também essenciais para o êxito da integração, as posições reativas sofrem maior resistência, principalmente quando advêm de elites de outro país membro. São políticas que demandam apoio e liderança por parte das elites governamentais, para que gerem confiança e agreguem elites internas relevantes (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Isso pode ser conquistado com a persuasão das elites descrentes em torno dos amplos benefícios e das novas expectativas positivas proporcionadas pelas ações dos outros atores, inclusive para a consecução do *spillover*, conforme predito por Ernst Haas (1963).

Não obstante, a postura ativa e reativa não se refere a um país ou posição oficial do governo, mas quanto às percepções e ações concretas empreendidas por cada ator em cada uma das dimensões e subdimensões da integração regional. Assim, um mesmo ator pode ser favorável em uma dimensão, mas implantar políticas contrárias em outras questões.

São comuns situações em que o governo impulse políticas integrativas, enquanto prevalece uma postura reativa em outras áreas (EPSTEYN, 2010). Esta dicotomia pode ser visualizada pelas ações do Brasil, quando o governo adotou políticas para aumentar o peso do bloco face às potências internacionais, e ao mesmo tempo mostrou-se reticente na discussão de regras e disciplinas comerciais no âmbito do bloco, bem como resistente na assinatura de acordos de proteção de investimentos com os países vizinhos. Portanto, simultaneamente, são identificadas políticas que realçam a integração, e outras que a limitam.

Da mesma forma, é frequente a coexistência de uma posição integrativa política por parte do governo, e posições contrárias por parte das demais elites (DURÁN; ORYARZÚN, 2010). Favorável ao projeto da UNASUL, o governo chileno contribuiu para fortalecer a legitimidade de visibilidade internacional desse

novo organismo regional. Enquanto isso, os empresários do país resistiram firmemente em apoiar o órgão, porque defendiam que a heterogeneidade entre os membros da União, seria um obstáculo aos objetivos chilenos na região.

Essa contrariedade de percepções entre a liderança governamental e os atores domésticos, também pode ser observada nas elites políticas argentinas e brasileiras em relação ao ingresso da Venezuela no Mercosul; gozando de forte impulso pelo governo argentino, a resposta favorável do Congresso da Argentina a essa questão, superou a resistência dos partidos políticos opostos. A força política do governo argentino também foi construída com a resposta colaborativa das demais elites políticas (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Diferente disso, no Brasil, onde o governo e as entidades sindicais se mostravam favoráveis à ampliação do Mercosul com a entrada da Venezuela, a resistência do Congresso Nacional manteve-se bloqueando o ingresso venezuelano por aproximadamente três anos. Em 2009, o Senado do Brasil aprovou a entrada venezuelana após um longo debate interno (EPSTEYN, 2010).

As políticas ativas não se limitam ao dinamismo positivo à integração regional. Tão ativas quando as anteriores, as políticas obstrutivas atuam contrariamente à integração, caracterizando-se como *desintegradoras* ou ativas negativas. Dentro do regionalismo, políticas ativas venezuelanas são vislumbradas em todas as dimensões, ainda que nem todas sejam favoráveis à integração (SERBIN, 2010). Na dimensão política, as políticas governamentais defendem uma integração plena dentro do paradigma bolivariano, inclusive para fazer frente ao peso da influência estadunidense no hemisfério. O forte impulso para iniciativas de integração, como a proposta da ALBA e o apoio aos demais processos, como a UNASUL, comprovaram a inclinação política do país. Contudo, a Venezuela também demonstrou postura ativa, porém desintegradora no setor econômico, com a nacionalização das companhias de petróleo e o plano de fluxos de capitais privados.

A hostilidade de Chávez contra importantes setores do empresariado venezuelano mediante as nacionalizações em setores diversos como construção, siderurgia, financeiro e alimentos, provocou um clima adverso para os

investimentos estrangeiros sejam sul-americanos ou extrarregional. Inclusive porque o governo venezuelano nacionalizou investimentos que afetaram diretamente os interesses de atores sul-americanos, como a Companhia de Siderurgia de Orinoco (SIDOR), a maior empresa do setor no país, que foi nacionalizada em 2008, sendo antes controlada pela empresa argentina, Techint (SERBIN, 2010).

Não é simples distinguir a diferença entre as políticas desintegradoras e resistentes (TUSSIE; TRUCCO, 2010). No caso da nacionalização da SIDOR, consiste em uma política desintegradora com efeito dinâmico, justamente, porque houve uma ação contrária a uma política integradora e efetivada por outro importante ator sul-americano, a empresa argentina. Ou seja, não se tratou de limitar a entrada do investimento regional, mas houve a expulsão desse investimento, caracterizando-se como uma política mais forte que uma reação, a qual pode impedir novos investimentos. Da mesma forma, em 2006 o presidente boliviano Evo Morales anunciou a nacionalização do setor de gás e petróleo do país, ocupando militarmente as refinarias e contrariando a presença da empresa brasileira Petrobrás nessa atividade (ALBUQUERQUE, 2006).

Muito embora as ações desintegradoras não se limitem à ação governamental, a sociedade civil da Argentina também demonstrou algumas vezes políticas desintegradoras com o conflito das papeleiras, envolvendo a Argentina e o Uruguai desde 2003, e afetando outros setores da integração regional (TUSSIE; TRUCCO, 2010).

As políticas ativas das elites sul-americanas, sendo tanto integradoras como desintegradoras, bem como suas percepções e reações, resultam em um conjunto complexo, o qual determina a economia e a política dos processos de integração regional. Os êxitos e os fracassos de cada elite sobre seus próprios objetivos, determinam um processo de integração com avanços e retrocessos, dependente desses atores.

Divididos pelos segmentos de cada elite, os próximos itens explanam, brevemente, a participação e mobilização das elites na integração regional da América do Sul, afetando essa dinâmica de ações, reações e respostas,

determinante da evolução dos projetos integrativos.

2.2. Governos

O estudo do modelo de integração sul-americano revelou a prioridade dada às elites governamentais no centro decisório desses processos, atuando de forma integrativa e desintegradora quando lhes convêm. O Estado, entendido como o aparelho burocrático, unitário ou segmentado, revelou-se o principal ator nos projetos sul-americanos (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2000). Por sua vez, a característica estritamente intergovernamental e centralizadora da integração propiciou uma dinâmica ágil entre as elites governamentais, em detrimento da maior participação dos outros atores (MARIANO, M., 2011). Por outro lado, tornou o regionalismo dependente da política conjuntural dos países envolvidos (SARTI, 2011).

Na Comunidade Andina, ainda que seu desenvolvimento pudesse apontar para a supranacionalidade, o bloco vem sofrendo retrocessos no campo da supranacionalização de normas (ONUKE; OLIVEIRA, 2006), evidenciando a característica governamental no processo decisório. Com o desenvolvimento da estrutura institucional do Pacto Andino, aumentou a preocupação de um possível enfraquecimento da soberania estatal, levando a maioria dos governos a decidir por uma estrutura de caráter intergovernamental, na qual as elites governamentais constituem os principais atores e centralizadores da tomada de decisão (BUSTAMANTE, 2006). No Acordo de Cartagena (1969):

los grupos nacionalistas, inspirados por las críticas de los intergubernamentalistas, optaron por exigir la creación de instituciones que no pusieran en peligro la soberanía del Estado-nación en general y el poder de maniobra de los gobiernos en particular (BUSTAMANTE, 2006, p. 24).

No Mercosul, a história do bloco demonstrou desde seus antecedentes, da Declaração de Iguazu até os dias atuais, a centralidade dos governos,

essencialmente do Poder Executivo, no núcleo do poder decisório do bloco (MARIANO, M., 2011).

Los presidentes de los estados miembros del MERCOSUR han concentrado poder y han disfrutado de altos niveles de autonomía, principalmente debido a factores institucionales, los cuales incluyen autonomía de la asamblea y el gabinete en la toma de decisiones, iniciativa legislativa, poder de dictar decretos y poder de veto (MALAMUD, 2010, p. 5).

Assim, entre as elites governamentais, os presidentes gozam de maior autonomia e poder decisório, inclusive em relação aos parlamentares, na arquitetura regional do Mercosul, como é aprofundado no próximo item.

2.2.1. Executivo

No âmago da integração sul-americana, os presidentes são os artesãos das políticas, conformando características institucionais singulares, principalmente, ao regionalismo do Cone Sul. Tanto na fase embrionária do Mercosul (1985-1991), como após sua criação, o bloco assistiu um alto nível de ativismo presidencial. Desde então, os presidentes demonstraram uma significativa autonomia na tomada de decisão a respeito dos assuntos da integração, concentrando poder tanto na imposição, quanto na contenção das decisões dos outros atores na integração (MALAMUD, 2010). Indubitavelmente, são os atores mais ativos na dinâmica da integração.

Segundo Andrés Malamud (2010), o êxito do processo de integração do Mercosul é marcado pela *diplomacia presidencial*, a qual consiste na intervenção intensiva dos presidentes da República, nas negociações de uma decisão crucial ou de um conflito crítico. Na diplomacia presidencial, o predomínio da presidência é notório, diante do fato de esses atores serem provedores de decisões, autoridade e resolução de disputas. Desde 1985, os presidentes argentinos e brasileiros exerceram a diplomacia presidencial para solucionar questões

relevantes ou conflituosas entre os dois países.

Assim, na construção do Mercosul, aos presidentes lhes foram outorgadas alta concentração de poder e autonomia. Tal fato decorre da própria estrutura constitucional do Poder Executivo dos países envolvidos, caracterizada com algumas diferenças, pela autonomia decisória do gabinete, pela sua capacidade de iniciativa legislativa e de emitir decretos, e ainda, pelo poder de veto sobre o legislativo (MALAMUD, 2010). Ainda é possível lhes somar outros fatores extraconstitucionais dependendo do país envolvido, como as condições de liderança, o poder de influência sobre o Poder Judicial e acumulação de recursos econômicos extraordinários no nível federal (ESCUDER; IGLESIAS, 2010)

Em estudo específico sobre o presidencialismo na América Latina, Andrés Malamud (2001) explicou que o fortalecimento generalizado dos poderes presidenciais deve-se, sobretudo, às estratégias estabelecidas por esses atores para gerir crises econômicas e instaurar reformas estruturais. Além disso, os chefes de governo visaram desenvolver as suas capacidades para formular e promulgar algumas medidas por meio de planificações confidenciais, evitando o debate público e legislativo. Entretanto, nos casos em que o consenso era necessário, os presidentes foram capazes de estabelecer coligações de apoio às suas políticas.

Portanto no regionalismo do Cone Sul, os presidentes adotaram decisões que poderiam comprometer a soberania nacional, sem enfrentar importantes vetos provenientes de outros atores. Além do alto grau de concentração de poder, outorgando-os autoridade sobre os atores potenciais com poder de veto, a própria política externa ofereceu aos chefes do executivo maior margem de manobra que a política doméstica (ROGOWSKI, 1999; MALAMUD, 2010).

Monica Hirst (1996) é mais enfática no poder dos presidentes na conformação da integração do Mercosul, ao afirmar que as negociações do bloco constituem um projeto de governo e não de Estado, para inclusive consagrar a liderança pessoal dos presidentes.

La voluntad presidencial se ha transformado en un elemento

central en las negociaciones del Mercosur lo cual permite afirmar que este es actualmente mas un proyecto de gobiernos que de Estados. El interés de los primeros mandatarios por la integración regional no deriva de programas partidarios o de ideales políticos específicos. [...] Se trata de un interés político muy particular que procura conjugar liderazgo personal, sentido de oportunidad económica y necesidad de proyección internacional (HIRST, 1996, p.221).

Carlos Menem, Fernando Henrique Cardoso e Fernando de La Rúa fizeram um extenso uso das prerrogativas para negociar e assegurar os acordos com suas contrapartes. Da mesma forma, o conflito do comércio de açúcar entre Brasil e Argentina, a controvérsia quanto ao setor automobilístico entre os mesmos países, e a crise econômica de 1999 a 2002 que assolou o Mercosul, compuseram cenários comprobatórios de que intervenção presidencial redirecionou o processo de integração, solucionando disputas, modelando resultados, delineando novos caminhos e propostas ao bloco (MALAMUD, 2010). Nesse contexto, a concentração do presidencialismo colaborou na promoção da integração regional de duas maneiras:

1. A capacidade constitucional dos presidentes conferiu confiança aos outros atores, os quais sabiam que suas políticas não seriam bloqueadas.
2. A preeminência dos presidentes configurou aos atores sociais, um mecanismo para canalizar os seus interesses, agilizando a tomada de decisão diante conflitos eminentes, como do setor automobilístico e dos eletrodomésticos da linha branca.

Como resultado, a intervenção presidencial na gestão do Mercosul tornou-se elemento estrutural. Somam-se a ela, os operadores governamentais correspondentes à corporação diplomática, que no caso brasileiro formam a supremacia de poder sobre os destinos da integração, sobrepondo-se, inclusive, aos demais atores governamentais, como os parlamentares (MARIANO, M., 2011).

No caso da Argentina, a atuação presidencial denota o papel de destaque não somente na fase de tomada de decisão e orientação estratégica, mas

também na administração dos assuntos diários. A diplomacia presidencial foi eficaz nos primeiros anos do processo de engajamento político no marco da agenda de criação do processo, simplificando e facilitando todas as negociações (JORDANA; RAMIÓ, 2002). A concentração dos assuntos da integração nas competências e iniciativas políticas do Poder Executivo, dominado por um presidente de fortes poderes formais, foi conjugado com o apoio formal do Ministério da Economia, Obras e Serviços Públicos e do Ministério das Relações Exteriores (ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

O Ministério da Economia da Argentina é o maior responsável pela implantação das políticas comerciais, compartilhando tal responsabilidade com o Ministério das Relações Exteriores nas atividades de negociação e representação comercial na esfera regional. Contudo, o poder presidencial se potencializa pelo fato de a gestão da política externa argentina padecer de alta fragmentação institucional e pouca harmonização. A coordenação interministerial carece de mecanismos formais, sendo muito dependente das inclinações e vontades pessoais de funcionários envolvidos (JORDANA; RAMIÓ, 2002).

A diplomacia de cúpula não é uma característica exclusiva dos países do Mercosul. No caso da Venezuela, o presidencialismo no governo de Hugo Chávez também é protagonista do processo de tomada de decisão, sobretudo nas questões de política externa e integração regional. Segundo Carlos Romero Méndez (2007), os demais atores políticos do país não foram consultados sobre o interesse da Venezuela em ingressar no Mercosul, bem como em outras questões relevantes da política externa do país, como a proclamada rivalidade política com os Estados Unidos instituída na agenda governamental de Chávez, e a saída do país da Comunidade Andina em abril de 2006 (SAINZ BORG, 2007).

O presidencialismo parece imperar na estrutura da política externa da região. A política externa do Chile também representa um campo tradicional de dominância do executivo. A constituição de 1980 e as reformas subsequentes não erodiram o papel central do Presidente da República em assuntos internacionais. Junto a ele, as agências governamentais especializadas, como o Ministério das Relações Exteriores, o Banco Central e alguns ministérios em áreas específicas

como Defesa, Finanças e Agricultura, são envolvidos diretamente na formulação, planejamento e execução da política externa chilena (BUSTAMANTE; RIVERA, 2011).

Por sua vez os demais atores, sejam empresários, partidos políticos, lideranças da sociedade civil entre outros, enfrentam ausência de canais para inferir e conter a supremacia presidencial. Como um círculo vicioso, a débil participação desses atores intensificou e concentrou, ainda mais, o poder presidencial na gestão do Mercosul, anulando a capacidade de veto por esses atores, ocasionando interação deficiente entre os setores público e privado e o relativo desinteresse dos atores sociais por maior participação no processo de integração.

Nessas circunstâncias, muitas vezes a defesa dos interesses das elites políticas e econômicas acontece através de *lobby* aos negociadores nacionais. Ou seja, no caso do Mercosul, a dinâmica do processo ficou isolada dos atores que poderiam propiciar disciplina política e econômica. Com isso, o bloco enfrentou dificuldade para estender sua base de apoio para além dos presidentes e corpo diplomático (ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

Ao mesmo tempo, enquanto os interesses dos atores sociais transpõem as fronteiras domésticas, crescem as expectativas de participação por parte de grupos econômicos e sociais no regionalismo. Quando não encontram canais institucionalizados para tanto, procuram outras formas de intervenção para seus interesses (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2000). Possivelmente, as estratégias particulares de pressão acontecem também pela fraca atuação dos parlamentares nas instâncias decisórias da integração, como no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e no Parlamento Andino, como analisado adiante.

2.2.2. Legislativo

No âmbito do Mercosul os parlamentares tiveram, primeiramente, espaço de atuação na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC) de 1994 a

2007, quando foi substituído pelo Parlasul. A CPC tinha caráter predominantemente consultivo. Embora fosse uma estrutura institucional, exercia moderada influência na integração, muito pouco na representação efetiva dos interesses políticos e sociais, sendo subordinada ao Conselho do Mercado Comum (CMC), instância máxima do bloco (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2000). Inclusive, a relação pouco estreita entre a CPC e o CMC era outra preocupação, por maior diálogo entre os parlamentares e os representantes do Poder Executivo dos quatro países.

O Parlasul, além ser a representação legislativa no bloco, implica em uma interação mais direta com a sociedade, bem como a institucionalização de regras democráticas para a escolha de seus integrantes. Sua função é mantida em relação à função da CPC, propor projetos de normas do Mercosul a serem considerados pelo CMC - instância que decide sobre a sua incorporação. O caráter propositivo do Parlasul pode ser considerado um avanço, pois supera a limitação da CPC de ser meramente consultivo. Contudo, o desequilíbrio permanece entre os poderes, pois o CMC – órgão representante do Poder Executivo e de estrutura intergovernamental - permanece como instância de máximo poder na integração (MARIANO, K., 2011). Portanto, embora o avanço proporcionado pelo Parlasul, a participação parlamentar no Mercosul continua marcada pela subordinação à agenda do Poder Executivo, traduzindo-se em uma ação conjunta centrada, muitas vezes, em um discurso vago e no desinteresse do Congresso brasileiro pela formulação da política no tocante ao regionalismo.

Na Comunidade Andina, o poder legislativo do Parlamento Andino no seu tratado constitutivo possui somente faculdade propositiva, sendo que a proposição legislativa não cria qualquer obrigação que implique na sua aprovação (CERA, 2009).

No estudo do presidencialismo na América Latina, Andrés Malamud (2001) é bastante enfático que as coligações no âmbito do governo não consistem apenas em coordenação entre o presidente e os parlamentares pela divisão de poder. Pelo contrário, para o autor, os presidentes da América do Sul estabelecem coligações para governar eficientemente, e não como meio de dispersão de

poderes. A subordinação dos parlamentares seria alcançada por meio da coordenação. O presidencialismo de coligação representa justamente a concentração de poderes no executivo.

Por sua vez, a fragmentação do sistema partidário é outro fator que explica o desempenho supremo dos regimes presidencialistas. Com a fragmentação partidária na região, a presidência não perdeu seu controle sobre a política, mas observa-se o enfraquecimento parlamentar diante do poder presidencial (SHUGART; MAINWARING, 1997).

Com o avanço da integração, a motivação pelo processo aumentou, inclusive no tocante à participação parlamentar, o qual justifica o crescente interesse e temor da sociedade e seus grupos organizados em relação aos efeitos da integração, os quais mesmo que de forma ainda difusa, começam a ser sentidos. Entretanto, a maior dificuldade do Parlasul é obter o empenho dos parlamentares. Existe certo desconhecimento e desinteresse sobre as negociações do bloco, bem como distanciamento em relação às suas instituições, muito embora, esse cenário possa sofrer mudanças com o aprofundamento do bloco, ao envolver o cotidiano da sociedade implicaria no posicionamento mais nítido desses representantes.

Por sua vez, se a dinâmica do processo de tomada de decisões do Mercosul permanecer concentrado no Poder Executivo, os parlamentares permanecerão afastados, resultando na busca de outros meios não-institucionais pelos demais atores, na defesa dos seus interesses na integração (VIGEVANI; MARIANO; 1999). Contudo, se os integrantes do Parlasul, atuarem efetivamente e se envolverem na integração, as reivindicações por maior poder decisório desse órgão poderão ser intensificadas (MARIANO, M., 2011), culminando em um grande avanço pela representação dos interesses da sociedade e grupos de interesses.

Entretanto, a longo tempo, os governos enfrentam um período de adequação em duas dimensões, nas relações internacionais e no ambiente doméstico (VIGEVANI; MARIANO, 1999). Supostamente, há uma tendência cada vez maior, de ampliação do espaço de participação dos atores sociais e demais

elites, contribuindo para sua influência no processo decisório, ao introduzir questões do interesse desses agentes na agenda governamental da política externa.

2.3. Partidos Políticos

Diferente da integração europeia, os partidos políticos na região sul-americana careceram da formação de redes interpartidárias as quais estimulariam a interação e participação na agenda regional. A própria estrutura partidária de cada país, pareceu dificultar a correspondência político-ideológica intrarregional, dificultando a capacidade de tais elites interagirem no nível transnacional (HIRST, 1996). Além disso, o multipartidarismo, o alto grau de fragmentação partidária e o escasso nível de orientação nos partidos políticos na maioria dos países sul-americanos, contribuíram para a alta mobilidade das alianças eleitorais e frágil disciplina no seio das coalizões políticas (ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

Por outro lado, a qualidade das políticas em questões importantes da política externa dependeria também da natureza do sistema de partidos, das características próprias de cada partido político, bem como da sua atuação na área legislativa. Um sistema político com um número pequeno de partidos e coalizões partidárias institucionalizadas poderia colaborar na cooperação e orientação consensual e sustentada das políticas. Não obstante, tais características nem sempre são vislumbradas no funcionamento do sistema político dos países sul-americanos, como acontece no Chile e na Argentina, por exemplo (ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

A baixa participação dessas elites na integração regional deve-se a outros fatores, como a amplitude da agenda nacional dos países envolvidos; ao entendimento histórico em alguns países, de que o estabelecimento das diretrizes da política externa não caberia aos parlamentares e sim às Chancelarias; ao papel central dado ao governo federal na política externa; à estrutura institucional da própria integração que carece de incentivo à participação partidária; e à própria

instabilidade e crises partidárias inerentes à redemocratização da região (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2000; OLIVEIRA, 2003; TORELLO, 2010).

No Brasil, as elites partidárias não costumam incorporar o bloco do Mercosul na estratégia da ação política. Os debates realizados no Senado e na Câmara dos Deputados limitaram-se à aprovação dos acordos internacionais assinados pelo governo. Tradicionalmente, os partidos políticos brasileiros priorizaram os grandes temas domésticos nas suas agendas partidárias, como a estabilização, o crescimento, e a dívida externa, no âmbito econômico; a melhor distribuição de renda, a educação, a saúde, e a violência no âmbito social (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2000). Por outro lado, o interesse das elites partidárias na integração estaria também relacionado ao retorno que o tema provoca em favor do prestígio e dos resultados eleitorais (OLIVEIRA, 2003). Dessa forma, a temática torna-se vertente secundária aos interesses principais desses atores.

Na Venezuela, a partir das eleições de 1998, o país enfrentou mudanças drásticas, inclusive na estrutura dos partidos políticos, refletindo em diferentes âmbitos institucionais. Embora o país detivesse um quadro estável, a crise de credibilidade e legitimidade dos partidos com a eleição de Hugo Chávez, evidenciou a frustração e o desagrado gerados pela “patiarquia” – concentração do poder nos partidos tradicionais nas décadas precedentes (RAMOS, 2002).

Por sua vez, o desenrolar do governo de Hugo Chávez polarizou os partidos políticos em dois grandes grupos, contrários e favoráveis ao governo, o que por fim, culminou no ato de deslegitimar os partidos de oposição. Assim, presenciou-se decadência na participação ampla e diversificada desses atores político na estrutura institucional do país. Além disso, na era Chávez, emergiu uma nova forma de fazer política, contrária à prática partidarista, a qual não considera indispensável a existência de partidos políticos, da classe política e da alternância de poder, como requisito à ordem e estabilidade democrática. Não obstante, o avanço dessa política não institucionalizada, não favoreceu o avanço partidário e a participação dos atores sociais na conduta estatal, e muito menos significou a representação dos interesses da sociedade (LEONE, 2006).

Hugo Chávez, ao atuar de forma independente, não construiu políticas consensuais, e tampouco incorporou os diversos setores da sociedade, como os partidos políticos no projeto bolivariano de integração e na tomada de decisões quanto à regionalização “Hacia el Sur” (SERBÍN, 2010). Portanto, os partidos políticos na Venezuela ficaram marginalizados na formulação da política externa do governo, cujas ações não refletem na dinâmica da integração.

No Chile, por sua vez, os partidos políticos demonstraram interesse em assuntos da política externa, como o próprio Acordo de Associação com o Mercosul. Contudo, nas arenas formais do acordo, como a formulação da própria política comercial chilena, os interesses das elites partidárias não foram incorporados, deixando esses atores à margem da discussão regional (SEPÚLVEDA; OYARZÚN, 2010).

Atuando como forças integradoras, na América do Sul, uma série de partidos levantou a bandeira da integração regional, quando estavam em oposição. Uma vez eleitos, esses candidatos tentaram materializar suas intenções, ainda que nem sempre lograssem todas as promessas, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil e o Partido Justicialista na Argentina - conhecido também como Partido Peronista (TUSSIE; TRUCCO, 2010).

A campanha de Aloizio Mercadante do PT, candidato a senador em 2002 no Brasil, demonstrou as ambições do partido, em avançar na integração econômica entre Brasil e Argentina, embora elas ainda não tenham sido alcançadas.

Aloizio Mercadante (PT/SP) dijo hoy en Buenos Aires que existe disposición de Argentina y Brasil de profundizar la integración regional, tratando de establecer mecanismos de coordinación macroeconómica. Mercadante participó en una reunión técnica con el equipo del presidente Eduardo Duhalde en la residencia oficial de los Olivos, y dijo que tal coordinación es esencial para garantizar la estabilidad monetaria, regional, de control de la inflación y del crecimiento económico de los países del Mercosur (AGÊNCIA BRASIL, 2002).

Da mesma forma, no intuito de atender demandas da sociedade e das

próprias elites, objetivando angariar votos, os partidos políticos em candidatura, podem se mostrar contrários à integração, regional constituindo uma força desintegradora, quando for interessante à sua base eleitoral. No Brasil, José Serra, candidato à presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 2010, na matéria ao Jornal Estado de São Paulo, manifestou sua insatisfação com o Mercosul, o qual, segundo ele, impede a instituição de acordos bilaterais, implicando prejuízos, sobretudo, às elites empresariais do país:

O pré-candidato tucano à Presidência, José Serra [...] voltou a apontar o Mercosul como culpado pelo que considera pouco avanço em acordos de livre comércio. Para ele, o bloco é um "obstáculo para fazer acordos de livre comércio em circunstâncias que nós não afirmamos na [assinatura da] zona de livre comércio. Se formos fazer um acordo comercial e o Paraguai não quiser, não podemos fazer. Nós renunciamos à soberania da política de comércio exterior. É uma opção. A Europa demorou 40 anos para fazer isso bem", disse José Serra (NOGUEIRA, 2010).

Bastante criticada pelo PT, a proposta de José Serra baseou-se na flexibilização do Mercosul, ou seja, tornar maleável alguns acordos assinados e retroceder nas etapas conquistadas pelo bloco, como na conformação da união aduaneira, a qual implica a tarifa externa comum, e no estabelecimento da política comercial comum – consistindo em uma proposta desintegradora. O intuito de suas proposições almejava a negociação de acordos bilaterais com países terceiros, atendendo aos desejos das elites empresariais brasileiras, as quais são bastante pragmáticas na defesa dos seus interesses, como discutido a seguir.

Por fim, existe a possibilidade de que o avanço dos projetos regionais seja incorporado no cotidiano da sociedade, bem como na agenda partidária, como um tema importante para a catalisação de votos, polarizando políticos e eleitores em prol ou em oposição à integração (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2000).

2.4. Elites empresariais

Até meados da década de 1980, os setores empresariais sul-americanos estiveram à margem das discussões oficiais sobre a integração sul-americana. O fato era decorrente tanto da passividade do empresariado face ao baixo incentivo para influenciar as posições governamentais e institucionalizar sua participação, quanto da falta de compromisso do Estado em oferecer canais de participação desses atores (EPSTEYN, 2010).

Em 1991, com a criação do Mercosul, esse cenário passou a contemplar o interesse das elites empresariais nas negociações e comércio regionais. O livre-comércio proporcionado pela integração começou a ser vislumbrado por um seleto grupo de empresários, principalmente do Brasil e da Argentina (BOUZAS; AVOGRADO, 2002).

Ainda assim, a estratégia primária da integração do Mercosul concernia, prioritariamente, às necessidades das elites políticas, centralizada no poder executivo. A decisão de estreitar as relações entre os países do bloco revelava a motivação política antes da econômica (VIGEVANI; VEIGA, 1997). Naquele momento, a orientação econômica do bloco estava voltada para consolidação das reformas econômicas urgentes, dadas à crise econômica dos anos 1980. O intuito seria ancorar as medidas econômicas domésticas no bloco regional. Portanto, essa dimensão política que permeou as iniciativas de integração, desmotivou a atuação vigorosa das elites empresariais no bloco. Além disso, na gênese da integração, faltaram incentivos concretos que impulsionaram o setor produtivo em influenciar o governo e institucionalizar sua participação (EPSTEYN, 2010).

Não obstante, por meio do interesse do grupo empresarial minoritário, surgiram oportunidades do envolvimento dessas elites na integração regional, fortalecendo a interação entre os atores estatais e empresariais. Primeiro, a presença dessas elites aconteceu nos Subgrupos Técnicos do Mercosul (SGTs) relacionados ao setor, como SGT1 para Assuntos Comerciais, o SGT 7 para Política Industrial e Tecnológica, e ainda o SGT 8 voltado para a Política Agrícola. Por conseguinte, formalizando o interesse do grupo dos quatro países pelo bloco, foi estabelecido o Conselho Industrial do Mercosul (CIM), cujo objetivo era

a intervenção das elites empresariais na construção do processo de integração.

Apesar da dificuldade de adesão maciça do empresariado brasileiro no projeto do Mercosul, ainda na década de 1990, foi criada a Associação de Empresas Brasileiras para Integração do Mercosul (ADEBIM), cuja função é incorporar os empresários à região, fomentando a internacionalização das empresas brasileiras, e constituindo um canal de recomendações ao governo. Cabe ao papel da organização também assessorar as empresas brasileiras no comércio regional, e promover a integração através de seminários com especialistas sul-americanos.

Na conformação do Protocolo de Ouro Preto, em 1995, as elites empresariais do setor exportador dos quatro países membros, formalizaram a criação do Conselho do Comércio Exterior do Mercosul (Mercoex), para ser o interlocutor do setor empresarial com os organismos do bloco. Compunham o Mercoex: a Câmara de Exportadores da Argentina (Cera), a Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), a União de Exportadores do Uruguai e a União dos Importadores do Paraguai. Na mesma instância do Protocolo de Ouro Preto, foi criado o órgão consultivo de representação da sociedade civil, o Foro Consultivo Econômico Social (FCES), pioneiro na representação de atores não-governamentais, constituindo o mecanismo formal de consulta público/privado, muito embora sua função seja apenas de proferir recomendações, ou seja, não é provido de poder decisório.

Apesar de todos esses órgãos constituindo verdadeiros canais de organização à participação, eles se depararam com alguns entraves na participação da edificação da integração. Primeiro, por não representarem amplamente os empresários dos países envolvidos, segundo, pelas possibilidades e dificuldades domésticas de cada Estado, e por fim, pelas próprias elevadas assimetrias na industrialização dos países da região.

No caso das elites empresariais argentinas, elas sofreram também pela ampla dificuldade em constituir um ator coletivo e coeso, e foram acometidas pelo padrão excludente e informal de interação com as elites governamentais do país, interação esta, caracterizada pela negociação focalizada em demandas pontuais,

bem como em concessões específicas a determinados setores da indústria. Por fim, essas mesmas elites empresariais foram atingidas pelas dificuldades macroeconômicas e políticas voláteis que o país enfrentou, diminuindo as possibilidades das elites empresariais na integração do Mercosul por períodos prolongados.

Assim, embora o empresariado argentino tenha prestado apoio às reformas liberalizantes, como privatização, desregulamentação dos mercados e novos objetivos de estabilização macroeconômica em conformidade ao Consenso de Washington e a própria liberalização comercial, essas elites não obtiveram consenso similar, sobretudo, entre os empresários industriais, mais vulneráveis à concorrência dos novos sócios, e principalmente à indústria competitiva do Brasil. Tais elementos atingiram gravemente a participação desse setor no processo de elaboração das políticas integrativas, limitando a capacidade, no caso das empresas argentinas, em aproveitar as oportunidades oferecidas pelos processos de integração em marcha (ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

No final dos anos 1990, alguns fatores agravaram ainda mais a atuação dos empresários argentinos: a deterioração econômica do país, a qual assolou muitas indústrias nacionais argentinas, e os conflitos comerciais com o Brasil, ocasionando insatisfação do empresariado de todo o bloco. Além disso, a pouca transparência, a marginalização do empresariado no processo de formulação da política doméstica e das negociações regionais da década de 1990, e falta de resultados econômicos mais significativos, intensificaram o desinteresse desses atores.

De fato, para as elites empresariais brasileiras, a vertente do regionalismo sul-americano somente adquiriu estratégia a partir de 2003, com o crescimento das exportações e investimentos brasileiros na região, revertendo a balança de comércio do Brasil com os países vizinhos. Antes disso, somente algumas associações empresariais obtiveram resultado em alguns setores específicos, como o automotivo, em particular, fomentando as cadeias produtivas na região.

Segundo o estudo realizado pela Confederação Nacional das Indústrias em 2007 (CNI), nos anos de 2005-2006, a América do Sul foi destino de quase 20%

das exportações brasileiras e desses, 44% destinaram-se à Argentina. Por sua vez, o crescimento do investimento estrangeiro brasileiro, nos países vizinhos, também alcançou dinamismo nos anos 2000. Mesmo assim, o crescente interesse na região demonstrado pela indústria, contrapõe-se com a escassa importância atribuída pelo setor agrícola, cujos interesses se concentram, prioritariamente, nos países desenvolvidos (EPSTEYN, 2010), compondo estratégias opostas de comércio internacional das elites empresariais brasileiras.

De qualquer forma, a crescente importância dada às elites empresariais na última década, coincidiu com a centralidade dada à região pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva. A princípio, a visão de ambos parecia convergir, mas não tardou o surgimento de conflitos estratégicos. Enquanto a CNI e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) passaram a demandar mais iniciativas para melhorar e preservar o acesso aos mercados e aos investimentos brasileiros na região, o governo priorizava assuntos não econômicos na integração. Assim, a política externa oficial para a América do Sul passou a ser criticada pelas elites empresariais e pela imprensa (EPSTEYN, 2010).

No caso das elites empresariais chilenas, a Confederação da Produção e Comércio do Chile (CPC), consonante com o governo, defende a abertura comercial e inserção a distintos mercados, inserindo-se na região (DURÁN; OYARZÚN, 2010). Inclusive, o país demonstrou uma política de incorporação das empresas nas etapas de negociação comerciais dos projetos regionais. Contudo, a extensa quantidade e heterogeneidade de coalizões, acordos bilaterais e regionais dificultam traçar uma estratégia para a América do Sul. Além disso, as tensões geradas pelas lideranças presidenciais nos processos de integração aprofundaram o distanciamento dos atores empresariais do Chile nessa esfera.

Em relação à entrada no Mercosul, os empresários chilenos mostraram-se convictos que o bloco, ao impor aumento da tarifa externa, contraria o desenvolvimento baseado na abertura comercial com os países desenvolvidos. Ademais, as principais associações empresariais chilenas desconfiam da instabilidade institucional dos países da região, face ao descumprimento dos acordos de livre comércio e violações ao investimento estrangeiro, como a

expropriação pela Argentina da Petrolífera espanhola YPF, em abril de 2012. Assim, a tendência é que os empresários chilenos se inclinem pelos negócios com os países que apresentem efetiva e estável governabilidade político-institucional e zelem pelas regras do comércio internacional (DURÁN; OYARZÚN, 2010).

Analisando esses três países, a grande crítica ao empresariado argentino é que enquanto os empresários brasileiros formaram um conjunto mais ativo e estável de ferramentas de promoção às estratégias de expansão regional e mundial, as elites empresariais chilenas desfrutaram da estabilidade macroeconômica e das diferentes ofertas de abertura comercial negociadas pelo país em acordos bilaterais, e as empresas argentinas careceram de todas essas vantagens, sofrendo com a deterioração econômica doméstica (ESCUDER; IGLESIAS, 2010), justificando ser o ator argentino que menos apóia a integração, como será visto no próximo capítulo

Por sua vez, no caso dos setores empresariais venezuelano, a agenda de Hugo Chávez é marcada pela reorientação da estratégia da política externa, focando no regionalismo sul-americano. Entretanto, diferente do governo anterior, quando o setor empresarial esteve envolvido ativamente nas negociações comerciais, a tendência do governo atual é prestigiar os interesses governamentais, exercendo limitada consulta aos setores empresariais e não-governamentais de forma geral. A razão do crescente distanciamento das elites empresariais é dada pelo assédio do governo com ameaças de expropriação e estatização, criando oposição a Hugo Chávez. Ainda que cautelosas, as elites empresariais tradicionais do país estão, de alguma forma, voltadas ao mercado regional, em especial ao mercado andino (SERBIN, 2010).

Na Bolívia, as elites empresariais bolivianas por identificarem nos países da região indústrias concorrentes aos seus produtos pouco elaborados, vislumbram maiores estratégias de comércio com os Estados Unidos, através da instalação de sua produção no Peru:

Anders, quien participó en la reunión del Consejo Consultivo

Empresarial Andino (CCEA) celebrada ayer en La Paz, dijo a los medios que "hay empresas que están interesadas en pasar una parte de su producción al Perú y beneficiarse" con el acuerdo de ese país. El empresario recordó que el Tratado de Libre Comercio (TLC) que su país suscribió con EE.UU. entró en vigencia y permite a las industrias peruanas exportar al mercado estadounidense con preferencias arancelarias (EFE, 2009).

Mesmo assim, essas elites industriais reiteram, constantemente, os compromissos com a ALBA e com a Comunidade Andina, embora apresentem os maiores fluxos comerciais para Brasil e Argentina, comprovando o interesse desse segmento boliviano também no Mercosul (MRE, 2011).

Como visto, as políticas de integração regional geram consequências distributivas, fomentando ganhadores e perdedores, caracterizados como os impulsionadores e os resistentes à integração. As pressões e tensões que atingem as elites empresariais são assimiladas de diferentes formas pelos setores voltados à exportação e à importação, podendo também provocar posturas e percepções antagônicas. A coexistência dentro da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) de segmentos defensivos, resistentes à integração, indústrias dependentes de proteção, e interesses ofensivos os quais defendem a liberalização comercial, provocaram verdadeiros conflitos de estratégia no cerne da entidade empresarial. Além disso, como os interesses e a representação empresarial na região são fragmentados, e os recursos técnicos bastante limitados na maioria dos países sul-americanos, as divergências entre os setores exportadores e importadores ocasionam problemas de coordenação no interior da representação setorial (ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

Portanto, de forma geral, vislumbra-se na região elites empresarias com motivações, interesses e forma de atuação bem distintos. No Brasil, a extensa pauta comercial determina aspirações diversas nas elites empresariais. Aquelas pertencentes ao Mercosul sofrem, muitas vezes, pelas dificuldades do próprio bloco e por uma agenda de integração, atualmente menos voltada para a liberalização comercial. No entanto o pragmatismo sobre os potenciais ganhos comerciais que podem ser obtidos na região é latente, instigando essas elites a conduzirem, de alguma forma, a construção e os meandros da integração sul-

americana, quer seja para defender mais abertura comercial ou resistir a ela.

Mesmo enfrentando barreiras, algumas associações empresariais demonstraram sua capacidade de influência em relação às políticas econômicas, como as políticas voltadas à imposição de impostos, tarifas, regulações financeiras entre outros (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Por sua vez, as grandes empresas sul-americanas não se limitaram a fazer *lobby* perante o governo, foram protagonistas da integração regional, tanto junto ao governo, como contrário a ele. Assim, as elites empresariais atuaram como ativas e reativas, com ações positivas e negativas à integração, com ações compreendendo as quatro ordens da dinâmica da integração.

A importância dessa atuação é evidente. Um dos maiores elementos impulsionadores da integração regional calcada em objetivos econômicos, como propunha o regionalismo aberto, constitui na presença de empresários ativos e interessados nesse processo. Quando o segmento empresarial se envolve na integração, estabelecendo mecanismos internos de ação coletiva efetiva e canalizando suas demandas em áreas institucionalizadas, com provisão de regras e horizontes estabelecidos, torna-se plenamente capaz de mobilizar a agenda de integração em outras áreas (ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

Além disso a participação, ainda que instável, das elites empresariais no interior do processo determinou parte da qualidade e intensidade da integração, bem como implicou em muito dos benefícios que a sociedade e as próprias empresas podem usufruir dela. Mesmo que os acordos de integração sul-americanos sejam impulsionados e conduzidos pelos respectivos governos, a integração é dependente dos incentivos, oportunidade e capacidade dessas elites, para enriquecer os fluxos comerciais e investimento entre os sócios.

2.5. Sindicatos

Até meados da década de 1980, o envolvimento das centrais sindicais nas questões externas mantinha-se superficial, faltavam canais de influência efetiva,

embora o interesse desses atores fosse latente. Em 1986, com o engajamento das principais organizações sindicais da região, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e Força Sindical no Brasil, a CUT do Chile, CUT do Paraguai, a *Central de Trabajadores de Argentina* (CTA) e a CGT na Argentina, *Plenario Intersindical de Trabajadores* (PIT) e *Convención Nacional Trabajadores* (CNT) no Uruguai, e a Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT), foi criada a Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

Naquele momento, os principais objetivos da CCSCS consistiam na defesa da democracia, ou seja, lutar contra os regimes ditatoriais persistentes na região (Chile e Paraguai), e articular uma ação conjunta contra a dívida externa e seus efeitos sobre as economias dos países do Conesul. Dessa forma, inicialmente a integração regional não ocupou a agenda da organização.

Contudo, com o desenrolar dos processos de integração no marco do regionalismo aberto, os riscos de que esses reduzissem os postos de trabalhos, gerassem práticas de dumping social e intensificassem o desemprego foram determinantes para incluir o tópico da integração na agenda da CCSCS (HIRST, 1996). Portanto, a organização determinou como necessidade, o papel de liderança dessa entidade na integração econômica e social do Conesul. Mesmo que em cada país, a atuação dessas lideranças estivesse sujeita a determinados contextos políticos, emergiu a discussão da principal pauta dessa agenda: os interesses trabalhistas comuns.

A partir desse momento, os atores mantiveram postura propositiva no regionalismo, impulsionando propostas de implantação de políticas voltadas à integração produtiva (industrial e agrícola), demandando maior institucionalização do bloco, bem como políticas sociais no nível regional (EPSTEYN, 2010). Além disso, a percepção de que a integração poderia ser uma ferramenta de projeção sub-regional dos modelos políticos de organização trabalhista, e o interesse em evitar a expansão exacerbada das políticas liberais no mercado de trabalho, como aconteceu no Chile, atraíram esses atores para o ambiente regional (HIRST, 1996).

A participação das elites sindicais contribuiu para decisões relevantes tanto no âmbito do Mercosul, com a criação da Cúpula Sindical do Mercosul e do FCES, na promoção do Fórum Social Mundial, bem como na forte oposição à proposta da ALCA. No âmbito do Mercosul, algumas centrais sindicais tiveram participação em diferentes Subgrupos: política industrial (SGT7), política agrícola (SGT8), transportes (SGT5) e política energética (SGT9). Também constituíram o Subgrupo de Normas Trabalhistas (SGT10), reunindo governos, elites empresariais e sindicais, visando assegurar o mínimo de garantias trabalhistas aos trabalhadores da região. Além desses grupos, os sindicatos participam do Subgrupo de Trabalho sobre Relações Trabalhistas, Emprego e Segurança Social (SGT11) e do Observatório de Emprego. O envolvimento dessas elites nos subgrupos do bloco facilitou a aglutinação das entidades sindicais dentro dos seus setores, como o setor automobilístico, energia elétrica, agricultura entre outros. Não obstante, muitos setores não lograram essa mesma coordenação (LIMA, 2011).

Além disso, houve alguns movimentos para incorporar a essas demandas pelos representantes do Poder Executivo e do Ministério do Trabalho: Mercosul, Bolívia e Chile criaram políticas comuns e harmonizaram, com algumas ressalvas, suas legislações trabalhistas. Os ministros também mantiveram posições comuns perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e aos fóruns internacionais, fortalecendo os temas trabalhistas (MARIANO, K., 2011).

A partir de 2003, no marco do relançamento do Mercosul, a CCSCS adotou postura otimista quanto aos rumos do Mercosul (CASTRO, 2007). As centrais sindicais basearam seu otimismo nas declarações governamentais nesse relançamento do bloco, que pregava a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. As demandas daquele momento consistiam em temas relacionados à geração de emprego, distribuição de renda, valorização dos direitos sociais e humanos, criação do Parlamento do Mercosul e outros órgãos supranacionais, necessidade de fortalecer o FCES entre outras providências.

Após alguns anos, as elites sindicais começaram expressar sua frustração

pelos poucos avanços logrados no Mercosul. Segundo as elites sindicais, o bloco seguia aplicando um modelo exportador e de subordinação à política de estabilidade financeira e monetária atrelada ao modelo neoliberal. Ao mesmo tempo, contestavam a base do crescimento econômico calcada nos bens agropecuários e na capacidade de exportação das empresas transnacionais, bem como discordavam da solução dada aos conflitos comerciais e setoriais, que eram resolvidos por acordos políticos e temporários, que muitas vezes ocasionavam a redução das exportações. O líder sindical afiliado ao PT (Partido dos Trabalhadores), José Carlos Miranda, corroborou esse cenário ao afirmar que as melhorias nas condições de vida e a integração dos povos não foram consideradas pelas regras do bloco. Na visão desse sindicalista, o aumento do intercâmbio comercial favoreceu somente as grandes empresas transnacionais, as quais pressionam pela redução dos gastos sociais, direitos trabalhistas e aumento da Guerra Fiscal (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007).

Somado a esse descontentamento, não houve avanços quanto às reivindicações pela execução das premissas da Carta Social do Mercosul, a qual é constituída dos principais preceitos da luta sindical: a não discriminação e promoção da igualdade no mercado de trabalho, a eliminação do trabalho forçado, a garantia de liberdade de exercício de qualquer profissão ou ofício, a abolição do trabalho infantil e o aumento progressivo da idade mínima para ingresso no mercado de trabalho, a liberdade sindical, negociação coletiva e direito de greve. Por fim, não foram criados novos fundos a esse setor, embora todas essas requisições permaneçam na agenda política (LIMA, 2011).

No âmbito da Comunidade Andina das Nações (CAN), as principais organizações sindicais dos países andinos, como a Confederação de Sindicatos Autônomos da Venezuela (CODESA), a CGT da Venezuela e Colômbia, a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), a Central Operária Boliviana (COB) entre outras organizações sindicais, criaram o Conselho Consultivo Laboral Andino (CCLA) em 1983, no intuito de promover a construção das agendas laboral e sindical no bloco. Os objetivos da organização consistem na constituição de um papel consultivo nos órgãos e instituições do Sistema

Andino de Integração, participação e representação da classe no Conselho Andino de Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Comissão da Comunidade Andina, proposição de medidas para harmonizar as políticas sociais e de trabalho nos países da Comunidade Andina, promoção de unidade de ação com outros acordos sub-regionais de sindicatos ligados à integração regional e global, participação como observador ativo do Conselho Consultivo dos Ministros do Trabalho, e contribuição para a construção de políticas sociais e trabalhistas entre outras funções.

Não obstante a participação dos sindicatos na arquitetura da integração, sua percepção não foi consensual sobre a abertura comercial acelerada nos anos 1990. As elites sindicais, sobretudo da Venezuela, demandavam maior participação nos projetos regionais, bem como contestavam as medidas neoliberais. Ainda hoje, o CCLA acusa a Comunidade Andina de não priorizar o fortalecimento da dimensão social, mantendo-se exclusivamente voltada ao comércio na concepção neoliberal (INTAL, 2007).

No marco da criação da UNASUL, a CCLA apoiou e demonstrou interesse na participação desse novo bloco, identificando-o com uma integração destinada a melhorar a qualidade de vida das sociedades envolvidas, através do desenvolvimento social. Enquanto isso, a CCSCS demonstrou preocupação com a ampliação do Mercosul, face à criação da UNASUL. O órgão expressou sua desconformidade com a ausência de avanços na reforma institucional para conjugar o Mercosul e a Comunidade Andina, os quais ainda enfrentavam obstáculos internos quanto ao aprofundamento e desenvolvimento da temática laboral e social, no amplo bloco em formação (CASTRO, 2007).

Em 2009, na *IX Cumbre Sindical do Conesul*, a CCSCS representando 25 milhões de trabalhadores, reiterou novamente a importância da integração para superação da crise global e enfrentamento da redução do papel e capacidade de ação do Estado. Reivindicaram uma previsão profunda na declaração sócio-trabalhista para adequá-la às novas condições do mercado de trabalho, devido ao avanço da integração comercial e dos migrantes regionais (LIMA, 2011). Entre as vitórias logradas, destacam-se o *Acordo Multilateral de Seguridad Social*,

ratificado pelos quatro países, permitindo a contagem de tempo da aposentadoria dos trabalhadores que exerceram sua profissão em mais de um país. Além disso, foi criada a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), com objetivo de proteger os trabalhadores do campo. Na Declaração do Mercosul, em abril de 2012, a CCSCS condenou as medidas protecionistas e de promoção comercial do bloco, as quais geraram crise permanente, debilitando o processo em momentos em que se requer força para enfrentar a crise mundial (CCSCS, 2012), evidenciando o descontentamento com o bloco.

Portanto, embora as elites sindicais através de suas representações institucionalizadas sejam reconhecidas pelas suas contribuições no campo laboral, ainda há dúvidas por parte desses atores, de quanto os processos de integração avançaram em resultados econômicos e sociais concretos, beneficiando e defendendo a agenda pelos direitos trabalhistas e sociais. Ainda que as elites sindicais reiterem o compromisso da integração, convencidos de que seja a principal ferramenta de desenvolvimento na região, o tema permaneceu, em muitos momentos, no plano secundário da agenda efetiva dos sindicatos domésticos dos países do Cone Sul na última década (EPSTEYN, 2010).

Karinal Pasquariello Mariano (2011) apresenta conclusões semelhantes no seu estudo, embora ainda demonstre os avanços da interação das centrais sindicais com os negociadores do Mercosul e alguns efeitos positivos dessa interação:

A pesquisa constatou que o papel dos representantes sociais foi limitado no Mercosul e pouco influente em seu processo decisório. Alterações nessa situação dependem da aproximação com outros grupos da sociedade, fortalecendo suas posições. Para que esses grupos pudessem influenciar os rumos da integração, eles deveriam [...] se tornar elementos centrais na formulação da preferência nacional, o que não aconteceu nesse período. [...] No entanto, considerando os resultados apresentados nesta análise e apesar de suas limitações, as centrais sindicais conseguiram caminhar na consecução de seus objetivos. Mais que isso, amadureceram na posição de negociadores e foram capazes de influenciar algumas decisões governamentais, revertendo um quadro inicialmente bastante desfavorável (MARIANO, K., 2011, p. 174-175).

2.6. Atores sociais

Conforme mencionado anteriormente na pesquisa desta tese, os atores sociais são compostos por intelectuais, jornalistas e líderes de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e ONGs. Esses atores apresentam alguma forma de influência e atuação nas propostas de integração, com destaque na participação e composição de Fóruns, Redes e Plataformas relacionadas aos interesses da região.

O retorno do regime democrático, somado às políticas econômicas e de ajuste estrutural insatisfatórias e às crises socioeconômicas dos anos 1990, culminaram na emergência exponencial dos atores sociais, capazes de liderar múltiplos interesses da sociedade civil. No âmbito político, a desarticulação do Estado face à fragmentação e debilidade das organizações sociais governamentais, e a transformação dos esquemas de representação tradicional, devido à sua perda de influência e controle dos novos conflitos da sociedade, intensificou a participação dos atores sociais na reconstrução da trama política e social dos países da América Do Sul (GUIÑAZÚ, 2003 *apud* ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

A articulação dos diferentes grupos sociais produziu novas plataformas e arcabouços à região, como a Cúpula dos Povos pelos Direitos Humanos, a Aliança Social Continental e a Cúpula Social pela Integração dos Povos, favorecendo a participação cidadã em múltiplas questões.

Na integração sul-americana, esses atores, muitas vezes, vislumbraram um instrumento para combater as medidas do Consenso de Washington e conter a influência dos Estados Unidos na região, como visto no manifesto da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP):

Ao sinalizarmos com a integração de nossa região visando os interesses dos nossos povos, estamos nos opondo às estratégias dos EUA para a região, e estamos afirmando que é possível termos uma alternativa a globalização capitalista através desta integração. O fato de a integração regional ser vista como nossa

forma de organização contra-hegemônica é sem dúvida uma novidade, e enquanto tal requer vontade política para ser levada adiante (SANTOS, 2006, p.8).

Da mesma forma, as relações com a potência estadunidense eram entendidas como entrave ao avanço das propostas regionalistas (CERVO, 2011). Por conseguinte, muitos movimentos sociais ganharam força ao incorporar o debate oposicionista às negociações comerciais da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) na pauta da agenda prioritária desses movimentos (VEIGA; RÍOS, 2007).

Além disso, embora sindicatos e movimentos sociais possam dispor de reações diferentes aos tratados regionais, opõem-se fortemente aos acordos com os países industrializados e à adesão aos preceitos neoliberais. Esse consenso pode ser identificado nos discursos dos movimentos sociais que ganharam força na região nas últimas décadas, como o Movimento do Sem Terra no Brasil e o REBRIP; os *Piqueteiros* e a Frente Popular Darío Santillán na Argentina; os movimentos indígenas no Chile, como o “Ad-Mapu” - organização indígena mapuche; a Coordenadoria de Defesa da Água e da Vida em Cochabamba na Bolívia.

Graciela Rodriguez, coordenadora global da Rede Internacional de Gênero e Comércio (IGTN), membro da REBRIP e ASC, comprova o argumento:

Resulta fundamental aprofundar iniciativas e articulações que buscam a “integração a partir dos povos”, por dentro e por fora dos processos oficiais, como caminhos da construção de alternativas justas, sustentáveis e equitativas. São processos em construção que devem encorajar iniciativas que como estas, mostrem que há alternativas frente ao esgotamento do modelo neoliberal (RODRIGUEZ, 2010).

Como o desenrolar dos processos de integração regional afeta o cotidiano das sociedades envolvidas em distintas proporções, é bastante natural que o tema seja incorporado à agenda local, de acordo com a sua dependência e envoltura nos projetos. A interferência do regionalismo no cotidiano social mobiliza, principalmente, os grupos e movimentos sociais organizados por uma

participação mais vigorosa, que lhes garanta a maximização dos ganhos e benefícios em detrimento da minimização dos custos (VIGEVANI; MARIANO, 1999). Assim, no plano regional, ainda que a participação desses movimentos no Mercosul e as Cúpulas das Américas seja gradual, as organizações locais são coadjuvantes em promover redes na esfera regional em defesa dos interesses locais.

No caso da organização argentina “Poder Ciudadão”, foram estabelecidos vínculos inter-regionais sobre a defesa da educação para a democracia, transparência e direitos humanos. Essa ONG ainda exerce pressão sobre o governo e apresenta recomendações e sugestões para a participação social nas Cúpulas Regionais, como no “Acuerdo de Lima”, o qual capacita burocratas na promoção de eleições transparentes e melhorias nas condutas eleitorais da região (PODER CIUDADANO, 2012)

No Brasil, a conformação da Rede Brasileira para a Integração dos Povos (REBRIP) em 1998, reflete esse cenário. A Rede é uma organização heterogênea a qual agrega ONGs, associações profissionais autônomas e pluralistas, movimentos sociais, entidades sindicais com diversos interesses e origens. A REBRIP tem como objetivo atuar nos processos de integração regional e comércio, defendendo a construção de uma sociedade democrática pautada no desenvolvimento econômico, social, cultural, ético e ambientalmente sustentável. O conjunto dessas entidades propõe alternativas de integração, opostas à lógica da liberalização comercial e financeira predominante nos acordos econômicos. Os esforços da REBRIP são somados ao da organização Aliança Social Continental, de cunho sindical e de objetivos semelhantes (REBRIP, 2012).

Durante todo o governo de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, ampliou-se o acesso dos movimentos sociais nas instâncias decisórias relativas à política externa e integração regional (EPSTEYN, 2010). Na 29.^a Reunião do Conselho do Mercosul, realizada em San Juan, na Argentina, para a última presidência do Mercosul no governo Lula, o ex-presidente se comprometeu em promover um esforço adicional para aumentar a visibilidade do Mercosul e para apoiar a participação social (BARBOSA, 2010). Na verdade, desde 2003, a REBRIP e

outras organizações sociais aprofundaram o diálogo com diferentes agências e Ministérios. Essas organizações foram convidadas a participar do Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) da Camex, do Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) e de alguns Grupos de Trabalho do Mercosul, como a Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar (REAF) e a Reunião Especializada da Mulher (REM).

Desde então, a mobilização dos atores sociais ocupa maior espaço nos partidos políticos e na formulação de políticas governamentais, agindo na promoção da integração e opondo-se a essas, atuando como forças desintegradoras. Ainda algumas ONGs tornaram-se chaves para a construção da agenda dos assuntos públicos, mesmo que sua capacidade de intervenção seja limitada. Não obstante a autonomia e a capacidade de participação mais proativa, institucionalizada e coesa das ONGs, atores e movimentos sociais estão em construção e desenvolvimento na maioria dos países estudados, como no Chile e na Bolívia.

Na década de 1990, os atores sociais foram contemplados com a “Lei de Participação Popular” na Bolívia. As bases dessa nova lei defendem a maior autonomia da sociedade civil na gestão pública dos municípios, reconhecendo as formas de organização social dos povos indígenas e direitos para participação no nível local. Porém, a lei não garantiu naquele momento a participação mais efetiva dessa sociedade, nos tópicos da agenda externa (HENGSTENBERG; KOHUT; MAIHOLD, 1999).

Os atores sociais ganharam espaço na Comunidade Andina somente na última década. Em 2011, foi declarado o "Ano Andino de Integração Social", promovendo políticas ativas de coesão, igualdade e integração social no âmbito da integração andina. Dentro desse contexto, a Conferência sobre a Participação Cidadã em Cochabamba, possibilitou a concretização de algumas demandas de ONGs e lideranças da sociedade organizada (COMUNIDADE ANDINA, 2011). Ainda assim, na agenda desses atores prevalecem as demandas domésticas, sobretudo dos povos indígenas.

Não obstante, a evolução da sociedade civil na Venezuela também assistiu

ao desenvolvimento de organizações e redes sociais com diversos valores e prioridades, as quais desempenham com crescente autonomia em relação ao Estado, sobretudo, quando não os enfrenta. No entanto, os movimentos sociais no país são acometidos pela polarização crescente dada as políticas de Hugo Chávez.

As organizações sociais da classe média promovem os valores democráticos liberais associados às liberdades civis, direito de propriedade em torno das reivindicações vinculadas a bens e serviços. Por sua vez, os movimentos sociais da classe baixa lutam pelos direitos de inclusão contra a marginalidade e pobreza crescente no país. A polarização da sociedade civil tornou-se mais aguda com a divisão política ao deslegitimarem os partidos políticos tradicionais, e com a evolução das mudanças políticas dos primeiros anos de Hugo Chávez no poder (SERBÍN, 2010). Com isso, uma parte das organizações da sociedade civil se apoderou do papel dos partidos políticos anulados, e face à ausência de atores políticos alternativos constituiu a grande oposição, sendo identificada como “la sociedad civil antichavista”, protagonista de numerosas mobilizações antigoverno. A outra parcela das organizações voltou-se ao apoio dos projetos bolivarianos de Chávez.

Dessa forma os atores sociais venezuelanos assumiram o papel de ator político, cuja influência sobre as decisões governamentais estavam mais articuladas às conjunturas políticas que aos projetos políticos efetivos. Portanto, a politização desses atores com o envolvimento intenso na dinâmica política do país, afastou-os gradativamente de outros temas como a política externa. Como resultado, nem a sociedade civil, com todas as suas divisões e interesses, deu a devida atenção às reorientações da política externa, nem o Estado se preocupou em consultá-la diante decisões referentes à política “Hacia el Sur” ou pela promoção de uma nova visão regionalista, assumindo que o governo já representava os interesses dos cidadãos que haviam eleito Chávez. Por conseguinte, na maior parte da agenda dos atores sociais, a integração regional não ocupou espaço.

Ainda assim, algumas exceções sobreviveram a esse cenário conflituoso

na Venezuela. O Instituto Venezuelano de Estudos Sociais e Políticos (INVESP) e a Rede “Sinergia” a qual agrega organizações da sociedade civil compartilham uma visão ampla e de apoio à integração sul-americana, embora detenham limitada participação, sobretudo em relação às elites empresariais que gozam de maior espaço na esfera política e se utilizam de alguns movimentos sociais para atender os objetivos corporativos (SERBÍN, 2010).

Portanto, ainda que os países da América do Sul tenham superado o quadro de ditaduras militares, cabe a consolidação dos atores sociais como contrapartida ao papel predominante dos governos, para defesa dos seus interesses. O Mercosul não é resultado de aspirações coletivas e consultas sociais, muito menos um produto da construção das lideranças sociais dos países membros, daí a ampla necessidade da articulação e envolvimento desses atores no âmago do processo, conformando-o às demandas emergentes (ESCOBAR, 2007).

Entre intelectuais o volume de publicações, quantidade de colóquios e o número de projetos de cooperação entre Universidades e outras Instituições, assinalam essa tendência (CERVO, 2011). Da mesma forma, as Redes regionais parecem se orientar nesse mesmo caminho. Elas objetivam criar um amplo consenso, convergir interesses, apagar diferenças e divergências, propiciando a formulação de estratégia coesa, unificada e fortalecida para se incorporarem formalmente nas negociações dos processos de integração regional. Ainda assim, a interveniência de cada elite social depende dos objetivos próprios, cujo consenso resultará do poder e habilidade de cada ator em definir os seus interesses para maximizar os ganhos no cerne da integração.

Definitivamente, embora a importância desses atores na construção dos projetos integrativos, eles carregam percepções e interesses muitas vezes divergentes, que podem refletir os interesses da sociedade organizada, mas podem se concentrar nos propósitos individuais de cada ator. Geralmente o entendimento das elites sociais depende também, em grande parte, da forma como as informações sobre o andamento e resultados da integração chegam até elas (VIGEVANI; MARIANO, 1999). Por isso, são atores de reações díspares,

podendo apresentar políticas integrativas e se depararem com reações desintegradoras dentro do seu próprio grupo para as mesmas questões. Além disso, interagem a todo instante com os demais segmentos das elites, com os sindicalistas principalmente, podendo estabelecer prioridades em decorrência dessa interação. A partir desse conjunto de fatores, as percepções e reações dos atores sociais fundamentam o seu posicionamento ao longo do processo integrativo.

Considerações do Capítulo 2

A integração sul-americana, embora geralmente conduzida pelo poder executivo dos países envolvidos, desenvolve-se a partir de uma multiplicidade de atores da política, da economia e da sociedade civil. A partir de suas percepções e interesses, atuam através dos mecanismos ofertados, configurando-se como agentes integrativos, colaboradores, desintegradores e resistentes na dinâmica da integração regional.

Às elites governamentais, sobretudo aos presidentes, são dados maiores instrumentos de poder para conduzir a integração sul-americana, compondo as instâncias decisórias dos projetos de integração. São atores que vislumbram sua projeção política no ambiente regional, respaldados pelas próprias chancelarias, além de visarem ganhos econômicos ao país. Ainda que detenham poder supremo na definição dos projetos regionais, suas decisões são influenciadas pela preferência nacional, composta pelas pressões e interesses dos múltiplos atores e elites nacionais.

Aos parlamentares que compõem o conjunto das elites governamentais, são ofertados canais limitados à participação no regionalismo. Além disso, incorporam com restrições a política externa na sua agenda principal de debates. Ainda assim, o desenvolvimento do Mercosul, por exemplo, tem favorecido esses representantes, com a criação de instâncias cada vez mais autônomas e dotadas de recursos.

Na agenda dos partidos políticos, os assuntos ligados à política externa, normalmente constituem plano secundário. Podem apoiar a integração regional quando em oposição, ou diante das elites aliadas que almejam os projetos regionais, como as elites sindicais, mas quando eleitos, nem sempre concretizam todos os seus propósitos. Ainda assim, os partidos políticos são canais da sociedade civil para defesa dos seus interesses, podendo agir de forma integrativa e desintegradora através dos parlamentares do partido ou mesmo quando eleitos.

Aos agentes empresariais com objetivos utilitários, são proporcionados alguns canais de intervenção e defesa dos seus propósitos, ainda que restritos, como o FCES e a participação em alguns Subgrupos do Mercosul. Com articulação, as elites empresariais se organizam em grupos e entidades domésticas, favorecendo o seu posicionamento na política externa do país. São atores bastante sensíveis às questões comerciais e econômicas, atuando de maneira ativa quando afetados. Uma vez que as elites empresariais possuem ampla interação com as elites governamentais, apoiando-as e atuando junto a elas, logram seus propósitos através da influência que exercem. Portanto, conseguem determinar alguns rumos e benefícios dos projetos regionais, sendo pragmáticos na atuação da dinâmica desses processos, apresentando posições resistentes e até desintegradoras quando atingidas.

De forma articulada e coordenada, as elites sindicais conseguiram resultados positivos nas alianças regionais que construíram. A partir delas, atuaram no âmbito dos projetos regionais de forma institucionalizada, participando de Subgrupos de Trabalhos e Fóruns específicos. Mesmo que a consecução de seus propósitos não tenha resultado na unificação dos direitos trabalhistas, as elites sindicais atuaram de forma propositiva na integração sul-americana, influenciando as elites governamentais na harmonização das legislações trabalhistas, e impedindo, muitas vezes, que políticas regionais infringissem os seus direitos.

Por sua vez, as elites sociais conformam os atores com maior diferença de percepções e objetivos. São lideranças da sociedade civil que enxergam na

integração uma forma de alcançar objetivos próprios e defender seus grupos de interesses, cujo comportamento, geralmente reativo, respondem pelos estímulos advindos do regionalismo. Muitas vezes, essas elites atuam em conformidade com os objetivos de outras elites, formando redes com maior poder de influência. Ao mesmo tempo, podem apresentar entendimento antagônico em relação à política externa, conforme o acesso às informações. No Mercosul, usufruem do FCES para expor seus propósitos, ainda que seja um canal limitado e sem poder decisório. Na última década, grupos organizados, movimentos sociais e ONG's lograram maior interação, formando redes regionais em consolidação, apresentando propostas de novos desígnios aos projetos de integração.

Portanto, as elites com as suas percepções, interesses, capacidade de influência e atuação, perseguem seus objetivos na integração, os quais coincidem somente em algumas ocasiões. Quando não coincidentes, é possível identificar um conjunto de interesses complexo, definido pelos atores e pelas dimensões envolvidas (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Desse cenário, resultam os meandros da integração regional, a qual avança em algumas dimensões e retrocede em outras, conforme a conjuntura política, econômica e social de cada país e das condições no cenário internacional. Multifacetada, a integração regional é composta pelas ordens economia e política na sua esfera principal, abarcando outras dimensões relevantes, fundamentadas em valores sociais, culturais e ideológicos, cada vez mais estimuladas por essa gama de atores. Conhecer a percepção dessas elites contribui para o entendimento de todo esse complexo norteador do regionalismo sul-americano, como será investigado no próximo capítulo.

3. A PERCEPÇÃO DAS ELITES SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Introdução

O objetivo principal deste capítulo é conhecer a percepção das elites sobre os processos de integração regional, por meio da análise de dados e fontes primárias que corroboram este estudo. Primeiro, é explicitada a metodologia aplicada aos dados, bem como expostos os testes estatísticos executados por este trabalho. Segundo, é contextualizado o atual cenário de integração sul-americana, marcado por aspectos políticos e ideológicos, em detrimento da faceta econômica. Terceiro, foi apresentado e discutido um conjunto de dados sobre a percepção das elites sobre a integração regional, focando a investigação no aspecto do regionalismo.

As conclusões deste capítulo mostraram as diferentes percepções entre os grupos de elites devido aos seus interesses e crenças políticas. Além disso, a análise discerniu os países das elites, comprovou que a configuração política e a inserção internacional dos seus respectivos países, são importantes na definição de seus valores e formação de suas percepções.

3.1. Dados: desenho amostral e metodologia

A análise quantitativa deste trabalho fundamentou-se, prioritariamente, nos dados da pesquisa “Percepção das Elites Sul-americanas sobre o Impacto das Desigualdades Sociais Na Estabilidade Democrática” (2006-2008). Os dados foram obtidos através da aplicação de questionários junto a amostras selecionadas das elites dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Venezuela.

A seleção da amostra em cada país foi intencional, considerando a capacidade de atuação e liderança no país de cada segmento. Foram selecionados seis grandes grupos de referência ao estudo: governo, partidos políticos, empresários, sindicalistas e atores sociais (lideranças comunitárias, intelectuais e jornalistas). Para a seleção dos entrevistados de cada segmento,

empregaram-se critérios específicos conforme descrito no Quadro 2, visando obter uma amostra intencional, todavia expressiva, do conjunto das elites em cada país estudado.

Quadro 3.1. Critérios aplicados à escolha da Amostra

I. GOVERNO	
LEGISLATIVO	
Senado	Participantes das principais Comissões, prioritariamente os parlamentares com a função de Presidente ou Vice de cada Comissão. Na falta destes, foram entrevistados os parlamentares que ocupavam a função de Secretário de cada Comissão.
Câmara	
EXECUTIVO	
Presidência	Assessores diretos do Ministro e secretários de Governo.
Ministérios	Representantes dos Ministérios diretamente ligados às políticas públicas de combate à desigualdade e consolidação democrática
II. PARTIDOS POLÍTICOS	
Foram sorteados senadores e deputados representantes dos partidos mais expressivos e de maior representação. Os presidentes e membros das executivas de cada partido também foram entrevistados.	
III. EMPRESÁRIOS	
A seleção foi realizada a partir da consulta e cruzamento das informações divulgadas por veículos de comunicação (Revista Exame, Jornal Valor, Gazeta Mercantil) que apresentaram listas de empresários influentes em cada setor. Por conseguinte, obteve-se uma lista de presidentes, diretores e executivos de grandes empresas. Também foram selecionadas os presidentes e diretores das principais organizações empresariais em cada país.	
IV. SINDICALISTAS	
Foram selecionados os presidentes e diretores das principais organizações sindicais.	
V. ATORES SOCIAIS	
INTELECTUAIS	Foram realizadas pesquisas junto aos meios de comunicação, como também consulta a outras fontes (participação em Fóruns e Redes nacionais e internacionais). Buscou-se selecionar os representantes mais expressivos em cada categoria.
JORNALISTAS	
ONGs	

Fonte: NUPRI, 2008.

Para cada entrevistado foi aplicado um questionário composto de 41 perguntas, buscando revelar a percepção em relação a diferentes aspectos sociais e políticos, os quais denotavam a realidade de seu país e dos demais países latino-americanos. Com isso, duas dimensões foram analisadas:

1. o apoio das elites nas políticas de enfrentamento das desigualdades através de políticas domésticas e regionais.
2. A percepção do entrevistado na relação entre desigualdade social e democracia.

Desta forma, na primeira parte o questionário explorou o grau de apoio à democracia e às diferentes instituições democráticas. Na sequência, o questionário examinou a sensibilidade do entrevistado para as conexões entre a questão da desigualdade social, pobreza e democracia, bem como o grau de apoio a políticas voltadas para a ampliação da participação e apoio ao jogo político democrático. Na segunda parte, as perguntas indagaram o apoio do entrevistado a políticas alternativas de superação da pobreza e desigualdade, através de intervenções localizadas e ações de âmbito nacional e regional. A última parte do questionário consistiu em perguntas sobre o plano internacional; em primeiro lugar, sobre a relevância dos processos de integração latino-americanos aos países entrevistados, em segundo lugar o interesse deles nesses processos, em terceiro o papel desempenhado por esses blocos regionais para a superação da pobreza e desigualdade nesses países. Por fim, as últimas perguntas do questionário trataram dos impactos dos grupos externos na região, com destaque às tendências recentes do comércio internacional, como os BRICS, e os efeitos das negociações internacionais prioritárias à região.

A aplicação dos questionários, bem como a construção do desenho das amostras das elites, foram realizadas através da interação de uma rede regional de pesquisadores², e sua aplicação completa aconteceu entre março e novembro de 2008.

Em relação às características principais das elites entrevistada, 86,9% são do sexo masculino, cuja idade média é 52 anos. Quanto ao grau de escolaridade, 32,2% apresentaram ensino superior, 25% pós-graduação lato sensu ou especialização, 38% mestrado e doutorado, sendo que somente 4,6% dos entrevistados estudaram até o ensino médio.

² Argentina: Oscar Moreno (Universidade de Buenos Aires). Bolívia: Salvador Romero Ballivián (Universidade Mayor de San Simón). Chile: Eduardo Alfonso Valenzuela Carvalho (Universidade Católica do Chile). Venezuela: Miguel Angel Lacabana Armani (Universidade Central da Venezuela).

Complementando a análise dos dados quantitativos e corroborando seus resultados, também foram apresentados e examinados alguns dados qualitativos, provenientes de fontes primárias. Privilegiando o período da pesquisa, de 2006 a 2010, foram selecionados trechos de notícias relevantes dos principais jornais da região, enfatizando as entrevistas, as alocações e os pronunciamentos das elites estudadas, fazendo uma composição com os dados quantitativos. Quanto aos periódicos utilizados destacam-se: Clarín e La Prensa (Argentina); El Diario (Bolívia); O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Agência Brasil (Brasil); La Nación (Chile); El Universal (Venezuela); e as agências internacionais AFP e EFE.

3.1.1. Métodos Quantitativos e Testes Estatísticos

A partir da seleção das perguntas do questionário e através da análise do Plano Amostral (Tabela 2), que demonstra a distribuição amostral por segmento e país, foi possível estabelecer os métodos estatísticos aplicados à tese.

Tabela 3.1. Elites e Países – Plano Amostral

	País					Total
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Venezuela	
Governo	21	24	38	46	15	114
Partidos	20	11	49	08	12	100
Empresários	14	14	46	39	18	131
Sindicatos	10	05	09	53	09	86
Atores Sociais	39	20	40	54	33	186
Total	104	89	187	166	113	647

Fonte: NUPRI, 2008.

Embora o número total de entrevistados seja 647, a divisão nesse estudo por segmento de elites e país provocou diminuição das frequências observadas, bem como demonstrou as diferenças no número de entrevistados de cada categoria (segmento de elite x país). Além disso, como as variáveis do questionário, em sua maioria, são nominais ou ordinais, ou seja, os dados são categóricos, eles não apresentam distribuição normal. Assim, o método quantitativo de análise escolhido é não-paramétrico. Os testes não-paramétricos

são os mais indicados para as análises de dados categóricos, pois não exigem distribuição normal, sendo também os mais indicados para amostras pequenas (FIELD, 2009).

As perguntas do questionário sobre relações internacionais e integração regional foram construídas com variáveis categóricas (Por exemplo: preferência por acordos regionais: Mercosul, ALBA, Comunidade Andina), cujo método principal consiste na análise da frequência. Para verificar se existe um relacionamento entre duas variáveis categóricas, o teste ***Chi-Quadrado de Pearson*** é o mais indicado. Esse teste compara a distribuição da frequência absoluta observada com a distribuição da frequência absoluta esperada, denotando as frequências que podem ocorrer ao acaso. Ou seja, o teste consiste em estimar valores esperados ao dividir o número da amostra pelas categorias e compará-los com os valores observados. Assim, o teste aponta em que medida os valores observados se desviam do valor esperado (FIELD, 2009).

Esse teste é utilizado exclusivamente para variáveis normais e ordinais, com observações independentes. O teste *Chi-Quadrado de Pearson* deve ser menosprezado quando mais de 20% das frequências absolutas forem inferiores a cinco, ou quando qualquer frequência for inferior a um (1). Se o resultado do teste for pequeno - por convenção, a significância deve ser menor que **0,05** -, a hipótese nula deve ser rejeitada, ou seja, as variáveis testadas estão relacionadas.

Entretanto, é necessário ressaltar que o número reduzido da frequência em algumas variáveis da pesquisa, sobretudo nas variáveis da Bolívia, poderia implicar em um resultado impreciso, que superaram a significância de 0,05. Para o teste de *Chi-Quadrado de Pearson* não perder poder de exatidão, os valores esperados devem ser maiores do que certos limites. A regra é que em tabelas de contingência *dois por dois*, nenhum valor esperado seja menor que cinco. Em tabelas maiores, a regra é que todos os valores sejam superiores a um (1), e não mais do que 20% das frequências esperadas sejam menores que cinco (FIELD, 2009).

Por esta razão, os **resíduos ajustados** somente foram analisados nas

categorias agrupadas. Após verificar se houve associação global entre as variáveis com o teste de *Chi-Quadrado de Pearson*, é possível comprovar a associação local entre as variáveis de cada categoria, através do cálculo dos resíduos ajustados. O resíduo ajustado tem distribuição normal com média zero e desvio padrão igual a um (1), portanto é um teste paramétrico, que pode, algumas vezes, ser aplicado em dados não-paramétricos. Quando o resíduo ajustado for superior ou inferior a **1,96**, admite-se que há evidências de associação significativa, seja positiva ou negativa, entre as duas categorias. Por exemplo, quando perguntado sobre a preferência das elites sobre grupos de países, as categorias Venezuela x ALBA apresentaram resíduo ajustado de 7,5 demonstrando associação positiva significativa; por sua vez, as categorias Argentina x Tigres Asiáticos resultaram em -4,1 expressando associação negativa significativa.

Importante salientar que o cálculo do resíduo ajustado acusa associação, ao comparar os valores das variáveis de uma mesma categoria. Ou seja, utilizando-se o exemplo acima, as elites de outros países também apresentaram preferência pela ALBA, mas as elites da Venezuela demonstraram predileção bastante superior, gerando um resultado diferencial. Da mesma forma, as elites da Argentina também revelaram interesse pelos Tigres Asiáticos, contudo foi o menor interesse entre as elites dos demais países, procedendo na associação negativa.

O cálculo dos resíduos ajustados também considera a frequência total daquela variável e analisa a distribuição de dados entre as demais alternativas. Ou seja, nos mesmos exemplos, o cálculo também verificou o quanto as elites da Venezuela e Argentina apoiaram as demais opções. Contudo, perante amostras pequenas, os resíduos ajustados podem acusar associação, mesmo que os dados sejam insuficientes para esse tipo de conclusão, justificando neste trabalho, a adoção desse tipo de cálculo somente nas categorias agrupadas.

De qualquer forma, vale mencionar que, proporcionalmente, pequenas diferenças em frequências nas células podem resultar em associações estatisticamente significativas entre duas variáveis. Desta forma, é necessário

sempre observar as porcentagens entre linhas e colunas para interpretar os efeitos obtidos. As porcentagens tendem a refletir melhor os padrões dos dados que as frequências, e em alguns casos, explicam, relativizam e desmascaram os resultados de alguns testes.

Para calcular o relacionamento existente entre dois ou mais conjuntos de dados, aplicam-se os testes de correlação. Para a análise não paramétrica de dados nominais, utilizou-se o teste **V de Cramer**, cujos valores localizam-se entre zero e um (1), quanto mais próximo de um (1) maior a correlação (FIELD, 2009).

Quanto aos aplicativos estatísticos utilizados para o estudo quantitativo, foram empregados o SPSS 19 (*Statistical Package for the Social Sciences*) e o STATA 12. A reconstrução das variáveis e as análises foram feitas no SPSS primeiramente, e para confirmação dos resultados, também foram executadas no STATA.

3.2. O novo contexto da integração sul-americana

Com o fim da Guerra Fria, a emergência da nova ordem internacional transformou as relações internacionais dos países latino-americanos. Ainda na década de 1980, esses Estados recuperaram gradativamente a democracia, ao mesmo tempo em que abandonaram completamente a política de substituição de importações e o modelo de supremacia do Estado na economia das décadas anteriores. A debilidade das economias latino-americanas e a persistente instabilidade macroeconômica na região facilitaram a adesão completa às receitas neoliberais propostas pelas agências multilaterais e pelos Estados Unidos. Assim, durante os anos 1990, a política econômica dos países latino-americanos caminhou para abertura comercial e liberalização econômica. Era o neoliberalismo instalando-se na região por meio do “Consenso de Washington”, o qual propunha reformas econômicas estruturais, incluindo privatizações, desregulamentação financeira e disciplina fiscal.

Embora a adesão ao neoliberalismo tenha sido generalizada, os países

adotaram estratégias nacionais diversificadas no que tange à liberalização comercial. Enquanto o Chile privilegiou a abertura unilateral com acordos bilaterais, outros países, como o México, firmaram acordos preferenciais com os países desenvolvidos, e muitos se aproximaram dos países vizinhos, estabelecendo acordos aduaneiros e formando projetos de integração, como foi entre Brasil e Argentina.

Neste contexto, vislumbraram os processos de integração na região da segunda fase. O regionalismo aberto denotou um novo momento do sistema internacional contemporâneo. Esse movimento visou estreitar as relações comerciais entre países de uma região, aumentando as condições de competitividade e fortalecendo-se diante da intensificação da globalização, a qual propunha maior liberalização comercial. As iniciativas regionalistas variavam entre a proposta hemisférica da ALCA pelos Estados Unidos, e propostas regionais, como o Mercosul, marco do regionalismo aberto na América do Sul.

Não obstante, na década de 2000, cresceu o desencanto da sociedade sul-americana com as reformas neoliberais da década de 1990. As críticas às políticas econômicas adotadas na região na década anterior agravaram-se, sobretudo a partir da sucessão de crises econômicas na virada do século, como a crise da desvalorização do real no Brasil em 1999, e crise argentina em 2001. Além disso, a constatação do fraco desempenho das economias sul-americanas culminou no questionamento às estratégias nacionais e no papel do Estado na economia. Os maiores países da região revisaram suas escolhas econômicas, e as políticas liberalizantes comerciais, sobretudo com os países desenvolvidos, entraram em erosão.

No plano doméstico, esse cenário propiciou a ascensão de governos considerados, em diferentes medidas, de 'esquerda', como Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Nestor Kirchner na Argentina, Tabaré Vazquez no Uruguai, Michelle Bachelet no Chile, Evo Morales na Bolívia, Daniel Ortega na Nicarágua e Rafael Correa no Equador. A série de vitórias eleitorais desses governos esquerdistas refletiu a insatisfação ao modelo neoliberal no âmbito social. Mesmo que o neoliberalismo beneficiasse alguns

setores da economia desses países, prevaleceu o desagrado populacional advindo das ineficiências internas. Assim, a expressão popular passou a reivindicar maior atenção dos Estados às necessidades das classes mais baixas, discurso ofertado justamente pelos políticos de esquerda.

Embora tais governos defendessem necessidades imperiosas de transformação social, apresentaram disparidades entre suas políticas e ideologias, como os governos do Brasil e da Argentina. Ou seja, embora fossem contrários ao arranjo neoliberal, algumas diretrizes desse modelo perpetuaram na região, marcada por governos com projetos políticos econômicos heterogêneos, que mesclaram prerrogativas sociais, embasadas no nacionalismo, com políticas econômicas ortodoxas. Tal disparidade entre política e ideologia, dentro da vertente esquerdista, conformou nos primórdios do século XXI, uma nova forma política, o “neopopulismo” (WEYLAND, 2004).

Ainda que sua definição exata seja bastante controversa e complexa, o neopopulismo é considerado um modelo político pós-moderno (TRAINE, 2004). Inspirados no populismo clássico, os líderes neopopulistas se aproveitaram da insatisfação populacional com as reformas econômicas liberais e dos governos instáveis na região que não lograram êxito nas promessas de desenvolvimento social. Dessa forma, tais lideranças usufruíram desse descontentamento, sustentando-se como novos representantes do povo (WEYLAND, 2004).

Portanto, a América do Sul presenciou uma alteração gradativa nas elites e lideranças, principalmente políticas, no núcleo do poder nacional (STEFANONI, 2012). Ademais, assistiu-se a uma renovação da participação da sociedade civil; organizações não-governamentais e movimentos sociais eclodiram no final dos anos 1990, ganhando novos espaços de atuação e reivindicação nos anos 2000. Estes novos atores começaram a conformar mudanças no plano doméstico, e no entendimento do que deveriam ser os processos de integração regional.

Nas relações internacionais, após a estagnação das negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio na Conferência de Seattle, de 1999, somada às dificuldades econômicas vividas pelos países da região, redefiniu-se a estratégia de inserção internacional dos países latino-americanos. A

convergência de abertura comercial regional esmaeceu em detrimento de estratégias diversas adotadas por esses países de inserção internacional.

Alguns Estados buscaram ampliar sua inserção na economia internacional, através de políticas de abertura comercial para bens e serviços e proteção aos investimentos estrangeiros, como Peru e Colômbia. Outros grupos de Estados firmaram acordos comerciais com os Estados Unidos, como o Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana. Por sua vez, perante os obstáculos comerciais impostos pelos países desenvolvidos, como os subsídios agrícolas e medidas *antidumping*, acordos com os países em desenvolvimento foram firmados, especialmente pelo Brasil, que assim o fez com a África do Sul e Índia (TUSSIE, 2010).

No âmbito do Mercosul, Argentina e Brasil firmaram o Consenso de Buenos Aires, em alusão ao Consenso de Washington. A intenção do documento foi balizar as ações dos dois países, abrangendo vários temas de interesse comum. O Consenso de Buenos Aires apresentou forte ênfase política e social, reafirmando os princípios da democracia, da justiça e da equidade, em detrimento do tema econômico. Neste pacto, Brasil e Argentina prometeram coordenar objetivos comuns, reforçando a integração regional para lograr interesses nacionais e atingir resultados equilibrados nas negociações multilaterais (ALMEIDA, 2003).

Passado alguns anos, o cenário internacional intensificou crítica do projeto liberal de abertura dos mercados e desregulamentação econômica e exacerbou os novos rumos latino-americanos. A crise econômica de 2008 agravou a sensação dos riscos da interdependência e provocou novas tensões e conflitos econômicos, dificultando a cooperação internacional. Assim, nos países em desenvolvimento, revigorou o ideal do Estado forte na economia, com instrumentos de provisão da segurança e coesão social, ameaçadas pelas incertezas e instabilidade econômicas internacionais (RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2010; VEIGA; RIOS, 2011).

Desta forma, um grupo de países mostrou-se cada vez mais resistente à maior abertura comercial, assumindo, em contrapartida, compromissos de outras

naturezas no âmbito dos processos de integração regional, como Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela (VEIGA; RIOS, 2011). Inclusive, alguns deles provocaram fortes alterações em suas políticas econômicas ao enrijecer o protecionismo comercial e expropriarem ativos estrangeiros, como aconteceu na Venezuela e Bolívia, além do posicionamento intensificado, após a crise econômica mundial de 2008, quando se iniciou um processo global de revisão de paradigmas de política econômica.

Em resposta à crise da liberalização comercial por meio de iniciativas heterogêneas, surgiram outros projetos de integração como a UNASUL e a ALBA, conhecidos como “regionalismo pós-liberal” (VEIGA; RIOS, 2007). Este novo conceito expressa uma nova ordem de prioridades regionais, e uma agenda deslocada à esquerda do eixo do poder político. A principal característica é a crítica ao paradigma liberal, em que se basearam tanto as iniciativas de integração latino-americana nos anos 1990, quanto as políticas econômicas domésticas dos países da região. Segundo seus percussores, no regionalismo aberto, os processos de integração ignoraram temas relacionados às assimetrias estruturais entre os países-membros, bem como desprezaram preocupações com as dimensões produtivas e de desenvolvimento. Portanto, esse fenômeno decorreu do ressurgimento do nacionalismo econômico e politização das agendas econômicas externas de vários países da região. Tal fenômeno se insere em um marco internacional amplo, que favorece o protecionismo e o nacionalismo econômico, inclusive nos países desenvolvidos.

O regionalismo pós-liberal é composto tanto por uma agenda integrativa de cunho desenvolvimentista, resistente à abertura comercial, quanto por uma agenda antiliberal, que propicia a formação de coalizões entre países afins ideologicamente. A hipótese primordial é que a liberalização dos fluxos de comércio e os investimentos nos acordos comerciais, não são capazes de promover o desenvolvimento no interior do processo, reduzem o espaço para implantação de políticas nacionais desenvolvimentistas e dificultam a adoção de uma agenda de integração voltada aos temas de desenvolvimento e equidade social. Por conseguinte, a segunda proposta desse paradigma é a ampliação

temática da agenda de integração, abrangendo assuntos econômicos não comerciais e temas não econômicos. Os novos temas são selecionados segundo critérios diversificados, mas sempre relacionados com os ideais do novo paradigma, como necessidade pelo desenvolvimento e pela busca da equidade social, superação da pobreza e desigualdade, bem como a incorporação de grupos sociais que foram excluídos dos modelos liberais de integração (VEIGA; RIOS, 2007).

3.3. Integração Regional e Organizações Externas

A primeira pergunta analisada concerne ao apoio às regionais e organizações externas. A Tabela 3.2 resultou do agrupamento dos dados da pergunta “Com qual grupo o país deveria colaborar mais estreitamente?” cujas opções são **Integração Sul-Americana**: Mercosul, Comunidade Andina e ALBA; ou **Organizações Externas**: União Europeia, Grupo dos Sete, BRICS e APEC.

Os sindicatos (63%), resíduo ajustado de 2,1, seguidos dos partidos políticos (60,4%) são os mais inclinados pela integração regional. Por sua vez, os empresários são menos propensos ao apoio do regionalismo (32,5%), com resíduo ajustado de - 4,8. Os governos (50,8%) e os atores sociais (57,1%) dividem-se entre as duas opções, apresentando diferenças quando analisados por país.

Gráfico 3.1. Com qual grupo o país deveria colaborar mais estreitamente?

Integração Sul-Americana (Mercosul, Comunidade Andina, ALBA) ou Organizações Externas (União Europeia, Grupo dos Sete, BRICS, APEC)

Fonte: NUPRI, 2008.

O interesse das elites sindicais na integração regional pode ser compreendido pela intenção desses atores na proteção e ampliação dos direitos laborais na região, da sua articulação no âmbito regional, conforme discutido no Capítulo 2, além da própria identificação ideológica do segmento.

Os dados também denotaram interesse dos partidos políticos pelo regionalismo. Analisando a Tabela 3.2, os partidários argentinos e venezuelanos são os mais propensos aos projetos regionais, como pode ser comprovado no discurso do líder do partido político argentino Frente Transversal Nacional y Popular. Edgardo Depetri enfatizou claramente seu apoio à integração e à inclusão da Venezuela no bloco, durante as reuniões paralelas da Cúpula do Mercosul em Tucumán, em 2008, quando foi aprofundada a relação do bloco com

a Venezuela: “El acto con Chávez buscará profundizar la integración regional, donde Venezuela, Bolivia, Argentina y Brasil son el soporte de la unidad de los pueblos del sur” (CLARÍN, 2008a).

Tabela 3.2. Com qual grupo o país deveria colaborar mais estreitamente?

Integração Sul-Americana (Mercosul, Comunidade Andina, ALBA) OU Organizações Externas (União Européia, Grupo dos Sete, BRICS, APEC).

<i>Porcentagem colunas</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Argentina						
Integração Sul-Americana	80%	78,9%	41,9%	50%	84,2%	73,3%
Organizações Externas	20%	21,1%	57,1%	50%	15,8%	26,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Bolívia						
Integração Sul-Americana	50%	60%	42,9%	66,7%	61,1%	53,6%
Organizações Externas	50%	40%	57,1%	33,3%	38,9%	46,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Brasil						
Integração Sul-Americana	54,1%	52,1%	28,3%	62,5%	39,5%	44,1%
Organizações Externas	45,9%	47,9%	71,7%	37,5%	60,5%	55,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chile						
Integração Sul-Americana	18,4%	37,5%	6,5%	68,2%	24,3%	32,3%
Organizações Externas	81,6%	62,5%	93,5%	31,8%	75,7%	67,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Venezuela						
Integração Sul-Americana	92,3%	81,8%	72,2%	50%	83,3%	78,8%
Organizações Externas	7,7%	18,2%	27,8%	50%	16,7%	21,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total						
<i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>						
Integração Sul-Americana	50,8%	60,4%	32,5% -4,8	63% 2,1	57,1%	51,8%
Organizações Externas	49,2%	39,6%	67,5% 4,8	37,0% -2,1	42,9%	48,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: NUPRI, 2008.

Teste de Chi-Quadrado			
País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Argentina	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i> 12,473 ^a	4	,014

Bolívia	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	1,554 ^b	4	,817
Brasil	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	8,839 ^c	4	,065
Chile	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	39,915 ^d	4	,000
Venezuela	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	6,276 ^e	4	,179
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	26,741 ^f	4	,000

Dos partidos políticos venezuelanos, 81,8% também preferiram a integração regional. Defensor ferrenho da integração da América Latina, o dirigente do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), Rodrigo Cabezas comprovou essa preferência e ainda reforçou que a integração do continente sul-americano, cada vez mais exitosa, “tomou corpo a partir das eleições de governos progressistas de esquerda, socialistas – de diversos matizes” (PORTAL VERMELHO, 2011). Portanto, ainda que o histórico apresentado no capítulo anterior, não identifique o interesse amplo destes atores, em alguns países, os partidos políticos mostraram-se bastante inclinados aos processos regionais.

Analisando os dados das elites governamentais, os governos da Argentina (80%) e Venezuela (92,7%) também são os mais inclinados à integração regional. Paulatinamente, Hugo Chávez, presidente da Venezuela, reitera o desejo de maior integração regional, liderando a ALBA. Por sua vez, os governos *kicheneristas* na Argentina, assumiram uma postura propositiva da integração, sobretudo no mote político e social. A locução da presidente da Argentina Cristina Kirchner, corrobora os dados da pesquisa:

La integración no es una opción, es el único camino posible para remontar una historia de desencuentros y creo que de fantasmas que [...] intentaron sembrar entre la Argentina y el Brasil. [...] Siempre le digo al presidente (brasileño, Luiz Inácio) Lula (da Silva) que la historia no nos perdonaría nunca si equivocáramos el camino y no ayudáramos [...] o no hiciéramos todos los esfuerzos y construyéramos todas las políticas necesarias para seguir profundizando, articulando y consolidando esta integración del Mercosur y la relación bilateral entre Argentina y Brasil (AFP, 2008).

Embora com um pouco menos expressão, 54,1% das elites governamentais brasileiras optaram pela integração regional. O ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, reforçou o entusiasmo do discurso de Cristina

Kirchner, apoiando também as relações bilaterais no âmbito do Mercosul:

personalmente creo, trabajo y apuesto a la integración de América del Sur y con más empeño todavía en el fortalecimiento del Mercosur. Segundo [...] es muy importante que Brasil y Argentina no se miren como competidores, sino como socios. Argentina tiene que mirar a Brasil como un mercado de 190 millones de habitantes, que tiene frontera con Argentina. No son precisos barcos y vuelos de 14 horas para exportar. Basta atravesar un puente (CLARÍN, 2008 b).

A reorientação da política exterior da Venezuela no marco do governo de Hugo Chávez, com o lema “mirada hacia el Sur”, consiste na intensificação do discurso voltado à integração sul-americana e na mudança da agenda do próprio regionalismo. As dimensões política, social e até militar ganharam espaço em detrimento do enfoque econômico e comercial do princípio desses projetos associados ao pensamento neoliberal. Isso pode ser comprovado em algumas aloções do presidente. No projeto da ALBA, Chávez deixou claro seu interesse em uma integração menos comercial e mais política: “Una nueva Comunidad Andina Bolivariana. Una CAN Bolivariana que no se quede sólo en lo comercial. Hay que marchar hacia formas superiores de unión” (EL DIARIO, 2007a).

Em 2006, já negociando sua participação no Mercosul, Chávez enfatizou “hay que tomarlo en cuenta para ir haciendo un mejor Mercosur, un nuevo Mercosur decimos nosotros, que coloque por delante la voluntad política. La integración no la van a hacer los mercados, no, la integración la hace la política” (EL UNIVERSAL, 2006). Frequentemente, Chávez reitera a necessidade da incorporação da sociedade, os grupos indígenas e partidos políticos aos projetos regionais, embora, efetivamente, ainda carecem mais canais de participação.

Quanto à divisão do governo boliviano ao apoio da integração (50%), é explicada pela série de impasses com os países vizinhos que a Bolívia sofreu nos últimos anos. O ex-ministro das Relações Exteriores, Armando Loaiza, preconizou o papel ativo, de conciliação e cooperação da Bolívia, mas mantendo a autonomia do país: “Bolivia no debe generar alianzas que puedan provocarle situaciones delicadas que amenacen su estabilidad, su seguridad interna e incluso el equilibrio estratégico en nuestra región” (EL DIARIO, 2009). Além disso, foi

bastante identificado nas exposições das elites bolivianas, o interesse do país em obter acesso ao mar. Evo Morales foi categórico:

A integração regional tornou-se questão incontornável, condição inquestionável e demanda indiscutível. A integração baseia-se, entretanto, em entendimento adequado, e isso passa pela solução de um problema essencial para o desenvolvimento da Bolívia: a reivindicação marítima (MORALES, 2006).

Por sua vez, o discurso do presidente chileno, Sebastián Piñera, corroborou os números, pois somente 18,4% das elites governamentais chilenas sustentaram a opção pela integração. Piñera criticou o excesso de reuniões de cúpula no regionalismo sul-americano e a falta de vontade em avançar na integração:

Asistimos a una sucesión de cumbres tantas que parece una cordillera. Cumbre de Unasur, Cumbre de Mercosur, Cumbre Iberoamericana, Cumbre de la OEA, tenemos muchas instituciones pero falta la verdadera voluntad de integración de nuestro continente (EFE, 2011).

Além disso, para o presidente, o excesso de burocracia e o temor por maior abertura comercial degeneraram o regionalismo sul-americano. Segundo ele, ainda que alguns setores sejam mais beneficiados que os outros, a integração da América Latina deveria acelerar as relações comerciais regionais e com os países de todo o mundo, superando o medo da concorrência. Por fim, ele defendeu a própria política comercial, ao expor como exemplo os 58 acordos bilaterais de comércio que o Chile já firmou (EFE, 2011).

Investigando os dados das elites empresariais, com exceção dos empresários venezuelanos (72,2%), esses atores são os mais inclinados às organizações internacionais, com destaque ao Brasil (71,7%) e ao Chile (93,5%). As lideranças empresariais do Chile resistem ao apoio à integração porque consideram as diferenças de interesse e as assimetrias regionais o maior obstáculo para a integração, sobretudo, a integração política conforme pretende o regionalismo pós-liberal (DURÁN; OYARZÚN, 2010).

No caso do Brasil, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) relatou

alterações na percepção das elites empresariais quanto às vantagens do Mercosul durante a vigência do bloco. Surgiu um forte descontentamento nutrido pelas controvérsias comerciais e pela dificuldade de estabelecer uma política comercial comum, impedindo o Brasil de avançar em acordos comerciais com outros países. Dessa forma o setor propôs, inclusive, retrocesso nas etapas da integração regional como exposto no capítulo anterior.

Para os empresários bolivianos, a integração regional não é uma prioridade comercial, mas é traduzida pela necessidade de maior infraestrutura e escoamento das exportações via marítimo. Dentro do regionalismo, a Câmara Nacional de Comércio (CNC) e o Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE) reforçaram a urgência da construção do Corredor Bioceânico que unirá os Oceanos Atlântico e Pacífico, facilitando o acesso boliviano ao mar (EL DIARIO, 2007a).

Quanto aos sindicatos, embora seja o segmento com maior inclinação à integração, os sindicatos na Argentina e na Venezuela, diferente dos seus governos, mostram-se divididos entre os projetos regionais e as organizações externas, e uma vez que os governos propensos ao regionalismo não atendam suas demandas trabalhistas dentro do escopo da integração, esses atores podem pender às organizações externas.

Não muito diferente, os atores sociais no Brasil (60,5%) e no Chile (75,7%) acompanharam a orientação dos empresários, sendo as mais adeptas às organizações externas. Por sua vez, os atores sociais argentinos (84,2%) e venezuelanos (83,3%) acompanharam a inclinação dos governos na predileção à integração.

Portanto, embora este trabalho esteja focado no estudo das percepções dos cinco segmentos das elites, as nacionalidades pesaram na escolha desses atores nesta temática, refletindo as diferenças políticas e as assimetrias econômicas que as sociedades de cada país enfrentam. Ainda assim, as elites empresariais, bem como as elites sindicais, demonstram mais coerência e uniformidade nas suas percepções, independente da nacionalidade.

Ao analisar os dados da questão desagregada “Com quais dos seguintes

grupos de países o país deveria colaborar mais estreitamente” (Tabela 3.3), o Mercosul é a instituição de maior preferência entre as elites entrevistadas, 36,2% do total. Escolheram esta opção, em ordem crescente, 35,6% das elites governamentais, 38,4% dos sindicatos, 42,2% dos atores sociais, e 45,8% dos partidos políticos, estes últimos com resíduo ajustado de 2,1. Entre os empresários, somente 20,3% escolheram essa alternativa, resíduo ajustado -4,1.

Por outro lado, as elites empresariais (37,4%) foram as mais inclinadas pelo Grupo dos Sete (G7) resíduo ajustado 5,3. O G7 comporta alguns dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá. Em segundo lugar, 20,3% das elites empresariais escolheram os BRICS.

Tabela 3.3. Com qual grupo o país deveria colaborar mais estreitamente?

Desagregada

<i>Porcentagem colunas</i>		Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Argentina	G7	0	0	28,6%	0	5,6%	6%
	BRICS	20%	21,1%	28,6%	40%	10,5%	20%
	ALBA	5%	5,3%	7,1%	0	7,9%	6%
	Mercosul	75%	73,7%	28,6%	50%	76,3%	67%
	União Europeia	0	0	0	10%	0	1%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Bolívia	G7	33,3%	30%	35,7%	0	22,2%	29%
	BRICS	4,2%	10%	7,1%	0	11,1%	7,2%
	ALBA	8,3%	0	0	33,3%	0	4,3%
	Mercosul	20,8%	30%	21,4%	0	50,0%	29,0%
	Comunidade Andina	20,8%	30%	21,4%	33,3%	11,1%	20,3%
	União Europeia	12,5%	0	14,3%	33,3%	5,6%	10,1%
Brasil	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	G7	8,1%	18,8%	39,1%	12,5%	20,5%	22%
	BRICS	37,8%	25%	30,4%	12,5%	39,5%	31,6%
	ALBA	2,7%	2,1%	2,2%	0	2,6%	2,3%
	Mercosul	51,4%	50%	26,1%	62,5%	36,8%	41,8%
	União Europeia	0	4,2%	2,2%	12,5%	0	2,3%
Chile	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	Grupo dos Sete	26,3%	37,5%	48,4%	13,6%	29,7%	28,5%
	BRICS	15,8%	12,5%	19,4%	0	10,8%	10,8%
	ALBA	0	25%	0	25%	0	8,2%
	Mercosul	13,2%	12,5%	6,5%	38,6%	21,6%	20,9%
	Comunidade Andina	5,3%	0	0	4,5%	2,7%	3,2%
	União Europeia	10,5%	0	3,2%	11,4%	5,4%	7,6%
	APEC	30,8%	12,5%	22,6%	6,8%	29,7%	20,9%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Venezuela	Grupo dos Sete	0	9,1%	22,2%	50%	0	11,3%
	BRICS	7,7%	9,1%	0	0	13,3%	7,5%
	ALBA	61,5%	45,5%	5,6%	25%	16,7%	26,3%
	Mercosul	23,1%	18,2%	22,2%	12,5%	26,7%	22,5%
	Comunidade Andina	7,7%	18,2%	44,4%	12,5%	40%	30%
	União Europeia	0	0	5,6%	0	3,3%	2,5%
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total	Grupo dos Sete	15,9%	16,7%	37,4%	15,1%	15,5%	20,3%
	BRICS	19,7%	19,8%	20,3%	6,8%	18,0%	17,8%
	ALBA	9,1%	9,4%	2,4%	19,2%	5,6%	8%
	Mercosul	35,6%	45,8%	20,3%	38,4%	42,2%	36,2%
	Comunidade Andina	6,1%	5,2%	9,8%	5,5%	9,3%	7,5%
	União Europeia	5,3%	2,1%	4,1%	11,0%	2,5%	4,4%
	APEC	8,3%	1,0%	5,7%	4,1%	6,8%	5,6%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: NUPRI, 2008.

Teste de Chi-Quadrado				
	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Argentina	Chi-Quadrado de Pearson	39,875	20	,005
Bolívia	Chi-Quadrado de Pearson	27,900 ^a	16	,439
Brasil	Chi-Quadrado de Pearson	22,516 ^b	12	,079
Chile	Chi-Quadrado de Pearson	38,749 ^c	16	,000
Venezuela	Chi-Quadrado de Pearson	45,442 ^d	16	,004
Total	Chi-Quadrado de Pearson	44,134 ^e	16	,000

De forma oposta, os sindicatos foram os atores menos favoráveis aos BRICS, preferência de 6,8% de todos os entrevistados, resíduo ajustado -2,6. Contudo, as elites sindicais apresentaram maior inclinação pela ALBA (19,2%) em relação às demais elites, resíduo ajustado 3,7.

Na sua maioria, as elites governamentais da Argentina, Brasil e Venezuela optaram pelas organizações regionais, enquanto que os governos bolivianos e chilenos foram os mais inclinados pelas organizações externas. As elites governamentais da Argentina (75%) e Brasil (51,4%) apresentaram a maior preferência pelo Mercosul. Na Bolívia, 33,3% desses atores preferiram o G7, e 30,8% das elites chilenas optaram pela APEC. Por último, 61,5% dos entrevistados do governo venezuelano, o qual lidera a ALBA, escolheram este órgão.

O interesse explícito das elites governamentais argentinas pelo Mercosul acontece muito em razão da aproximação com o Brasil, fator reiterado várias vezes pela chancelaria do país. "Frente a una crisis tan impresionante no hay sectores que desvelen a Brasil o a Argentina. Tenemos la necesidad estratégica de seguir trabajando juntos", mencionou a diplomata argentina ao periódico El Clarín (2009 a). Jorge Taiana, Ministro das Relações Exteriores da Argentina em 2009, comenta a relação bilateral como motriz do regionalismo:

Há o início de um novo ciclo na relação bilateral, por representarem a concretização da vontade política de integração, cooperação, coordenação bilateral [...] a integração entre Argentina e Brasil é a base do motor do processo de integração no Mercosul, que por sua vez, é a sustentação e a energia da integração da América do Sul (TAIANA, 2009, p. 11).

Em 2011, o chanceler argentino Héctor Timerman ressaltou a importância dos países da região crescerem juntos no âmbito da integração:

Mercosur, uno de los grandes éxitos de la integración regional. [...] Se han reconocido diferencias, pero también se han hecho grandes progresos. Estamos todos juntos en el mismo bote, somos hermanos, o crecemos todos o no crece nadie, y si crece uno solo de los países y no los otros, no le sirve a nadie (TÉLAM, 2011).

No Brasil, a opção pelo Mercosul foi defendida várias vezes nos discursos presidenciais. Em 2006, na Cúpula do Mercosul, Lula defendendo o bloco, atribuiu às oposições internas e aos interesses das potências hegemônicas a culpa por enfraquecer o ideal integrativo (GUITIÉRREZ, 2006). Em outras ocasiões, a representação brasileira também ressaltou a importância da Argentina para o Brasil e para o Mercosul, propondo maior aprofundamento dessas relações (CLARÍN, 2008c). Ainda assim, uma parcela expressiva do governo brasileiro optou pelos BRICs (37,8%).

Quanto à difusão da preferência boliviana, deve-se aos desacordos políticos e econômicos que o país enfrenta na região. No âmbito da Comunidade Andina, opção de 20,8% dos entrevistados, os Tratados de Livre comércio (TLCs)

assinados pela Colômbia e Peru com os Estados Unidos desagradaram às elites governamentais.

Para Evo Morales, os TLCs são o grande problema que afeta a região. Na época do estabelecimento dos TLCs, o presidente boliviano criticou duramente o Peru e a Colômbia, acusando-os de não pensarem no interesse regional. Face ao risco da invasão de produtos estadunidenses na região, Morales pediu-lhes para reverterem os acordos. Naquele momento, para algumas fontes anônimas do Palácio Presidencial Boliviana, a Comunidade Andina “morria” com os TLCs (CLARÍN, 2007a).

Parte dos produtos primários bolivianos que seria destinada aos países andinos, passou a ser comercializada com a Venezuela. Contudo, nem assim, as elites bolivianas mostraram apreço pela Venezuela e interesse pela ALBA, opção de somente 8,3% dos entrevistados governamentais. Algumas razões explicam o descontentamento e afastamento; primeiro, no marco da saída da Venezuela da Comunidade Andina, Evo Morales foi enfático ao dizer que “de nenhuma maneira” seguiria os passos venezuelanos, fazendo alusão às suas discordâncias políticas com Chávez (CLARÍN, 2007a). Segundo, a crescente desconfiança boliviana com o governo “chavista”. O governo venezuelano, além de abandonar a Comunidade Andina, da qual era responsável por um volume substancial de comércio, não tem cumprido os acordos firmados com Evo Morales, afirmou o presidente do Senado Boliviano, Óscar Ortiz. Ele ainda reforçou o argumento, mencionando o fracassado acordo comercial de produtos têxteis, envolvendo \$200 milhões em investimento venezuelano à produção da linha têxtil boliviana. “Los anuncios de Chávez sobre inversiones venezolanas en Bolivia casi en ningún caso se han concretado. (Él) no és confiable [...] no és confiable la promesa del presidente Chávez sobre al acuerdo” (EFE, 2008).

Por sua vez, a preferência das elites governamentais venezuelanas (7,7%) confirma o desinteresse do país pela Comunidade Andina. Ao mesmo tempo, os dados comprovam o interesse do governo pela ALBA (61,5%) e, em menor medida, pelo Mercosul (23,1%). No projeto da ALBA, Chávez deixou claro seu interesse em uma integração menos comercial e mais política: “Una nueva

Comunidad Andina Bolivariana. Una CAN Bolivariana que no se quede sólo en lo comercial. Hay que marchar hacia formas superiores de unión” (ELDIARIO, 2007b).

Por fim, cabe comentar que a preferência do governo chileno pelas organizações externas, 30,8% dos entrevistados foi pela Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e 26,3% pelo G7. Tais dados confirmam a diretriz consolidada na política externa do país.

Os partidos políticos parecem ser propensos a acompanhar as preferências governamentais na maioria dos casos. Na Argentina, 73,7% dos entrevistados de partidos políticos apoiaram o Mercosul. Nas eleições argentinas de 2007, Roberto Lavagna, candidato à presidência, apresentou como proposta de política externa a prioridade na "relación estratégica con los países del Mercosur, con énfasis en la relación con Brasil, Uruguay, Paraguay y Chile (asociado)" (LA NACIÓN, 2007b).

No Brasil, a preferência dos partidos políticos pelo G7 (18,8%) reflete a posição ideológica dos partidos opositores ao governo e de aliança com as elites empresariais, conforme explicitado no capítulo anterior.

No Chile, partidos políticos, alguns mobilizados junto aos sindicatos, apresentaram 25% de inclinação pela ALBA, enquanto não houve essa preferência pelo governo. Cabe mencionar que lá, o papel desempenhado pelos partidos políticos é considerado por Sartori (1982) o mais importante na América Latina, quanto à tradição democrática e consolidação estrutural, resultando os posicionamentos distintos dos governos e de alguns partidos políticos.

Diferente disso, na Venezuela, ainda que o governo esteja solapando a oposição política conforme explicitado no capítulo anterior, os partidos políticos apresentaram outra percepção. Foi possível observar uma preferência maior pela Comunidade Andina (18,2%) e ainda pelo G7 (9,1%) que não foi escolhido pelo governo.

Na Bolívia, os partidos políticos estão divididos entre o Mercosul (30%), a Comunidade Andina (30%) e o G7(30%). Nas eleições bolivianas de 2009, as

propostas partidárias refletem esta divisão e oposição consolidada entre estes atores quanto à proposta da ALBA (EL DIARIO, 2009):

- PPB-CN (Plan Progreso para Bolivia-Convergencia Nacional):

proponemos una política exterior de soberanía integral, que nos permita dejar los condicionamientos dependentistas tanto de los grandes capitales como de los proyectos geopolíticos regionales. No tiene sentido reivindicar independencia política del Imperio, si vamos a ceder nuestra soberanía al proyecto chavista.

- PULSO (Pueblos por la Libertad y Soberanía): “daremos énfasis a las relaciones con Perú y Estados Unidos, afectadas por los impasses surgidos en los últimos meses”.

- MAS (Movimiento al Socialismo): “privilegiar las relaciones entre los pueblos de Latinoamérica y el mundo, por sobre los estamentos políticos, privilegiando y anteponiendo los derechos humanos y principios de la vida a la lógica de mercado”.

- UN (Unidad Nacional): “Bolivia tiene potencialidades poco explotadas para el bienestar de todos los bolivianos, el potencial poco explotado es la producción de alimentos orgánicos, que puede generar gran cantidad de empleos e ingresos”.

- AS (Alianza Social):

la presencia de Bolivia en el contexto internacional se oriente a la búsqueda del entendimiento, la concertación y el trato entre iguales, pero nunca la sumisión grotesca que sufrimos en la actualidad frente al gobierno de Hugo Chávez. [...] Lucharemos para crear condiciones de apertura comercial en condiciones de equidad, e impulsaremos la integración regional y se fortalecerá la participación de Bolivia en la CAN y el MERCOSUR.[...]. Recompondremos las relaciones diplomáticas con Perú, Colombia, Estados Unidos y la Unión Europea, deterioradas por el gobierno actual por razones políticas e ideológicas (EL DIARIO, 2009).

O pragmatismo e os obstáculos comerciais na região refletem a preferência das elites empresariais pelo G7 na maioria dos países estudados. Ainda assim, alguns empresários, como na Argentina (28,6%) e no Brasil (30,4%) preferiram os BRICS. No Chile, os empresários também optaram pela APEC (22,6%). Na Venezuela, houve a maior inclinação desse segmento por outros blocos regionais: 22,2% optaram pelo Mercosul e 44,4% pela Comunidade Andina, demonstrando a insatisfação desse setor com a saída da organização andina, cujo comércio era dependente em 50% das exportações venezuelanas.

Na predileção pelo Mercosul, as elites empresariais argentinas (28,6%) foram as que mostraram maior inclinação pelo bloco. Em 2009, as exportações argentinas ao Brasil cresceram em 35%, contra 19% do aumento das exportações totais do país, resultando em novos recordes de exportações ao Brasil, selando-o como principal parceiro comercial da Argentina. Contudo, o protecionismo e a intervenção estatal que o segmento exige constantemente, estão ocasionando desacordos com os demais países do bloco.

Empresarios de la pequeña y mediana empresa reclamaron que el gobierno "intervenga fuerte" en la economía. Piden que aplique "políticas diferenciadas" para las micro, pequeñas y medianas empresas (MIPyMES) [...] El presidente de la Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios (APYME) de la Regional Buenos Aires, Sergio Echebarrena [...] insistió en "definir qué tipo de integración le sirve a las MIPyMES" porque "las economías de la región están transnacionalizadas" y es necesaria "una democratización de nuestra economía con una fuerte intervención del Estado" (Empresarios quieren..., 2009).

Na sua maior parte, os sindicatos bolivianos (66,6%), brasileiros (62,5%), chilenos (68,1%), argentinos (50%) e venezuelanos (50%) preferiram as organizações regionais. Mesmo a maioria apoiando o regionalismo, ainda assim os sindicalistas criticaram as políticas trabalhistas adotadas pelos blocos. O Conselho Consultivo Laboral Andino considerou que a limitada concepção da integração constitui uma das razões pela grave crise que a Comunidade Andina atravessa. Para a entidade, a ausência de legislação trabalhista regional acontece em um contexto em que todos os países da América do Sul vêm adotando políticas trabalhistas orientadas a reduzir os direitos trabalhistas, gerando trabalho

precário, salários de miséria e limitando a liberdade sindical (INTAL, 2007). No Mercosul, embora as centrais sindicais, como a CCSCS, CUT e CTG, reclamem por maior homogeneidade e fortalecimento das cláusulas trabalhistas na integração, existe maior convergência em relação à Comunidade Andina.

Por fim, quanto aos atores sociais, as preferências são as mais divergentes. A predileção pelo Mercosul foi de 76,3% pelos entrevistados argentinos e 50% pelos bolivianos. O crescimento do Brasil constituiu um atrativo aos demais países, sobretudo à Argentina, como comentam seus especialistas e a própria mídia. “[...] el crecimiento brasileño es un dato excelente para nuestro país, que lo tiene como principal socio comercial - y debe agregarse político” afirmou o especialista Néstor Restivo do Clarín (2010). Felix Peña agregou, propondo maior integração produtiva entre os países:

“[...] si soy un empresario, o un fondo de inversiones, en EEUU, en la UE o en China, y veo que Brasil atrae mucho, nosotros deberíamos mostrar que somos una puerta de entrada a una zona de integración productiva. Y ya hay avances visibles por ejemplo en la industria automotriz o en la alimentaria” (CLARÍN, 2010c).

Para o jornalista do Clarín, Alfredo Guitierrez (2006), o desafio da integração regional é muito mais amplo e transcende aos interesses comerciais. Para ele, deve-se superar a etapa dos acordos econômicos para que sejam aprofundados os laços entre as sociedades envolvidas, gerando benefícios para todos:

[...]llegó la hora de profundizar los lazos sociales y culturales entre las sociedades. Crear ciudadanos del Mercosur. Es el único modo de actuar en el mundo como bloque regional. Es que hasta ahora cuando se habla de Mercosur se habla de acuerdos comerciales, barreras arancelarias, unión aduanera, pactos de salvaguardas y otros conceptos económicos. Es un tema que solo interesa a los directamente afectados: empresarios, comerciantes, diplomáticos y políticos. Los conflictos de intereses, sobre todo de grandes empresas que en muchos casos presionan a sus gobiernos para lograr ventajas competitivas, pueden convertir en frágiles los acuerdos. Y sobrevienen las lecturas sobre la debilidad del Mercosur. El problema está en cómo difundir los beneficios que puede traer la integración a la gente común, a quienes no son empresarios ni académicos ni políticos.

No Brasil e no Chile, os atores sociais apresentaram menos preferência pelo Mercosul, foram 36,8% e 21,6% dos entrevistados respectivamente. Nestes países, houve uma maior inclinação pelas organizações externas. No Brasil, a maioria dos atores sociais optou pelo G7 (20,5%) e BRICS (39,5%).

Os BRICS foram não somente a maior preferência entre os atores sociais brasileiros, mas também a segunda opção mais votada entre as elites governamentais (37,8%) e partidárias (25%), justificada pela visibilidade internacional e estratégica que o grupo adquiriu. Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington, reforçou a importância do BRIC (ele não considerou a África do Sul) como estratégia na política externa brasileira:

O aparecimento do Bric como ator internacional pode ser considerado uma das grandes transformações do cenário global nos últimos 30 anos. Ao formarem um grupo, os quatro países passaram a ter muito mais influência do que cada um deles tomado individualmente, pelo peso econômico do conjunto [...]. O Brasil passa a beneficiar-se de uma marca reconhecida internacionalmente para projetar os seus interesses além da América do Sul. [...] O Bric veio para ficar no cenário internacional e o próximo governo terá a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido até aqui e aumentar o peso relativo do Brasil no âmbito do grupo (BARBOSA, 2010).

O ex-chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia também expressou a mesma visão, “os BRICs são uma oportunidade interessante e oportuna ao Brasil, é a primeira vez que fazemos parte de um grupo desse porte. Se adquirir status internacional, pode vir a mudar nossa Política Externa” (LAMPREIA, 2010, p. 334).

Portanto, evidenciou-se uma clara difusão de interesse pela integração regional por parte desta categoria, que é latente a este grupo tão heterogêneo, e ao mesmo tempo, relevante para difundir os valores da integração regional.

Considerações do Capítulo 3

O objetivo principal deste capítulo fundamentou-se na análise das percepções das elites sobre os processos de integração regional nos quais estão inseridas, fazendo contraponto com as organizações externas. Inicialmente, foi explicada a metodologia utilizada para levantamento dos dados desta pesquisa, explicitando informações sobre os grupos de elites analisados, bem como sobre o questionário aplicado. Em seguida, foram expostos os testes estatísticos realizados a partir deste capítulo para compreensão e exame dos dados.

Na sequência, contextualizou-se o cenário de integração regional sul-americana dos anos 2000. Na última década, os temas comercial e econômico perderam espaço nos blocos regionais em razão do apelo político e ideológico que passaram a permear estes projetos. A insatisfação com as políticas econômicas dos anos 1990, combinada com o agravamento das desigualdades econômicas e sociais na maioria dos países da região, facilitou a ascensão de presidentes considerados de “esquerda”, os quais realizaram alterações nos rumos da integração sul-americana. O protecionismo comercial, a intervenção estatal e a politização nas negociações começaram a ser praticados nos acordos regionais, configurando o conceito “regionalismo pós-liberal”.

O primeiro episódio deste cenário derivou do Consenso de Buenos Aires em 2003. Este pacto firmado entre Argentina e Brasil ressaltou os aspectos políticos e sociais de interesse dos governos dos dois países, enfatizando a consolidação democrática, a maior participação da sociedade civil, a erradicação da pobreza e o enfrentamento à desigualdade. Questões comerciais não compuseram o documento, revelando a nova agenda a ser cumprida no âmbito regional.

A segunda proposta no marco do regionalismo pós-liberal foi ainda mais além. A criação da ALBA em resposta ao projeto de integração hemisférica exprimiu um novo paradigma à integração sul-americana; composta por uma agenda de prioridades políticas e sociais para a região, este projeto é resistente à liberalização comercial e à globalização econômica, além de estar imerso em um

forte discurso “anti-imperialista”, que contrapõem-se às relações com os Estados Unidos e alia-se à Cuba.

Foi neste cenário de mudanças e novos propósitos em que o capítulo buscou apreender as percepções dos cinco grupos de elites sobre o apoio e a adesão aos projetos regionais. Durante toda a análise, trechos de depoimentos e discursos foram empregados para corroborar e discutir a análise dos dados.

O primeiro conjunto de dados examinados mostrou o interesse maior das elites sindicais e partidárias pelos projetos regionais, em detrimento dos empresários, os quais foram os menos inclinados a esta percepção. No âmago dos seus grupos, governos e atores sociais revelaram-se divididos, em razão das diferenças de percepção de cada país. Os governos e atores sociais da Argentina e Venezuela foram bastante favoráveis à integração sul-americana; enquanto isso, as mesmas elites do Chile preferiram as organizações externas; ao mesmo tempo, os governos do Brasil e da Bolívia revelaram-se divididos.

Os dados da percepção governamental são relevantes, dada à atuação presidencial predominante no andamento das negociações regionais sul-americanas, conforme visto no capítulo anterior.

O forte desejo das elites governamentais argentinas pela integração regional corresponde ao seu maior objetivo na política externa, que é a aproximação com o Brasil e fortalecimento dos laços regionais, como será discutido no próximo capítulo. Com a maior inclinação pela integração regional em comparação aos governos dos outros países, o governo de Hugo Chávez entrou em confronto com os Estados Unidos e rompeu com a Comunidade Andina, baseando sua política externa exclusivamente nas relações regionais, explicando esta percepção tão favorável.

Os dados do governo chileno foram condizentes com a escolha do país. Há muito tempo, o Chile fez a opção por outro caminho, favorecendo acordos bilaterais de expressivas vantagens comerciais com diversos países fora da região. O interesse do país pelas relações regionais é comedido e limitado aos possíveis ganhos identificados. Por sua vez, o Brasil demonstrou-se dividido na sua percepção, porque quer atuar como líder regional sem perder o espaço no

plano multilateral, onde vem conquistando visibilidade como país emergente e com a liga dos BRICS.

Por fim, a percepção do governo boliviano denota a divisão interna na gestão de Evo Morales, que encontra dificuldade até mesmo em governar no plano doméstico. Embora a Bolívia participe da ALBA, há pouco interesse de suas elites pelo mais novo projeto regional. O desejo pela Comunidade Andina também é difuso. Os entraves na relação com os demais membros deste bloco, os quais passaram a desfrutar do acordo comercial com os Estados Unidos, ocasionando perdas ao comércio boliviano, geraram repulsão em algumas elites governamentais bolivianas pelo acordo andino.

Assim, a percepção dos governos analisadas neste capítulo, condiz com a realidade, visto que os governos estão à frente da condução dos acordos regionais. Entretanto, este fato não descarta a importância das demais elites. Além de ocuparem posição privilegiada nos processos de integração, estes atores influenciam a formulação da política externa, atuando como forças integrativas e desintegradoras, e reagindo aos estímulos governamentais.

Apesar de serem constituídos, teoricamente, de valores de espectros político-ideológicos amplos, os representantes dos partidos políticos analisados parecem estar afinados com as percepções governamentais, com exceção dos partidos chilenos. Os dados deste grupo, ao indicarem uma percepção bastante próxima das elites governamentais, podem ser interpretados de duas formas; no Brasil, há partidos que divergem da atuação presidencial, contudo têm seus valores representados dentro do governo pelos seus políticos eleitos. Porém, no caso da Venezuela, é exigida outra interpretação. O enfraquecimento da oposição ao governo venezuelano dificulta a manifestação de opiniões divergentes. No caso do Chile, em que existe uma maior solidez democrática, denotaram-se percepções partidárias bem distintas em relação ao seu governo. Muitas vezes, os partidos políticos atuam em conjunto a outras elites, como as empresariais, as sindicais e mesmo junto a lideranças da sociedade civil. Portanto, são elites relevantes a estes grupos, ao proporcionarem canais de defesa de interesses e objetivos junto ao governo.

Com exceção das elites empresariais venezuelanas, a evidente inclinação destes atores pelas organizações externas é comprovação da ação reativa e algumas vezes desintegradora dos empresários pela integração regional. Ainda que os empresários agreguem múltiplos interesses, os dados sugerem o descontentamento com a integração regional que está se conformando na América do Sul. Sendo estes os representantes de poder econômico, são atores dotados de determinados canais para influenciar as elites governamentais, exercendo influência também em alguns atores sociais, por gozarem de grande visibilidade na imprensa e diálogo com outros atores da sociedade civil, bem como atuam junto a determinados partidos políticos. Portanto, os empresários logram com algumas facilidades seus objetivos imbuídos de valores contrários ao regionalismo, caracterizando-os por atuarem de forma desintegradora.

Por outro lado, em relação ao Mercosul, as elites sindicais mostraram-se favoráveis aos três projetos regionais examinados, formando alianças no plano regional na defesa dos seus princípios; isto acontece mormente devido à orientação política bastante definida destes atores, que zela pela uniformidade na sua percepção, independente do plano em que estão inseridas. Elas são movidas pelos mesmos valores ideológicos, apoiando políticas que correspondam aos seus ideias. Assim, parecem reagir positivamente às novas propostas de integração regional no marco “pós-liberal”, configurando reações colaborativas no seio dos processos sul-americanos. Cabe também mencionar que as elites sindicais atraem indivíduos comuns à sua causa, trabalhadores em geral, portanto são relevantes na propagação dos valores positivos da integração regional às demais camadas da sociedade, contribuindo para o avanço do processo de *spillover*. Ademais, ao instituírem redes e uniões no âmbito regional, conseguem maior mobilização, pressionando as elites governamentais para a conformação dos seus propósitos regionalmente.

As elites denominadas nesta tese de atores sociais congregam intelectuais, lideranças da sociedade civil e representantes da mídia, resultando na diversidade de opinião no interior do próprio grupo. Algumas vezes, suas percepções se aproximaram da opinião das elites governamentais, como pode ser

analisado nos dados da Argentina, do Brasil e do Chile. Na Venezuela, os atores sociais mostraram-se contrários aos valores das elites governamentais. De forma geral, um número expressivo de entrevistados desta categoria está predisposto pela integração regional, em especial pelo Mercosul, quando analisado os dados desagregados. Ainda que detenham influência limitada na formulação da política externa, os atores sociais estão bastante próximos da sociedade civil e da opinião pública. Quando estes atores são colaborativos ao regionalismo, alcançam com mais facilidade a consciência positiva e defesa da sociedade pelo projeto regional, atuando assim como forças integrativas. Caso contrário, os atores sociais podem dificultar o avanço do processo do *spillover*, ao não alastrar os valores e expectativas de ganhos da integração para as camadas inferiores.

Portanto, a conclusão deste capítulo atribui aos fatores políticos e desejos econômicos, as divergências de percepção destes atores, cujos países são marcados pelas suas configurações políticas específicas e inserção internacional diferentes. As percepções distintas denotam visões e intenções diversas que estes atores apresentam dos mesmos projetos regionais, dificultando a obtenção de consensos e avanço dos blocos regionais.

Avançando nesta análise, o próximo capítulo trata de outros temas das relações internacionais, evidenciando a percepção destes mesmos atores, sobre assuntos que confrontam e robustecem a temática da integração regional, para desvelar os interesses destes atores os projetos sul-americanos.

4. A PERCEPÇÃO DAS ELITES SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Introdução

Dando sequência à análise de dados realizada no capítulo anterior, este estudo contempla três temas analisados pela percepção das elites; primeiro, saber a opinião sobre qual deveria ser o principal objetivo das relações internacionais de seu país; segundo, conhecer a visão dos atores sobre os vários aspectos do advento da globalização, e terceiro, revelar a impressão que as elites têm sobre os países da região, além dos Estados Unidos e China, as duas maiores potências econômicas.

Como a variável independente desta tese consiste no estudo das cinco categorias de elites, a investigação nos dois últimos itens, ateve-se aos cinco segmentos, discernindo o país de origem somente quando necessário.

As conclusões deste capítulo conjugadas com as considerações do capítulo anterior são confrontadas com o estudo dos capítulos seguintes, para a comprovação das hipóteses desta tese.

4. 1. Relações Internacionais

Neste primeiro item, buscou-se avaliar e discutir as percepções das elites sobre as relações internacionais do país, dentre as seguintes propostas

1. Aproximar o país dos países mais desenvolvidos.
2. Aproximar o país dos países mais desenvolvidos da América Latina.
3. Exercer liderança entre os países sul-americanos.
4. Exercer liderança entre os países emergentes.
5. Aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes (Tabela 4.1).

Tabela 4.1. Sobre as relações internacionais, qual deveria ser o principal objetivo do país?

<i>Porcentagem colunas</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Argentina						
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos	15,8%	10%	50%	30%	8,3%	17,5%
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos da América Latina	47,4%	65%	41,7%	40%	58,3%	53,6%
Exercer liderança entre os países sul-americanos	21,1%	15%	8,3%	20%	8,3%	13,4%
Exercer liderança entre os países emergentes	5,3%	0	0	0	0	1%
Aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes	10,5%	10%	0	10%	25%	14,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Bolívia						
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos	70%	45,5%	57,1%	20%	21,1%	46,4%
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos da América Latina	10%	54,5%	28,6%	20%	73,7%	39,1%
Exercer liderança entre os países sul-americanos	10%	0	7,1%	20%	0	5,8%
Exercer liderança entre os países emergentes	0	0	7,1%	20%	0	2,9%
Aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes	10%	0	0	20%	5,3%	5,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Brasil						
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos	27,3%	59,1%	58,5%	0	44,1%	46,3%
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos da América Latina	12,1%	6,8%	9,8%	25%	8,8%	10%
Exercer liderança entre os países sul-americanos	12,1%	15,9%	7,3%	12,5%	8,8%	11,3%
Exercer liderança entre os países emergentes	33,3%	11,4%	24,4%	12,5%	17,6%	20,6%
Aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes	15,2%	6,8%	0	50%	20,6%	11,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chile						
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos	58,7%	25%	78,4%	23,1%	64%	52,8%
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos da América Latina	13,0%	12,5%	8,1%	26,9%	14%	16,1%
Exercer liderança entre os países sul-americanos	8,7%	37,5%	8,1%	25%	6%	13,5%

Exercer liderança entre os países emergentes	15,2%	0	0	3,8%	8%	6,7%
Aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes	4,3%	25%	5,4%	21,2%	8%	10,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Venezuela						
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos	0	27,3%	47,1%	77,8%	21,9%	30,1%
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos da América Latina	21,4%	9,1%	47,1%	11,1%	62,5%	39,8%
Exercer liderança entre os países sul-americanos	21,4%	27,3%	0	0	9,4%	10,8%
Exercer liderança entre os países emergentes	7,1%	18,2%	0	11,1%	6,3%	7,2%
Aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes	50%	18,2%	5,9%	0	0	12,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total						
<i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>						
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos	40,2%	40,4%	62%	27,4%	35,7%	41,5%
			5,1	-2,8		
Aproximar o país dos países mais desenvolvidos da América Latina	18,2%	25,5%	19,8%	26,2%	38%	26,4%
	-2,4				4,1	
Exercer liderança entre os países sul-americanos	12,9%	17%	6,6%	20,2%	7%	11,6%
				2,7	-2,2	
Exercer liderança entre os países emergentes	15,2%	7,4%	9,1%	6%	7%	9,1%
	2,7					
Aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes	13,6%	9,6%	2,5%	20,2%	12,3%	11,3%
			-3,4	2,8		
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: NUPRI, 2008.

Teste de Chi-Quadrado				
	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Argentina	Chi-Quadrado de Pearson	23,305 ^a	16	,106
Bolívia	Chi-Quadrado de Pearson	43,230 ^a	16	,007
Brasil	Chi-Quadrado de Pearson	40,997 ^b	16	,002
Chile	Chi-Quadrado de Pearson	48,247 ^c	16	,000
Venezuela	Chi-Quadrado de Pearson	74,521 ^d	16	,000
Total	Chi-Quadrado de Pearson	65,072 ^e	16	,000

Quando perguntados sobre as Relações Internacionais do país, “Aproximar o país dos países mais desenvolvidos” foi a predileção entre todas as elites, 41,5% do total; discernindo-as, foram 40,2% das elites governamentais, 40,4% dos partidos políticos, 35,7% dos atores sociais e 62% dos empresários, resíduo ajustado 5,1. Os sindicatos foram as elites menos propensas por essa diretriz, somente 27,4% dos entrevistados tiveram a mesma visão, resíduo ajustado -2,8.

Em seguida, os entrevistados escolheram “Aproximar o país dos países mais desenvolvidos da América Latina” (26,4%). Por esta preferência, destacaram-se os atores sociais (38%), resíduo ajustado 4,1.

Os sindicatos se sobressaíram quando 20,2% dos entrevistados escolheram “exercer liderança entre os países sul-americanos”, 2,7 resíduo ajustado. Na mesma porcentagem, escolheram “aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes”, resíduo ajustado 2,8. Esta opção foi a menos escolhida entre empresários (2,5%), resíduo ajustado -3,4.

Analisando os dados das elites governamentais, as elites argentinas reiteraram seu interesse regional em face de 47,4% dos entrevistados elegerem a aproximação com os países mais desenvolvidos da América Latina. No estudo sobre as percepções das elites argentinas sobre o Brasil, Roberto Russell e Juan Tokatlian (2011), argumentaram que a partir de 2006, observou-se um redirecionamento positivo da percepção do país sobre o Brasil em diversos segmentos das elites. Esta mudança coincidiu com o desenvolvimento de um novo debate estratégico sobre a política externa argentina na relação com o Brasil. Neste contexto, três fatores marcaram a redefinição argentina:

1. Relevância internacional do Brasil e o seu peso regional, entendido por alguns de forma negativa e inevitável, mas por outros, como uma relação indispensável e positiva.

2. Êxito brasileiro que acontece diante do encolhimento econômico do país.

3. A visão prevalecente no governo de Cristina Kirchner conforma-se com uma complexa combinação de: necessidades (Brasil- sócio indispensável), reconhecimento (Brasil – potência regional com crescente peso global) e suspeitas (Brasil – líder). De qualquer forma, essa leitura provoca identificação pelo Brasil para atender a sua ausência de estratégia de inserção internacional. (RUSSELL; TOKATLIAN, 2011).

Por sua vez, as preferências governamentais brasileiras dividiram-se entre “exercer liderança entre os países emergentes” (33,3%), “aproximar o país dos países mais desenvolvidos” (27,3%), e com menor apoio para “exercer liderança

entre os países sul-americanos” (12,1%). Esta multiplicidade de interesses é confirmada na estratégia estabelecida previamente pelo atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Segundo ele, o país vivencia uma posição privilegiada pela inserção promissora no âmbito internacional, cuja estratégia se estrutura em três grandes eixos:

1. Fortalecer parcerias com os países da América do Sul e América Latina.
2. Diversificar parcerias, mormente, no hemisfério Sul;
3. Aperfeiçoar e intensificar o multilateralismo e a governança global (PATRIOTA, 2010).

Desta forma, a expectativa do governo brasileiro em relação às negociações globais fica bastante evidente. Contudo, este interesse não contradiz suas intenções com o Mercosul, embora exista uma diminuição do peso do bloco regional na formulação da política externa do Brasil. Por outro lado, como a economia do país está se fortalecendo e superando o cenário econômico de crise, aumentou a expectativa dos países vizinhos em se aproximarem do Brasil. Portanto, o fortalecimento do país resulta em relações benéficas com a região (VIGEVANI; HAMANZINI Jr, 2010).

Quanto à preferência de 58,7% dos entrevistados chilenos, a aproximação com os países mais desenvolvidos é corroborada pelo Ministério das Relações Exteriores do país. Em um documento sobre a estratégia da política externa chilena, promover os interesses econômicos do Chile e associação de comércio com outros países, sobretudo com os grandes centros comerciais, constituem a primeira pauta na agenda externa do país:

El desarrollo de nuestro país depende fuertemente del comercio exterior, y la política exterior es, cada día con mayor fuerza, un medio para favorecer la internacionalización de nuestra economía, fortalecer la promoción comercial y fomentar el desarrollo económico y social nacional. [...] Nuestra política exterior busca proyectarnos a los principales centros comerciales del mundo y potenciar tanto la diversificación como el crecimiento de nuestras exportaciones a través de: - La negociación, la implementación y administración de acuerdos comerciales; - El desarrollo y promoción de las exportaciones de bienes y servicios; - La atracción de inversiones; y - La participación de Chile en foros y organismos económicos internacionales (MRE CHILE, 2008).

Segundo Ricardo Velenzuela (2011), no interior da elite chilena existe um consenso em torno da estratégia de regionalismo aberto. O país não está interessado em se “acoplar” com países do mundo ou da região, nem apresenta pretensões de liderança regional. Ao contrário, o Chile acompanharia a liderança brasileira conforme serventia desta relação, atendendo aos seus interesses pontuais e não conformando uma aliança incondicional. O país também não estaria interessado na institucionalização dos blocos regionais. Para o autor, a posição predominante do governo atual é não favorecer as iniciativas de integração regional, profundas e sólidas. Quando há o interesse na regional, trata-se da integração fundamentalmente econômica.

Dentre todas as elites governamentais, as bolivianas se mostraram as mais inclinadas pela aproximação com os países desenvolvidos (70%); fato que pode ser explicado pelas divergências que o país enfrenta na região, além do interesse na exportação de suas *commodities* para os países desenvolvidos.

A percepção das elites venezuelanas comprova o viés ideológico em que estão imersas. Além de não haver preferência pela aproximação com os países desenvolvidos, aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes consistiu na escolha da metade dos entrevistados. Além disso, 42,8% dos entrevistados mostraram-se inclinados pela aproximação regional, seja como liderança (21,4%), seja na aproximação com os países mais ricos (21,4%), visando fomentar a integração produtiva e complementação comercial (SERBIN, 2011).

Quanto às elites partidárias, cabe comentar que 54,5% das bolivianas optaram pela aproximação com os países mais desenvolvidos da região, mostrando a difusão de interesses entre governo e partidos políticos, como apresentada no item anterior. As elites partidárias argentinas são ainda mais inclinadas por essa mesma opção (65%). Ainda que Hugo Chávez tenha enfraquecido os partidos políticos de oposição, observou-se uma diversidade na preferência partidária sobre as relações externas do país. Em oposição à opinião governamental, 27,3% dos entrevistados gostariam de se aliar aos países desenvolvidos, e o mesmo número de elites também deseja exercer a liderança

na região. Somente 18,2% destes entrevistados demonstraram a mesma opinião predominante nas elites governamentais, “aliar-se prioritariamente aos países pobres ou emergentes”.

No Brasil, a inclinação dos partidos políticos em aproximar o país dos países mais desenvolvidos é identificada na opinião de algumas lideranças partidárias. José Serra, ex-presidente do PSDB, declarou algumas vezes sua discordância em relação à política externa do governo, a qual, segundo ele, deveria ser menos atrelada aos países vizinhos, sendo mais próxima dos países desenvolvidos, “O Lula vive viajando, mas nos aproximou de alguns países que, somados, não dão 1% do nosso mercado interno” (ESTADÃO, 2010).

Em outra oportunidade, José Serra afirmou que o país deveria apostar mais em acordos bilaterais, criticando a política comercial do governo e o modelo do Mercosul, no qual segundo ele, o Brasil “carrega nas costas” os parceiros diante às negociações externas. Ainda completou “Não defendo a extinção do Mercosul, e sim que seja uma zona de livre comércio entre os países e que eles possam ter políticas autônomas em relação ao resto do mundo. O Mercosul não deve ser uma união alfandegária como é hoje”. Para Serra, o país de proporções continentais, teria plenas condições de realizar acordos independentes (FOLHA ONLINE, 2008).

Quanto às elites partidárias chilenas, a elocução de Eduardo Frei Ruiz-Tagle do Partido Demócrata Cristão demonstra o desejo de exercer liderança entre os países sul-americanos, que foi a maior escolha entre esses atores chilenos (37,5%):

Chile debe profundizar su participación en las instituciones continentales, regionales y subregionales de integración, con un claro contenido democrático, y debe continuar desempeñando el rol articulador entre las distintas realidades y diseños políticos de nuestro continente. Es necesario fortalecer las nuevas instituciones subregionales y regionales, así como la convergencia entre los diferentes procesos subregionales, como Mercosur y la CAN, con el SICA y los estados del Caribe. Además, debemos promover en la Unasur la construcción de un régimen sudamericano de paz y seguridad cooperativa (LA NACIÓN, 2009a).

Dentre os empresários, 41,7% dos argentinos e a mesma porcentagem de venezuelanos escolheram “aproximar o país dos países mais desenvolvidos da América Latina”, parte em razão do crescimento econômico e visibilidade internacional do Brasil. Empresários da Argentina e Venezuela vêm na aproximação com o Brasil, oportunidade de crescerem juntos recebendo investimentos e desenvolvendo novas cadeias produtivas.

A presença brasileira na industrialização argentina é cada vez mais notável e importante. Das exportações totais do país, 21% foram destinadas ao mercado brasileiro em 2011 (CLARÍN, 2011).

Nuestro monitoreo de la economía brasileña es permanente: es el principal mercado al que le exportamos y es a la vez el origen de la mayor parte de nuestras importaciones. Manejamos la cuestión económica de Brasil con la misma cotidianidad que nuestra propia economía,

declarou um diretor de uma indústria automobilística instalada na Argentina (CLARÍN, 2011). Ademais, o Brasil é o quarto maior investidor no país; frigoríficos, indústrias têxtil e alimentícia recebem cada vez mais investimentos brasileiros, além do setor automotivo argentino, que se desenvolve em parceria com o Brasil na sua totalidade (CLARÍN, 2011). Assim, o vínculo crescente entre Brasil e Argentina transcende a atividade comercial, já que relevantes investimentos brasileiros têm se destinado à Argentina desde meados da década de 2000 (CLARÍN, 2008c).

Além disso, a União Industrial da Argentina (UIA) e outras lideranças empresariais acreditam que o Mercosul seja o melhor caminho para o progresso da região. Gustavo Grobocopatel, um dos maiores produtores agropecuários da Argentina, acredita na diversificação da produtividade do bloco como estratégia de crescimento e projeção internacional:

[...] el Mercosur no es sólo una elección, sino un camino inevitable para el progreso sustentable de esta región del planeta. [...] La región tiene enormes oportunidades no sólo con una agroindustria pujante con biocombustibles, biofármacos -alimentos que curan-, bioplásticos y proteínas animales. El Mercosur podrá ser también pollos, cerdos, bovinos, pescados, lácteos, celulosa, frutas, café,

caramelos, verduras, infusiones, vinos, miel, algodón e industrias metalmecánica, petroquímica, electrónica, automotriz, del software y de la biotecnología. También industrias culturales y del turismo, industria textil, miles de servicios tradicionales e innovadores y todas las buenas ideas que se transformen en productos y/o servicios transables y no transables que agreguen valor. (CLARÍN, 2011).

Ainda assim, metade das elites empresariais argentinas prefere a aproximação com os países mais ricos. Da mesma opinião foram 57,1% dos empresários bolivianos, 58,5% brasileiros, 78,4% chilenos e 47,1% venezuelanos, comprovando o objetivo pragmático deste segmento diante aos possíveis ganhos com os países ricos e às adversidades comerciais na região.

Diferente do que foi visto no capítulo anterior, em que as elites sindicais foram mais favoráveis à integração, nesta questão estes atores apresentaram preferências diversas as quais podem ser reflexos de algumas insatisfações ainda dos anos 1990. Com a conformação do regionalismo na América do Sul, estes atores passaram a reclamar sobre a impossibilidade de livre circulação de trabalhadores e a falta de uma legislação trabalhista comum entre os países do bloco, que ainda está sendo construída. Destacaram-se as elites sindicais venezuelanas, das quais 77,8% gostariam de se aproximar dos países mais ricos; este dado também pode refletir o descontentamento desse segmento com o forte autoritarismo de Chávez. Ademais, o protagonismo que Chávez vem exercendo no plano regional, com a criação da Petrocaribe e a aproximação sem precedentes com CUBA, desagradaram outras elites domésticas (SERBÍN, 2011).

Analisando os dados dos atores sociais, 73,7% dos entrevistados bolivianos, 52,3% dos argentinos 52,3% e 62,5% dos venezuelanos demonstraram maior vontade em se aproximar dos países mais desenvolvidos da América Latina. Ainda que demonstrem essa inclinação, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada estão insatisfeitos, muitas vezes, com a condução dos acordos regionais. Rosilene Wancetto, da Rede Jubileu Sul-Brasil, defendeu que os governos deveriam discutir com a sociedade civil as alternativas de integração que de fato interessam aos povos sul-americanos:

Não há efetivamente um Mercosul do ponto de vista social, que trabalhe sobre todas as populações de todos os países e sobre a participação das organizações sociais dos países. O Mercosul tem que ser mais participativo, democrático e produtivo. Essas são as grandes críticas (AGÊNCIA BRASIL, 2007).

Pablo Herrero do movimento argentino “Diálogo 2000” e integrante da Aliança Social Continental, complementou:

Quando se fala em Mercosul, precisamos falar de migração, de trabalho e de vários outros aspectos que não apenas o comercial [...]. Para a verdadeira integração, de e para os povos, não podemos reproduzir no bloco parâmetros neoliberais que combatemos desde a década de 90. [...] Acreditamos que é importante a integração, mas não a integração entendida como algo unicamente financeiro e econômico. Estamos falando de uma integração cultural, social, ambiental e econômica no sentido mais amplo da palavra. A integração que propomos parte de um diálogo entre povos irmãos a partir das diferenças, mas encontrando caminhos de consenso e unidade (AGÊNCIA BRASIL, 2007).

Explorados estes dados, conclui-se que, algumas vezes, as diferenças estruturais e conjunturais dos países em que estão inseridos geram incentivos assimétricos, no tocante à preferência da integração regional e aproximação com o espaço sul-americano. Muito embora dentre os segmentos analisados, empresários apresentaram ligeira conformidade de percepção dentro de sua categoria.

4.2 Globalização

O segundo aspecto das relações internacionais explorado neste capítulo, avaliou o entendimento das elites a respeito da globalização, para confrontar com a percepção da integração regional. Estas duas dimensões podem ser analisadas sob duas perspectivas:

1. Um como princípio do outro, ou seja, são processos derivados casualmente e que podem se complementar.
 - a) o surgimento do regionalismo seria uma realidade anterior à globalização;
 - b) a formação de regiões seria consequência da crescente globalização.
2. Os dois processos são simultâneos em comércio, investimento e desenvolvimento tecnológico, mas diferentes em suas naturezas:
 - a) a regionalização é um projeto político-econômico, que exige aprofundamento e comprometimento das partes envolvidas;
 - b) a globalização é um processo complexo e multidimensional.

Nesta última visão, as duas dimensões constituem trajetórias paralelas e contrárias, culminando em tensões, pois os projetos regionais podem restringir a abertura comercial multilateral e os preceitos da globalização (BERNAL-MEZA; MASERA, 2008).

Assim, os segmentos das elites podem compreender de formas diferentes essa relação; alguns identificam como processos complementares, outros acreditam que sejam dimensões contraditórias. Portanto, desejar a integração regional não implica em apoiar ou se opor à globalização

Observando o Gráfico 4.1, a maior parte das elites (73,9%) acredita na necessidade de adaptação dos países diante à globalização. Os empresários foram as elites que mais defenderam a adequação dos seus respectivos países ao fenômeno globalizante, resíduo ajustado 4,1. Por sua vez, os sindicatos apresentaram a maior resistência na concordância desta ideia (52,40%), resíduo ajustado - 4,8.

Gráfico 4.1. A globalização é uma mudança na economia mundial à qual todos os países precisam se adaptar.

Teste de Chi-Quadrado					
	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)	
Total	Chi-Quadrado de Pearson	34,081 ^f	4		

Fonte: NUPRI, 2008.

A concepção de algumas elites governamentais sobre adaptação ao advento, consistiu na revisão de políticas econômicas, como fizeram Argentina, Bolívia e Venezuela. Esses países provocaram alterações nas suas políticas comerciais e para atração de investimentos estrangeiros, praticadas, com o recrudescimento do protecionismo e do nacionalismo (VEIGA; RIOS, 2007).

Na Argentina existe um evidente recrudescimento do protecionismo comercial, centrado tanto na resistência à redução de tarifas para produtos industriais diante à OMC, quanto na imposição de barreiras às exportações

brasileiras e regionais. A Bolívia e Venezuela se concentraram na revisão de políticas relacionadas aos investimentos estrangeiros e às regras para serviços. Com muitos setores sensíveis na agricultura, os países andinos tenderam pela posição mais defensiva. Enquanto isso, o Chile e cada vez mais o Brasil adotaram posturas ofensivas nas negociações de liberalização comercial. Portanto, existe uma diferença clara nas estratégias de adaptação à globalização e inserção internacional dos países da região (VEIGA; RIOS, 2007).

Criticando a postura revisionista dos vizinhos, o ex-presidente do Brasil Lula defendeu a maior liberalização comercial como mecanismo para superação de crise e inserção econômica, em detrimento ao protecionismo defendido por alguns países da região,

quien crea que se salvará con el proteccionismo va a acabar hundiendo a su economía en el mediano plazo y deberá entender que se necesita más comercio, más comercio y más comercio para que la economía empiece a volver a la normalidad. (CLARÍN, 2009 a).

Entendendo que a integração regional e a globalização podem ser processos complementares, as elites governamentais chilenas defenderam o regionalismo como forma de inserção no sistema global. O Ministro de Relações Exteriores do Chile, Mariano Fernández, declarou:

Tenemos que recuperar el protagonismo en el proceso de integración latinoamericana. Debemos insistir en este proceso porque estamos conscientes de que la manera de sobrevivir ante la globalización es asociándose. Hemos sido dinámicos pero no podemos aflojar (MRE CHILE, 2009).

Dos atores sociais, 71,8% dos entrevistados também defenderam iniciativas para enfrentar a globalização, mas isto não significa adesão ao processo global. O intelectual brasileiro, Emir Sader, apostou na integração regional como instrumento para reduzir as consequências negativas do processo,

o que precisamos agora é de um projeto integrado da região que possibilite reverter ou diminuir os efeitos da globalização neoliberal, com tendências fortes à desindustrialização, ao retorno forte do intercâmbio desigual, ao papel de exportadores de soja,

de minerais e de combustíveis. Proteger o nosso mercado, desenvolver projetos comuns de infraestrutura, de construção de fábricas, de pesquisas, entre tantas outras possibilidades que temos como região em acelerado processo de desenvolvimento (CORREIO BRAZILIENSE, 2011).

As elites sindicais parecem constituir o grupo mais descrente dos benefícios do fenômeno global. Pelo contrario, elas acreditam que este processo agrava os problemas da ordem econômica. Segundo a CCSCS, “la globalización capitalista, a pesar de los avances tecnológicos y científicos, no ha resuelto la esencia del modelo de explotación que lo sustenta y por el contrario lo agudiza” (CCSCS, 2009). Além disso, supõem que globalização não seja compatível com a própria representação sindical.

El mundo globalizado, la concentración de la riqueza y el poder económico y financiero son elementos que atentan contra la fortaleza de la representación sindical porque, decididamente, no quieren a los gremios. Frente a ello, debemos apostar al fortalecimiento de la presencia sindical, ya que sin ella, la desprotección de los trabajadores es absoluta (CCSCS, 2009).

Quando questionados se a globalização aumentaria a competitividade dos países e prosperidade mundial (Gráfico 4.2), as elites sindicais são ainda mais contrárias ao fenômeno; 62,2% dos entrevistados discordaram da afirmação, resíduo ajustado -4,3.

Desta mesma forma, todos demais segmentos das elites apresentaram uma concordância menor em relação à prosperidade mundial que a globalização provocaria. Ainda assim, 85,40% dos empresários defenderam esta ideia, resíduo ajustado 6,7; comprovando a conformidade dessas lideranças com a abertura econômica. Das elites governamentais 60,3% dos entrevistados também concordaram com a afirmação. Por fim, os atores sociais e os partidos políticos demonstraram-se os mais divididos em suas percepções.

Gráfico 4.2. A globalização vai aumentar a competitividade dos países e aumentar a prosperidade mundial.

Teste de Chi-Quadrado					
Total	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)	
	Chi-Quadrado de Pearson	56,367 [†]	4	,000	

Fonte: NUPRI, 2008.

Entretanto, quando perguntados se a globalização irá beneficiar somente os países mais ricos (Gráfico 4.3), a maioria dos sindicatos (73,8%), resíduo ajustado 4,5, dos atores sociais (57,4%), resíduo ajustado 2,1. Por outro lado, somente 25,6% dos empresários entrevistados tiveram a mesma percepção, resíduo ajustado -6,4. Nesta questão, as percepções das elites partidárias e governamentais mostraram-se difusas.

Gráfico 4.3. A globalização só vai beneficiar os países mais ricos?

Teste de Chi-Quadrado					
Total	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)	
	Chi-Quadrado de Pearson	54,272 ¹	4		,000

Fonte: NUPRI, 2008.

No discurso da CCSCS, foi alegado que os países ricos se aproveitam da globalização para enriquecerem. “La globalización del comercio, las empresas transnacionales transfieren partes de su producción a países y regiones más pobres, para aumentar competitividad a costa de la superexplotación de los trabajadores y trabajadoras” (CCSCS, 2007). Na carta que essa organização enviou aos presidentes do Mercosul, acusaram novamente a globalização de

aprofundar o modelo de exploração, e ao mesmo tempo, reforçam a importância da integração regional para fazer frente à crise mundial e à dinâmica global:

La crisis esta que tuvo inicio en el centro del capitalismo mundial al final de 2008, fue generada en el núcleo de las economías mas industrializadas y desarrolladas y exportada con facilidad a los países en vías de desarrollo y periféricos, a través de las vías abiertas por el proceso de globalización neoliberal que hegemoniza la economía y las políticas en las ultimas tres décadas [...]. La crisis internacional a dejado claro la necesidad de cambio en el sistema de gobernanza global, imponiendo al MERCOSUR y América Latina la articulación de una postura firme y relevante en el concierto mundial, que construya un nuevo modelo de integración a partir de los intereses de nuestros pueblos, basado en firmes acuerdos que profundicen los procesos económicos, políticos, sociales y culturales con equidad, inclusión social y mejor distribución de la riqueza (CCSCS, 2009).

Por fim, a última pergunta sobre globalização quer conhecer percepção das elites sobre a relação deste fenômeno com o agravamento das desigualdades, como é amplamente discutido no capítulo seguinte (Gráfico 4.4).

Das elites empresariais, 73,8% discordaram desta relação, resíduo ajustado 5,1. Na sua maioria, governos e partidos políticos também tiveram a mesma impressão, embora os dados dos partidos políticos denotem uma divisão interna de percepção, identificada também quando a análise discerniu os países. Na análise das elites governamentais, destacou-se a Venezuela, o país que mais concordou com a pergunta.

Quanto à percepção dos sindicatos, a defesa de que a globalização agrava as desigualdades econômicas e sociais pode ser comprovada na notícia destacada no Portal da Conexão Sindical, baseando-se em dados da ONU: “A globalização e liberalização, como motores do crescimento econômico e o desenvolvimento dos países, não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas” (CONEXÃO SINDICAL, 2007).

No discurso de alguns atores sociais também foi possível identificar este mesmo conteúdo em seus discursos. Em 2008, baseando-se em dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Folha de São Paulo também publicou uma manchete difundindo a crença nesta relação: “A globalização

financeira tem sido um importante propulsor da desigualdade de renda e não tem contribuído para o fortalecimento da produtividade global e do aumento de emprego” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008).

Gráfico 4.4. A globalização vai aumentar as desigualdades do país?

Teste de Chi-Quadrado				
	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	Chi-Quadrado de Pearson	39,451 ^a	4	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

A Associação Vermelha, ligada ao Partido Comunista, declara: “O avanço dos dogmas do mercado livre traduzido na ‘globalização’ representou mais pobreza, mais crise global, mais comércio livre e mais fome” (PORTAL VERMELHO, 2012). Para lideranças de movimentos sociais reunidas no Fórum Social Mundial de 2009:

la globalización ha implicado una inmensa polarización que ha aumentado la desigualdad entre las personas de una proporción

dos a uno en los alrededores de 1800, a una de 60 a 1 en esta última década. Así, es necesario comprender que la globalización mal diseñada implica mayor pobreza, más desigualdad y propicia mayor exclusión social. Es un mito pensar que creciendo a un mayor ingreso se puede erradicar la pobreza, porque alivio sin creación y acumulación de capital social no se da en ninguna parte (LA NACIÓN, 2009).

Comparando os dados da percepção sobre globalização, as elites empresariais, sem dúvida, são as mais interessadas nas benéficas deste fenômeno, acreditando na necessidade de se adaptar ao processo que contribui ao aumento da prosperidade mundial.

Com uma visão oposta, os sindicatos declararam-se contrários ao evento, apostando que a globalização somente resultaria em vantagens aos países ricos, agravando as desigualdades na região. Ainda que a maioria dos atores sociais concorde com a prosperidade resultante da globalização, também acredita na vantagem dos países mais ricos em relação ao fenômeno, bem como no aumento das desigualdades.

A divisão governamental na percepção nestas perguntas é resultado da percepção negativa da Argentina e Venezuela em relação aos ganhos da globalização, em contrapartida da visão positiva dos governos chileno e boliviano quanto às vantagens deste processo. Comparando os dados de ambos, as elites governamentais bolivianas mostraram-se as mais entusiasmadas pela prosperidade que globalização pode trazer. Por fim, a percepção do governo brasileiro compartilhou as duas concepções, revelando divisão interna quanto à percepção sobre globalização.

Esta divisão difusão de percepção sobre o advento global dificulta a construção de uma política regional para adaptação ao processo. Nas intenções da carta de criação do Mercosul, os países afirmam constituir o bloco para se inserir no movimento global, mas os dados denotaram a compreensão distinta que cada governo têm do mesmo evento, limitando a ação conjunta de inserção global.

4.3. Simpatia dos Países

Neste último item, procurou-se conhecer a percepção das elites sobre os próprios países estudados, para desvendar as impressões sobre as relações regionais que permeiam os processos de integração. Na sequência, buscou-se saber a percepção das elites sobre as duas maiores potências econômicas, as quais realizam volume substancial de comércio e investimento na região, China e Estados Unidos.

As perguntas foram baseadas na simpatia em que o país demonstra: 1. muito simpático; 2. nem muito, nem pouco simpático; 3. nada simpático. Conhecer a percepção das elites sobre os países vizinhos é importante para desvelar a visão e interesses destes atores pelos países estudados, além de conhecer o quanto as duas grandes potências exercem atração nas elites sul-americanas.

4.3.1. Argentina

Em relação à Argentina (Gráfico 4.5.), 45,8% do total de entrevistados avaliaram o país muito simpático, seguido de 43,4% que consideraram nem muito, nem pouco. Dentre eles, as elites partidárias (55,7%) e governamentais (50,4%) acreditam que o país seja muito simpático. Enquanto isso, os empresários foram os menos inclinados a julgarem o país simpático (38%). Por sua vez, 48,1% dos atores sociais elegeram a Argentina nem muito, nem pouco simpática.

Durante o seu governo, o ex-presidente Lula enfatizou o interesse na relação bilateral com o país, e atuou de forma bastante diplomática frente às barreiras comerciais impostas pelo governo argentino, as quais desagradaram empresários brasileiros:

Es importante recordar que más del 70% de lo que Argentina exporta para Brasil son productos manufacturados. Eso significa más valor agregado, más producción, más empleo. Y eso es un potencial extraordinario, porque Argentina está en un proceso de

reindustrialización. [...] No existe ninguna hipótesis ni posibilidad de que Brasil se juegue sólo. Brasil tiene claridad que su relación con Argentina cuanto más armónica y más productiva sea, más contribuiremos para fortalecer el Mercosur y la integración sudamericana (CLARÍN, 2008 d).

A mesma proposta é identificada de forma ainda mais arrojada na fala de Roberto Unger, Ministro de Assuntos Estratégicos do Brasil, que propõe a construção de um modelo de desenvolvimento único entre os países: “Brasil y Argentina pueden y deben construir juntos un nuevo modelo de desarrollo. Ese modelo es necesario y es posible y sus directrices pueden ser definidas ahora” (UNGER, 2008).

Além disso, é nítida a aproximação crescente entre Cristina Kirchner e Hugo Chávez. Em 2010, os governos da Venezuela e da Argentina assinaram 25 acordos de cooperação em diversas áreas, incluindo construção, alimentos e energia. Nos acordos do setor de energia foram assinados projetos de construção de infraestrutura elétrica na Venezuela, incluindo um parque eólico visando superar a crise energética que assola o país venezuelano. No setor do gás, a empresa estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA) assinou um acordo relevante com as ‘Tecnología de Gás Industrial Argentina’ e ‘Galileo GNC’ (EFE, 2010).

Gráfico 4.5. - Em que medida considera a Argentina simpática?

Teste de Chi-Quadrado				
Total	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	15,515 [†]	8	,050

Fonte: NUPRI, 2008.

4.3.2. Bolívia

Quanto à Bolívia (Gráfico 4.6), governos (46,2%) e sindicatos (54,2%) julgaram o país muito simpático, resíduo ajustado 2,3 e 3,4 respectivamente. Por outro lado, 53,6% dos empresários consideraram o país nada simpático, resíduo ajustado 7,5. Esse último dado é justificado pelas estatizações executadas por Evo Morales nos últimos anos, a desagrado de muitos empresários e investidores da região, principalmente brasileiros.

Atuando de forma diplomática, o ex-presidente Lula esclareceu a relação com o país, após as divergências quanto aos investimentos brasileiros no setor de gás boliviano:

Cuando Evo asumió, tuvimos problemas con él. Pero no hubo ninguna reacción de nuestra parte a no ser las concesiones que Evo quería. Porque los conservadores brasileños querían un Brasil duro con Evo Morales. Entre tanto, él quería la refinería y se la vendimos. Quería aumentar los impuestos y nosotros aceptamos. No olviden que yo nací en la política creyendo que las riquezas del suelo y del subsuelo son de soberanía del país. En aquel momento sugerí a Evo: 'Mira compañero, no es suficiente con hacerse cargo de los lugares, es preciso tener tecnología para explorar porque si se queda sentado encima del gas, él no produce riqueza para nadie'. Fue entonces que fui a La Paz e hicimos un acuerdo de inversiones y lo vamos a cumplir. Es obvio que [...] un empresario que va a invertir quiere un retorno de su inversión. Creo que Evo Morales tiene todas las posibilidades de conducir Bolivia para una política que no existió en todo el siglo pasado: de más justicia social, de ayudar a la parte más pobre de la población. Ahora, es preciso combinar esa voluntad y esa determinación con la política de desarrollo del país porque si no, usted no tiene lo que distribuir (CLARÍN, 2008b).

Por parte das elites governamentais, existe um interesse de que a Bolívia se aproxime dos blocos regionais, sobretudo ingressando no Mercosul. Mesmo diante ao conflito com o Brasil em 2006, o ex – chanceler brasileiro, Celso Amorim insistiu para que a Bolívia aderisse ao Mercosul como membro pleno. Segundo Amorim: “eso traería sólo ventajas para Bolivia. Hay que subrayar que habrá negociaciones que lleven en cuenta los distintos grados de desarrollo de los miembros del grupo con el eventual nuevo socio.” (EL DIARIO, 2006a).

Na ocasião da saída da Venezuela da Comunidade Andina, o presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Carlos Alvarez, reafirmou o convite ao país. Para Alvarez, “el ingreso al Mercosur de Bolivia, que tiene grandes reservas de gas natural, las mayores de Suramérica después de Venezuela, reforzará la posibilidad de que el bloque se ‘plantee modelos de desarrollo con autodeterminación’” (ELDIARIO, 2006b).

Cabe reforçar que o gás natural continua sendo o grande atrativo do país, embora este setor venha perdendo notoriedade pela diminuição das reservas bolivianas. Ainda assim, outras duas questões chamam atenção, o narcotráfico e as migrações bolivianas, em especial ao Brasil e Argentina. Esses são dois temas que preocupam os vizinhos, demandando mais cooperação e acordos regionais. Contudo, para maior integração, existe uma realidade de assimetrias, exigindo

estratégias integrativas que busquem a complementaridade e benefícios comuns (GISBERT, 2011), além do interesse ao acesso marítimo, que pode ser alcançado com maior regionalismo.

Gráfico 4.6. Em que medida considera a Bolívia simpática?

Teste de Chi-Quadrado

Total	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
	Chi-Quadrado de Pearson	67,249 ^e	8	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

4.3.3. Brasil

Sem dúvidas, o Brasil é o país mais simpático para todas as elites entrevistadas, destas 86,7% das governamentais, 85,7% das partidárias, 83,3% das empresariais, 65,2% das sindicais e 69,6% dos atores sociais julgaram o país muito simpático (Gráfico 4.7).

Gráfico 4.7. Em que medida considera o Brasil simpático?

Teste de Chi-Quadrado				
Total	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
	Chi-Quadrado de Pearson	24,093 ^a	8	,002

Fonte: NUPRI, 2008.

Desde os anos 1990, a imagem do Brasil tem evoluído favoravelmente entre os formuladores de opinião (RUSSELL; TOKATLIAN, 2011). A construção de uma imagem mais positiva na região aconteceu, principalmente, no âmbito do governo Lula, que procurou se situar em uma zona própria. Ele manteve as linhas gerais de orientação do governo anterior, mas não assumiu uma postura de antagonismo na relação com os Estados Unidos. Contudo, demonstrou simpatia por governos e lideranças políticas contrárias ao neoliberalismo, declarando em manifestação pública a clara preferência por determinados candidatos nos processos eleitorais em países vizinhos. Ademais, Lula reforçou o peso das empresas estatais e de alguns grupos nacionais privados nas políticas de desenvolvimento e inserção externa. Na América do Sul, esses dois fatores são

responsáveis por grande parte da expansão dos investimentos diretos brasileiros por meio do BNDES (SORJ, FAUSTO, 2011).

Além disso, existe a identificação explícita de preferências e simpatias políticas por candidatos, partidos e governos “de esquerda”. Ademais, Lula demonstrou gestos de “generosidade” diante de situações adversas, como a ocupação das refinarias da Petrobras na Bolívia e a renegociação dos contratos de exploração de petróleo e gás naquele país, além das concessões feitas ao governo do Paraguai quando pressionou pela renegociação dos termos do Tratado de Itaipu.

4.3.4. Chile

Ao analisar o Chile (Gráfico 4.8.), 67,6% de todas as elites consideraram o país simpático. As elites partidárias (72,9%) e empresariais (70,50%) foram as mais inclinadas por essa opção. A democracia estável chilena, a abertura comercial e os diversos acordos bilaterais são entendidos como positivos e admiráveis para estes segmentos respectivamente.

Félix Peña valorizou a relação da região com o país. O Chile foi convidado a fazer parte dos Mercosul, e embora não seja membro pleno, sempre teve uma presença implícita significativa, prova disso é o grau de integração econômica, como o fluxo de comércio e investimento alcançado nos últimos anos entre o Chile e os países do Mercosul (PEÑA, 2008). Gradativamente, vislumbra-se uma maior aproximação entre Argentina e Chile. Em 2011, os países assinaram acordos de assistência consular e integração (LA PRENSA, 2011). A presidente argentina, Cristina Fernández de Kirchner, reforçou o argumento:

Hay que profundizar la relación con Chile. Desde ya, todas las provincias del oeste argentino piden una fuerte integración regional, todas luchan por su integración y sí llegamos a la conducción nacional vamos a trasladar esta necesidad de perforar la Cordillera, de construir los verdaderos corredores oceánicos, de mirar en forma conjunta el Pacífico. Chile cumple un rol fundamental en la integración del Mercosur. A veces un solo país no puede cumplir y el cumplimiento es fundamental para las inversiones en materia comercial. Chile es una nación muy ordenada y tiene un rol protagónico en el esquema de integración regional. (LA NACIÓN, 2007a).

A simpatia conquistada pelo Chile acontece com a reconfiguração das relações com vários países da região, particularmente na área comercial, buscando desempenhar um papel político mais ativo na América do Sul. Receberam atenção especial as relações vicinais com a Argentina, o Peru e a Bolívia, países com os quais existiam diferenças relevantes do século XIX, as quais precisavam ser revistas, como base na cooperação e o não confronto entre os países. Com o Brasil, as relações estão marcadas pelo retorno do regime democrático e por compartilharem algumas posturas semelhantes no plano multilateral (VALENZUELA, 2011).

Gráfico 4.8. Em que medida considera o Chile simpático?

Teste de Chi-Quadrado

Total	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
	Chi-Quadrado de Pearson	10,951 [†]	8	,204

Fonte: NUPRI, 2008.

4.3.5. Venezuela

Definitivamente, o governo de Hugo Chávez não está atraindo a simpatia das elites sul-americanas. No Gráfico 4.9, é possível observar que 45% das elites entrevistadas consideram o país 'nada simpático', seguido de 30,9% que julgaram 'nem muito, nem pouco', e somente 24,1% dos entrevistados acreditam que a Venezuela seja uma nação simpática.

Os empresários são os que mais manifestaram pelo nada simpático (70,1%), resíduo ajustado 4,2. Os empresários argentinos corroboram na sua fala com essa percepção, o negociador internacional argentino, Felipe de la Balze declarou:

La intención de lograr una mayor integración económica con Venezuela es en principio valiosa porque dicho país ofrece un mercado interesante para nuestras exportaciones. Desafortunadamente, las características del régimen chavista -en particular su alejado populismo, sus tendencias antidemocráticas y su perfil anticapitalista- limitan, por ahora, dicha oportunidad (BALZE, 2008).

Fragilizando a Câmara de Comércio Argentino-Venezuelana, um grupo de empresários renunciou sua participação na entidade, como forma de repudiar a nacionalização das empresas de propriedade do Grupo Rocca na Venezuela. Para o líder empresarial da entidade, as estatizações implementadas por Chávez "debilitan el futuro de un Mercosur ampliado, en cuyo ámbito debe primar la previsibilidad y el respeto a los distintos actores e instrumentos, tanto públicos como privados." (CLARÍN, 2009c).

Diferente dos empresários, 47% das elites sindicais julgaram o país como muito simpático. João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT-Brasil, além de defender a entrada da Venezuela no Mercosul, demonstrou sua identificação ideológica e o apreço pelas políticas trabalhistas do país.

Do ponto de vista de classe, a Venezuela é atualmente o país onde os trabalhadores têm o maior salário mínimo do Continente, sendo - ao lado do Equador - quem mais avançou no combate às terceirizações e precarizações, garantindo direitos a quem antes vivia como numa terra sem lei (FELÍCIO, 2009).

Gráfico 4.9. Em que medida considera a Venezuela simpática?

Teste de Chi-Quadrado				
	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	23,573 ¹	8	,003

Fonte: NUPRI, 2008.

4.3.6. Estados Unidos

Quando questionados se consideravam os Estados Unidos muito ou pouco simpáticos (Gráfico 4.10), 44,7% das elites entrevistadas consideram o país nada simpático e somente 16,7% consideraram muito simpático. Das elites empresariais, 28,1% responderam 'muito simpático', resíduo ajustado 3,9. Por outro lado, 68,2% dos sindicatos se destacaram por responder 'nada simpático', resíduo ajustado 4,7.

A percepção negativa é identificada entre elites sindicais (68,2%), atores sociais (45,9%), governos (46,8%) e partidos políticos (40,60%). Das elites empresariais, 43,8% declararam 'nem muito, nem pouco simpático'.

Os dados parecem revelar a perda de influência e admiração que o país

exercia na região. Os governos dos anos 2000, sobretudo aqueles de cunho *neopopulista*, manifestam antagonismo e rivalidade com o país hegemônico, como pronunciou em seus discursos, inúmeras vezes, Hugo Chávez e em menor medida, Evo Morales. Por sua vez, Lula propõem um novo tipo de relação entre os Estados Unidos e a América Latina "Todo el mundo, desde el presidente (Barack) Obama a Evo Morales, quiere construir otra relación. (Obama) sabe que no es justo ni correcto establecer una relación de intromisión como en otros momentos existió" (CLARÍN, 2009b).

Segundo Amado Luiz Cervo, a percepção positiva sobre das relações com os Estados Unidos não contribui para o avanço do pensamento integracionista (CERVO, 2011). Contudo, não é possível afirmar que o contrário seja verdadeiro, embora essa relação que pode ser complementar, apareça em muitos discursos de determinadas elites como uma relação antagônica.

Gráfico 4.10. Em que medida considera os Estados Unidos simpáticos?

Teste de Chi-Quadrado

Total	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
	Chi-Quadrado de Pearson	40,591 [†]	8	
				,000

Fonte: NUPRI, 2008.

4.3.7. China

Quando perguntados sobre a China (Gráfico 4.11), a maioria das elites (52,8%) considerou o país 'nem muito, nem pouco simpático'. Dentre eles, a maior parte do governo (62,6%) revelou essa percepção, seguido dos partidos (56,8%) e atores sociais (50,6%). Os atores sociais foram os que mais julgaram o país nada simpático (24,4%), resíduo ajustado 2,4. As violações generalizadas aos direitos humanos e à liberdade de expressão, além da crescente degradação ambiental contribuem para essa percepção dos atores sociais.

Os dados refletem a incerteza das elites sul-americanas sobre o país. Alguns analistas veem a China como uma oportunidade crescente pela maior demanda de matérias-primas e *commodities*. Para outros especialistas, o país representa uma ameaça real que levaria a falência de indústrias regionais, pela concorrência desleal de preços, desvio de investimentos, aumento da vulnerabilidade externa e eliminação dos postos de trabalho (CESARIN, 2005).

Analisando os dados pelos segmentos de elites, 36,5% dos empresários consideram o país simpático - resíduo ajustado 2,2, justamente pelo país expressar, algumas vezes, maior oportunidade de maior exportação e comércio. Contudo, com parte significativa dos empresários (41,3%) também apresentou a opinião de nem muito, nem pouco simpático.

O crescimento da China, como destino às exportações sul-americanas, acontece concomitante à redução das importações dos Estados Unidos dos produtos da região. Enquanto a participação asiática nas exportações aumentou de 9% (2001) para 17% (2009), no mesmo período, o destino de venda aos Estados Unidos diminuiu de 24% para 14% (VEIGA; RIOS, 2011). Com isso, importantes setores empresariais, como as associações brasileiras das indústrias de Calçados (Abicalçados), do Mobiliário (Abimóvel) e do Vestuário (Sindivestuário), estão em busca de novos mercados na China, em razão da desaceleração da economia e da queda da demanda nos países desenvolvidos (GAZETA MERCANTIL, 2008).

Na VI Reunião da Rede da América Latina e do Caribe, os países discutiram as relações internacionais com a China, a respeito das oportunidades e

ameaças que o país representa. Para o Brasil e Argentina, o país representa investimentos em setores produtivos e destino promissor às exportações de

Gráfico 4.11. Em que medida considera a China simpática?

Teste de Chi-Quadrado

Total	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
	Chi-Quadrado de Pearson	23,573 ¹	8	,003

Fonte: NUPRI, 2008.

commodities, e ao mesmo tempo, concorrência à indústria nacional. Para o Chile, a negociação de uma área de livre comércio com a China, visa consolidar sua posição exportadora à região sul-americana, ao aumentar os investimentos chineses nos setores da mineração e florestal. Com o acordo, o Chile também ampliaria o acesso de produtos chilenos nesse grande mercado (CESARIN, 2005). Por sua vez, o governo venezuelano demonstra uma identificação político-ideológica com a China, havendo também uma aproximação militar entre os países. Em 2011, Hugo Chávez intensificou a relação com a China, com a

aquisição de equipamento militar chinês destinado à Força Armada Nacional Bolivariana (FOLHA; ANSA, 2011).

Ainda assim, segundo o especialista argentino do CONICET em entrevista ao Clarín, a América Latina carece de uma visão estratégica que fortaleça as capacidades regionais de negociação diante do auge econômico chinês (CESARIN, 2005). Ademais, as oportunidades chinesas aos grupos empresariais, não necessariamente são convergentes com a integração regional, pois seus benefícios independem da complementaridade produtiva regional (VIGEVANI; RAMANZINI Jr, 2009).

Considerações do Capítulo 4

Explorar a percepção das elites sobre as relações internacionais consistiu no principal objetivo deste capítulo; primeiro, as elites escolheram algumas alternativas para atuação estatal no cenário internacional; segundo, opinaram sobre o advento da globalização, posicionando-se favoráveis aos possíveis benefícios deste fenômeno, ou contrários aos seus eventuais prejuízos; por fim, a investigação explorou a afinidade das elites com os países da região e também com as duas maiores potências econômicas internacionais. Ou seja, os entrevistados foram interpelados sobre a simpatia destes países. Este conjunto de questões, somado aos resultados do capítulo anterior, revela um panorama nítido das percepções das elites sobre a região sul-americana e o contexto internacional.

Na primeira parte, quando questionadas sobre qual deveria ser o principal objetivo do país, houve uma difusão evidente de percepções. Por este motivo, os dados foram explorados discriminando os países.

Para os governos da Bolívia e do Chile se aproximar dos países desenvolvidos deveria ser o principal objetivo, mas, embora dependente dos vizinhos para ter acesso ao mar, o governo boliviano definiu outro objetivo principal na agenda de sua política externa. Por outro lado, a Argentina acredita

que a aproximação com os países mais desenvolvidos da região seria a melhor meta. Ainda que o país queira a integração regional, como visto no capítulo anterior, o governo argentino denotou o seu interesse com o Brasil para usufruir do seu peso econômico e viabilidade internacional, em detrimento de atuar como líder regional, parecendo não querer assumir a condução da integração do Mercosul, por exemplo.

Por sua vez, o governo venezuelano mostrou-se interessado na aliança com os países pobres, seguido pelo interesse com a região. Por fim, o Brasil, considerado liderança regional, demonstrou clara divisão de percepção pela definição do principal objetivo, tendendo mais pela liderança entre os países emergentes. Este dado é bastante importante para compreender as dificuldades do desenvolvimento da integração, quando o maior país regional, demonstrou outros pontos importantes na pauta da sua agenda internacional

Bastante diferente dos dados analisados no capítulo anterior, os partidos políticos revelaram percepções bem distintas em comparação com a visão dos seus respectivos governos. Os partidos políticos argentinos e bolivianos expressaram grande interesse na aproximação com os países desenvolvidos da região, enquanto as elites partidárias do Chile e da Venezuela acreditam ser mais importante exercer a liderança na América do Sul. Novamente, a maior parte das elites partidárias do Brasil entende que o principal objetivo seja a aproximação com os países mais desenvolvidos, visão que pode afastar o Brasil para outras partes do mundo.

Os dados confirmam o pragmatismo na percepção das elites empresariais, uma vez que a sua maioria optou pelas relações com os países desenvolvidos. Somente os empresários argentinos e venezuelanos expressaram interesse relevante em se aproximar dos países mais desenvolvidos da região, que pode ser traduzida pelas oportunidades de mercado e investimentos que o Brasil e seus respectivos países em segundo lugar oferecem.

A surpresa na investigação destes dados concerne à percepção dos sindicatos, os quais apresentaram visões dispersas sobre qual deveria ser o principal objetivo do país; portanto, este grupo apresentou maior inclinação pela

integração regional na análise do capítulo anterior, mas não manteve a uniformidade de percepção nesta questão, denotando outros interesses da agenda sindical.

Por fim, os atores sociais apresentaram visões polarizadas sobre as relações internacionais a serem exercidas pelos seus países. Enquanto a maioria destas elites na Bolívia, Argentina e Venezuela acreditam que a melhor opção seja a aproximação com os países mais desenvolvidos latino-americanos, os atores sociais no Brasil e Chile desejam a aproximação com os países desenvolvidos. Embora, a totalidade não queira a integração regional, uma parte se mostra disposta pela aproximação com a América do Sul.

Quanto ao advento da globalização, a maioria dos entrevistados acredita que devem ser empregados esforços para adaptar-se ao fenômeno, todavia, isto não significa o desejo de maior inserção no plano global.

A maioria das elites sindicais não acredita que a intensificação deste processo resultaria em aumento da prosperidade pelo mundo, confirmando a postura ideológica deste segmento. Mantendo o viés ideológico que permeia o grupo, um número expressivo de sindicalistas expressou que a globalização só beneficiaria os países mais ricos, agravando as desigualdades que assolam a região, em oposição total à visão dos empresários. Estes apostaram na lógica positiva da globalização, mas não identificam o regionalismo como ferramenta para inserção global, fazendo referência às conclusões do capítulo anterior.

As demais elites mostraram-se mais divididas em suas percepções. Dentre esses, os atores sociais parecem mais resistentes à globalização, por congregarem lideranças de movimentos sociais e da sociedade civil. Por fim, a percepção dicotômica das elites governamentais e partidárias em relação à globalização, dificulta aos principais atores dos processos integrativos, os governos, estabelecerem em conjunto suas estratégias internacionais e regionais. Eles poderiam decidir pela integração regional como uma forma de melhor inserção internacional ou conformar o regionalismo para enfrentar os prejuízos do fenômeno global.

Na última parte deste capítulo coube a análise das impressões das elites

sobre os países estudados, além das duas potências econômicas. Analisando pelas categorias das elites, as elites governamentais não apreciaram a Venezuela, os Estados Unidos e a China. A maioria dos governos julgou estes países 'nada simpáticos'. Por outro lado, as elites governamentais demonstraram grande apreço pelo Brasil e Chile, países que diversificam suas relações internacionais e não são os mais inclinados pela integração regional. Por sua vez, a Bolívia e a Argentina são percebidas como simpáticas por um número expressivo de elites governamentais, mas em menor proporção. De forma geral, a percepção das elites partidárias acompanhou a visão dos governos.

Estes dados indicam que os países mais favoráveis à integração regional, Argentina e Venezuela, não detêm a maior simpatia entre as elites sul-americanas, evidenciando as dificuldades na construção e conformação dos projetos regionais. Por outro lado, as grandes potências também não foram reconhecidas como muito simpáticas, proporcionando ainda mais destaque ao Brasil, o qual mostrou suas intenções difusas na agenda internacional.

Os empresários sul-americanos comprovaram sua aversão aos países que praticam mais intervenções estatais nas políticas econômicas e no comércio. Venezuela, Bolívia e Argentina não foram consideradas simpáticas pela grande maioria destas elites. Por sua vez, Brasil e Chile, com expressiva participação no comércio internacional, tiveram impressão positiva pelos empresários.

Comprovando que as elites sindicais constroem suas percepções a partir da identificação político-ideológica, elas ganharam destaque ao representar a categoria que mais julgou a Venezuela simpática, e ao mesmo tempo, os Estados Unidos nada simpáticos. Aos demais países sul-americanos, a maioria dos entrevistados desta categoria demonstrou apreço. Por fim, com algumas diferenças, os atores sociais consideram simpáticos os países sul-americanos, com exceção da Venezuela. Ademais, não julgaram Estados Unidos e China países simpáticos.

Portanto, esta última parte comprova que a dificuldade na condução dos projetos regionais, origina-se também na imagem em que os países sul-americanos projetam às elites da região. A Venezuela, proponente do projeto da

ALBA, firmada no marco do regionalismo 'pós-liberal', é um país considerado antipático pelas elites sul-americanas. A Argentina a qual vem exercendo aproximação com a Venezuela, almejando também laços mais estreitos com o Brasil, tampouco é identificada como o país mais simpático entre os países da região analisados. As elites empresariais entrevistadas foram as menos inclinadas pela percepção positiva sobre a Argentina.

O Chile que mantém relações pontuais com a região, preferindo o comércio bilateral com países afora, é considerado um país bastante simpático pelos entrevistados. Por fim, as atenções das elites parecem se concentrar no Brasil, cuja agenda internacional é dividida entre as negociações regionais, negociações com os países desenvolvidos e aliança com os países emergentes.

Neste cenário de percepções múltiplas, a priorização na integração sul-americana não foi favorecida. Mesmo que o Brasil avance na liderança regional, países que seriam os principais parceiros no aprofundamento do regionalismo, não gozaram de grande admiração entre as elites. Ademais, estes atores parecem não possuir uma visão uniforme e definida sobre o processo de globalização e a integração regional como forma de se adaptar ao primeiro.

5. POBREZA E A PERCEPÇÃO DAS ELITES

O quinto capítulo investiga as percepções das elites sul-americanas quanto ao tema da pobreza. Primeiro, o estudo desvenda o quanto estes atores julgam o assunto importante e o quanto estão dispostos na superação da desigualdade - dado que pobreza e desigualdade consistem em fenômenos relacionados. Segundo, revela como as elites entendem o papel do Estado e dos governos no combate à pobreza e desigualdade. Terceiro, aponta quais são políticas públicas de superação da pobreza que receberam mais apoio entre as elites.

O conjunto de dados deste capítulo será confrontado com o tema da integração regional no próximo capítulo, para a discussão das hipóteses desta tese. A este capítulo não coube a ampla discussão teórica sobre o papel do Estado na superação da pobreza, nem da efetividade de cada política pública, mas foi relevada a percepção das elites sobre o papel do Estado e de determinadas medidas, para discutir quais ações estatais e políticas públicas apresentam maior apoio para aplicação no plano regional.

A importância das elites na questão da superação da pobreza e desigualdade se deve ao papel que cumprem na formulação e implantação de políticas sociais e econômicas (REIS, 2000). Quando as elites reconhecem a necessidade de determinadas políticas, estas terão maiores chances de realização e êxito. Inclusive, a percepção das elites sobre os problemas sociais, como pobreza e desigualdade, pode se determinante como serão as políticas voltadas a estas questões. Segundo De Swaan (1988 *apud* REIS, 2000), somente quando as elites identificam vantagens na coletivização de soluções dos problemas sociais, o poder público atua na provisão dessas questões.

No artigo de Balbachevsky e Holzhacker (2011), o quadro de pobreza, desigualdade e miséria pode ser decorrente também das atitudes das elites econômicas, as quais, ao ignorarem o problema, são inócuas no apoio a determinadas políticas sociais, ocasionando tensão entre elites e massa popular

(CLEARY, 2006). Portanto, a redução da pobreza depende não somente da economia, mas, mormente, da vontade das elites locais em romper com modelos tradicionais de distribuição, assumindo maior responsabilidade social (BURCHARDT, 2004).

5.1. Conceituando Pobreza e Desigualdade

Os países sul-americanos compartilham altos níveis de pobreza e desigualdade, os quais condicionam a vida política, econômica, social e cultural da sua população, além de consistir em um dos maiores entraves para a consolidação da democracia (CIMADAMORE; CATTANI, 2007; BURCHARDT, 2012). Além disso, a região representa um dos casos mais emblemáticos dos efeitos regressivos decorrentes do alto nível de desigualdade, o qual resulta em pobreza e miséria (KLIKSBURG, 2002).

A relação entre pobreza e desigualdade, advém do fato que essas dimensões estão diretamente relacionadas pela impossibilidade de combater a pobreza sem diminuir a desigualdade elevada (CIMADAMORE; CATTANI, 2007). Ambos os fenômenos são construções sociais que se desenvolveram e consolidaram a partir de estruturas, agentes e processos e se concretizaram ao longo da história. Ademais, estão intimamente relacionados, retroalimentam-se e reproduzem-se conforme as condições políticas, econômicas e sociais que favorecem esse circuito. Ou seja, desigualdade gera pobreza quando a distribuição do estoque de recursos econômicos se traduz em um jogo de soma zero. Portanto, é impossível diminuir a pobreza sem reduzir a desigualdade.

As dimensões e as múltiplas facetas da desigualdade e pobreza afetam o desenvolvimento e futuro das sociedades sul-americanas. Além de não representar um fenômeno recente, produto das últimas décadas, a desigualdade permeou todo o decorrer da história latino-americana. Na literatura específica, a desigualdade se originou como produto da estrutura e funcionamento da economia. Desde o princípio, as estruturas produtivas da região latino-americana

se caracterizaram pela distribuição concentrada da renda, determinando os estratos específicos e privilegiados que comporiam o mercado interno (DÍAZ, 2007). Além disso, alguns especialistas indicam que as políticas neoliberais contribuíram para o aumento da desigualdade na região (HOFFMAN; CENTENO, 2004; LACLAU, 2006; VILLA; URQUIDI, 2006), afetando a recém redemocratização dos Estados latino-americanos.

O conceito mais usual para estimar pobreza, classifica como pobre uma pessoa cuja renda esteja abaixo da "linha de pobreza" ou quando sua renda não satisfaz suas necessidades primordiais. No caso de indigência, a linha reflete apenas o custo das necessidades mínimas de sobrevivência. Mais recentemente, o Banco Mundial estipulou US\$ 2 dólares diários por pessoa como medida para linha de pobreza, e apenas US\$ 1 dólar diário por pessoa para a linha de indigência (AGÊNCIA BRASIL, 2010). No entanto, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) utiliza outra medição, ao realizar cálculos sobre os custos da cesta básica por área geográfica para estimar a pobreza. Assim, há um questionamento amplo sobre estas medições, sendo inegável a complexidade para definir e estipular pobreza.

Nos seus estudos, Amartya Sen (2001) intenta uma melhor compreensão do termo. Segundo ele, a "linha de pobreza" não é uma medida precisa e suficiente, pois este conceito não revela o quanto é preciso agregar à renda para que os pobres tenham acesso às necessidades fundamentais e qualidade de vida. Para o autor, a pobreza consiste em um fenômeno econômico e social de séria complexidade, ao envolver inúmeras dimensões e determinantes, mas que pode ser sintetizada na "privação da liberdade humana". Sen defende que liberdade humana consiste no objetivo principal do indivíduo, incluindo atividades sociais, econômicas e políticas (SEN, 2001):

1. poder econômico, o qual permite a sua participação no comércio e na produção, com o intuito de consumo, produção ou troca;
2. liberdade política, incluindo os direitos civis e políticos, através da livre expressão, direito de voto, de escolha e seleção dos governantes e participação política nas decisões sobre os rumos da comunidade;

3. vantagens sociais estabelecidas pela própria sociedade, além dos serviços básicos de educação e saúde. Além de serem importantes para a vida pessoal, também facilitam a participação mais efetiva nas atividades econômicas e políticas;
4. garantia de transparência, a qual inibe a corrupção, a irresponsabilidade financeira e transações ilícitas;
5. rede de segurança social que impediria o alastramento da miséria, da fome, e a morte prematura, evitando crises de fome coletiva e desemprego (SEN, 2001).

Dentro destes parâmetros, a pobreza é compreendida pelo autor não apenas como inadequação de renda, mas como privação destas capacidades, na qual a carência renda é a principal causa, embora não seja a única. Para combater as privações das capacidades fundamentais, devem-se garantir liberdades individuais substantivas, como elementos essenciais ao desenvolvimento. Assim, o crescimento econômico, como o aumento do PNB, não necessariamente implica em melhorias nas condições de vida dos indivíduos.

Além disso, para Sen (2001) não deveriam estabelecer uma linha de pobreza e aplicá-la rigidamente a toda população, sem considerar características e circunstâncias pessoais e locais. Ser pobre, não implica somente viver abaixo da linha imaginária de pobreza, mas sim, ter um nível de rendimento insuficiente para executar as funções básicas, considerando as circunstâncias e requisitos da sociedade em que está inserido. Portanto, pensar na pobreza não é supor somente a ausência de renda e riqueza, mas também reflete o acesso desigual e inexistente dessas liberdades.

Na busca de melhor compreensão sobre a produção da pobreza na América Latina, Cidamamore e Cattani (2007) defendem que a pobreza seja um fenômeno complexo em que interagem diferentes processos econômicos, sociais, políticos, culturais e étnicos, que podem ser analisados ao longo da história. Este evento é fruto da interação entre estruturas e agentes concretos que produzem e reproduzem, em diferentes níveis, as condições que geram e multiplicam a pobreza e a desigualdade.

Conforme mencionado anteriormente, na América Latina, atrelada à pobreza, está o fenômeno da desigualdade, o qual também pode ser discutido sob diferentes prismas. A *desigualdade econômica* caracteriza-se por aquela situação que denota diferença de renda e capacidade de consumo entre cidadãos e sociedades. A *desigualdade política* constitui a diferença com que se exercem os direitos políticos e o acesso ao próprio poder político. A *desigualdade sociocultural* representa a distinção entre os grupos humanos por etnia, gênero, ideologia, capital, cultura e *status social*. Tais desigualdades se relacionam e se influenciam, tornando mais complexo esse campo de análise (DÍAZ, 2007). A desigualdade impede, muitas vezes, que os indivíduos se manifestem como cidadãos com plenos direitos e de maneira igualitária no âmbito público, corroendo a inclusão social e econômica dessa população e contribuindo ao agravamento da pobreza (PNUD, 2004). Portanto, a solução da pobreza exige a diminuição da desigualdade, sobretudo econômica.

Desta forma, compreender o fenômeno da pobreza na América do Sul requer entendimento das características, condições e circunstâncias de cada sociedade que compõem a região, e também implica em desvelar as estruturas sociais e agentes que agravam o evento. Neste contexto, a superação da pobreza e desigualdade demanda medidas e políticas voltadas para este cenário, que não necessariamente são as mesmas aplicadas em outras regiões. Ao mesmo tempo, conhecer quais políticas ao possuem maior sustentação entre aqueles que estão no cume da sociedade, pode ajudar na compreensão do possível caminho que a região pode adotar.

5.2. Pobreza e Desigualdade na América do Sul

Embora a quantidade de sul-americanos que viva em privação continue sendo alta, os índices de pobreza e indigência caíram em relação à década passada. Segundo as últimas estimativas disponíveis pela CEPAL (2011), a pobreza diminuiu treze pontos percentuais. Mas, a incidência de pobreza ainda afeta 25,86% da população dos países estudados por este trabalho (Tabela 5.1).

Por sua vez, a indigência diminuiu em quase seis pontos percentuais. Contudo, aqueles que vivem na pobreza extrema ou indigência representam 11,5% da população dos países estudados. As maiores reduções aconteceram na Argentina, no Brasil e na Venezuela. Por sua vez, o Chile apresentou os menores números de pobreza e indigência contrapondo-se à Bolívia, cujos números continuam alarmantes. Mais da metade da população boliviana é pobre, sendo que 31,2% são indigentes.

5. 1. Pobreza e Indigência.

Sobre o total da população

	Pobreza	Indigência
Argentina		
1999	31%	10%
2010	11%	5%
Bolívia		
1999	60%	36,40%
2007	54%	31,20%
Brasil		
2001	38%	13,20%
2009	24%	7%
Chile		
2000	20,20%	5,60%
2009	11,50%	3,60%
Venezuela		
1999	49,40%	21,70%
2010	27,80%	10,70%

Fonte: CEPAL, 2011.

Nas últimas duas décadas, vislumbrou-se redução da pobreza em toda América Latina. No entanto, os mesmos logros não foram observados em relação à diminuição da desigualdade na distribuição das rendas familiares.

Nos países estudados, os dados da distribuição de renda em 2011, revelaram alta concentração de renda, principalmente no Brasil, Chile e Bolívia (Tabela 5.2). No primeiro, 46,5% da renda gerada foi destinada à classe mais alta do país, enquanto isso, o estrato mais miserável recebeu somente 0,8% da renda nacional. A menor desigualdade está na Venezuela, onde ainda assim existe concentração de renda.

5.2. Distribuição de Renda

Em porcentagem

	Quintil 1 mais pobre		Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5 Mais rico	
	Decil 1	Decil 2				Decil 1	Decil 2
Argentina	1,2	2,5	82,1	12,7	20,1	15,7	39,7
Bolívia	0,4	1,7	6,4	11,7	20	17	42,7
Brasil	0,8	1,9	6,5	11	18	15,2	46,5
Chile	1,4	2,7	7,8	11,7	18,4	15	42,9
Venezuela	1,8	3,6	10,7	15,8	23	16,5	28,7

Fonte: CEPAL, 2011.

Como os conceitos de pobreza e desigualdade estão bastante atrelados, questões sobre desigualdade corroboraram na revelação da percepção das elites sobre a relevância desta temática. Quando perguntados “Se o país for rico não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais?” (Gráfico 5.1.), a maior parte das elites discordou da afirmação. Ainda assim, 13,7% das elites empresariais concordaram com a pergunta, resíduo ajustado - 2,9.

Gráfico 5.1. Se o país for rico não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais?

Teste de Chi-Quadrado

País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	Chi-Quadrado de Pearson 13.770 ^a	4	.000

Fonte: NUPRI, 2008.

Quando interpelados se “Não existe solução para os problemas sociais do País?” (Gráfico 5.2.), uma grande parte das elites também divergiu da pergunta. Embora eles possam conceber soluções distintas, mais de 90% dos entrevistados entre atores sociais, partidos políticos e governos acreditam haver solução. Um número pequeno, 15,3% das elites sindicais não tiveram a mesma opinião, resíduo ajustado - 2,5.

Analisando os discursos de políticos, lideranças religiosas, sindicalistas e empresários, foi possível observar a preocupação destes atores ao combate à pobreza na região, conforme pode ser comprovado com alguns exemplos tecem o argumento.

Para a Ministra Nancy Pérez do governo de Hugo Chávez, a Venezuela está bastante comprometida na luta contra a desigualdade, acreditando ser o governo de seu país um modelo para a região: “Venezuela se ha convertido en un modelo de país, pudiera sonar un poco arrogante de decirlo, pero es vanguardia de lo que es la lucha contra la desigualdad” (ALAINET, 2011).

Por sua vez, entre os principais objetivos do governo chileno está o combate à pobreza extrema. Sebastián Piñera foi categórico, “nos hemos propuesto terminar con la pobreza extrema durante nuestro gobierno, cuatro años, insertar las bases para que Chile logre, antes de que termine esta década, dejar atrás el subdesarrollo y derrotar la pobreza” (INFOLATAM, 2011).

Rubén Costa do partido político de oposição a Evo Morales na Bolívia, *Verdad Democrática Social*, realizou críticas ao governo, mas ainda apostou que Morales poderia enfrentar a superação da pobreza: “esperamos que algunos radicalismos de este Gobierno puedan dar paso a lo que en verdad quieren los bolivianos: terminar con el círculo vicioso de la pobreza, tener una mejor calidad de vida” (HOY BOLIVIA, 2010).

Gráfico 5.2. Não existe solução para os problemas sociais do País? **Teste de Chi-Quadrado**

País		Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	13,026 ^a	4	,001

Fonte: NUPRI, 2008.

Na Argentina, elites governamentais, partidárias e atores sociais também defendem a causa. Em 2011, o pré-candidato a presidência pelo partido UDESOS, Ricardo Alfonsín, declarou em seu discurso de campanha "la obligación es poner en marcha un proceso de crecimiento para terminar con la pobreza" (LA GACETA, 2011). Pino Solanas, deputado federal pela Frente Vecinal de Esquel na Argentina, também acredita na luta contra a pobreza como meta prioritária (DIARIO JORNADA, 2010).

No Brasil, Dilma Rousseff no discurso presidencial de posse, enfatizou o fim da pobreza extrema como principal objetivo de seu governo: "A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011). Um mês depois lançou o mote "País rico é país sem pobreza", criando a logomarca de seu governo (PORTAL TERRA, 2011).

Entretanto, ainda que seja aparente o interesse em combater a pobreza e a miséria, diferentes argumentos e propósitos foram encontrados no cerne desta

agenda temática das elites. Durante a década de 2000, registraram-se alguns encontros entre empresários latino-americanos para buscar soluções à pobreza e desigualdade. O tema foi pauta de diversas reuniões sigilosas entre lideranças empresariais da região (REYS, 2006). A preocupação destes atores quanto ao assunto remete ao fato de que as populações carentes viabilizam a eleição de candidatos de esquerda e *neopopulistas*, os quais tendem a ter discursos contrários ao posicionamento dos empresários (ANDRADE, 2006).

A intenção destas reuniões foi justamente buscar alternativas para evitar o que aconteceu com Gustavo Cisneros, grande liderança empresarial venezuelana, que perdeu parte de seu poder e influência com a eleição de Hugo Chávez (REYES, 2006). Os empresários entendem que a miséria é a matéria-prima do êxito das lideranças populistas radicais, as quais estão mudando o panorama político na América Latina. Segundo os empresários, estes governos são hostis aos empresários e prometem vingança: “venganza contra los ricos, los corruptos y los blancos” (REYES, 2006, p. 113).

Aprofundando a análise, ainda que exista vontade de eliminar a pobreza, muitas elites disseram que por mais que se queira corrigir as desigualdades, sempre haverá ricos e pobres (Gráfico 5.3). Entre os empresários, 83,7% concordaram com esta afirmação – resíduo ajustado 5,8, seguidos de 60% dos partidos políticos, 56,9% dos governos, 55,8% dos atores sociais, e 48,8% dos sindicalistas. Portanto, verificou-se uma percepção inicial que sustenta a importância no combate à pobreza, contudo, para uma grande maioria dos entrevistados, sempre haverá a desigualdade.

Gráfico 5.3. Por mais que se queira corrigir as desigualdades, sempre haverá pobres e ricos?

Fonte: NUPRI, 2008.

Os próximos dados (Gráfico 5.4) corroboraram com esta visão ao mostrar a divisão na percepção entre os diferentes grupos estudados. Das elites sindicais, 81,4% dos entrevistados acreditaram que deveria haver uma distribuição do que a sociedade produz com a maior igualdade possível, resíduo ajustado 3,4. Com a mesma opinião foram 80,3% das elites governamentais, resíduo ajustado 4,2. Em menor quantidade, 73,7% dos partidos políticos e 63,7% dos atores sociais também se mostraram inclinados pela distribuição com igualdade. Em oposição, somente 34,1% das elites empresariais sustentaram a mesma crença, resíduo ajustado -8,4.

Esses números revelaram que não há unanimidade total entre as elites quanto à distribuição de renda, ainda que todos queiram solucionar os problemas sociais, como visto anteriormente. Esta incoerência acaba gerando um impasse,

pois não é possível combater a pobreza sem diminuir a desigualdade que assola a América do Sul.

Gráfico 5.4. Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível?

Teste de Chi-Quadrado

	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	82,660 ^a	4	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

Dando continuidade às perguntas de distribuição de renda, quando indagados se as políticas de distribuição poderiam desfavorecer os mais competentes, a maior parte das elites discordou da pergunta (Gráfico 5.5.). Ainda assim, uma parcela menor das elites empresariais concordou com a questão (57,4%), resíduo ajustado -5,8. Por sua vez, os sindicatos foram os mais inclinados a discordar da informação, 84,5% dos entrevistados.

Gráfico 5.5. As políticas de distribuição de renda prejudicam os mais competentes?

Teste de Chi-Quadrado				
	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	35,847 ^a	4	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

Estes três últimos gráficos revelaram a diferença de percepção das elites empresariais em relação às demais. Além disso, mostrou a incongruência da visão dos empresários em desejarem a solução aos problemas sociais, sem apoiar as políticas de distribuição de renda e de combate à desigualdade. Ou seja, estas elites apresentam certa limitação quanto ao apoio na melhor distribuição de renda, dificultando eventuais propostas neste sentido.

Por outro lado, devido aos próprios propósitos da entidade sindical, suas elites demonstraram maior conformidade nas respostas, ou seja, preocupam-se com a pobreza e querer melhor distribuição da riqueza. Por sua vez, os partidos políticos, governos e atores sociais também apresentaram ligeira concordância nas respostas apresentadas e parecem relacionar a necessidade de diminuição da desigualdade para sanar a pobreza.

5.3. O papel do Estado no combate à pobreza e desigualdade

Segundo a literatura específica, o papel dos governos como representantes do Estado é também combater a pobreza e desigualdade. Por uma perspectiva teórica, o Estado continua sendo o principal ator com capacidade de se opor aos efeitos dos agentes produtores de pobreza, ao regulamentar mercados nacionais e internacionais, carentes de diretrizes baseadas em critérios distributivos e de equidade (CIMADAMORE; CATTANI, 2007).

Da mesma forma que o Estado e seus representantes detenham relevância na superação da pobreza, quando inoperantes podem ser os principais agentes na produção de desigualdade (DIAZ, 2007). Mesmo diante do esvaziamento de suas funções em razão da regulação por agências e empresas transnacionais, como aconteceu na década de 1990, esta tese adota a premissa de que o Estado continua sendo o principal ator na distribuição da riqueza social.

Foram verificadas percepções distintas, quando as elites foram indagadas sobre a atividade mais importante do governo, entre 1. Distribuir a riqueza entre toda a população, 2. Promover o crescimento econômico e 3. Outras atividades (Gráfico 5.6).

Das elites empresariais, 59,5% dos entrevistados responderam pela promoção do desenvolvimento econômico, resíduo ajustado 5,3. Em oposição, 73,9% das elites sindicais apoiaram a distribuição de riqueza entre toda a população, resíduo ajustado 5,6. Quase a metade dos partidos políticos (48,8%) e dos atores sociais (45%) também demonstraram ser favoráveis à distribuição de riqueza. Entretanto, as próprias elites governamentais denotaram divisão em suas percepções, podendo comprovar a dificuldade destas elites em obter concordância quanto às suas prioridades. Importante frisar que não necessariamente o crescimento da economia ajude sanar a pobreza deve haver a melhor distribuição desta riqueza entre toda população (CEPAL, 2003; VELDE, 2006).

Ainda assim, no discurso de Sebastián Piñera, foi defendido que o Estado

é o melhor instrumento para lutar contra a pobreza em detrimento do crescimento econômico. “La economía de mercado y el crecimiento son grandes generadores de riquezas y de oportunidades, pero no son mecanismos que permitan distribuir esa riqueza y esas oportunidades de forma justa” (INFOLATAM, 2011).

Gráfico 5.6. Entre as duas alternativas, qual das seguintes atividades você acha ser a mais importante de um Governo?

Teste de Chi-Quadrado				
País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)	
Total	Chi-Quadrado de Pearson	59,402 ^a	8	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

Em outra pergunta, ampliando o número de possibilidades, os entrevistados foram indagados qual deveria ser o principal objetivo do governo entre quatro alternativas (Gráfico 5.7):

1. Melhorar os índices educacionais.
2. Erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade.
3. Preservar o regime democrático.
4. Garantir o crescimento econômico.

Gráfico 5.7. Qual deveria ser o principal objetivo do Governo? **Teste de Chi-Quadrado**

País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	58,415 ^a	12	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

O investimento em educação também pode ser identificado como medida para reduzir a pobreza, na medida em que o aumento dos índices educacionais nas camadas mais pobres da população propicia estas pessoas competir por um melhor lugar na estrutura social, sem empregar recursos diretamente para este fim (REIS, 2000). O oitavo item do Consenso de Buenos Aires também fez alusão a esta relação, ao priorizar a educação como instrumento de inclusão social, por sua insuperável capacidade de inserção e equalização de política social (2003). Portanto, embora apresentem abordagens diferentes, ambas as políticas contribuem para esta causa.

As elites governamentais apresentaram maior inclinação pela erradicação da pobreza e redução da desigualdade (37%) e melhorar os índices educacionais (33,3%). A maioria dos atores sociais também escolheu os mesmos objetivos, enfatizando a primeira opção (43,9%), resíduo ajustado 3,0.

Quantidade bastante expressiva das elites empresariais (51,2%), dos partidos políticos (45,4%) e dos sindicatos (42,9%) escolheu melhorar os índices

educacionais. Contudo, houve muita diferença quando se investigou a segunda opção mais votada por estas elites. Um número relevante de elites sindicais (40,3%) e partidárias (35,1%) apoiou a erradicação da pobreza e redução da desigualdade. Por outro lado, a segunda opção mais eleita entre os empresários foi garantir o crescimento econômico (22,3%), resíduo ajustado 4,5.

Portanto, quando apresentadas quatro opções de políticas a serem exercidas pelo governo, melhorar os índices educacionais e erradicar a pobreza foram identificados como as principais metas. Novamente, o discurso do presidente chileno, Sebastián Piñera, sustentou esta percepção das elites governamentais, quando ele definiu os pilares fundamentais para avançar no desenvolvimento regional: “mejorar la calidad de la educación [...] y luchar contra las desigualdades y la pobreza, que afecta a todos nuestros países y que algunos es francamente inaceptable y casi una situación inmoral” (LA NACIÓN, 2011).

Corroborando a percepção dos atores sociais, em 2010, a Folha de São Paulo publicou uma notícia, cujo redator defendeu veementemente que maiores recursos fossem destinados à superação da miséria e pobreza, “assim, é de se esperar que o governo Dilma invista mais dinheiro público na área social se quiser mesmo erradicar a pobreza” (CAZIAN, 2010). Por sua vez, as centrais sindicais, representadas pela CCSCS, no marco do dia dos trabalhadores em 2011, também reivindicaram maior distribuição de renda (GÓMEZ, 2011).

O próximo gráfico (5.8) retomou o tema da desigualdade, ao propor quatro opções quanto às políticas governamentais para correção das desigualdades. A partir destas informações foi possível compreender como as elites propõem as políticas para o assunto. Ainda que a maioria deseje a redução de desigualdades, políticas bem distintas, mais intervencionistas ou mais liberalizantes, podem ser empregadas para este fim.

Novamente, as elites empresariais lideraram o apoio a uma determinada opção, denotando o consenso interno deste grupo. Dos entrevistados, 70% apoiaram a garantia de igualdade de oportunidades pelo governo, mas entendem que a desigualdade é fato perpétuo, resíduo ajustado 3,8. A maior parte das elites governamentais (57,7%), dos partidos políticos (53,8%) e atores sociais (53,8%)

tiveram a mesma opinião.

Expondo uma visão coerente com os ideias do segmento, 61,7% das elites sindicais acreditam que o governo deva ir mais longe, além de garantir a igualdade de oportunidades, deve limitar o enriquecimento e proteger os mais fracos, resíduo ajustado 6,1. Esta opção também teve o segundo maior apoio entre os atores sociais (34,3%), partidos políticos (33%) e governos (30,8%).

Portanto, conclui-se que existe um consenso entre as elites quanto à responsabilidade dos governos em garantir igualdade de oportunidades a toda sociedade, entretanto, a intervenção governamental para limitar o enriquecimento e proteger os mais pobres não tem apoio da maioria, a qual crê na perduração da desigualdade.

Estes resultados indicam duas prévias conclusões sobre a visão das elites; a primeira consiste na restrição das elites, mormente dos empresários, em acreditar na extinção da pobreza, o que poderia impedir a adoção de medidas mais ousadas neste sentido; a segunda é defesa da intervenção parcial dos governos na distribuição de riquezas.

Todavia, mesmo que ao governo não seja o único responsável pela redução da desigualdade, cabe a ele, no mínimo, melhorar a distribuição de recursos (DÍAZ, 2007). O Estado exerce papel central no comportamento econômico dos indivíduos e demais agentes, porque determina e fiscaliza o cumprimento das regras fundamentais que regulam o mercado, os direitos de propriedade, os contratos entre os agentes privados e demais regulamentações. A concepção e a operação das regras dependem, muitas vezes, do poder estatal para introduzir as restrições e velar pelo seu cumprimento.

Gráfico 5.8. Existem muitas opiniões sobre o que o governo e a sociedade devem fazer para evitar ou corrigir as desigualdades entre os cidadãos. Qual a afirmação que melhor corresponde à sua opinião?

- Não basta garantir igualdade de oportunidades, o governo deve limitar o enriquecimento e proteger os mais fracos.
- Cabe ao governo garantir a igualdade de oportunidades, mas sempre haverá desigualdades.
- É impossível garantir igualdade de oportunidades, o papel do governo é socorrer os mais pobres.
- É inútil tentar garantir plena igualdade de oportunidades, sempre haverá ricos e pobres. A proteção dos mais pobres é função da sociedade, não do governo

Teste de Chi-Quadrado				
País		Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	81,368 ^a	12	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

Alguns governos sul-americanos, como a própria Venezuela, são ainda mais ambiciosos e projetam no Estado a função de produzir riqueza. Para entender até que ponto caberia ao Estado este papel, o próximo gráfico (5.9) mostra dados da seguinte indagação, 'quem deve produzir riqueza na sociedade, o Estado ou a empresa privada?'.

A maior inclinação dos entrevistados recaiu na opção intermediária, na qual as duas entidades devem se comprometer com a produção de riqueza. Opinaram desta forma, 58,2% dos sindicatos, 48,6% dos governos, 47% dos partidos políticos e 46,10% dos atores sociais.

Poucos empresários apresentaram a mesma percepção, somente 16,9%, resíduo ajustado -6,6; isto porque eles se mostraram muito favoráveis à iniciativa privada na geração de riqueza - 57,7% acreditaram que mais a empresa privada deve cumprir esta função, resíduo ajustado 4,4; sendo que 24,6% dos empresários delegaram apenas à empresa privada este papel, resíduo ajustado 7,9.

Por outro lado, os sindicatos se destacaram ao defenderem que esta função caberia mais ao Estado, resíduo ajustado 6,7; sendo que nenhum entrevistado das elites empresariais e da elite governamental apresentou a mesma opinião, resíduo ajustado -2,0.

Houve um posicionamento oposto das elites empresariais e sindicais, sendo que a percepção das demais elites inclinou-se mais pela responsabilidade da empresa privada na geração de riqueza, mostrando que as próprias elites governamentais não identificaram o Estado como principal responsável na geração de riquezas. Todavia ao analisar as elites governamentais separadamente, verifica-se que 40% do governo venezuelano acreditam ser esta responsabilidade mais do Estado, em oposição ao governo chileno, dos quais 54,3% disseram mais da iniciativa privada.

Gráfico 5.9. Quem deve produzir riqueza na sociedade, o Estado ou a empresa privada?

Teste de Chi-Quadrado

País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i> 170,304 ^a	16	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

5.4. As Políticas Públicas na superação da pobreza e desigualdade

Nesta última parte do capítulo, as perguntas buscaram compreender quais políticas públicas gozam de maior apoio entre as elites, objetivando entender quais políticas de superação à pobreza teriam maior sustentação na integração regional.

A primeira pergunta (Gráfico 5.10) investigou a percepção das elites quanto ao crescimento econômico no combate à desigualdade. Conforme já defendido neste capítulo, o crescimento econômico não auxilia na superação da pobreza quando seus resultados não são bem distribuídos.

Os maiores defensores desta política foram os empresários, resíduo ajustado 2,8, seguido dos partidos políticos, atores sociais e governos. Os sindicatos mostraram-se ponderados nesta questão, parte dos quais julgaram 'pouco importante' e 'nem muito, nem pouco', resíduo ajustado 2,1. De qualquer forma, financiar o crescimento econômico foi considerado relevante pela maior parte das elites.

Gráfico 5.10. Financiar o crescimento econômico é importante no combate à desigualdade?

Teste de Chi-Quadrado

	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	35,516 ^a	16	,001

Fonte: NUPRI, 2008.

Quando perguntados se o aumento da eficiência dos serviços públicos poderia ser eficiente no combate à desigualdade (Gráfico 5.11), muitas elites julgaram ser uma política 'importante' e 'muito importante'; consistindo em um política de fácil sustentação no âmbito regional por todas as elites. Existe um consenso na necessidade do aprimoramento dos serviços públicos e melhor eficiência do Estado para desenvolvimento da sociedade. Neste caso, o resultado do *Chi-Quadrado de Pearson* não denotou relevância, devido ao consenso entre todos os segmentos.

Gráfico 5.11. Aumentar a Eficiência dos Serviços Públicos é importante no combate à desigualdade?

Teste de Chi-Quadrado				
	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	17,671 ^a	16	,343

Fonte: NUPRI, 2008.

Na próxima questão (Gráfico 5.12), houve maior divisão de percepção entre as elites. Elas foram questionadas se a redução da interferência do governo nas atividades econômicas poderia ajudar na diminuição da desigualdade. A maior parte dos sindicatos (62,4%), resíduo ajustado 2,1, e governos (59,2%),

resíduo ajustado 2,8, responderam que consiste em uma ‘política nada importante’ ou ‘pouco importante’. Metade dos entrevistados das elites partidárias e atores sociais tiveram a mesma impressão.

Diferente disso, 57,7% dos empresários acreditaram na importância desta política, resíduo ajustado 8,0; ou mesmo que seja uma política muito importante (16,9%), resíduo ajustado 4,8. Logo, aproximadamente 75% destas elites desejam a redução da interferência governamental.

Nos anos 2000, os governos sul-americanos realizaram, em diferentes medidas, políticas intervencionistas nas atividades econômicas relacionadas às próprias características dos governos *neopopulistas*, as quais refletiram na conformação da integração regional “pós-liberal”. Portanto, com este dado é possível depreender uma das razões pela qual as elites empresariais são desfavoráveis ao regionalismo que se configurou nos últimos anos.

Gráfico 5.12. Reduzir a interferência do governo nas atividades econômicas é importante no combate à desigualdade?

Teste de Chi-Quadrado

País		Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	Chi-Quadrado de Pearson	124,963 ^a	16	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

A próxima questão (Gráfico 5.13) tratou do apoio das elites quanto à relevância da expansão dos gastos sociais. A opinião dos empresários ganhou destaque porque 45% dos entrevistados responderam ser uma política ‘nem muito, nem pouco importante’, resíduo ajustado 3,6, ou ‘pouco importante’, resíduo ajustado 3,0, ou ‘nada importante’.

Entretanto, a maioria das demais elites considerou ser uma política ‘importante’ ou ‘muito importante’; desta opinião foram 84,3% dos sindicatos, resíduo ajustado 3,0, 78,3% dos atores sociais, 77,6% dos governos e 73,5% dos partidos políticos. Este consenso pode ser vislumbrado nas políticas sociais adotadas na última década nos governos dos países estudados. No combate à pobreza e superação da desigualdade, identificaram-se mais gastos sociais tanto através de políticas focalizadas, aquelas voltadas a determinados estratos, minorias e grupos sociais, aplicadas com predominância na Argentina, Venezuela e Bolívia, quanto políticas universais, implantadas principalmente no Brasil e Chile.

Gráfico 5.13. Expandir os gastos sociais é importante no combate à desigualdade?

Teste de Chi-Quadrado

País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	46,747 ^a	16
			,000

Fonte: NUPRI, 2008.

A próxima questão também evidenciou disparidade de percepções entre empresários e os demais segmentos estudados (Gráfico 5.14). As elites foram interpeladas se a tributação das grandes fortunas poderia ajudar na redução da desigualdade. Das elites empresariais indagadas, 68% não sustentaram esta política, resíduo ajustado 5,7. Com percepção oposta, 89,4% dos entrevistados sindicalistas conceberam ser uma proposta importante, resíduo ajustado 7,6. Também demonstraram percepção ‘importante’ e ‘muito importante’, 70% dos partidos políticos, 69% dos atores sociais e 68,6% dos governos entrevistados. Portanto consiste em uma política consensual entre as elites, excetuando os empresários.

Gráfico 5.14. Tributar as grandes fortunas é importante no combate à desigualdade?

Teste de Chi-Quadrado				
País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)	
Total	Chi-Quadrado de Pearson	13,636 ^a	16	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

Em relação às atividades internacionais, a questão seguinte tratou de conhecer se a abertura ao investimento estrangeiro seria relevante à redução da desigualdade (Gráfico 5.15). Empresários (81,2%), atores sociais (59,4%), partidos políticos (58,6%), governos (56%) e sindicatos (46,8%) julgaram ser uma ‘política importante’ ou ‘muito importante’, revelando certa coerência de percepção entre maioria dos entrevistados.

Ainda que os países da região apresentem alguns obstáculos, as informações do Banco Mundial do relatório “Investimentos que Cruzam Fronteiras” (2010), corroboram esta tendência. Peter Kusek, diretor do projeto, destacou que:

latinoamérica es una de las regiones más abiertas a la hora de aceptar inversiones foráneas en los distintos sectores de la economía. [...] De hecho, países como Chile, Guatemala y Perú son algunos de los más abiertos del mundo en ese sentido. Otras economías de la región, como México, Venezuela o Bolivia, restringen la inversión extranjera en ciertos sectores de su economía como el del transporte, la energía o el de medios [...] Todos los países permiten a los inversores extranjeros acceder a suelo industrial [...] con la excepción de Argentina, todos los países analizados tienen leyes específicas sobre el arbitraje comercial [...] Pero, la existencia de leyes ‘excesivamente restrictivas y obsoletas’ en muchos países son un impedimento para atraer inversión extranjera directa (PRENSA LIBRE, 2010).

Entretanto, analisando as medidas político-econômicas adotadas por alguns presidentes de cunho esquerdista, como Hugo Chávez e Evo Morales, têm-se dificultado a entrada de investimentos externos no país por questões ideológicas. Segundo o Relatório “Investimento Estrangeiro na América Latina e Caribe” da CEPAL:

La República Bolivariana de Venezuela del presidente Hugo Chávez anotó una fuga de 540 millones de dólares, convirtiéndose junto a Surinam en las únicas naciones que perdieron entradas. La cifra negativa de Venezuela la atribuyó a los cambios normativos en ese país que aumentaron la participación del sector petrolero en manos del Estado [...] La salida de capitales extranjeros en Venezuela forma parte de una estrategia de

nacionalización y no ha tenido impacto en una región con reglas para invertir (EL UNIVERSAL, 2007).

No seu discurso, Chávez enfatizou se repúdio a este tipo de investimento, “no queremos, ni necesitamos esa inversión envenenada que llega, no para impulsar el desarrollo del país, sino para saquearlo” (EL OBSERVADOR, 2008). Por sua vez, Evo Morales quando apresentou suas ressalvas ao investimento externo, baseou seu rechaço em questões ambientais atreladas à dimensão cultural da sociedade boliviana:

Tenemos la obligación, antes que nada de pensar en el ser humano, tratar de considerar la amplia patria que habitamos en el planeta Tierra, y no sólo en el dinero [...] Si no cambiamos las políticas del capitalismo, nunca lograremos acuerdos para salvar a la Madre Tierra (REUTERS, 2009).

Gráfico 5.15. Abrir a economia para o investimento estrangeiro é importante no combate à desigualdade?

Teste de Chi-Quadrado

	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	46,747 ^a	16	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

O posicionamento destes presidentes, além de não receber apoio das elites sul-americanas, dificulta a adoção de uma política comum no âmbito regional. Ainda assim, cabe a discussão no próximo capítulo, quanto à efetividade do investimento estrangeiro na redução da desigualdade, pois este somente é capaz de atuar pela diminuição da pobreza, quando há políticas governamentais que direcionem os seus resultados para esta finalidade.

A última pergunta interpelou os entrevistados, se o aumento de intercâmbio comercial e de investimentos com os países vizinhos poderia colaborar para a superação da desigualdade (Gráfico 5.16). Esta foi uma das políticas públicas propostas que mais apresentou consenso entre as elites, com destaque aos sindicatos, dos quais 85,5% julgaram ser 'importante' e 'muito importante'. Os governos foram os que menos tiveram a mesma opinião (72,1%), contudo retratam um número expressivo, caracterizando o consenso desta proposta.

Gráfico 5.16. Aumentar o intercâmbio comercial e de investimentos com os países vizinhos é importante no combate à desigualdade?

Teste de Chi-Quadrado

	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	19,904 ^a	16	,225

Fonte: NUPRI, 2008.

Mesmo que esta medida seja considerada relevante pelas elites, o funcionamento dos blocos econômicos retrata outra realidade, pois estes enfrentaram barreiras e divergências comerciais em todo seu desenvolvimento. Atualmente, a Comunidade Andina está dividida por aqueles que apostam nos acordos de livre comércio com países desenvolvidos (Colômbia e Peru) e aqueles que procuram uma rota alternativa (Equador e Bolívia). O comércio deste bloco manteve-se em 10% das exportações totais, o índice mais baixo da América Latina, não logrando uma zona de comércio livre eficaz. Por sua vez, no Mercosul algumas tensões comerciais entre os países limitaram o crescimento do intercâmbio, somadas às dificuldades na aprovação do Código Aduaneiro que selam a dificuldade da consolidação da dimensão comercial deste bloco.

Além disso, no marco do regionalismo pós-liberal, o discurso de seus proponentes está marcado pela retração comercial e protecionismo. A entrada da Venezuela no Mercosul pode agravar esta conjuntura, pois desde sua aproximação com o bloco, não houve esforços venezuelanos para se adaptar às regras comerciais do bloco.

Nesta última parte, as elites foram consensuais no apoio a determinadas políticas, como melhorar a eficiência dos serviços públicos e aumentar dos gastos sociais, que denotaram a necessidade de um Estado mais eficiente pela percepção destes atores, este dado é confirmado pelas conclusões alcançadas no Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) em 2011.

Durante o evento, os representantes latino-americanos reconheceram que o Estado deve ser forte e eficiente para focar seus esforços na resolução dos grandes problemas que acometem a região, como a pobreza e desigualdade social. Assim, assumiram o papel decisivo do Estado no desenvolvimento das sociedades latino-americanas. Mas isto não significou a defesa de um Estado paternalista o qual centraliza suas decisões, pelo contrário, foi reconhecido que determinadas questões não são resolvidas pelas leis do mercado. Ademais, perante a alta preocupação com as desigualdades econômicas e sociais, eles

ressaltaram o papel da gestão pública na melhoria das condições de vida dos povos (JARDIM, 2011).

Considerações do Capítulo 5

O estudo dedicado neste capítulo buscou revelar as percepções das elites quanto à pobreza e desigualdade, ensejando as discussões principais realizadas no próximos capítulos

Os dados apresentados demonstraram a preocupação e a crença das elites na solução dos problemas sociais. Contudo, não houve consenso quanto ao fim da pobreza, pois a maioria dos empresários, bem como metade dos entrevistados dos demais segmentos, apostaram que a pobreza nunca deixará de existir. O ceticismo quanto ao fim da pobreza pode ser um dos agravantes na adoção de políticas mais efetivas e arrojadas na região.

Sobre a distribuição da riqueza com a maior igualdade possível, as divergências nas opiniões entre os grupos são visíveis. Sindicatos e governos são os que mais concordam na distribuição igualitária, em detrimento dos empresários, os quais poucos defenderam esta política. Da mesma forma, estes últimos foram os mais propensos em acreditar que a política de distribuição de renda prejudica os mais competentes, enquanto a grande maioria dos entrevistados dos demais segmentos discordou desta proposição. Portanto, as políticas de distribuição de renda não obtiveram apoio maciço entre os empresários, mas foram sinalizadas como importantes pelos demais atores.

Quanto à responsabilidade do Estado na geração de riqueza, somente os sindicatos acreditam que o Estado deve prevalecer nesta tarefa. Os demais atores compartilharam a ideia de que a responsabilidade é tanto do Estado como da Empresa Privada. Por sua vez, os empresários compreendem que cabe mais à iniciativa privada prover riqueza.

Quanto às atividades governamentais, as diferenças de percepção foram ainda maiores entre as elites empresariais e sindicais. Enquanto as primeiras

defenderam o desenvolvimento econômico como principal atividade, as segundas desejaram a distribuição de riqueza entre toda a população. A maioria das demais elites também se mostrou mais propensa à distribuição de riquezas, muito embora os dados revelaram a divisão de percepção dentro das elites governamentais.

Ainda sobre os deveres dos governos, as políticas que obtiveram maior apoio entre as elites foram melhorar os índices educacionais e erradicar a pobreza. Neste ponto, as elites demonstraram consenso que estes devem ser os principais objetivos governamentais.

Com exceção dos sindicatos, a maioria das demais elites apoiou o governo na garantia de igualdade de oportunidades, todavia acredita que sempre haverá desigualdades. Portanto, as elites defendem a intervenção estatal até certo limite, já que a alternativa de maior intervenção estatal foi de predileção somente dos sindicatos.

Por último, quanto às políticas públicas no combate à desigualdade, obtiveram apoio consensual sendo consideradas 'importantes' e 'muito importantes':

1. Aumentar a Eficiência dos Serviços Públicos;
2. Expandir Gastos Sociais;
3. Aumentar o intercâmbio comercial e de investimentos com os países vizinhos.

Portanto, estas três principais políticas elencadas, quando bem empregadas de maneira coordenada e colaborativas entre os governos da região, poderiam lograr êxito no âmbito regional devido à sustentação das elites. Destacou-se a última política, a qual compõe o princípio de todo projeto de integração regional, embora a liberalização comercial no âmbito dos blocos regionais nem sempre alcance solidez. De qualquer forma, é uma política que assinala apoio de maneira colaborativa ou integrativa por parte das elites.

Com exceção dos sindicatos, financiar o desenvolvimento econômico e abrir a economia para o investimento estrangeiro obteve consenso entre os demais segmentos estudados. A abertura ao investimento externo vem sendo

realizada com mais rigor desde anos 1990 em toda América Latina, contudo esta política passou a ser questionada na década seguinte quanto sua efetividade no combate à pobreza. Além disso, nos anos 2000, alguns governos começaram a se opor ao capital estrangeiro, realizando estatizações e expropriação de alguns setores econômicos, provocando desconfiança nos investidores de forma geral.

Por outro lado, reduzir a interferência governamental não foi percebido como política relevante por quase todos os grupos, com exceção dos empresários, dos quais a maioria julgou ser uma política importante.

A desagrado dos empresários, vislumbrou-se crescimento na interferência governamental nas políticas econômicas na última década, inclusive nas políticas norteadoras dos projetos regionais, os quais pouco apoio das elites empresariais. Portanto, está questão pode explicar parte do descontentamento das elites empresariais, bem como sua atuação desintegradora e reativa nos processos sul-americanos no marco da integração pós-liberal.

Todo este conjunto de dados e percepções apresentados, embora não sejam suficientes para conclusões mais amplas sobre causas e eliminação da pobreza e desigualdade, orientam e auxiliam no entendimento do quanto cada segmento de elite quer combater a pobreza e reduzir as desigualdades, bem como quais políticas têm maior apoio no âmbito regional por cada grupo estudado. No capítulo a seguir, este conjunto de percepções será correlacionado com os dados discutidos no capítulo anterior, para confrontar o apoio das políticas regionais de superação à pobreza e a sustentação da integração regional.

6. A SUPERAÇÃO DA POBREZA NA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Introdução

O último capítulo desta tese discute e correlaciona os dados de integração regional e os dados sobre pobreza e desigualdade, primeiro, para revelar quais políticas detêm maior sustentação no âmbito regional, indicando sua potencialidade de execução; segundo, para mostrar quais são os entraves à luta regional contra pobreza no seio das elites.

Na primeira parte, o estudo apresenta dados sobre a superação da pobreza no âmbito regional. Na sequência, aplicando testes de correlação, algumas políticas de diminuição de desigualdade, que denotaram divergências de percepção no capítulo anterior, são correlacionadas com os grupos de elites que desejam a integração regional. Por fim, o trabalho encerra discutindo se o novo rumo do regionalismo sul-americano poderia resolver os problemas sociais, e se este detém apoio das elites, evidenciando as divergências políticas e ideológicas que impedem o êxito deste todo.

A possibilidade de articular políticas regionais, objetivando a superação da pobreza e desigualdade, é apontada como um fator importante para impulsionar a integração regional. Ao mesmo tempo, a expectativa de alcançar resultados nesta área é elemento relevante para a adesão das sociedades ao regionalismo. Na última década, os governos e representantes debateram a possibilidade de aplicar políticas de redução da pobreza contexto regional, incluindo o assunto nos propósitos dos processos de integração.

Desde o Consenso de Buenos Aires, Brasil e Argentina estão dialogando no âmbito do Mercosul o cumprimento da primeira Meta do Milênio, das Organizações das Nações Unidas (ONU) - a erradicação da pobreza e da fome. Em 2007, os governos dos quatro países do bloco elaboraram uma agenda com programas e projetos de combate à pobreza. Uma das medidas consistiu na

investigação de características, estatísticas e informações administrativas das populações pobres dos quatro países, para avaliar e comparar a eficiência das políticas e serviços executados pelos quatro países (AGENCIA BRASIL, 2007).

Em 2008, na realização da I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), cujo tema central fundamentou-se na integração e no desenvolvimento sustentável, os representantes acordaram iniciativas para redução regional da fome e pobreza. O encontro resultou na Declaração de Salvador, na qual os representantes salientaram a importância da integração regional e cooperação, para o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a promoção da justiça social e democracia (MRE, 2008).

Em 2010, os chanceleres e representantes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), comprometeram-se com a consolidação da união regional para temas de interesse comum, incluindo a luta contra a penúria e desigualdade (EFE, 2010).

Por fim, na III Cúpula Social Andina da Comunidade Andina, seus representantes reiteraram a mesma preocupação:

La integración social y la erradicación de la pobreza se han convertido en una de las preocupaciones centrales de las acciones del Sistema de Naciones Unidas en los países andinos, siendo uno de sus objetivos principales la erradicación de la pobreza y el alivio de los problemas de los grupos marginados de la población (PARLAMENTO ANDINO, 2012).

Portanto, neste último capítulo o trabalho explora a redução da miséria e pobreza no cerne dos projetos regionais, mostrando por um lado, as políticas de apoio consensual, e por outro lado, as dificuldades e divergências dentre as elites para lograr estes objetivos comuns.

6.1. Pobreza e Integração Regional

São poucos os estudos que tratam especificamente da relação entre integração regional e superação de pobreza. Há estudos sobre abertura comercial

e suas implicações na desigualdade econômica e social, os quais apresentam argumentos e conclusões contraditórios.

Alguns estudos internacionais, calcados em premissas do Banco Mundial, defendem a abertura comercial como um alicerce ao crescimento e desenvolvimento dos países, mostrando que a liberalização do comércio é positiva em termos de crescimento econômico, emprego e renda. Contudo, estas pesquisas não se aprofundaram no caso dos países em desenvolvimento, em especial, dos países latino-americanos. Por sua vez, a literatura regional baseada em argumentos da CEPAL, alega que a abertura comercial realizada nos anos 1990, resultou em mais pobreza, na medida em que agravou as desigualdades nas sociedades envolvidas.

Assim, os trabalhos mais recentes, fundamentados em evidências empíricas, sugerem que a relação complexa entre pobreza, desigualdade e comércio exige o entendimento dos fatores locais e circunstâncias específicas de suas sociedades. Faltam estudos e melhor entendimento de como a integração regional poderia melhorar a renda dos mais carentes (RIOS, 2007). As características de cada país e região, a distribuição setorial e fatorial das atividades econômicas, as instituições e regulamentação do mercado de trabalho, as condições nas cadeias produtivas e o próprio teor da miséria e desigualdade nos países em desenvolvimento influenciam os resultados esperados nesta relação. Além do mais, alguns estudos defendem que a experiência da desigualdade e pobreza latino-americana é única, diferenciando-se da situação asiática e africana.

Os estudos empíricos recentes mostram que a liberalização comercial por si mesma não é capaz de abrandar a pobreza e desigualdade, exigindo a implantação de políticas públicas que contornem seus impactos negativos e atuem na redistribuição dos seus benefícios.

Na obra *Regional Integration and Poverty*, Dirk Willen te Velde (2006) salienta que a intensificação comercial provocada pela integração regional colabora com o aumento da riqueza da região. Contudo, não havendo distribuição dos recursos às populações integradas, o nível de desigualdade cresce tanto no

plano doméstico, como aumentam as assimetrias entre os Estados-membros, mormente nas integrações de países do hemisfério sul, onde há menos equidade entre os países. Sendo assim, as assimetrias são agravadas com a má distribuição das riquezas provenientes da integração.

A integração regional fomentaria o desenvolvimento dos países e, por conseguinte, o combate à pobreza, através da promoção e ampliação do comércio entre os países, pela atração de investimentos para região e mobilização da força de trabalho para as regiões carentes de mão-de-obra, entre outros aspectos.

Para estes três pilares, é importante salientar que o desenvolvimento do comércio e o aumento de investimento estrangeiro conduziriam à redução e superação da pobreza somente quando políticas públicas regionais cerceassem e regulamentassem tais atividades.

A liberalização comercial – preceito primário dos processos de integração regional – pode ocasionar desvio de comércio quando não for bem gerida. Ou seja, as indústrias nascentes e menos competitivas dos países participantes perdem mercado consumidor para as indústrias maiores, consolidadas e altamente competitivas dos demais países do bloco (VELDE, 2006). Esse fato é concebido como *efeito estático da integração regional* conceituado por Bela Balassa (1964) e bastante recorrente nos blocos regionais compreendidos por países assimétricos – como o Mercosul. Neste caso, cabem políticas regionais para fomentar as indústrias nascentes, como a produção em cadeia, a qual visa beneficiar indústrias de diferentes países do bloco – o setor automobilístico no Mercosul está norteado por esse tipo de política. Dessa forma, os *efeitos dinâmicos da integração regional*, como a produção em cadeia e acesso a produtos mais competitivos a menores preços pelos consumidores, superariam os efeitos estáticos (Balassa, 1964). Além disso, a abertura comercial na integração, deveria também encorajar a produção local e pequenos produtores, como acontece na Bolívia com a exportação de produtos orgânicos (VELDE, 2006).

Por sua vez, o investimento estrangeiro direto poderia elevar a renda, mas, ao mesmo tempo, provocar o aumento da desigualdade econômica interna dos

países membros do bloco. Assim, o investimento estrangeiro depende de fatores de distribuição para ser benéfico, demandando a interação entre governo e setor privado para agir coordenadamente em políticas públicas e de arrecadação de capital. Para fomentar maior atração de investimento, além da estabilidade de regras econômicas e confiança, o governo deve prover um ambiente favorável ao setor privado para que haja facilidades ao recebimento do investimento estrangeiro, sobretudo em relação às empresas locais e pequenos produtores, fomentando o desenvolvimento de populações mais carentes dentro do mercado (VELDE, 2006).

Quanto à migração, nas integrações de nações menos desenvolvidas, esta questão não necessariamente atua de forma benéfica. Nos países em desenvolvimento, onde há um grande contingente de mão de obra não qualificada, poderia ocorrer também a perda de mão de obra qualificada, de trabalhadores que poderiam promover o avanço nos setores científicos e econômicos daquele país (VELDE, 2006).

O estudo de Velde admite haver precauções quanto à efetividade das três rotas à redução da miséria. Ademais, o autor reitera que outras políticas cooperativas podem ser empregadas no cerne da integração regional, como os projetos sócio-econômicos regionais, o investimento mútuo em infraestrutura e a construção de bens públicos regionais.

Portanto, os governos dos países envolvidos devem ser capazes de ordenar e direcionar as atividades da integração regional ao enfrentamento da desigualdade e pobreza. Assim, a capacidade governamental, a eficiência do Estado, a coordenação de políticas entre os representantes dos países no seio dos projetos regionais tornam-se imprescindíveis para a eficiência desta relação (VELDE, 2006). A seguir, é investigada a percepção das elites sobre esta relação.

6.2. Superação da Pobreza na Integração Sul-Americana

Quando perguntados se a solução dos problemas sociais seria uma integração com os países da América Latina (Gráfico 6.1), a grande maioria dos

sindicatos (83,1%), dos partidos políticos (81,8%), governos (78,9%) e atores sociais (68,6%) concordaram com a afirmação, sendo que somente 44,5% dos empresários tiveram a mesma impressão, resíduo ajustado -7,0. Ou seja, os dados revelaram um consenso entre a maior parte das elites nesta questão.

Para o deputado federal do PSDB, Antonio Carlos Pannunzio: “fica claro que em todos os países da América Latina há razões mais que suficientes para justificar a continuidade de cooperação, em função de seus objetivos tradicionais de contribuição à luta contra pobreza e desigualdades” (PANNUNZIO, 2011).

Para Otaviano Canuto, economista e ex-docente da UNICAMP,

a pobreza pode ser combatida por meio de uma melhor integração entre regiões [...] por abrir oportunidades, principalmente para os países que não tem acesso direto, por exemplo, ao mar. Sem integração física, ou seja, sem adequados meios de transporte, as regiões que não têm à disposição o acesso, elas não podem comprar adequadamente. Não podem importar alimentos; também não podem oferecer no mercado lá fora aquilo que elas podem produzir. O comércio beneficia e portanto, um dos mecanismo para a redução de pobreza é justamente integrar as regiões (RB/ONU, 2012).

Carlos Azcárraga Peña y Lillo, especialista boliviano, dirige críticas à integração política, mas defende sua colaboração na eliminação da miséria.

Para vencer a la pobreza y la ignorancia el único camino es a partir de la promoción de lo común que existe en cada parte para continuar incentivando todo lo que es común entre las naciones latinoamericanas; la integración regional es una necesidad imperativa que debe ir más allá de los mezquinos intereses personales, corporativos y nacionales; es el único camino para ser parte de la historia (LA NACIÓN, 2010).

Gráfico 6.1. A solução para os problemas sociais do País seria uma integração com os demais países da América Latina.

Teste de Chi-Quadrado				
País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)	
Total	Chi-Quadrado de Pearson	58,440 ^a	4	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

Quando questionados se o gasto com os países vizinhos prejudicaria a distribuição interna de renda, a grande maioria discordou da afirmação (Gráfico 6.2). Os atores sociais foram os mais expressivos (87,3%), resíduo ajustado 4,5, seguido dos governos (77,6%), partidos políticos (74,2%), sindicatos (71,4%) e empresários (56,1%) com menos expressão, resíduo ajustado -5,3. Portanto, as políticas de auxílio aos países pobres sul-americanos parecem ter assentimento das elites.

Gráfico 6.2. O gasto em ajuda a países vizinhos mais pobres prejudica a distribuição interna de renda?

Teste de Chi-Quadrado				
	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	Chi-Quadrado de Pearson	37,458 ^a	4	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

Os dados revelaram que possivelmente as elites percebem o regionalismo como um instrumento de combate à pobreza, dado que uma parte bastante significativa acredita na integração para a solução dos problemas sociais, além disso, as elites não se opõem aos gastos com os países mais pobres da região. Portanto, cabe conhecer quais políticas teriam sustentação por aqueles que também desejam integração, e acusar os entraves dentro das elites para conformação destas medidas.

Por este motivo, os dados da próxima seção separam as elites que apoiam a ALBA em um grupo, as que apoiam o Mercosul e Comunidade Andina em outro e as elites que desejam as Organizações Externas em outro grupo, correlacionando-os com as políticas de superação da pobreza, para conhecer em

qual modelo do regionalismo estas políticas de superação teriam maior sustentação.

6.3. Correlações: Combate à Pobreza x Apoio à Integração Regional

Esta seção correlaciona os grupos de elites que querem a integração regional com as perguntas de combate à pobreza. Primeiro, busca-se saber o quanto as elites dispostas pela integração regional são favoráveis à redução da penúria e desigualdade. Em seguida, o trabalho buscou conhecer quais políticas de combate à miséria detiveram sustentação pelas elites propensas à integração regional. Para tanto, esta parte do trabalho realizou a correlação entre estas políticas analisadas no capítulo 5 e três grupos de elites, mantendo-os como variável independente:

1. Elites que preferem a ALBA;
2. Elites que desejam o Mercosul ou a Comunidade Andina;
3. Elites que apoiaram as Organizações Externas.

Conforme explicado no Capítulo 3, o teste *V de Cramer* foi aplicado nas próximas correlações. Embora nenhuma delas tenha sido expressiva, os dados dos gráficos escolhidos revelam quais políticas teriam maior sustentação pelas elites na integração regional, entre aquelas que não obtiveram consenso no cerne das elites no capítulo anterior.

A questão apresentada no Gráfico 6.3 indagou aos três grupos quanto à distribuição de riquezas da sociedade. As elites do grupo da ALBA, foram as mais propensas pela distribuição igualitária (87,2%), resíduo ajustado 3,2. Na sequência, 72,9% das elites que escolheram o Mercosul e a Comunidade Andina também concordaram com a afirmação. Por sua vez, as elites que preferiram as organizações externas foram as menos inclinadas pela distribuição de riqueza.

Gráfico 6.3. Tudo que a sociedade produz deve ser distribuído com a maior igualdade possível.

Fonte: NUPRI, 2008.

O próximo gráfico (6.4) retomou a pergunta “qual deveria ser o principal objetivo do governo”. Dentre as elites que desejam erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade, 53,8% querem a ALBA e 45% preferiram também o Mercosul e Comunidade Andina, resíduo ajustado de 2,6 e 4,6 respectivamente.

Na 40ª Cúpula do Mercosul, o embaixador brasileiro Antônio José Ferreira Simões enfatizou:

O Mercosul também quer fixar metas ambiciosas para melhorar indicadores sociais como fome, pobreza, saúde pública, educação, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental. Não queremos ficar na média [...] Não podemos avançar só na área econômica. Isto não é sustentável nem desejável (G1, 2010).

Para o especialista em Relações Internacionais, Virgílio Arraes, a superação das desigualdades sociais é um dos desafios do bloco:

O Mercosul tem de operar também um esforço conjunto de redução de pobreza, de atingir determinados indicadores sociais na saúde, na educação, como os europeus fizeram nos últimos anos (G1, 2010).

Gráfico 6.4. Qual deveria ser o principal objetivo do governo?

Fonte: NUPRI, 2008.

Quando cruzados os dados sobre a redução da interferência governamental nas atividades econômicas, Gráfico 6.5, ficou bastante evidente que as elites mais pré-dispostas pela integração regional, não desejam esta redução. A correlação foi pouco expressiva (*V de Cramer 0,248*).

Em 2011 na Reunião da CELAC, ficou evidente que países de economia mais liberal preferem acordos externos à integração atual que se consolida.

O Chile, o Peru e a Colômbia mantêm acordos bilaterais de livre comércio com Washington. Junto com o México, esses três países

trabalham, no momento, na criação de outra aliança regional – o Acordo do Pacífico. "Esses países, de economia de orientação mais liberal, irão criar um contraponto ao Mercosul, distanciando-se dos governos que apostam mais em uma intervenção estatal e em uma ativa política social,

analisou Thomas Fritz do Centro de Pesquisa e Documentação Chile-América Latina (DW, 2011).

Gráfico 6.5. Reduzir a Interferência do governo nas atividades econômicas

Fonte: NUPRI, 2008.

Quando cruzados os dados sobre a abertura ao investimento estrangeiro, Gráfico 6.6, as elites mais predisposta pela integração regional foram as que menos apoiaram esta política. Ainda assim, número expressivo das elites que desejam o Mercosul (36,9%) também julgaram ser uma política importante. A correlação foi pouco expressiva (*V de Cramer 0,241*).

Gráfico 6.6. Abrir a Economia para o Investimento Estrangeiro

Fonte: NUPRI, 2008.

Conjugando estes resultados com os dados apresentados no capítulo anterior, as elites que desejam a integração regional também são favoráveis à melhor distribuição de recursos entre suas sociedades. Além disso, algumas políticas de superação da pobreza encontraram apoio consensual, como o aumento da eficácia dos serviços públicos e a expansão dos gastos sociais, o que denota a insatisfação das elites com os serviços e políticas públicas realizados pelos Estados sul-americanos.

O aumento de comércio e investimento com os países da região, instrumento defendido pela literatura, também foi identificado como uma medida eficiente para a redução da pobreza pelas elites. Entretanto, na prática, a liberalização do comércio e a realização de investimentos entre países da região têm encontrado limitações para sua expansão. Não por coincidência, as elites mais inclinadas pela integração, sobretudo pela ALBA, são também as que mais se opuseram à redução da interferência governamental.

Conforme defendido pela literatura, cabe aos Estados conduzirem o comércio e investimentos advindos da integração regional para aplicá-los nas políticas de redução de combate à desigualdade e penúria, mas isso não significa que devam inibir as trocas comerciais, tampouco realizar alta interferência dos Estados na economia.

Por fim, a análise revelou que a abertura ao investimento estrangeiro tem apoio entre as elites do grupo Mercosul e Comunidade Andina, mas pouca sustentação nos atores do grupo da ALBA, denotando divergências entre as elites que querem a integração regional.

Assim, os dados mostram que existe diferença de percepção entre as elites que querem a integração regional marcada pela abertura comercial, como propunha o Mercosul nos anos 1990 e a Comunidade Andina, e as elites mais inclinadas pela ALBA, cujos objetivos atendem mais ao campo político e social, com restrições à liberalização econômica e com alta interferência governamental na economia.

Na sequência, os últimos dados apresentados nesta tese exploram esta questão. Todas as elites foram indagadas se os governos de esquerda, proponentes da ALBA, são mais eficientes na redução das desigualdades sociais e contribuem para o aprofundamento da integração regional.

6.4. Governos de esquerda e o enfrentamento aos problemas sociais

A primeira pergunta denotou divisão no apoio das elites aos novos rumos políticos que se conforma na região. Quando interpelados se os novos governos considerados de esquerda favorecem a integração regional e a redução das desigualdades, bem como abrem canais de participação democrática (Gráfico 6.7) as elites apresentaram visões diferentes.

Dos sindicatos, 64,2% concordam com esta ideia, resíduo ajustado 3,9, os governos foram o segundo grupo desta mesma opinião, 52,8%, resíduo ajustado 2,4. Partidos políticos (50%) e atores sociais (45,9), mostraram clara divisão no interior dos seus segmentos; por sua vez, 85,2% dos empresários discordam da proposição, resíduo ajustado -7,5.

Esta impressão negativa dos empresários condiz com as dificuldades nas relações dos empresários e as estatizações realizadas predominantemente pelos governos de esquerda. Em 2010, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, declarou guerra aos empresários, sobretudo à indústria alimentícia de seu país:

Chávez acusa os empresários de esconderem alimentos básicos para aumentar os preços e desestabilizar o seu governo.

‘Burguesia apátrida [...], me declararam a guerra econômica, pois me declaro em guerra econômica e chamo o povo e os trabalhadores’, [...] ‘Vamos ver quem pode mais: se vocês, burgueses de meia tigela, burgueses sem pátria, ou nós [...]’. Os que quiserem a pátria que venham conosco’, gritou Chávez. [...] Dirigindo-se ao presidente da Polar, Chávez disse: ‘(Lorenzo) Mendoza, aceito o teu desafio. Vamos ver quem aguenta mais, Mendoza. Vamos tirar uma queda de braço, então: tu com os teus milhões, eu com a minha moral’. Segundo ele (Chávez), o empresário “vai para o inferno” porque os ricos não vão para o céu. Em suas campanhas eleitorais, Chávez costuma promover uma polarização entre ricos e pobres (REUTERS, 2010).

Gráfico 6.7. A atual onda de governos considerados de esquerda na América do Sul favorece mais a integração regional, abre mais canais de participação democrática e diminui as desigualdades sociais?

Teste de Chi-Quadrado

País		Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	63,693 ^a	16	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

Ainda que algumas elites tenham concordado com a questão acima, os próximos dados (Gráfico 6.8) confirmaram que as políticas conformadas pelas lideranças de esquerda não têm sustentação no interior das elites. Elas foram questionadas se a única solução ao seu país seria o novo socialismo da Venezuela, Bolívia e Equador. Em quase sua totalidade, 96,9%, dos empresários discordaram, resíduo ajustado -5,4. Divergindo também desta pergunta, foram 83,6% dos atores sociais, 80,9% dos governos, 74% dos partidos políticos. Somente os sindicatos em 51,2% discordaram da ideia, resíduo ajustado 7,0.

Gráfico 6.8. A única solução para o país é o novo socialismo como está acontecendo na Venezuela, Bolívia ou Equador?

Teste de Chi-Quadrado

País		Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	69,929 ^a	4	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

No Capítulo 4, quando perguntados sobre a simpatia destes governos, na sua ampla maioria, as elites julgaram a Venezuela um país nada simpático e a Bolívia teve esta mesma percepção negativa pelos empresários. Portanto, mesmo que os governos de esquerda tragam propostas sociais no âmbito regional no marco do regionalismo “pós-liberal”, as elites não estão condizentes com este tipo de governo, que limita muitas políticas apontadas importantes pelas próprias elites, como o intercâmbio comercial e investimentos entre os vizinhos, e maior abertura ao investimento estrangeiro.

Com isso, os dados parecem indicar que existe mais uma divergência político-ideológica entre as elites no plano regional, do que discordância quanto às políticas de enfrentamento à pobreza, já que a maioria das elites se preocupa com o assunto, e em medidas diferentes, apoiam as medidas de redistribuição de riquezas.

Segundo o marco teórico deste trabalho desenvolvido no primeiro capítulo, há uma uniformidade na opinião das elites segundo a orientação política, ou seja, as elites atuam tanto no cenário doméstico quanto externo, movidas pelos mesmos valores fundamentais comuns. Esse pressuposto parecer explicar as diferenças de percepções das elites sobre integração regional, explicitadas no Capítulo 3 e 4, e também nos últimos dados, quanto aos governos de esquerda e superação de pobreza.

No último gráfico deste trabalho (6.9), os entrevistados foram interpelados quanto ao seu posicionamento político em relação aos termos ‘esquerda’ e ‘direita’: entre os governos existe tanto uma porcentagem que se considerou de esquerda (21,4%), resíduo ajustado 2,3, como de centro-esquerda (29,3%), e ainda uma parte maior se considerou de centro (32,1%). Entre essas elites, um número pouco relevante está inclinado à direita, resíduo ajustado 3,3, revelando que os governos da região estão marcados por um perfil ideológico predominante, corroborando para as alterações no cenário político vislumbradas na última década. As elites partidárias mostraram-se ainda mais inclinadas pela “esquerda”, 6,8% são de centro-esquerda, resíduo ajustado 2,1, outra parte também se considerou de centro (27,4%).

Gráfico 6.9. Qual a posição que você se colocaria quando pensa em política?

	Governos	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais
■ Extrema Esquerda	5,70%	9,50%	2,30%	23,50%	5,60%
■ Esquerda	21,40%	14,70%	5,40%	18,50%	16,10%
■ Centro-Esquerda	29,30%	36,80%	13,10%	25,90%	33,30%
■ Centro	32,10%	27,40%	24,60%	24,70%	26,10%
■ Centro-Direita	5,70%	9,50%	33,80%	6,20%	13,30%
■ Direita	4,30%	1,10%	16,20%	1,20%	4,40%
■ Extrema Direita	1,40%	1,10%	4,60%	0	1,10%

Teste de Chi-Quadrado

	País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Total	Chi-Quadrado de Pearson	148,655 ^a	24	,000

Fonte: NUPRI, 2008.

Quanto às elites empresariais, que apresentaram menor preferência pela integração regional e mais pela globalização, revelaram também percepção diferente nesta questão. Dos entrevistados, 33,8% se consideraram de centro-direita, resíduo ajustado 7,1; também houve quem afirmou ser de direita (16,2%), resíduo ajustado 5,6, e também de extrema direita (4,6%), resíduo ajustado 2,8. Como eles representaram a categoria menos inclinada à esquerda, os dados resultaram em resíduos ajustados negativos nesse viés.

Por outro lado, as elites que mais foram inclinadas ao regionalismo e contrárias ao processo de globalização, denotaram forte inclinação à clivagem de esquerda; dos entrevistados, 23,5% dos que se consideraram de extrema esquerda, resíduo ajustado 5,6, 18,5% disseram ser de esquerda e 25,9% de centro-esquerda. Poucos afirmaram pertencer à diretriz de direita, apresentando resíduo ajustado negativo nesta outra clivagem.

Por fim, os atores sociais que representam o grupo mais heterogêneo das elites analisadas, consideraram ser mais de centro-esquerda (33,3%), resíduo ajustado 2,0, e centro (26,1%). Mesmo que não sejam os principais atores na predileção pela integração regional, foram contrárias a alguns aspectos da globalização, e ao mesmo tempo, não estão de acordo com os governos de esquerda, como os governos da Bolívia a Venezuela.

Quando correlacionados, os grupos de elites, os três grupos de predisposição à integração regional e o prisma político com o qual se identificam, obteve-se resultados de correlação significativos (Tabela 6.1), revelando que existe claro vínculo entre estas três variáveis. Estes últimos dados permitem concluir que o perfil ideológico manifestado pelas elites tem profunda relação com a definição de seus valores, percepções e atitudes pela integração regional. As elites propensas à integração regional se consideraram mais de esquerda, denotando diferença entre aquelas predispostas pela ALBA, das quais um número expressivo se manifestou ser de extrema-esquerda, e aquelas inclinadas pelo Mercosul e Comunidade Andina, que pertencem ao prisma de centro-esquerda e centro, em sua maioria. Por sua vez, aqueles que se manifestaram ser de direita, foram as elites com menor propensão ao regionalismo.

Tabela 6.1. Elites, Integração Regional e Prisma Político

Total por Linha		ALBA	MERCOSUL + COMUNIDADE ANDINA	ORGANIZAÇÕES EXTERNAS
Governo	Extrema Esquerda	2,5%	3,3%	
	Esquerda	6,7%	7,5%	8,3%
	Centro-Esquerda		15,8%	9,2%
	Centro	8%	17,5%	15,8%
	Centro-Direita			6,7%
	Direita			4,2%
	Extrema Direita			1,7%
		10%	44,2%	45,8%
Partidos	Extrema Esquerda	4,3%	3,3%	
	Esquerda	3,3%	5,6%	5,6%
	Centro-Esquerda		26,7%	11,1%
	Centro		16,7%	11,1%
	Centro-Direita		1,1%	8,9%
	Direita			1,1%
	Extrema Direita			1,1%
		7,8%	53,3%	38,9%
Empresários	Extrema Esquerda	0,9%	0,9%	0,9%
	Esquerda		3,5%	1,7%
	Centro-Esquerda	0,9%	4,3%	8,7%
	Centro	0,9%	8,7%	17,4%
	Centro-Direita		7,8%	26,1%
	Direita		6,1%	7,0%
	Extrema Direita		0,9%	3,5%
		2,6%	32,2%	62,5%
Sindicatos	Extrema Esquerda	6,0%	9,0%	6,0%
	Esquerda	9,0%	4,5%	6,0%
	Centro-Esquerda	4,5%	22,4%	3,0%
	Centro	1,5%	9,0%	13,4%
	Centro-Direita			6,0%
		20,9%	44,8%	34,3%
Atores Sociais	Extrema Esquerda	2,7%	1,4%	2,1%
	Esquerda	2,1%	13,7%	2,7%
	Centro-Esquerda	0,7%	21,2%	12,3%
	Centro	0,7%	11,6%	13,7%
	Centro-Direita		6,2%	5,5%
	Direita		1,4%	1,4%
	Extrema Direita			0,7%
		6,2%	55,5%	38,4%
Total	Extrema Esquerda	3,0%	3,0%	1,5%
	Esquerda	3,7%	7,6%	4,6%
	Centro-Esquerda	0,9%	17,5%	9,5%
	Centro	0,7%	12,8%	14,5%
	Centro-Direita		3,5%	10,8%
	Direita		1,7%	3,0%
	Extrema Direita		0,2%	1,5%
		8,4%	46,3%	45,4%
Governo	Nominal por nominal	Phi	,640	,000
Partidos	Nominal por nominal	V de Cramer	,453	,000
Empresários	Nominal por nominal	Phi	,741	,000
		V de Cramer	,524	,000
Sindicatos	Nominal por nominal	Phi	,423	,057
		V de Cramer	,299	,057
Sindicatos	Nominal por nominal	Phi	,617	,001

<i>Atores Sociais</i>	<i>Nominal por nominal</i>	<i>V de Cramer</i>	<i>,436</i>	<i>,001</i>
		<i>Phi</i>	<i>,515</i>	<i>,000</i>
<i>Total</i>	<i>Nominal por nominal</i>	<i>V de Cramer</i>	<i>,364</i>	<i>,000</i>
		<i>Phi</i>	<i>,523</i>	<i>,000</i>
		<i>V de Cramer</i>	<i>,370</i>	<i>,000</i>

Fonte: NUPRI, 2009.

Considerações do Capítulo 6

Os resultados finais alcançados pelos dados e discussões apresentados neste capítulo, subsidiam as conclusões gerais desta tese e podem ser sintetizados em alguns pontos, conforme apresentação abaixo.

Primeiro, existe vontade das elites na superação da pobreza, embora elas apresentem motivações distintas para este interesse, conforme explorado no Capítulo 4. Não obstante, nem todos concordam com políticas mais ambiciosas de distribuição de renda; comparativamente esta percepção coincide com a clivagem político-ideológica à qual pertencem, ou seja, os grupos de viés político “esquerdista” são mais favoráveis à distribuição igualitária, e os grupos de direita são mais resistentes a este tipo de prática.

Segundo, no contexto da integração, as elites vislumbram a superação da pobreza, ao concordarem que a união entre os povos poderia solucionar os problemas sociais, e também por não se oporem aos gastos sociais com os países vizinhos. Além disso, as elites mais desejosas da distribuição igualitária das riquezas entre toda população, são as mais inclinadas pela integração regional, seja pela ALBA, ou pelo Mercosul e Comunidade Andina. Da mesma forma, as elites que acreditam ser objetivo principal dos governos erradicar a pobreza e a desigualdade, também foram as mais propensas na escolha dos blocos regionais. Portanto, os dados parecem indicar que as elites percebem a integração como mais uma ferramenta de enfrentamento da pobreza e miséria, contudo, outros fatores explorados a seguir, dificultam a adoção destas medidas no contexto regional.

Terceiro, entre as elites há consenso quanto à necessidade por mais

eficiência dos serviços públicos, aceitando inclusive, o aumento dos gastos sociais. Logo, existe insatisfação geral entre as elites sul-americanas quanto à atuação dos Estados nas suas obrigações públicas, independente do prisma ideológico e do desejo pela integração regional.

Quarto, o aumento do comércio e investimento entre os países vizinhos foi identificado como uma política importante para superação da pobreza, embora encontre obstáculos na sua prática. Esta política defendida pela literatura encontra sustentação por muitas elites, mas esbarra em questões cotidianas crescentes: as políticas intervencionistas dos Estados de vertente “*esquerdista*” têm obstruído o livre comércio e causado instabilidade nas regras de investimento. Importante esclarecer que a literatura relaciona a liberalização comercial e a superação da pobreza por intermédio de políticas governamentais que conduzam e garantam os benefícios desta relação. Contudo, isto não significa barreiras comerciais constantes e inconstância no cumprimento das regras de investimento. As medidas que vêm sendo aplicadas impedem o crescimento e estabilidade das trocas intra-regionais e abalam a confiança nas relações econômicas entre os países, podendo provocar ainda mais insatisfação das elites empresariais e de outros atores com os blocos regionais.

Quinto, as elites mais propensas pela integração regional foram também os atores menos predispostos pela abertura ao investimento estrangeiro e redução da intervenção governamental, explicando por este ângulo as dificuldades impostas ao comércio intra-regional. Portanto, se por um lado as elites acreditam no aumento do intercâmbio com os vizinhos, por outro são desejosas de políticas menos liberais, configurando o perfil menos liberalizante entre as elites que sustentam o regionalismo.

Sexto, ainda que as elites sejam receosas com o investimento estrangeiro e que não admitam a redução da intervenção estatal, elas não estão de acordo com os governos de esquerda que se instalam na região. Mesmo que algumas elites acreditem que os governos considerados de esquerda são mais eficientes na luta contra pobreza e mais ativos pela integração regional, baseando-se também nos dados dos demais capítulos, é possível afirmar que as elites

divergem claramente dos governos de esquerda, como estes governos têm realizado algumas iniciativas regionais no 'marco pós-liberal', é possível concluir que as elites não sustentam esta nova forma de regionalismo que se instala na América do Sul, principalmente o projeto da ALBA. Portanto, o novo caminho traçado à integração regional, com fortes discursos ideológicos da vertente 'esquerdista', parece estar fadado ao insucesso por não haver apoio entre seus principais proponentes.

Enquanto isso, a Comunidade Andina e em especial o Mercosul, com a entrada recente da Venezuela, podem perder cada vez mais apoio das elites, cuja identificação político-ideológica está mais deslocada ao centro. As elites ao não se beneficiarem dos processos de integração, reprovando os novos trilhos destes projetos, podem assim responder com resistência e agir de forma desintegradora, comprometendo o avanço e aprofundamento do regionalismo sul-americano.

Por fim, conclui-se que o principal problema que permeia toda esta discussão não recai exatamente na falta de interesse em diminuir a pobreza e desigualdades das populações da América do Sul, mas nas divergências entre os valores político-ideológicos que as elites carregam, que consistem no maior impedimento para consenso e comprometimento nas disciplinas de integração regional e enfrentamento de pobreza.

Considerações Finais

Esta tese cumpriu com objetivos específicos propostos, discutindo as hipóteses apresentadas. Estas considerações finais tratam de apresentar as características das percepções de cada segmento de elite estudado, sintetizando o interesse de cada grupo sobre a integração regional e sobre o apoio ao combate à pobreza e desigualdade, revelando quais políticas de encontraram maior sustentação em cada categoria, e mostrando também as principais divergências de percepções entre elas.

Governos

As elites mais importantes na condução da integração regional denotaram grandes diferenças de percepção no cerne dos seus grupos. Conforme estudado no Capítulo 2, o regionalismo sul-americano é movido, essencialmente, pelos presidentes. Estes atores são os seus principais proponentes, reservando para si a tomada de decisões dentro dos projetos regionais. No entanto, o trabalho mostrou que compartilham visões e valores bem diferentes quanto aos seus interesses na integração regional, na adaptação à globalização e definição de suas prioridades nas relações internacionais.

As elites governamentais da Argentina e Venezuela foram muito desejosas da integração regional e parecem estar cada vez mais articuladas entre si, denotando governos de cunho 'esquerdista' e de alto teor ideológico. Porém, seus países não detiveram grande simpatia pelas elites, mormente a Venezuela, confirmando a falta de apoio das elites sul-americanas ao governo de Hugo Chávez e ao projeto de integração da ALBA que ele propõe.

As elites governamentais da Bolívia não revelaram estas mesmas características. Evo Morales parece atuar sozinho no cenário internacional, pois as elites do seu governo não revelaram percepção condizente à atuação do presidente boliviano e não querem sua aproximação com o governo de Chávez.

Os valores do governo do Chile mostraram-se compatíveis com a política

adotada pelo país, privilegiando relações externas à região e autonomia na instituição de acordos comerciais. Por fim, a agenda governamental brasileira é composta por outros interesses além da política regional, dispersando seus esforços para outros assuntos internacionais; ou seja, o país que deteve maior simpatia entre as elites regionais, apresentou outros propósitos afora a América do Sul. Isto indica que a agenda diversificada da política externa brasileira parece ser a mais sustentada pelas elites estudadas.

Quanto às políticas de combate à pobreza, estas elites indicaram percepções semelhantes, querem diminuir a miséria e desigualdade, e acreditam na importância do comércio intra-regional. Contudo, suas percepções ideológicas resultam em conflitos e antagonismos para criação de uma agenda sólida comum.

Partidos Políticos

Revelando também diferenças no interior do seu grupo, os partidos políticos se aproximaram das percepções governamentais em muitas questões analisadas. No entanto, em questões de política externa, tiveram interesses diferentes dos seus respectivos governos, são atores mais propensos pela integração regional, sobretudo os partidos políticos do Chile. Portanto, sustentam a integração regional no interior do seu grupo.

Mas, conforme discutido no capítulo 2, os assuntos de política externa são secundários na agenda partidária, contribuindo com mais timidez para o fortalecimento do regionalismo sul-americano. Por outro lado, são atores que canalizam interesses dos diversos grupos da sociedade civil, podendo atuar com mais efetividade na busca destas demandas. Parecem atuar pela integração regional mais de forma colaborativa, ou seja, respondendo positivamente a este processo, que de forma integradora, apresentando iniciativas positivas.

Quanto às políticas de superação de pobreza, também mostram interesse na redução da miséria e desigualdade, contudo revelaram menos desejo quanto à redução da interferência governamental, ainda que se identifiquem com o prisma de 'centro' e 'centro-esquerda'.

Empresários

Considerados os atores de poder econômico entre as elites estudadas, estes atores são coerentes no interior do seu grupo, detêm visão pragmática e utilitária dos processos de integração regional, globalização e política externa. Quanto ao seu perfil ideológico, identificaram-se com os vieses 'centro-direita' e 'centro'. Durante todo estudo, foi possível visualizar conformidade nas suas percepções, ainda que representem interesses de empresários de diferentes portes e setor de atuação.

Os empresários são os atores menos desejosos da integração regional, sobretudo esta que se conforma no marco 'pós-liberal'. Isto se deve principalmente ao fato de que o comércio e investimento nos blocos sul-americanos têm sido afetados por políticas governamentais intervencionistas, com imposição de barreiras e instabilidade nas regras de investimento, justificando a maior antipatia destas elites pela Argentina, Bolívia e Venezuela. Ao mesmo tempo em que estes atores também assinalam a importância do comércio regional para superação da pobreza, preferem usufruir as benéficas da globalização. Assim, são atores que quando insatisfeitos com a integração regional, são resistentes e atuam de maneira desintegradora.

Quanto às políticas de combate à pobreza, estes atores são os que menos apoiaram a distribuição igualitária de riquezas e as políticas diretas de enfrentamento à miséria. Não obstante, são favoráveis à redução da intervenção governamental, bem como desejam maiores possibilidades de acesso ao investimento estrangeiro direto, afirmando a importância destas políticas mais liberais para a redução das desigualdades. Portanto, sustentam diferentes políticas para esta finalidade, que nem sempre são as mais eficazes se não houver condução de políticas estatais, segundo a literatura adotada.

Sindicatos

Mostrando oposição de percepção em relação aos empresários durante todo o trabalho, as elites sindicais apresentam valores homogêneos em seu interior. Os sindicalistas que se consideraram de 'centro-esquerda', 'esquerda' e 'extrema-esquerda', foram os mais predispostos pela integração regional, mormente pela ALBA; também são as elites que mais acreditam que os governos da Venezuela, Argentina e Bolívia sejam simpáticos. Ademais, foram mais enfáticas no apoio às políticas de distribuição de renda e supressão da penúria e desigualdade e, por conseguinte, acreditam na integração regional para solução aos problemas sociais.

Não obstante, as elites sindicais são contrárias ao fenômeno da globalização e a políticas liberais, como o investimento direto estrangeiro e a redução da intervenção do Estado.

No entanto, os sindicalistas se mostraram divididos quando questionados se os governos de esquerda sul-americanos resolvem os problemas sociais, confirmando que estes governos não detêm apoio pelas elites que mais se consideraram de esquerda.

Por fim, ainda que a predileção dos sindicatos seja o regionalismo, estes atores sofrem algumas restrições e são carentes de canais para atuar na integração regional, respondendo mais de forma colaborativa à dinâmica integrativa, e conformando redes e alianças regionais para defesa de seus interesses.

Atores Sociais

Este último grupo formado por elites heterogêneas revelou percepções distintas no seu âmago. Foram elites muito propensas pela integração regional, principalmente pelo Mercosul e Comunidade Andina e se consideraram de 'centro-esquerda' e 'centro'. No entanto, denotam visão conservadora em alguns aspectos. Os atores sociais não apoiam os governos de esquerda da América do Sul e o projeto de integração da ALBA, mas, ao mesmo tempo, são resistentes ao

fenômeno da globalização. Por sua vez, querem a redução da pobreza e desigualdade, apoiando as políticas que obtiveram consenso entre as demais elites.

Os atores sociais são os que mais representam os interesses e demandas da sociedade civil, conjugando valores dos mais diversos, podendo responder de forma resistente ou colaborativa à integração regional, já que agregam valores diversos e possuem poucos canais para representação desejos no seio da integração.

Sintetizando as conclusões deste trabalho, as diferenças de percepções e interesses das elites dificultam mais o consenso quanto à conformação do regionalismo do que quanto às políticas de combate à pobreza. A análise dos dados, discursos e bibliografia, comprovou que cada categoria de elite tem uma concepção distinta em relação à integração. A compatibilidade dos valores e a defesa em conjunto são fundamentais para o fortalecimento e desenvolvimento dos projetos regionais. Na ausência da comunhão de interesses, valores e apoio, os acordos regionais enfrentam obstáculos e não encontram sustentação no conjunto das elites.

Percepções antagônicas norteiam as elites sindicais e empresarias; enquanto as primeiras são movidas por crenças ideológicas, as segundas revelaram uma concepção utilitária em relação à integração regional. Por sua vez, os atores sociais indicaram diferenças de visão no seu interior, o que limita tanto a formação de alianças no ambiente regional, como dificulta a canalização dos interesses da sociedade civil. Os governos e partidos políticos também demonstraram percepções contrárias no cerne dos seus grupos, agravando e asseverando a dispersão de objetivos e crenças em torno do regionalismo sul-americano.

Para que as elites construam canais de participação, atuem na formação da preferência nacional e consigam influenciar a tomada de decisões dos Estados, é essencial que estejam fortalecidas e articuladas no plano doméstico. Caso contrário, quando as pressões internas estão enfraquecidas e são conflituosas, os presidentes centralizam o poder decisório, conduzindo a

integração conforme seus propósitos, que nem sempre são condizentes com os interesses das demais elites, desfavorecendo a edificação dos projetos regionais e obstruindo o processo de *spillover*.

No plano regional, é importante que as elites criem alianças e vínculos, gerando valores comuns entre seus países. A ausência de coesão e uniformidade no escopo de cada grupo, dificulta a criação destes laços indispensáveis ao aprofundamento do regionalismo.

Outro impedimento ao avanço regional é a inexistência de anuência da opinião pública pela integração regional. Conforme argumentado, as elites ocupam posição especial na transferência dos valores positivos e expectativas de ganhos dos acordos firmados. Quando não há consenso quanto a sua defesa e benefícios, as elites não atingem a consciência da sociedade em favor do projeto regional.

Ainda assim, a maior resistência aos processos de integração está no escopo governamental. Conforme mostrado no trabalho, os presidentes detêm maior poder na condução e tomada de decisões do regionalismo sul-americano. No entanto, os presidentes mostraram visões antagônicas sobre o assunto, travando a integração regional no cume do processo, obstruindo o processo de *spillover*, impedindo o envolvimento e participação das demais elites, que também são essenciais à sua dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFP. **Reunión de Cristina Fernández y Lula Da Silva.** Buenos Aires: 08 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.lr21.com.uy/mundo/329944-reunion-de-cristina-fernandez-y-lula-da-silva>>. Acessado em 09 de outubro de 2010.

AGENCIA BRASIL. **Argentina y Brasil quieren profundizar integración regional.** 02 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2002-12-02/argentina-y-brasil-quieren-profundizar-integracion-regional>>. Acessado em 21 de março de 2012.

AGÊNCIA BRASIL. **Congresso da Argentina ratifica criação do Banco do Sul.** Brasília, 08 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/assunto-galeria/unasul>>. Acessado em 21 de janeiro de 2012.

AGÊNCIA BRASIL. **Dilma terá linha oficial de pobreza para medir fim da miséria.** Notícias TERRA, 12 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4840226-EI7896,00-ilma+tera+linha+oficial+de+pobreza+para+medir+fim+da+miseria.html>. Acessado em 05 de abril de 2011.

AGENCIA BRASIL. **Mercosul vai ter estatísticas comuns sobre pobreza.** Brasília, 13 de março de 2007. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2007-03-14/mercosul-vai-ter-estatisticas-comuns-sobre-pobreza>>. Acesso em 03 de agosto de 2011.

AGÊNCIA BRASIL. **Movimentos sociais do Mercosul dizem que integração não pode ser só comercial.** Brasília, 17 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/assunto-galeria/unasul>>. Acessado em 11 de maio de 2011.

ALAINET. **Vanguardia en la lucha contra la desigualdad.** ALAI, América Latina en Movimiento. Caracas, 12 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://alainet.org/active/49376>>. Acessado em: 04 de dezembro de 2011.

ALBUQUERQUE, Vinicius. Governo da Bolívia retira militares dos campos petrolíferos. **Folha online.** 29/05/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108110.shtml>>. Acessado em: 05 de fevereiro de 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **‘Una sombra pronto seras...’: Idealpolitik e o Consenso de Buenos Aires. Site 2003.** Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1135ConsBAires.html>>. Acesso em 09 de agosto de 2011.

ALMOND, Gabriel. **The American people and foreign policy**. New York: Basic Book, 1950.

ANDRADE, Anselmo Flores. Empresarios e izquierda: dos mundos que se acercan. In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n.202, março-abril, p. 157-169. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 20 de julho de 2011.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed. UNB, 1987.

ARRIA, Isabel Delgado. **El Mercosur industrial: la integración productiva**. [S.I.] 21 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/internacionales/a147164.html>>. Acesso em: 22 de julho de 2012.

BACHRACH, Peter. **The theory of democratic elitism: a critique**. New York: University Press of America, 1980.

BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde. O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade. In: **Opinião Pública**, vol. 17, n. 2, p.493-515, 2011.

BALZE, Felipe de la. **Pensar en serio la integración regional**. Clarín. Buenos Aires:12 de outubro de 2008. Disponível em:< <http://edant.clarin.com/diario/2008/10/12/opinion/o-01779860.htm>>. Acessado em 14 de novembro de 2010.

BARBOSA, Rubens. **Mercosul e integração regional**. O Estado de São Paulo, 27 de abril de 2010. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso.mercosul-e-integracao-regional,543529,0.htm> > Acessado em 25 de outubro de 2011.

BARBOSA, Rubens. **Um novo ator internacional**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 11 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,um-novo-ator-internacional,550036,0.htm>>. Acessado em 20 de novembro de 2010.

BERNAL-MEZA, Raúl; MASERA, Gustavo Alberto. El Retorno del Regionalismo. Aspectos Políticos y Económicos en los Procesos de Integración Internacional. In: **CADERNOS PROLAM/USP. Brazilian Journal of Latin America Studies**. São Paulo, Ano 7, Vol 12, janeiro/junho, p. 173-198, 2008.

BIANCHINI, Maria Chiara. **Chile y el Mercosur: visiones distintas del futuro de la integración**. Instituto de Estudios Políticos para América Latina y África. GLOOBAL. [S.I.]: 2004 Disponível em:<<http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?entidad=Textos&id=636>>. Acessado em 11 de janeiro de 2008.

BIRDSALL, Nancy; FUKUYAMA, Francis. The Post-Washington Consensus. In: **Foreign Affairs**, vol. 90, n. 2, p. 45-53, 2011.

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: BOBBIO, N; MATTUECCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

BOTTO, Mercedes Isabel. ¿Qué nos enseñan los 20 años del Mercosur?. In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires: n. 232, março-abril de 2011. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 02 de novembro de 2011.

BOUZAS, Roberto; AVOGADRO, Enrique. **La elaboración de políticas comerciales y el sector privado**. Memorando sobre Argentina. Buenos Aires: INTAL-Munck Center-Inter American Dialogue, p. 1-12, 2002.

BRAILLARD, Philippe. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BURCHARDT; Hans-Jürgen. ¿Por qué América Latina es tan desigual? Tentativas de explicación desde una perspectiva inusual In: **NUEVA SOCIEDAD**. Buenos Aires, n. 239, maio-junho, 2012, p. 137-141. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 28 de julho de 2012.

BURCHARDT; Hans-Jürgen. El nuevo combate internacional contra la pobreza ¿Perspectivas para América Latina? In: **NUEVA SOCIEDAD**. Buenos Aires, n. 193, setembro-outubro, 2004, p. 119-133. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 28 de outubro de 2011.

BURNHAM, James. **Los maquiavelistas**: defensores de la libertad (Maquiavelo, Mosca, Sorel, Michels, Pareto). Buenos Aires: Olcese Editores, 1986.

BURNHAM, James. **The Managerial Revolution**. New York: The John Day Company, Inc., 1941.

BUSTAMANTE, Ana Marleny. Desarrollo institucional de la Comunidad Andina. In: **Aldea Del Mundo**, San Cristobal, Venezuela, v. 16, n. 8, p.16-28, 09 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/18164/1/articulo16-2.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

BUSTAMANTE, Gilberto Aranda; RIVERA, Jorge Riquelme. Atores na Política Externa: O Caso do Congresso Nacional do Chile. In: **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**. Santiago, v. 10, n. 28 de abril 2011. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682011000100018&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 10 julho de 2011.

BUSTAMANTE; Gilberto Aranda; RIVERA, Jorge Riquelme Rivera. Los actores de la Política Exterior: el caso del Congreso Nacional de Chile. In: **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**. Santiago, vol. 10, n. 28, 2011, p. 359-392.

CANZIAN, Fernando. **Quanto vale um pobre?**. São Paulo, 15 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/>>

[830669-quanto-vale-um-pobre.shtml>](#). Acessado em: 14 de dezembro de 2011.

CASTRO, Maria Silvia Portela de. El sindicalismo frente al Mercosur. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 211, p.66-80, out. 2007. Setembro-outubro de 2007. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3457_1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2012.

CCSCS. **Cartas a los Presidentes de los Estados Parte del Mercosur**. [S.l.]: Dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.ccscs.org/documentos-ccscs/publicaciones-y-documentos/10/408-montevideo-diciembre-de-2007>>. Acessado em 28 de março de 2010.

CCSCS. **Historia de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur**. Disponível em: <<http://www.ccscs.org/>>. Acessado em 02 de março de 2012.

CCSCS. **Por una justa distribución de la riqueza**. [S.l.]: 2009. Disponível em: <<http://http://www.ccscs.org/noticias/71-destacadas/234-por-una-justa-distribucion-de-la-riqueza>>. Acessado em 08 de maio de 2010.

CEPAL. **Panorama social de América Latina, 2010**. CEPAL; Santiago, janeiro de 2010. Disponível em:< <http://www.cepal.org/publicaciones/>>. Acessado em: 10 de novembro de 2011.

CEPAL. **Pobreza, exclusión social y desigualdad distributiva. Panorama social de América Latina 2008**. CEPAL. Santiago, 2008. Disponível em:< <http://www.cepal.org/publicaciones/>>. Acessado em: 19 de fevereiro de 2011.

CEPAL. **Rumo ao Objetivo do Milênio de Reduzir a Pobreza na América Latina e no Caribe**. CEPAL; IPEA; PNUD. Santiago, janeiro de 2003. Disponível em:< <http://www.cepal.org/publicaciones/>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2011.

CERA, Silvana Insignares. Las elecciones directas en el Parlamento Andino un camino para fortalecer su papel como institución promotora de la integración. In: **Revista Derecho**, Barranquilla, n. 32, dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-86972009000200013&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 de novembro de 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

CESARIN, Sergio. **América latina no se para bien frente a China**. Buenos Aires:10 de novembro de 2005. Disponível em:<<http://edant.clarin.com/diario/2005/11/10/opinion/o-02902.htm>>. Acessado em 21 de janeiro de 2010.

CESARIN, Sergio. América Latina no se para bien frente a China. **Clarín**. 10 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2005/11/>>

[10/opinion/o-02902.htm](http://www.clarin.com/opinion/o-02902.htm)>. Acessado em 22 de outubro de 2011.

CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007, p. 15-38.

CLARÍN. **Binner habló de “relaciones perdidas”**. Buenos Aires: 30 de junho de 2010 a. Disponível em: <http://www.clarin.com/politica/gobierno/Binner-hablo-relaciones-perdidas_0_289771035.html>. Acessado em 18 de janeiro de 2011.

CLARÍN. **Conocimiento y capital social**. Buenos Aires: 20 de dezembro de 2008d. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/suplementos/rural/2008/12/20/r-01825597.htm>>. Acessado em 15 de dezembro de 2009.

CLARÍN. **El Mercosur, en la perspectiva de los principales candidatos**. Buenos Aires: **02 de outubro de 2010 b**. Disponível em: <http://test.clarin.com/mundo/america-latina/Mercosur-perspectiva-principales-candidatos_0_346165551.html>. Acessado em 11 de janeiro de 2011.

CLARÍN. **Evo se despega de Chávez y no rompe con el mercado andino**. Buenos Aires: **17 de abril de 2007a**. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2006/04/27/elmundo/i-02401.htm>>. Acessado em 21 de janeiro de 2011.

CLARÍN. **Impulso a los lazos con Brasil**. Buenos Aires, 09 de agosto de 2008c. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2008/08/09/opinion/o-01733354.htm>>. Acessado em 15 de janeiro de 2010.

CLARÍN. **Lula reitera críticas por el proteccionismo argentino**. Buenos Aires, 11 de março de 2009 a. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2009/03/11/elpais/p-01874716.htm>>. Acessado em 16 de janeiro de 2010.

CLARÍN. **Lula y Cristina minimizaron las diferencias comerciales**. Buenos Aires, 24 de abril de 2009b. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2009/04/24/elpais/p-01904494.htm>>. Acessado em 18 de janeiro de 2011.

CLARÍN. **Lula, en exclusiva con Clarín: "No existe ninguna hipótesis de que Brasil se juegue solo"**. Buenos Aires, **07 de setembro de 2008b**. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2008/09/07/um/m-01755400.htm>>. Acessado em 18 de janeiro de 2011.

CLARÍN. **Para los empresarios, hay que profundizar la integración regional**. Buenos Aires, 30 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.clarin.com/politica/empresarios-profundizar-integracion-regional_0_418758126.html>. Acessado em 21 de setembro de 2011.

CLARÍN. **Piqueteros buscan reunir a Chávez, Evo y Maradona en la cumbre de Tucumán.** Buenos Aires, 27 de junho de 2008a. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2008/06/27/elpais/p-01601.htm>>. Acessado em 28 de janeiro de 2011.

CLARÍN. **Rocca renunció a la Cámara Argentino – Venezolana.** Buenos Aires, 28 de maio de 2009 c. Disponível em: <<http://edant.clarin.com /diario/2009/ 05/28/elpais/p-01927816.htm>> Acessado em 19 de novembro de 2010.

CLARÍN. **Un vecino que arrastra a la economía de Argentina.** Buenos Aires, 04 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.clarin.com /mundo/america_latina/vecino-arrastra-economia-Argentina_0_329367164.html>. Acessado em 22 de novembro de 2011.

CLARÍN. **Un vecino que arrastra a la economía de Argentina.** Buenos Aires: 04 de setembro de 2010c. Disponível em: <http://www.clarin.com/mundo /america_latina/vecino-arrastra-economia-Argentina_0_329367164.html>. Acessado em 20 de março de 2011.

CLEARY, Matthew. A 'left turn' in Latin America? Explaining the left's resurgence. In: **Journal of Democracy**, vol. 17, n. 4, 2006, p.35-49.

CNI. Os Interesses empresariais brasileiros na América do Sul. **Confederação Nacional das Indústrias.** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.cni.org.br /portal/data/pages/FF808081314EB36201314F2266FA0150.htm>>. Acessado em 05 de novembro de 2011.

COMUNIDADE ANDINA. **Sociedad Civil propone crear Consejo de Participación Ciudadana y gestionar reincorporación de Venezuela a la CAN.** 18 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.comunidadandina .org/prensa/notas/np18-9-11.htm>>. Acessado em 08 de maio de 2012.

CONSENSO DE BUENOS AIRES. 2003. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/10/printable/031016_integra.s.html>. Acessado em 09 de agosto de 2011.

CONVERSE, Philip. The Nature of Belief System in Mass Public. In: APTER, David (Org.) **Ideology and Discontent.** New York: Free Press, 1964.

CORREIO BRAZILIENSE. **O outro mundo possível na América Latina.** Emir Sader.[S.l.]: 22 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/correio-brasiliense/2011/09/22/o-outro-mundo-possivel-na-america-latina-artigo.>> Acessado em 04 de abril de 2012.

COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. Democracia, Desenvolvimento e Regionalismo. In: Anais do 3º Encontro Nacional da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói, 2002, p. 01-45.

DAHL, Robert **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHL, Robert. **Who Governs?** Democracy and Power in an American City, New Haven CT: Yale U.P., 1961.

DE SWAAN, Abram. **In care of the state. Health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era**. Cambridge: Polity Press, 1988.

DEUTSCH, Karl. **Análise das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 1982.

DEUTSCH, Karl. **Integración y formación de comunidades políticas. análisis sociológico de experiencias históricas**. Buenos Aires: BID/INTAL, 1986.

DIARIO JORNADA. **Desde Esquel, “Pino” Solanas prometió transformar la Argentina**. Esquel, 22 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.diariojornada.com.ar/3049/Pol%C3%ADtica/Desde_Esquel_Pino_Solanas_prometio_transformar_la_Argentina>. Acessado em 08 de setembro de 2011.

DÍAZ, Laura Mota. Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007, p. 125-150.

DURÁN, Roberto; OYARZÚN, Lorena. Chile: El escenario regional como complemento a los tratados de libre comercio. In: TUSSIE, Diana; TRUCCO, Pablo. **Nación y Región en América Del Sur: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana**. Buenos Aires: Teseo, 2010. Cap. 4, p. 203-260.

DW. **CELAC terá vários desafios, afirmam especialistas**. 02 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.dw.de/dw/article/0,,15574791,00.html>>. Acessado em 18 de fevereiro de 2012.

EFE. **Chanceleres: América Latina e Caribe devem se integrar**. São Paulo, 03 de julho de 2010. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI4542389-EI294,00-Chanceleres+de+ALatina+e+Caribe+confirmam+vontade+de+consolidar+integracao.html>. Acessado em 06 de agosto de 2011.

EFE. **Chávez y Cristina Fernández firman 25 acuerdos de cooperación**. Madrid, 20 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.finanzas.com/noticias/venezuela/2010-04-20/272497_chavez-cristina-fernandez-firman-

[acuerdos.html](#)>. Acessado em 15 de junho de 2011.

EFE. **Empresas de Bolivia y Ecuador quieren migrar a Perú por el TLC.** **Jornadanet.** La Paz, 21 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.jornadanet.com/n.php?a=34710-1>>. Acessado em 25 de novembro de 2011.

EFE. **Oposición y exportadores dudan acuerdo con Venezuela sustituya mercado de EE.UU.** La Paz, 31 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.jornadanet.com/n.php?a=22641-1>>. Acessado em 16 de setembro de 2011.

EFE. **Piñera: América Latina tiene tantas cumbres que parece cordillera.** Santiago, 27 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.lanacion.cl/noticias/site/artic/20111027/pags/20111027170043.html>>. Acessado em 05 de dezembro de 2011.

EL DIARIO. **Brasil pide que Bolivia sea miembro pleno del Mercosur.** La Paz, 01 de novembro de 2006a. Disponível em: http://www.eldiario.net/noticias/2006/2006_11/nt061101/3ecn.php?pag=3_09ecn.html>. Acessado em 01 de dezembro de 2011.

EL DIARIO. **Ex Canciller sostiene que Bolivia debe articular a la región.** La Paz, 25 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.eldiario.net/noticias/2009/2009_11/nt0911252_01plt.php>. Acessado em 15 de dezembro de 2011.

EL DIARIO. **Exportadores y empresarios saludan construcción del corredor bioceánico.** La Paz, 18 de dezembro de 2007a. Disponível em: <http://www.eldiario.net/noticias/2007/2007_12/nt071218/3_05ecn.php>. Acessado em: 15 de janeiro de 2011.

EL DIARIO. **Lucha contra la pobreza e integración.** LaPaz, 11 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.eldiario.net/noticias/2008/2008_12/nt081211/1_03opn.php>. Acesso em 24 de maio de 2011.

EL DIARIO. **Mercosur apunta a Bolivia con una Comunidad Andina en crisis.** La Paz, 20 de julho de 2006b. Disponível em: <http://www.eldiario.net/noticias/2006/2006_07/nt060720/3_05ecn.html>. Acessado em 15 de fevereiro de 2009.

EL DIARIO. **Países andinos preparan condiciones para retorno de Venezuela a la CAN.** La Paz, 12 de outubro de 2007b. Disponível em: <http://www.eldiario.net/noticias/2007/200710/nt071012/8_07int.php>. Acessado em 19 de fevereiro de 2012.

EL OBSERVADOR. **Venezuela no necesita inversión extranjera que "saquee al país".** 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/noticia/61353/venezuela-no-necesita-inversion-extranjera-que-%22saque>

ee-al-pais%22/. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

EL UNIVERSAL. **Política apuntala la integración del Mercosur. Caracas**, 20 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://http://www.eluniversal.com/2006/01/20/eco_apo_20202C.shtml>. Acessado em 12 de julho de 2011.

EL UNIVERSAL. **Venezuela perdió \$540 millones en inversión extranjera directa**. 04 de maio de 2007. Disponível em: [http://www.eluniversal.com/2007/05/04/eco_art_venezuela-perdio-\\$54_272324.shtml](http://www.eluniversal.com/2007/05/04/eco_art_venezuela-perdio-$54_272324.shtml). Acesso em 06 de fevereiro de 2012.

Empresarios quieren que el Estado refuerce su intervención en la economía. MDZL. Mendoza, 04 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.mdzol.com/mdz/nota/133668/>>. Acessado em 14 de novembro de 2010.

EPSTEYN, Juan Claudio. Brasil: El escenario regional como complemento al escenario global. In: TUSSIE, Diana; TRUCCO, Pablo. **Nación y Región em América Del Sur**: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana. Buenos Aires: Teseo, 2010. Cap. 3, p. 109-202.

ESCOBAR, Ticio. 15 Años del Mercosur: el debe y el hacer de lo cultural. In: BARBOSA, Rubens (Org.). **Mercosul quinze anos**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 253-276.

ESCUDE, María Laura; IGLESIAS, Gonzalo. Argentina: El escenario global como complemento al escenario regional. In: TUSSIE, Diana; TRUCCO, Pablo. **Nación y Región em América Del Sur**: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana. Buenos Aires: Teseo, 2010. Cap. 2, p. 53-103.

ESTADÃO. **Serra critica política externa do governo federal**. Goiânia: 20 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,serra-critica-politica-externa-do-governo-federal,583790,0.htm>>. Acessado em 02 de setembro de 2011.

ETZIONI, Amitai. **The Active Society**. A Theory of Societal and Political Processes. New York, The Free Press, 1968, p. 554-556.

FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. **Regionalism in world politics**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

FELÍCIO, João. **Venezuela no Mercosul: integração pra valer!** CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. São Paulo: 08 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/ponto-de-vista/artigos/3982/venezuela-no-mercosul-integracao-pra-valer>>. Acessado em 11 de junho de 2011.

FIELD, Andy. **Descobrimos a Estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre:

Artmed, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Dilma promete luta obstinada para erradicar pobreza extrema.** Brasília, 1º de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853573-dilma-promete-luta-obstinada-para-erradicar-pobreza-extrema.shtml>>. Acessado em 08 de setembro de 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Globalização financeira foi "propulsor" de desigualdade de renda, diz OIT.** São Paulo, 16 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u456839.shtml>. Acessado em 26 de agosto de 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Leia na íntegra as respostas de José Carlos Miranda. 30 de outubro de 2007.** Folha online. São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u349923.shtml>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2012.

FOLHA ONLINE. **Serra critica política externa e diz que Brasil deve investir em acordos bilaterais.** Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/440937-serra-critica-politica-externa-e-diz-que-brasil-deve-investir-em-acordos-bilaterais.shtml>>. Acessado em 13 de setembro de 2011.

FOLHA; ANSA. **Chávez agradece à Rússia e à China por venda de equipamento militar.** Caracas, 28 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/1027244-chavez-agradece-a-russia-e-a-china-por-venda-de-equipamento-militar.html>>. Acessado em 02 de novembro de 2011.

G1. **Cúpula do Mercosul discutirá criação de cargo, união aduaneira e cidadania.** São Paulo, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/cupula-do-mercopol-discutira-criacao-de-cargo-uniao-aduaneira-e-cidadania.html>>. Acessado em 23 de janeiro de 2011.

GABEL, Matthew. Estimating the Effect of Elite Communications on Public Opinion Using Instrumental Variables. In: **American Journal of Politic Science**, vol 51, n. 4, p. 1013-1028, outubro de 2007.

GABEL, Matthew. Public Support for European Integration: An Empirical Test of Five Theories. In: **The Journal of Politics**, vol 60, n. 2, p. 333-354, maio de 1998.

GAZETA MERCANTIL. **Crise põe o Brasil na mira da China.** São Paulo, 21 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/149131/1/noticia.htm>>. Acessado em 02 de outubro de 2011.

GISBERT, Carlos D. Mesa. Bolívia e Brasil: os meandros do caminho. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol.20, n.2, setembro/outubro/novembro, p.23-

42, 2011.

GÓMEZ, Ignacio. **Reconocimiento a la tarea de los gobiernos del Mercosur pero críticas a la distribución de la renta en el Día de los Trabajadores.** Boletín Somos Mercosur. 02 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.somosmercosur.net/general/la-clase-trabajadora-respaldo-a-los-gobiernos-del-mercosur-pero-critico-la-distribucion-de-la-renta-en-el-dia-de-los-trabajadores.html>>. Acessado em: 04 de outubro de 2011.

GUITIÉRREZ, Alfredo. **Mercosur: de los acuerdos comerciales a la integración.** Clarín. Buenos Aires, 31 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2006/07/31/elpais/p-00810.htm>>. Acessado em 24 de março de 2011.

HAAS, Ernst. Sindicatos supranacionais. In: HAAS, Ernest. **Partidos políticos y grupos de presión en la integración europea.** Buenos Aires: INTAL, 1966.

HAAS, Ernst. El Reto del Regionalismo. In: HOFFMAN, Stanley (ed.). **Teorías Contemporáneas sobre las Relaciones Internacionales.** Madrid: Editora Tecnos, 1963.

HENGSTENBERG, Peter; KOHUT, Karl; MAIHOLD, Günther (Eds.) Sociedad civil en América Latina: Representación de intereses y gobernabilidad. **Nueva Sociedad**, Caracas, 1999, p. 133-146. Disponível em <<http://www.latautonomy.org/LeyPP2a.PDF>>. Acessado em 15 de maio de 2011.

HIRST, Monica. La dimensión política del Mercosur: actores, politización y ideología. **Estudios Avanzados.** São Paulo, v. 10, n. 27, agosto de 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000200013&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 09 de julho de 2011.

HOFFMAN, Kelly; CENTENO Miguel Angel. El continente invertido. In: **Nueva Sociedad.** Buenos Aires, n. 193, setembro-outubro, 2004, p. 97-111. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 28 de outubro de 2011.

HOLSTI, Ole. **Public Opinion and American Foreign Policy.** Michigan: The University of Michigan Press, 1996.

HOLZHACKER, Denilde. **Atitudes e percepções das elites e da população sobre a política externa brasileira nos anos 90.** 2006, 276p. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

HOLZHACKER, Denilde; ROSSI, Flávia. As visões das elites sul-americanas e mexicanas a respeito da democracia e da desigualdade social e econômica. In: **Carta Internacional**, vol. 4, no 2, p. 53-73, 2009.

HOY BOLIVIA. **Rubén Costas: en Bolivia, el occidente apoya a Evo y el oriente, a nosotros.** La Paz, 02 de agosto de 2010. Disponível em:<<http://www.hoybolivia.com/Noticia.php?IdNoticia=37650/>>. Acessado em 28 de janeiro de 2011.

INFOLATAM. **Piñera quiere acabar con la “pobreza extrema”.** Madrid, 6 de março de 2011. Disponível em:< <http://www.infolatam.com/2011/03/07/chile-pinera-quiere-acabar-con-la-pobreza-extrema-en-cuatro-anos/>>. Acessado em 28 de outubro de 2011.

INTAL. **Centrais sindicais andinas posicionam-se ante a UNASUL. Relatórios Subregionais de Integração: Carta Mensal 129**, Buenos Aires, abr. 2007. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/articulo_carta.asptid=6&idioma=por&aid=228&cid=234&carta_id=516>. Acesso em: 21 agosto de 2011.

JARDIM, Rafael. **Estado forte e eficiente: um novo movimento na gestão pública.** 11 de novembro de 2011. Disponível em:<<http://www.jornalopcao.com.br/columas/contradicao/estado-forte-e-eficiente-um-novo-movimento-na-gestao-publica>>. Acessado em 15 de abril de 2012.

JORDANA, Jacint; RAMIÓ, Carles. **Diseños institucionales y gestión de la política comercial exterior en América Latina.** Buenos Aires: Intal, 2002.

KEOHANE, Robert O. **International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory.** Cambridge: Westview, 1989.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado.** São Paulo, Editora Cortez, 2002.

LA GACETA. **Alfonsín les dice basta a los corruptos y a la pobreza.** Buenos Aires, 12 de agosto de 2011. Disponível em:<<http://www.lagaceta.com.ar/nota/449913/Politica/Alfonsin-les-dice-basta-corruptos-pobreza.html>>. Acessado em 28 de setembro de 2011.

LA NACIÓN. **La desigualdad social: la discusión permanente.** Santiago, 29 de janeiro de 2009. Disponível em:< em: http://www.lanacion.cl/prontus_noticias_v2/site/artic/20090128/pags/20090128203508.html>. Acessado em 09 de abril de 2009.

LA NACIÓN. **Argentina: candidato Lavagna ofreció "coalición al estilo chileno".** Santiago, 26 de outubro de 2007b. Disponível em:< <http://www.lanacion.cl/noticias/site/artic/20071026/pags/20071026075954.html>>. Acessado em 30 de janeiro de 2010.

LA NACIÓN. **Compromisos por la democratización y el avance social de Chile.** Santiago, 19 de dezembro de 2009a. Disponível em:< <http://www.lanacion.cl/12-compromisos-por-la-democratizacion-y-el-avance-social->

[de-chile/noticias/2009-12-19/224757.html](http://www.lanacion.cl/noticias/2009-12-19/224757.html)12>. Acessado em 25 de janeiro de 2012.

LA NACIÓN. **Necesitamos profundizar los lazos con Chile**. Santiago, 25 de outubro de 2007a. Disponível em: <<http://www.lanacion.cl/noticias/site/artic/20071025/pags/20071025220243.html>>. Acessado em 25 de janeiro de 2012.

LA NACIÓN. **PIÑERA: AMÉRICA LATINA TIENE TANTAS CUMBRES QUE PARECE CORDILLERA**. Santiago: 27 de outubro de 2011. Disponível em :<<http://www.lanacion.cl/noticias/site/artic/20111027/pags/20111027170043.html>>. Acessado em 21 de junho de 2012.

LA PRENSA. **Argentina y Chile avanzaron en la integración regional**. Buenos Aires: 27 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.laprensa.com.ar/370551-Argentina-y-Chile-avanzaron-en-la-integracion-regional.note.aspx>> Acessado em 29 de novembro de 2011.

LACLAU, Ernesto. *La deriva populista y la centro izquierda latinoamericana*. In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n.205, setembro-outubro, p. 56-61. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 09 de julho de 2011.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **O Brasil e os ventos do mundo**. Memória de cinco décadas da cena internacional. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

LANDIM, Raquel. Empresas querem recriar Mercosul. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 01 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,empresas-querem-criar-merc-sul,459698,0.htm>>. Acessado em 25 de março de 2011.

LASSWELL, Harold D. Politics. **Who Gets What, When, How?** New York: Peter Smith, 1950.

LASSWELL, Harold D.; KAPLAN, Abraham. **Poder e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

LEONE; José Antonio Rivas. Crisis y desinstitucionalización de los partidos políticos en Venezuela. **Stockholm Review Of Latin American Studies**. Estocolomo, n.1, novembro de 2006. Disponível em: < [http://www.lai.su.se/gallery/bilagor/SRoLAS No1 2006 pp48-57 Rivas%20Leone.pdf](http://www.lai.su.se/gallery/bilagor/SRoLAS%20No1%202006%20pp48-57%20Rivas%20Leone.pdf)>. Acessado em 21 de março de 2012.

LIMA, Marcos Lima. Democratizar para integrar: os impasses e as possibilidades de participação social no Mercosul. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Sulamérica Comunidade Imaginada emancipação e integração**. Niterói: Editora da Uff, 2011. p. 245-269

LIPSET, Seymour Martin. **Political Man**. The Social Bases of Politics. New York: Doubleday e Company, INC, 1960.

MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew S. (Eds.) **Presidentialism and Democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MALAMUD, Andrés, Presidentialism in the Southern Cone. A Framework for Analysis. In: **EUI SPS Working Paper**, n.1, 2001. Disponível em: <<http://catedras.fsoc.uba.ar/deluca/Malamud.pdf>>. Acessado em: 08 de junho de 2010.

MALAMUD, Andrés. La diplomacia presidencial y los pilares institucionales del Mercosur: un examen empírico. In: **Relaciones Internacionales**, n. 15, pp. 113-138, outubro de 2010.

MALAMUD, Andrés. Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience. In: LAURSEN, Finn (ed.). **Comparative Regional Integration: Theoretical Perspectives**. London: Ashgate, Aldershot, p. 53–73, 2003.

MALAMUD, Andrés; SCHMITTER, Philippe. La experiencia de integracion europea y el potencial de integración del Mercosur. In: **Desarrollo Económico**, Revista de Ciencias Sociales. Buenos Aires, vol. 46, n° 181, abril-maio-junho 2006, p. 3-31.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. A eleição parlamentar no Mercosul. In: **Rev. brasileira política internacional**, Brasília, v. 54, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292011000200007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10 janeiro de 2012.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Globalização, integração e o estado. In: **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 08 de junho de 2010.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. MERCOSUL: a emergência de uma nova sociedade. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p. 169-200, 2002.

MARIANO, Marcelo Passini. O modelo do Mercosul contido na política externa brasileira. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (Org). **Sulamérica Comunidade Imaginada: emancipação e integração**. Niterói: Editora da Uff, 2011. p. 219-344.

MARTIN, Lisa. **Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011. 367 p.

MICHELS, Robert. **Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna**. Lisboa: Edições Antígona, 2001.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1975.

MILNER, Helen V. **Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations**. Princeton: Princeton University Press. 1997.

MITRANY, David. The functional approach to world organization. In: **International Affairs**, 24, 1948.

MORALES, Evo. Bolívia, fator de integração. In: CARDIM, Carlos Henrique (Ed). **Diplomacia Estratégia Política – DEP**. Brasília, n. 4, abril/junho, p. 16-27, 2006.

MORAVCSIK, Andrew. Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach. In: BULMER, Simon e ANDREW, Scott. **Economic and political integration in Europe: internal dynamics and global context**. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

MORAVCSIK, Andrew. Negotiating the Single European Act: National Interests and Conventional Statecraft in the European Community. In: **International Organization**, vol.45, nº 1, winter, 1991.

MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class: Elementi di Scienza Politica**. New York: McGraw-Hill, 1939.

MRE CHILE Sala de Prensa. **Integración regional es fundamental para sobrevivir en la globalización**. 23 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.minrel.gob.cl/prontus_minrel/site/artic/20090423/pags/20090423142111.php>. Acessado em 11 de agosto de 2011.

MRE CHILE Sala de Prensa. **Intereses de la Política Exterior de Chile**. 02 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.minrel.gob.cl/prontus_minrel/site/artic/20080802/pags/20080802193244.php>. Acessado em 11 de agosto de 2011.

MRE. Bolívia. Série: Como Exportar. **Ministério das Relações Exteriores**. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Divisão de Informação Comercial. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEX_Bolivia .pdf](http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEX_Bolivia.pdf)>. Acessado em 17 de novembro de 2011.

MRE. **CALC**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/americado-sul-e-integracao-regional/calc/>. Acessado em 09 de junho de 2011.

NOGUEIRA, Ítalo. Serra defende política mais efetiva de defesa comercial. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u735291.shtml>>. Acessado em 12

de março de 2012.

NUPRI. **Percepção das Elites Sul-americanas sobre o Impacto das Desigualdades Sociais Na Estabilidade Democrática**. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2008.

NUPRI. Projeto Geral. **Percepção das Elites Sul-americanas sobre o Impacto das Desigualdades Sociais Na Estabilidade Democrática**. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2006.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 31, p.25-40, 1991.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Eleições, política externa e integração regional. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 27, Nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 de novembro de 2011.

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Liderança Hegemônica e Integração Regional: o Brasil na visão das Elites do Cone Sul. In: CENA INTERNACIONAL, ano 2, n. 2, dezembro de 2000. Brasília, Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE), 2000. Disponível em:<http://caeni.com.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=23&Itemid=39>. Acessado em 21 de abril de 2010.

PANNUNZIO, Antonio Carlos. **América Latina, integração ou atraso**. O Estado de São Paulo. Opinião. São Paulo, 03 de setembro, 2011.

PARETO, Vilfredo. **The Mind and Society**. New York: Harcourt Brace, 1935.

PARLAMENTO ANDINO. **INTEGRACIÓN SOCIAL Y ERRADICACIÓN DE LA POBREZA**. 2012. Disponível em: <http://www.parlamentoandino.org/csa/documentos-de-trabajo/informes-ejecutivos/35-integracion-social-y-erradicacion-de-la-pobreza.html>. Acesso em 01 de julho de 2012.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Brasil no Início do Século XXI: uma Potência Emergente Voltada para a Paz. In: **Revista Política Externa**, Vol.19, n.1-junho/julho/agosto. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.19-26.

PEÑA, Félix. *A integração no espaço sul-americano: A Unasul e o Mercosul podem se complementar?* In: **Revista Nueva Sociedad**. Edição Especial em Português. Buenos Aires:dezembro de 2008. Diciembre de 2008.

PEÑA, Félix. **La integración debe ser tejida por la sociedad en su conjunto.** Revista Informe Industrial, Año XXXII, N° 220, setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.informeindustrial.com.ar/verNota.aspx?nota=%22La%20integraci%C3%B3n%20debe%20ser%20tejida%20por%20la%20sociedad%20en%20su%20conjunto%22144>>. Acessado em 10 de agosto de 2011.

PERISSI NOTTO, Renato. **As elites políticas: questões de teoria e método.** Curitiba: Ibpx, 2009.

PNUD. **A democracia na América Latina.** Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos. São Paulo: PNUD, 2004.

PODER CIUDADANO. Disponível em: <poderciudadano.org/>. Acessado em 22 de março de 2011.

PORTAL CONEXÃO SINDICAL. **Globalização não reduz desigualdade e pobreza no mundo, diz ONU.** São Paulo, 12 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/conex2/?q=node/1556>>. Acessado em 15 de

PORTAL TERRA. **Dilma lança logomarca “País rico é país sem pobreza”.** 10 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4940071-EI7896,00-Dilma+lanca+logomarca+País+rico+e+país+sem+pobreza.html>>. Acessado em 05 de outubro de 2011.

PORTAL VERMELHO. **Deputado venezuelano diz que integração da região é irreversível.** São Paulo, 1º de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=162980&id_secao=1>. Acessado em 02 de novembro de 2011.

PORTAL VERMELHO. **Vaz Carvalho: As quatro crises e a teoria da grande unificação.** São Paulo, 05 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=190128&id_secao=2. Acessado em 06 de agosto de 2012.

PRENSA LIBRE. **Latinoamérica, región que más se tarda para abrir empresas.** Guatemala, 07 de setembro de 2010. Disponível em: http://www.prensalibre.com/economia/latinoamerica-empresas_0_293970750.html. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 36, n. 18, p.147-174, jun. 2010.

PUTNAM, Robert. **The Comparative Study of Political Elites.** New Jersey: Prentice Hall, 1976.

RAMOS, Marisa. Estruturação ideológica dos partidos e grupos políticos na Venezuela (1998-2000). In: **Opinão Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, outubro, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 21 de janeiro de 2012.

RATHBUN, Brian C. Hierarchy and community at home and abroad: evidence of a common structure of domestic and foreign policy beliefs in american elites. In: **The Journal of Conflict Resolution**, Vol 51, n 3, p. 379-407, junho de 2007.

RB/ONU. **Banco Mundial defende integração regional contra pobreza**. Nova Iorque, 21 de maio de 2012.

REBRIP. **Rede Brasileira pela Integração dos Povos**. Disponível em: <www.rebrip.org.br> . Acessado em 02 de março de 2012.

REIS, Elisa P. Percepções das elites sobre a pobreza e a desigualdade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.

REMMER, Karen L. Does Democracy Promote Interstate Cooperation? Lessons from the Mercosur Region. In: **International Studies Quarterly**, vol. 42, nº 1, p. 25-51, 1998.

REUTERS. **Chávez declara ‘guerra econômica’ contra empresas privadas**. O Globo, 03 de junho de 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/chavez-declara-guerra-economica-contra-empresas-privadas-2999130>>. Acessado em 22 de maio de 2011.

REUTERS. **ENTREVISTA-Bolívia busca inversión, no para capitalistas: Morales**. REUTERS América Latina, 16 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://lta.reuters.com/article/idLTASIE5BF1M520091216?pageNumber=2&virtualBrandChannel=0>. Acesso em 19 de fevereiro de 2012.

REYES, Gerardo. Una cuestión de supervivencia. Carlos Slim y los empresarios latinoamericanos se inquietan por la pobreza. In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n.202, março-abril, p. 112-121. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 19 de agosto de 2011.

RODRIGUEZ, Graciela. UNASUL e ALBA – Processos de Integração Alternativos. **Federação das Câmaras de Comércio e/ou Indústria da América do Sul**, FCCIAS. 19 novembro, 2010. Disponível em: <<http://www.fccias.com/2010/11/unasul-e-alba-processos-de-integracao-alternativos/>>. Acessado em 08 de dezembro de 2011.

ROGOWSKI, Ronald. Institutions as Constraints on Strategic Choice. In: David A. LAKE y Robert POWEL (Eds.). **Strategic Choice and International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1999, 115–36.

ROMERO MENDEZ, Carlos. **La entrada de Venezuela en el Mercosur: Repercusiones internas**. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2007. Disponível em: <<http://www.ildis.org.ve>>. Acesso em: 24 janeiro de 2010.

ROSENAU, James N. (Ed.). **International Politics and Foreign Policy**. New York: Free, 1969.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan. Percepções argentinas sobre o Brasil, ambivalências e expectativas. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol.20, n.2, setembro/outubro/novembro, p.43-57, 2011.

SAINZ BORGIO, Juan Carlos. La salida de Venezuela de la Comunidad Andina. In: **Politeia**, jun. 2007, vol.30, no.38, p.127-150. Disponível em: <http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572007000100005&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 17 de novembro de 2011.

SANTOS, Maureen (Org.). **Integração na América Latina**: subsídios para debater a integração dos povos. Aliança Social Continental; Campanha Brasileira contra ALCA/OMC; Rede Brasileira pela Integração dos Povos. 2006. Disponível em: <<http://www.rebrip.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/20/File/Publica%C3%A7%C3%B5es%20REBRIP/cartilhaintegracaoregional.pdf>>. Acessado em 09 de abril de 2012.

SARTI, Ingrid. A arquitetura política e os desafios da institucionalidade da integração sul-americana. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Sulamérica Comunidade Imaginada emancipação e integração**. Niterói: Editora da Uff, 2011. p. 177-191.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistema Partidários**. Zahar Ed.: São Paulo, 1982.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Editora Record: Rio de Janeiro, 2001.

SEPÚLVEDA, Roberto Durán; OYARZÚN, Lorena. **Actores sócio-políticos y sócio-económicos en el diseño y ejecución del regionalismo em Chile, período 1995-2008**. Serie Regionalismo. Buenos Aires: Flacso, 2009.

SERBIN, Andrés. **Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2011.

SERBIN, Andrés. Venezuela: El escenario regional como un deseo de un único escenario. In: TUSSIE, Diana; TRUCCO, Pablo. **Nación y Región em América Del Sur**: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana.

Buenos Aires: Teseo, 2010. Cap. 7, p. 447-542.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. **Brasil e América do Sul: olhares cruzados**. Coleção: O Estado da Democracia na América Latina. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2011.

STEFANONI; Pablo. Posneoliberalismo cuesta arriba. Los modelos de Venezuela, Bolivia y Ecuador en debate. In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 239, maio-junho, 2012. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 08 de julho de 2012.

TAIANA, Jorge. Objetivos e desafios da política exterior argentina. In: CARDIM, Carlos Henrique (Ed). **Diplomacia Estratégia Política – DEP**. Brasília, n. 4, abril/junho, p. 5-15, 2009.

TÉLAM. Timerman: “el Mercosur es uno de los grandes éxitos de la región”. Télam. Buenos Aires, 14 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.elpatagonico.net/nota/nota-98074/>>. Acessado em 12 de setembro de 2011.

TORELLO, Adrián Fernández. **Partidos políticos na integração regional: o caso do MERCOSUL**. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

TRAINE, Martin. Neopopulismo. O estilo político da pop-modernidade. In: LODOLA, Germán et al. **Neopopulismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004, ano V, vol. 2, p.45-60.

TUSSIE, Diana; TRUCCO; Pablo. **Nación y Región em América Del Sur: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana**. Buenos Aires: Teseo, 2010.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Argentina y Brasil en la búsqueda de un nuevo modelo de Desarrollo**. Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales – CARL. Serie de Artículos y testimonios. Buenos Aires: n. 52, 2008.

VALENZUELA, Ricardo Gamboa. Antonio de Aguiar. Chile e a liderança sul-americana do Brasil, que estratégias preferem suas elites? In: **Revista Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol.20, n.2, setembro/outubro/novembro, 2011, p.57-72.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.

VEIGA Motta, Pedro; RÍOS, Sandra. **O regionalismo pós liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. Serie Comércio Internacional. CEPAL.

Santiago de Chile, julho 2007.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra. Neoliberalism and democracy in Latin America: a mixed record. In: **Latin American Politics and Society**. Miami: Blackwell Publishing, 2004.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra. O Brasil como vetor de integração sul-americana: possibilidades e limites. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, v. 20, n. 2, 2011.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul**: origens, iniciativas e dilemas. Santiago: CEPAL, Série Comércio Internacional, n. 82, 2007.

VELDE, Dirk Willem Te. **Regional Integration and Poverty**. Burlington: Ashgate, 2006.

VIGEVANI, Tullo et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100001&lng=en&nrm=isso>. Acessado em 12 de dezembro de 2010.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Karina L. Pasquariello; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Democracia e atores políticos no Mercosul. In: LIMA, Marcos Costa; MEDEIROS, Marcelo de Almeida (orgs.). **O Mercosul no limiar do século XXI**. São Paulo: Cortez/Clacso, 2000 (328p), p. 250-285.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Estratégias e alianças entre atores sociais. In: ILHA, Adayr da Silva; VENTURA, Deisy (Org.). **Mercosul em Movimento**. Série Integração Latino-Americana. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. p. 211-234.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul: Uma análise considerando a posição do Brasil. In: **Debates**, Clacso, Buenos Aires: n. 27, p.46-65, 2010.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Mudanças da inserção brasileira na América Latina. In: **Lua Nova**, Cedec, São Paulo, n. 78, p.37-75, 2009.

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo Cândia. Globalização e Mercosul: política, indústria automobilística, informação. In: **Cadernos Cedec**, nº 59. São Paulo: Cedec, 1997.

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo. Mercosul: Interesses e Mobilização Social. In: ZYLBERSTAJN, Hélio (et. al.). **Processos de Integração Regional e a Sociedade**. O sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 223-248.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. Limites do ativismo venezuelano para a América do Sul In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol.16, n.2, setembro/outubro/novembro, p.37-50, 2007.

VILLA, Rafael Antonio Duarte; URQUIDI, Vivian Dávila. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. In: **Política Externa**, vol 14, n. 4, p. 65-79 março/abril/maio, 2006.

WEYLAND, Kurt. Neoliberalism and democracy in Latin America: a mixed record. In: **Latin American Politics and Society**. Miami: Blackwell Publishing, 2004.

WEYLAND, Kurt. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: how much affinity? In: **Third World Quarterly**. London: Routledge, v. 24, n. 6, p.1095-1115, 2003.

ZYLBERSTAJN, Hélio. **Processos de integração regional e a sociedade: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ANEXOS³**Tabela 4.1. A globalização é uma mudança na economia mundial à qual todos os países precisam se adaptar.**

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	23,9%	25,3%	12,2%	47,6%	28,2%	26,1%
			-4,1	4,8		
Concorda	76,1%	74,7%	87,8%	52,4%	71,8%	73,9%
			4,1	-4,8		
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 4.2. A globalização vai aumentar a competitividade dos países e aumentar a prosperidade mundial.

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	39,7%	45,5%	14,6%	62,2%	47,0%	40,4%
			-6,7	4,3	2,1	
Concorda	60,3%	54,5%	85,4%	37,8%	53,0%	59,6%
			6,7	-4,3	-2,1	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 4.3. A globalização só vai beneficiar os países mais ricos?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	50,4%	46,0%	74,4%	26,2%	42,6%	49,1%
			6,4	-4,5	-2,1	
Concorda	49,6%	54,0%	25,6%	73,8%	57,4%	50,9%
			-6,4	4,5	2,1	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 4.4. A globalização vai aumentar as desigualdades do país?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	59,2%	52,0%	73,8%	35,7%	45,1%	53,9%
			5,1	-3,6	-2,8	
Concorda	40,8%	48,0%	26,2%	64,3%	54,9%	46,1%
			-5,1	3,6	2,8	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

³ A numeração das tabelas corresponde à sequência dos gráficos distribuídos ao longo dos capítulos.

Tabela 4.5. - Em que medida considera a Argentina simpática?

	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Argentina						
Muito simpático	31,6%	73,7%	42,9%	30,0%	43,6%	45,5%
Nem muito nem pouco	47,4%	21,1%	35,7%	70,0%	43,6%	41,6%
Nada simpático	21,1%	5,3%	21,4%	0	12,8%	12,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Bolívia						
Muito simpático	50,0%	45,5%	42,9%	40,0%	42,1%	45,2%
Nem muito nem pouco	37,5%	36,4%	57,1%	60,0%	52,6%	46,6%
Nada simpático	12,5%	18,2%	0	0	5,3%	8,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Brasil						
Muito simpático	48,6%	50%	26,1%	44,4%	25,6%	38,0%
Nem muito nem pouco	45,9%	43,8%	56,5%	44,4%	64,1%	52,0%
Nada simpático	5,4%	6,3%	17,4%	11,1%	10,3%	10,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chile						
Muito simpático	48,9%	62,5%	54,1%	53,8%	60,8%	54,9%
Nem muito nem pouco	35,6%	37,5%	27,0%	40,4%	35,3%	35,2%
Nada simpático	15,6%	0	18,9%	5,8%	3,9%	9,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Venezuela						
Muito simpático	85,7%	54,5%	27,8%	33,3%	30,3%	42,4%
Nem muito nem pouco	14,3%	45,5%	50,0%	44,4%	51,5%	43,5%
Nada simpático	0	0	22,2%	22,2%	18,2%	14,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total						
Porcentagem colunas e resíduos ajustados	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Muito simpático	50,4%	55,7%	38,0%	47,1%	42,0%	45,8%
		2,1	-2,0			
Nem muito nem pouco	38,1%	38,1%	45,0%	45,9%	48,1%	43,4%
Nada simpático	11,5%	6,2%	17,1%	7,1%	9,9%	10,8%
			2,6			
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: NUPRI, 2008.

Teste de Chi-Quadrado

País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Argentina	Chi-Quadrado de Pearson	12,803 ^a	8
Bolívia	Chi-Quadrado de Pearson	5,186 ^a	8
Brasil	Chi-Quadrado de Pearson	12,538 ^b	8
Chile	Chi-Quadrado de Pearson	9,897 ^c	8
Venezuela	Chi-Quadrado de Pearson	17,398 ^d	8
Total	Chi-Quadrado de Pearson	15,515 ^t	8

Tabela 4.6. Em que medida considera a Bolívia simpática?

	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Argentina						
Muito simpático	42,1%	63,2%	38,5%	60,0%	71,8%	59,0%
Nem muito nem pouco	47,4%	36,8%	15,4%	20,0%	25,6%	30,0%
Nada simpático	10,5%	,0%	46,2%	20,0%	2,6%	11,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Bolívia						
Muito simpático	81,3%	--	18,2%	100%	40,0%	55,0%
Nem muito nem pouco	12,5%	--	45,5%	0	30,0%	25,0%
Nada simpático	6,3%	--	36,4%	0	30,0%	20,0%
Total	100%	--	100%	100%	100%	100%
Brasil						
Muito simpático	29,7%	25,0%	6,5%	66,7%	25,0%	23,3%
Nem muito nem pouco	48,6%	45,8%	34,8%	22,2%	40,0%	41,1%
Nada simpático	21,6%	29,2%	58,7%	11,1%	35,0%	35,6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chile						
Muito simpático	37,0%	37,5%	8,1%	51,9%	36,5%	35,4%
Nem muito nem pouco	41,3%	50,0%	37,8%	30,8%	44,2%	39,0%
Nada simpático	21,7%	12,5%	54,1%	17,3%	19,2%	25,6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Venezuela						
Muito simpático	85,7%	63,6%	16,7%	33,3%	27,3%	40,0%
Nem muito nem pouco	7,1%	18,2%	27,8%	22,2%	33,3%	24,7%
Nada simpático	7,1%	18,2%	55,6%	44,4%	39,4%	35,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total						
<i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Muito simpático	46,2%	39,5%	12,8%	54,2%	40,2%	37,7%
	2,3		-6,4	3,4		
Nem muito nem pouco	37,1%	40,7%	33,6%	26,5%	36,2%	35,2%
Nada simpático	16,7%	19,8%	53,6%	19,3%	23,6%	27,2%
	-3,1		7,5			
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: NUPRI, 2008.

Teste de Chi-Quadrado

País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Argentina	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	26,659 ^a	8
Bolívia	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	14,005 ^a	6
Brasil	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	26,596 ^b	8
Chile	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	28,157 ^c	8
Venezuela	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	22,280 ^d	8
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	67,249 ^e	8

Tabela 4.8. Em que medida considera o Chile simpático?

	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Argentina						
Muito simpático	78,9%	84,2%	64,3%	80,0%	71,8%	75,2%
Nem muito nem pouco	21,1%	15,8%	28,6%	10,0%	28,2%	22,8%
Nada simpático	0	0	7,1%	10,0%	0	2,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Bolívia						
Muito simpático	50,0%	54,5%	57,1%	40%	63,2%	54,8%
Nem muito nem pouco	33,3%	27,3%	28,6%	60%	36,8%	34,2%
Nada simpático	16,7%	18,2%	14,3%	0	0	11,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Brasil						
Muito simpático	73,0%	75%	69,6%	22,2%	57,5%	66,7%
Nem muito nem pouco	21,6%	25%	30,4%	66,7%	42,5%	31,7%
Nada simpático	5,4%	0	0	11,1%	0	1,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chile						
Muito simpático	76,1%	87,5%	75,7%	75%	78,8%	76,9%
Nem muito nem pouco	19,6%	12,5%	21,6%	19,2%	21,2%	20,0%
Nada simpático	4,3%	0	2,7%	5,8%	0	3,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Venezuela						
Muito simpático	38,5%	50,0%	77,8%	55,6%	36,4%	49,4%
Nem muito nem pouco	61,5%	40%	16,7%	33,3%	54,5%	43,4%
Nada simpático	0	10%	5,6%	11,1%	9,1%	7,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total						
Porcentagem colunas e resíduos ajustados	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Muito simpático	67,6%	72,9%	70,5%	65,9%	63,4%	67,6%
Nem muito nem pouco	26,6%	24,0%	25,6%	27,1%	35,0%	28,5%
					2,3	
Nada simpático	5,8%	3,1%	3,9%	7,1%	1,6%	4,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: NUPRI, 2008.

Teste de Chi-Quadrado

País	Valor	gl	Sig. asintótica (bilateral)
Argentina	Chi-Quadrado de Pearson	9,070 ^a	8
Bolívia	Chi-Quadrado de Pearson	5,865 ^a	8
Brasil	Chi-Quadrado de Pearson	20,941 ^b	8
Chile	Chi-Quadrado de Pearson	3,835 ^c	8
Venezuela	Chi-Quadrado de Pearson	11,050 ^d	8
Total	Chi-Quadrado de Pearson	10,951 ^f	8

Tabela 4.9. Em que medida considera a Venezuela simpática?

	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Argentina						
Muito simpático	31,6%	31,6%	21,4%	50,0%	43,6%	36,6%
Nem muito nem pouco	42,1%	52,6%	28,6%	20,0%	43,6%	40,6%
Nada simpático	26,3%	15,8%	50,0%	30,0%	12,8%	22,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Bolívia						
Muito simpático	17,4%	9,1%	0	25%	0	8,5%
Nem muito nem pouco	21,7%	9,1%	14,3%	50%	15,8%	18,3%
Nada simpático	60,9%	81,8%	85,7%	25%	84,2%	73,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Brasil						
Muito simpático	16,2%	25,0%	8,7%	33,3%	7,5%	15,6%
Nem muito nem pouco	62,2%	39,6%	28,3%	33,3%	37,5%	40,6%
Nada simpático	21,6%	35,4%	63,0%	33,3%	55%	43,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chile						
Muito simpático	13,3%	25,0%	2,8%	47,1%	11,8%	20,4%
Nem muito nem pouco	31,1%	37,5%	13,9%	29,4%	31,4%	27,7%
Nada simpático	55,6%	37,5%	83,3%	23,5%	56,9%	51,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Venezuela						
Muito simpático	92,9%	63,6%	23,5%	66,7%	33,3%	48,8%
Nem muito nem pouco	0	18,2%	11,8%	11,1%	27,3%	16,7%
Nada simpático	7,1%	18,2%	64,7%	22,2%	39,4%	34,5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total						
<i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Muito simpático	25,4%	28,9%	9,4%	47,0%	20,3%	24,1%
			-4,3	5,2		
Nem muito nem pouco	36,2%	36,1%	20,5%	27,7%	33,0%	30,9%
			-2,9			
Nada simpático	38,4%	35,1%	70,1%	25,3%	46,7%	45,0%
			4,2	-4,7		
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: NUPRI, 2008.

Teste de Chi-Quadrado

País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Argentina	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	11,465 ^a	8
Bolívia	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	11,780 ^b	8
Brasil	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	24,008 ^c	8
Chile	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	44,974 ^d	8
Venezuela	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	24,479 ^e	8
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	67,058 ^f	8

Tabela 4.10. Em que medida considera os Estados Unidos simpáticos?

	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Argentina						
Muito simpático	0	0	0	20%	0	2%
Nem muito nem pouco	25,0%	26,3%	42,9%	0	12,8%	20,6%
Nada simpático	75,0%	73,7%	57,1%	80,0%	87,2%	77,5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Bolívia						
Muito simpático	20,8%	9,1%	21,4%	0	21,1%	17,8%
Nem muito nem pouco	54,2%	63,6%	64,3%	60,0%	47,4%	56,2%
Nada simpático	25,0%	27,3%	14,3%	40,0%	31,6%	26,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Brasil						
Muito simpático	8,1%	20,8%	15,2%	0	5,0%	12,2%
Nem muito nem pouco	45,9%	45,8%	47,8%	11,1%	57,5%	47,2%
Nada simpático	45,9%	33,3%	37,0%	88,9%	37,5%	40,6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chile						
Muito simpático	26,1%	14,3%	58,3%	3,8%	36,5%	28,5%
Nem muito nem pouco	34,8%	71,4%	27,8%	23,1%	44,2%	34,2%
Nada simpático	39,1%	14,3%	13,9%	73,1%	19,2%	37,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Venezuela						
Muito simpático	0	18,2%	27,8%	55,6%	6,1%	16,5%
Nem muito nem pouco	28,6%	36,4%	50,0%	22,2%	36,4%	36,5%
Nada simpático	71,4%	45,5%	22,2%	22,2%	57,6%	47,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total						
Porcentagem colunas e resíduos ajustados	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Muito simpático	14,2%	14,6%	28,1%	10,6%	14,8%	16,7%
			3,9			
Nem muito nem pouco	39,0%	44,8%	43,8%	21,2%	39,3%	38,5%
				-3,5		
Nada simpático	46,8%	40,6%	28,1%	68,2%	45,9%	44,7%
			-4,2	4,7		
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: NUPRI, 2008.

Teste de Chi-Quadrado

País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Argentina	Chi-Quadrado de Pearson	26,747 ^a	8
Bolívia	Chi-Quadrado de Pearson	3,622 ^b	8
Brasil	Chi-Quadrado de Pearson	16,291 ^c	8
Chile	Chi-Quadrado de Pearson	59,508 ^d	8
Venezuela	Chi-Quadrado de Pearson	21,973 ^e	8
Total	Chi-Quadrado de Pearson	40,591 ^f	8

Tabela 4.11. Em que medida considera a China simpática?

	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Argentina						
Muito simpático	10,0%	31,6%	23,1%	55,6%	28,2%	27,0%
Nem muito nem pouco	65,0%	68,4%	61,5%	22,2%	59,0%	59,0%
Nada simpático	25%	0	15,4%	22,2%	12,8%	14,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Bolívia						
Muito simpático	20,8%	60%	35,7%	33,3%	31,6%	32,9%
Nem muito nem pouco	79,2%	40,0%	50,0%	66,7%	57,9%	61,4%
Nada simpático	0	0	14,3%	0	10,5%	5,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Brasil						
Muito simpático	5,4%	31,3%	28,9%	33,3%	5,1%	19,7%
Nem muito nem pouco	73,0%	60,4%	31,1%	55,6%	46,2%	52,2%
Nada simpático	21,6%	8,3%	40%	11,1%	48,7%	28,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Chile						
Muito simpático	28,9%	14,3%	44,4%	15,7%	20%	25,4%
Nem muito nem pouco	55,6%	42,9%	44,4%	58,8%	46%	51,3%
Nada simpático	15,6%	42,9%	11,1%	25,5%	34%	23,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Venezuela						
Muito simpático	76,9%	45,5%	50%	44,4%	48,5%	52,4%
Nem muito nem pouco	23,1%	45,5%	38,9%	55,6%	48,5%	42,9%
Nada simpático	0	9,1%	11,1%	0	3%	4,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total						
<i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Muito simpático	23,0%	34,7%	36,5%	25,9%	25,0%	28,5%
			2,2			
Nem muito nem pouco	62,6%	56,8%	41,3%	54,3%	50,6%	52,8%
	2,6		-2,9			
Nada simpático	14,4%	8,4%	22,2%	19,8%	24,4%	18,7%
		-2,8			2,4	
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: NUPRI, 2008.

Teste de Chi-Quadrado

País	Valor	gl	Sig. assintótica (bilateral)
Argentina	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	12,467 ^a	8
Bolívia	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	10,353 ^b	8
Brasil	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	38,220 ^c	8
Chile	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	16,759 ^d	8
Venezuela	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	6,884 ^e	8
Total	<i>Chi-Quadrado de Pearson</i>	23,573 ^f	8

Tabela 5.1. Se o país for rico não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	95,8%	97,0%	86,3%	94,2%	90,3%	92,3%
			-2,9			
Concorda	4,2%	3,0%	13,7%	5,8%	9,7%	7,7%
			2,9			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.2. Não existe solução para os problemas sociais do País?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	90,9%	94,9%	87,8%	84,7%	95,7%	91,4%
				-2,4	2,5	
Concorda	9,1%	5,1%	12,2%	15,3%	4,3%	8,6%
				2,4	-2,5	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.3. Por mais que se queira corrigir as desigualdades, sempre haverá pobres e ricos?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	43,1%	40,0%	16,3%	51,2%	44,2%	38,6%
			-5,8	2,6		
Concorda	56,9%	60,0%	83,7%	48,8%	55,8%	61,4%
			5,8	-2,6		
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.4. Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	19,7%	26,3%	65,9%	18,6%	36,3%	34,6%
	-4,2		8,4	-3,4		
Concorda	80,3%	73,7%	34,1%	81,4%	63,7%	65,4%
	4,2		-8,4	3,4		
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.5. As políticas de distribuição de renda prejudicam os mais competentes?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	82,6%	84,0%	57,4%	84,5%	78,0%	76,7%
			-5,8			
Concorda	17,4%	16,0%	42,6%	15,5%	22,0%	23,3%
			5,8			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.6. Entre as duas alternativas, qual das seguintes atividades você acha ser a mais importante de um Governo?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Distribuir a Riqueza entre toda a população	39,7%	48,8%	18,9%	73,9%	45,0%	42,7%
			-5,7	5,6		
Promover o desenvolvimento econômico	38,8%	30,2%	59,5%	17,4%	34,9%	37,9%
			5,3	-3,8		
Outros	21,5%	20,9%	21,6%	8,7%	20,1%	19,4%
				-2,4		
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.7. Qual deveria ser o principal objetivo do Governo?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Melhorar os índices educacionais	33,3%	45,4%	51,2%	42,9%	29,5%	38,9%
			3,1		-3,0	
Erradicar a Pobreza e Reduzir a Desigualdade	37,0%	35,1%	14,9%	40,3%	43,9%	34,7%
			-5,1		3,0	
Preservar o Regime Democrático	19,6%	17,5%	11,6%	7,8%	17,3%	15,5%
				-2,0		
Garantir o crescimento econômico	10,1%	2,1%	22,3%	9,1%	9,2%	10,9%
		-3,0	4,5			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.8. Existem muitas opiniões sobre o que o governo e a sociedade devem fazer para evitar ou corrigir as desigualdades entre os cidadãos. Qual a afirmação que melhor corresponde à sua opinião?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Não basta garantir igualdade de oportunidades, o governo deve limitar o enriquecimento e proteger os mais fracos.	30,8%	33,0%	10,0%	61,7%	34,3%	32,1 %
			-5,8	6,1		
Cabe ao governo garantir a igualdade de oportunidades, mas sempre haverá desigualdades.	57,7%	53,8%	70,0%	29,6%	53,8%	54,7 %
			3,8	-4,9		
É impossível garantir igualdade de oportunidades, o papel do governo é socorrer os mais pobres.	10,8%	12,1%	8,3%	4,9%	8,9%	9,1%
É inútil tentar garantir plena igualdade de oportunidades, sempre haverá ricos e pobres. A proteção dos mais pobres é função da sociedade, não do governo.	,8%	1,1%	11,7%	3,7%	3,0%	4,1%
	-2,2		4,7			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.9. Quem deve produzir riqueza na sociedade, o Estado ou a empresa privada?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Apenas o Estado	,0%	3,0%	,0%	12,7%	,6%	2,2%
	-2,0			6,7		
Mais o Estado	7,7%	7,0%	,8%	12,7%	7,8%	6,8%
			-3,1	2,2		
Ambos. Estado e empresa privada	48,6%	47,0%	16,9%	58,2%	46,1%	42,3%
			-6,6	3,1		
Mais a empresa privada	43,0%	38,0%	57,7%	12,7%	40,6%	40,7%
			4,4	-5,4		
Apenas a empresa privada	,7%	5,0%	24,6%	3,8%	5,0%	7,9%
	-3,6		7,9			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.10. Financiar o crescimento econômico é importante no combate à desigualdade?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Nada importante	,7%	,0%	,8%	2,7%	2,9%	1,5%
Pouco importante	10,1%	9,1%	7,9%	16,4%	7,6%	9,5%
	2,1					
Nem muito, nem pouco	20,3%	12,1%	3,1%	21,9%	14,5%	14,0%
	2,4					
Importante	44,9%	52,5%	59,8%	28,8%	50,0%	48,8%
	2,8					
Muito importante	23,9%	26,3%	28,3%	30,1%	25,0%	26,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.11. Aumentar a Eficiência dos Serviços Públicos é importante no combate à desigualdade?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Nada importante	,0%	,0%	,0%	,0%	,5%	,2%
Pouco importante	1,4%	2,0%	,0%	2,4%	1,6%	1,4%
Nem muito, nem pouco	7,0%	12,1%	2,3%	11,0%	8,2%	7,7%
	-2,6					
Importante	52,8%	54,5%	57,7%	43,9%	51,4%	52,5%
Muito importante	38,7%	31,3%	40,0%	42,7%	38,3%	38,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.12. Reduzir a interferência do governo nas atividades econômicas é importante no combate à desigualdade?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Nada importante	27,5%	27,1%	4,6%	29,9%	24,9%	22,2%
			-5,4			
Pouco importante	31,7%	22,9%	5,4%	32,5%	24,9%	23,0%
	2,8		-5,4	2,1		
Nem muito, nem pouco	14,1%	19,8%	15,4%	18,2%	23,2%	18,4%
					2,0	
Importante	23,2%	22,9%	57,7%	13,0%	23,8%	29,2%
			8,0	-3,3		
Muito importante	3,5%	7,3%	16,9%	6,5%	3,3%	7,2%
			4,8		-2,4	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.13. Expandir os gastos sociais é importante no combate à desigualdade?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Nada importante	,0%	2,0%	2,3%	,0%	,6%	,9%
Pouco importante	4,2%	5,1%	13,2%	7,2%	6,1%	7,1%
			3,0			
Nem muito, nem pouco	18,2%	19,4%	29,5%	8,4%	15,0%	18,5%
			3,6	-2,5		
Importante	51,7%	58,2%	41,1%	49,4%	55,0%	51,2%
			-2,6			
Muito importante	25,9%	15,3%	14,0%	34,9%	23,3%	22,3%
			-2,5	3,0		
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.14. Tributar as grandes fortunas é importante no combate à desigualdade?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Nada importante	3,6%	7,0%	17,2%	1,2%	4,5%	6,8%
			5,2	-2,2		
Pouco importante	12,1%	8,0%	29,7%	5,9%	11,8%	14,1%
			5,7	-2,3		
Nem muito, nem pouco	15,7%	15,0%	21,1%	3,5%	14,6%	14,7%
			2,3	-3,1		
Importante	44,3%	44,0%	23,4%	25,9%	37,1%	35,5%
	2,5		-3,2	-2,0		
Muito importante	24,3%	26,0%	8,6%	63,5%	32,0%	28,8%
			-5,7	7,6		
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.15. Abrir a economia para o investimento estrangeiro é importante no combate à desigualdade?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Nada importante	5,7%	5,1%	5,5%	5,1%	10,4%	6,8%
					2,3	
Pouco importante	14,9%	10,1%	3,9%	15,2%	11,0%	10,8%
			-2,8			
Nem muito, nem pouco	23,4%	26,3%	9,4%	32,9%	19,2%	21,0%
			-3,6	2,8		
Importante	39,7%	43,4%	48,4%	25,3%	41,8%	40,9%
			2,0	-3,0		
Muito importante	16,3%	15,2%	32,8%	21,5%	17,6%	20,5%
			3,9			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 5.16. Aumentar o intercâmbio comercial e de investimentos com os países vizinhos é importante no combate à desigualdade?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Nada importante	1,4%	1,0%	3,9%	,0%	2,2%	1,9%
Pouco importante	9,1%	3,0%	3,9%	1,2%	7,1%	5,5%
	2,1					
Nem muito, nem pouco	17,5%	19,0%	14,8%	13,3%	12,0%	15,1%
Importante	47,6%	49,0%	50,8%	51,8%	54,6%	51,0%
Muito importante	24,5%	28,0%	26,6%	33,7%	24,0%	26,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 6.1. A solução para os problemas sociais do País seria uma integração com os demais países da América Latina.

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicato s	Atores Sociais	Total
Discorda	21,1%	18,2%	55,5%	16,9%	31,4%	30,0%
	-2,6	-2,8	7,0	-2,8		
Concorda	78,9%	81,8%	44,5%	83,1%	68,6%	70,0%
	2,6	2,8	-7,0	2,8		
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 6.2. O gasto em ajuda a países vizinhos mais pobres prejudica a distribuição interna de renda?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	77,6%	74,2%	56,1%	71,4%	87,3%	74,5%
			-5,3		4,5	
Concorda	22,4%	25,8%	43,9%	28,6%	12,7%	25,5%
			5,3		-4,5	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 6.3. Tudo que a sociedade produz deve ser distribuído com a maior igualdade possível.

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	ALBA	MERCOSUL + COMUNIDADE ANDINA	ORGANIZAÇÕES EXTERNAS	Total
Discorda	12,8% -3,2	27,1% -3,1	44,7% 4,9	33,8%
Concorda	87,2% 3,2	72,9% 3,1	55,3% -4,9	66,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 6.4. Qual deveria ser o principal objetivo do governo?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	ALBA	MERCOSUL + COMUNIDADE ANDINA	ORGANIZAÇÕES EXTERNAS	Total
Melhorar os índices educacionais	33,3% -,7	33,3% -2,2	44,4% 2,6	38,4%
Erradicar a Pobreza e Reduzir a Desigualdade	53,8% 2,6	45,0% 4,6	20,9% -6,0	34,6%
Preservar o Regime Democrático	7,7%	14,2%	20,5% 2,2	16,6%
Garantir o crescimento econômico	5,1%	7,5% -2,0	14,2% 2,6	10,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 6.5. Reduzir a Interferência do governo nas atividades econômicas

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	ALBA	MERCOSUL + COMUNIDADE ANDINA	ORGANIZAÇÕES EXTERNAS	Total
Nada importante	42,2% 3,2	29,8% 3,5	12,5% -5,3	22,9%
Pouco importante	24,4%	26,2% 2,6	15,7% -2,9	21,3%
Nem muito, nem pouco	15,6%	19,8%	18,1%	18,7%
Importante	11,1% -3,0	19,8% -5,0	44,8% 6,6	30,5%
Muito importante	6,7%	4,4%	8,9%	6,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 6.6. Abrir a Economia para o Investimento Estrangeiro

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	ALBA	MERCOSUL + COMUNIDADE ANDINA	ORGANIZAÇÕES EXTERNAS	Total
Nada importante	21,3% 4,1	8,4%	2,4% -3,7	6,8%
Pouco importante	25,5% 3,2	13,3%	6,9% -3,0	11,4%
Nem muito, nem pouco	23,4%	27,3%	16,7%	22,1%
Importante	23,4% -2,6	36,9%	48,4% 3,2	41,0%
Muito importante	6,4% -2,3	14,1% -2,5	25,6% 3,8	18,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 6.7. A atual onda de governos considerados de esquerda na América do Sul favorece mais a integração regional, abre mais canais de participação democrática e diminui as desigualdades sociais?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	47,2% -2,4	50,0%	85,2% 7,5	16,9% -2,8	31,4%	30,0%
Concorda	52,8% 2,4	50,0%	14,8% -7,5	83,1% 2,8	68,6%	70,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 6.8. A única solução para o país é o novo socialismo como está acontecendo na Venezuela, Bolívia ou Equador?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Discorda	80,9%	74,0%	96,9% 5,4	51,2% -7,0	83,6%	80,1%
Concorda	19,1%	26,0%	3,1% -5,4	48,8% 7,0	16,4%	19,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.

Tabela 6.9. Qual a posição que você se colocaria quando pensa em política?

Total <i>Porcentagem colunas e resíduos ajustados</i>	Governo	Partidos	Empresários	Sindicatos	Atores Sociais	Total
Extrema esquerda	5,7%	9,5%	2,3%	23,5%	5,6%	7,8%
			-2,6	5,6		
Esquerda	21,4%	14,7%	5,4%	18,5%	16,1%	15,2%
			2,3	-3,5		
Centro-esquerda	29,3%	36,8%	13,1%	25,9%	33,3%	27,8%
		2,1	-4,2		2,0	
Centro	32,1%	27,4%	24,6%	24,7%	26,1%	27,2%
Centro-direita	5,7%	9,5%	33,8%	6,2%	13,3%	14,4%
	-3,3		7,1	-2,3		
Direita	4,3%	1,1%	16,2%	1,2%	4,4%	5,9%
		-2,2	5,6			
Extrema direita	1,4%	1,1%	4,6%	,0%	1,1%	1,8%
			2,8			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NUPRI, 2008.